

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas**

Juliana Amoretti

**A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente:
o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e a
*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de
Bolívia.***

Brasília, 10 de junho de 2010.

Juliana Amoretti

A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia*.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação da Professora Sônia Maria Ranincheski, no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília.

Banca examinadora:

SÔNIA MARIA RANINCHESKI, Dra. – Ceppac/UnB
(Orientadora)

Camilo Negri, Dr. – Ceppac/UnB
(Examinador Interno)

Moisés Balestro, Dr. – Ceppac/UnB
(Examinador Interno)

Pedrinho A. Guareschi, Dr. – PPGPSI/UFRGS
(Examinador Externo)

Bernardo Mançano Fernandes, Dr. – PPGG/UNESP
(Examinador Externo)

Brasília, 10 de junho de 2010.

FICHA CATALOGRÁFICA

AMORETTI, JULIANA.

A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*.

x, 282 p, 210x297mm (ICS/CEPPAC/UnB, Doutor, Ciências Sociais, 2010).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília.

1 – Latifúndio

2 – Movimentos Sociais

3 – Luta pela terra

4 – Soberania dos povos

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMORETTI, Juliana (2010). A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*. Tese de Doutorado, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 282 p.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DA AUTORA: Juliana Amoretti.

TÍTULO DA TESE: A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*.

GRAU/ANO: Doutor/2010.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese de doutorado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Juliana Amoretti

E-mail: juamoretti@unb.br

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil.

À *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*.

Ao CEPPAC - UnB, pela formação e por incentivar estudos em outros países da América Latina.

À CAPES e ao CNPq pelo financiamento de bolsa doutorado (CNPQ) e bolsa de estágio de doutoranda no exterior (PDEE/CAPES).

À Professora Sônia Ranincheski, orientadora da tese, por todo incentivo e colaboração.

Ao Professor Enrique Dussel, pelo acolhimento no México, na UNAM e na UAM-I, e pela co-orientação.

Aos que leram meus rascunhos, acompanharam minhas angústias e ajudaram a avançar o trabalho, especialmente Rogério Amoretti, Regina Gondim, Márcio Rabat e Francisco Zapata.

Aos que facilitaram a coleta de dados, especialmente, Zenon, Beatriz e Elena, na Bolívia, e Maria e Gislei, no Brasil.

Ao grupo de mulheres que trabalhou na transcrição de entrevistas: Solange, Mariángeles, Cláudia, Laíz, Bárbara, Eliane e Raquel.

Aos professores, professoras, colegas, companheiros e companheiras de militância, familiares, amigos e amigas que contribuíram de distintas formas neste processo e não deixaram faltar apoio e atenção.

Aos espaços de educação popular no Brasil, no México e na Bolívia e aos movimentos populares, do campo e da cidade, em especial à Assembléia Popular DF, pelas pessoas e por tudo que me ensinaram: afeto, idéias e luta.

À minha família, em especial, Rafael, Rogério, Neusa e Helena, pelo amor.

RESUMO

A presente tese de doutorado, realizada no marco de estudos latinoamericanos, tem como objetivo a comparação de processos de luta pela terra para analisar possibilidades de organização do ‘poder político da comunidade’, mais especificamente de sem terras no Brasil e de camponeses indígenas na Bolívia, frente à ordem política vigente. A pesquisa foi feita através da análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Brasil, e da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* – CSUTCB, buscando os limites e as potencialidades de organização destes movimentos sociais, aprendendo com suas semelhanças e diferenças. O trabalho é qualitativo, comparado e interdisciplinar. Foram entrevistadas 36 pessoas, 15 no Brasil e 21 na Bolívia. Os dados empíricos utilizados foram entrevistas semi-estruturadas com dirigentes nacionais dos movimentos sociais e outros informantes, homens e mulheres que acompanharam a luta pela terra em ambos os países, além de documentos e resoluções dos movimentos sociais, dados secundários e a literatura produzida sobre o tema. Foi explorado o pensamento latinoamericano, sob a luz de abordagens anticoloniais e de interpretações marxistas. A comparação enfoca os contextos históricos específicos do Brasil e da Bolívia, mostrando que aspectos comuns de dependência e subdesenvolvimento, referentes ao papel da América Latina no desenvolvimento global do capitalismo, afetam as famílias camponesas em ambos os países. A filosofia política da libertação, de Enrique Dussel, ofereceu os fundamentos para investigar a potencialidade do poder político da comunidade no enfrentamento à ordem política vigente. O MST e a CSUTCB foram estudados em seus distintos repertórios de ação, suas estruturas organizativas e seus princípios políticos, nos aspectos econômicos, culturais e ecológicos. Entre os diferentes significados atribuídos à luta pela terra estão: a reforma agrária, a luta da classe trabalhadora contra o capital, a soberania alimentar, a soberania dos povos, a autonomia indígena e a concepção sagrada da natureza. A comparação do MST com a CSUTCB mostrou tensões políticas da luta pela terra, entre a via institucional, a identidade cultural, a defesa da natureza e a consciência de classe. O resultado da análise dos conflitos sociais vivenciados por estes movimentos rurais revela que a lógica política hegemônica, aliada ao capital e ao mercado, apresenta falsas soluções para resolver a questão agrária, os problemas dos sem terra e dos camponeses indígenas. Muito mais do que a disputa pela terra, o estudo permitiu identificar a necessidade da luta pela superação das contradições estruturais da sociedade e pela soberania dos povos.

Palavras-chave: luta pela terra; movimentos sociais; reforma agrária; soberania dos povos; política da libertação; MST – Brasil; CSUTCB - Bolívia.

RESUMEN

La lucha por la tierra y el poder político de la comunidad frente al orden político vigente: el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra en Brasil, y la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia.

La presente tesis de doctorado, realizada en el marco de estudios latinoamericanos, tiene como objetivo la comparación de procesos de lucha por la tierra para analizar las posibilidades de organización del ‘poder político de la comunidad’, más específicamente de sin tierras en Brasil y de campesinos indígenas en Bolivia frente al orden político vigente. Este estudio se efectuó a través del análisis del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST, en Brasil, y de la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia – CSUTCB, buscando los límites y las potencialidades de organización de estos movimientos sociales, aprendiendo con sus semejanzas y diferencias. El trabajo es cualitativo, comparativo e interdisciplinar. Fueron entrevistadas 36 personas, 15 en Brasil y 21 en Bolivia. Los datos empíricos utilizados fueron entrevistas semi-estructuradas con dirigentes nacionales de los movimientos sociales y otros informantes, hombres y mujeres que acompañaron la lucha por la tierra en ambos países, además de documentos y resoluciones de los movimientos sociales, datos secundarios y la literatura producida sobre el tema. Fue explorado el pensamiento latinoamericano, bajo la luz de abordajes anticoloniales y de interpretaciones marxistas. La comparación enfoca los contextos históricos específicos de Brasil y de Bolivia, mostrando que aspectos comunes de dependencia y subdesarrollo, referentes al papel de América Latina en el desarrollo global del capitalismo, afectan las familias campesinas en ambos países. La filosofía política de la liberación, de Enrique Dussel, ofreció los fundamentos para investigar la potencialidad del poder político de la comunidad en el enfrentamiento al orden político vigente. El MST y la CSUTCB fueron estudiados en sus distintos repertorios de acción, sus estructuras organizativas y sus principios políticos, en los aspectos económicos, culturales y ecológicos. Entre los diferentes significados atribuidos a la lucha por la tierra están: la reforma agraria, la lucha de la clase trabajadora contra el capital, la soberanía alimenticia, la soberanía de los pueblos, la autonomía indígena y la concepción sagrada de la naturaleza. La comparación del MST con la CSUTCB mostró tensiones políticas de la lucha por la tierra, entre la vía institucional, la identidad cultural, la defensa de la naturaleza y la conciencia de clase. El resultado del análisis de los conflictos sociales vivenciados por estos movimientos rurales rebela que la lógica política hegemónica, aliada al capital y al mercado, presenta falsas soluciones para resolver la cuestión agraria, los problemas de los sin tierra y de los campesinos indígenas. Mucho más que la disputa por la tierra, el estudio permitió identificar la necesidad de la lucha por la superación de las contradicciones estructurales de la sociedad y por la soberanía de los pueblos.

Palabras claves: lucha por la tierra; movimientos sociales; reforma agraria; soberanía de los pueblos; política de la liberación; MST – Brasil; CSUTCB - Bolivia.

ABSTRACT

This doctoral thesis, elaborated in the fields of Latin American studies, compares land struggle processes by analyzing the possibilities of organization of “community political power”. Specifically, it compares the landless in Brazil to indigenous country workers in Bolivia in the present political order. Research was made through the observation of MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Rural Landless Workers Movement) in Brazil and CSUTCB (*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* – Unique Country Workers Union Confederation of Bolivia) in Bolivia, in an effort to find the limits and organizational potentials of these two social movements. By pointing out their differences and similarities, this is a qualitative, comparative and interdisciplinary thesis in which 36 people were interviewed (15 in Brazil and 21 in Bolivia). The empirical data is based on semi-structured interviews with national leaders and other informants of these movements (men and women that have been following and participating in the struggle for land in both countries). Secondary data and thematic literature about this matter were also used, especially Latin American political and social thought in an anticolonialist and Marxist interpretation. This comparison thus focuses on specific historical contexts in Brazil and Bolivia, and it shows common aspects of dependency and underdevelopment in both countries, which refer to the role of Latin America in the global growing of capitalism and how rural families are affected by this process. Political Philosophy of Liberation, elaborated by Enrique Dussel, is used as one of the fundamental elements to investigate the potential of community political power in facing the present political order. Both MST and CSUTCB were studied in their specific political principles, organization structures and courses of action, concerning economic, cultural and ecological aspects. Among the many different meanings that designate the struggle for land, some of them are *agrarian reform*, *working class struggle against capitalism*, *food sovereignty*, *people's sovereignty*, *indigenous autonomy* and *the sacred essence of nature*. Comparing MST to CSUTCB was an attempt to bring attention to the political tensions created by the struggle for land among institutional actions, cultural identity, defending nature and class conscience issues. Analyzing the social conflicts these two rural movements live on a daily basis and associating them to capital and the global market reveals that the logic of hegemonic politics brings false solutions to the agrarian issues of landless rural workers in Brazil and indigenous country workers in Bolivia. Much more than analyzing the struggle for land, this study identifies the need to fight in order to overcome the structural contradictions of society, and also, to reaffirm the sovereignty of the people.

Key-Words: large estate; land struggle; social movements; agrarian reform; sovereignty of the people; politics of liberation; MST – Brazil; CSUTCB – Bolivia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO PARA O ESTUDO DA LUTA PELA TERRA	4
1.1 O PROCESSO INVESTIGATIVO.....	4
1.2 SUJEITO POLÍTICO: O CAMPONÊS EXISTE?	17
1.3 O PODER POLÍTICO DA COMUNIDADE E O PODER DA INSTITUIÇÃO	20
1.4 PENSAMENTO SOCIAL LATINOAMERICANO	22
1.5 QUESTÃO AGRÁRIA	32
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO HISTÓRICO	43
2.1. AMÉRICA LATINA E SEUS MANIFESTOS	43
2.2. BRASIL E A SONHADA REFORMA AGRÁRIA	53
2.3. BOLÍVIA E A SOBERANIA DOS POVOS.....	83
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO	122
CAPÍTULO 3 – REPERTÓRIOS DE AÇÃO, ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS E PRINCÍPIOS POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS CAMPESINOS	128
3.1 A PRETENSÃO DE TOTALIDADE DA “ORDEM POLÍTICA VIGENTE”	128
3.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST	130
3.3 CONFEDERACIÓN SINDICAL ÚNICA DE TRABAJADORES CAMPESINOS DE BOLÍVIA.....	164
3.4 QUADRO COMPARATIVO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST E DA CSUTCB.....	196
CAPÍTULO 4 – POR UMA POLÍTICA DA LIBERTAÇÃO: MST E CSUTCB EM PERSPECTIVA COMPARADA	200
4.1 A LUTA PELA TERRA E A IDENTIDADE CULTURAL	200
4.2 A LUTA PELA TERRA E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE.....	215
4.3 A LUTA PELA TERRA E OS LIMITES DA VIA INSTITUCIONAL	226
4.4 A LUTA PELA TERRA E A DEFESA DA MÃE TERRA	233
4.5 PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA E PROJETOS DE SOCIEDADE	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	256
LISTA DE DOCUMENTOS	268
LISTA DE ENTREVISTAS	270
LISTA DE MAPAS, QUADROS E ESQUEMAS	274
ANEXOS	275

INTRODUÇÃO

A América Latina é um espaço fértil para movimentos sociais. A formação dos Estados nas Américas está marcada de distintas maneiras pela história de colonização europeia, de neocolonização norte-americana, de expropriação de terras, de extração das riquezas naturais e de exploração de mão-de-obra dos povos originários e de trabalhadores em geral. Neste processo, a população não assiste passiva a tudo, pelo contrário, como ensina Dussel (2007b) há que se contar a história de resistências e lutas pela libertação dos povos latinoamericanos.

Em toda a história há uma versão ‘oficial’ que ensina a vitória das forças dominantes na realização de seu projeto de sociedade. Os limites dos marcos de um paradigma dominante podem se revelar em histórias proibidas, de tragédias e de opressões ou em histórias de resistência e combate. Sempre houve e haverá uma disputa de interesses e forças políticas atuantes, geralmente de fora do sistema vigente e sua ordem pretensamente universal.

A presente tese de doutorado, realizada no marco de estudos latinoamericanos, tem como objetivo a comparação de processos de luta pela terra para analisar a dialética estabelecida entre o potencial poder da comunidade e as possibilidades de sua organização em poder efetivo e crítico frente à ordem política vigente. Empiricamente, a pesquisa foi feita através da análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Brasil, e da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* – CSUTCB, buscando os limites e as potencialidades de organização destes movimentos sociais, aprendendo com suas semelhanças e diferenças. Trata-se de um trabalho qualitativo, comparado e interdisciplinar.

A comparação enfoca os contextos históricos específicos do Brasil e da Bolívia, mostrando que aspectos comuns de dependência e subdesenvolvimento, referentes ao papel da América Latina no desenvolvimento global do capitalismo, afetam violentamente as famílias camponesas em ambos os países. Mas o povo agredido e ameaçado também se defende e luta; assim aconteceu com os sem terra no Brasil e com camponeses indígenas na Bolívia. Para investigar a potencialidade do poder político da comunidade, o MST e a CSUTCB foram

estudados em seus distintos repertórios de ação, suas estruturas organizativas e seus princípios políticos, nos aspectos econômicos, culturais e ecológicos.

Foi possível identificar diferentes significados da luta pela terra, que pode estar ligada à soberania dos povos, à autonomia indígena, à visão religiosa e sagrada da terra, à possibilidade de libertação do trabalhador, à soberania alimentar, à luta da classe trabalhadora contra o capital e ainda pode mesclar distintas concepções. A abordagem comparativa mostrou que as tensões políticas da luta pela terra têm reflexos na tática dos movimentos, que recorrem simultaneamente à via institucional, à identidade cultural, à defesa da natureza e à consciência de classe. Também mostrou que a organização política do MST e da CSUTCB fortalecem o debate sobre a construção um novo projeto de sociedade.

O resultado da análise dos conflitos sociais vivenciados por estes movimentos rurais revela que a lógica política hegemônica, aliada ao capital e ao mercado, apresenta falsas soluções para resolver a questão agrária, os problemas dos sem terra e dos camponeses indígenas. Muito mais do que a disputa pela terra, o estudo permitiu identificar a necessidade da luta pela superação das contradições estruturais da sociedade e pela soberania dos povos e o esforço de sujeitos políticos historicamente excluídos de uma ordem política vigente para avançar na transformação.

A tese será apresentada em quatro capítulos. O capítulo 1 faz uma introdução teórica com tópicos relevantes para o tratamento do tema da luta pela terra. A contraposição inicial à tese do fim do campesinato é seguida pelo debate afirmativo sobre o potencial poder político da comunidade. Um segundo tópico do capítulo apresenta o pensamento social latinoamericano em duas perspectivas: primeiro o pensamento anticolonial e o debate sobre a colonização do ser, do saber e do poder; depois o pensamento marxista, especificamente sobre o papel da América Latina no capitalismo mundial. O capítulo encerra abordando tópicos da questão agrária, mais precisamente nos debates sobre a expropriação de terras dos camponeses e o latifúndio, a propriedade privada e a propriedade comunal e modelos sobre reforma agrária.

O capítulo 2 traz elementos do contexto histórico na América Latina, no Brasil e na Bolívia assinalando as particularidades de processos históricos, econômicos e políticos de construção de Estados nacionais, com atenção especial para os antecedentes históricos relevantes na formação dos movimentos camponeses e para o processo de luta pela terra do MST, no Brasil, e da CSUTCB, na Bolívia. Além das particularidades, a idéia é assinalar, nos

países latinoamericanos, elementos comuns de dependência e subdesenvolvimento em relação a um movimento mais amplo de desenvolvimento capitalista global.

O capítulo 3 trata do repertório de ações políticas estratégicas, das mediações e dos princípios políticos do MST e da CSUTCB. Faz uma rápida introdução com base no esquema teórico que Enrique Dussel apresenta na sua Política da Libertação e, com base no material empírico coletado para esta tese, a saber, documentos e entrevistas com dirigentes dos movimentos camponeses e outros/as informantes, identifica as estruturas organizativas que permitem aos movimentos estudados, darem continuidade histórica aos seus processos de luta pela terra.

O capítulo 4 apresenta as relações entre a luta pela terra, a via institucional, a identidade cultural e a consciência de classe. As hipóteses teóricas de diferentes linhas de pensamento são usadas como referencial para um debate da teoria com os depoimentos dos militantes, possibilitando identificar as tensões existentes entre diferentes projetos de sociedade, os limites e as potencialidades da luta pela terra.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO PARA O ESTUDO DA LUTA PELA TERRA

O capítulo primeiro tem o processo investigativo, o objetivo e a metodologia da tese. Apresenta alguns elementos teóricos para avançar no pretendido debate da luta pela terra. Com isso, situa o tema nos limites dos estudos latinoamericanos, especificamente inserido no diálogo entre o pensamento social marxista e o pensamento social anticolonial. O tópico final trata da questão agrária, para assinalar alguns pontos fundamentais, a saber, o latifúndio e a expropriação de terras; o controle e a emancipação do trabalho; a propriedade privada e a propriedade comunal; e a reforma agrária.

No exercício de questionar o pensamento dominante e suas instituições hegemônicas, a filosofia da libertação (Dussel, 2007b) ensina o seu olhar atento para a periferia e identifica neste âmbito geopolítico o espaço propício para o surgimento de novos projetos transformadores, direcionados ao centro e à ordem política vigente. Ficou marcada a influência desta lógica no projeto de pesquisa.

1.1 O PROCESSO INVESTIGATIVO

No texto que segue será apresentado o esforço de definir um objeto, um problema e um método de investigação, atentando às potencialidades e aos limites do conjunto de teorias e empirias reunido. O resultado deste esforço inicial, parcial e indicativo, longe de oferecer certezas e respostas simples, se aproxima mais da formulação de novas perguntas e do reconhecimento de um longo caminho a ser percorrido, na desconstrução das percepções reducionistas sobre o poder¹. Neste tópico do processo investigativo estão apresentados os elementos constitutivos da tese.

O processo investigativo foi muito dinâmico, transitando pelas teorias e pela experiência, retomando as bases do projeto de pesquisa a cada nova fase, buscando dados e revendo conceitos. A construção do conhecimento objetivo nas ciências sociais advém do manejo da teoria, da metodologia e das técnicas de apreensão e análise da realidade (Rojas Soriano, 2001). Não se pode evitar a influência da ideologia na construção do conhecimento, especialmente se tratando das ciências sociais. Ainda que seja freqüente o discurso da neutralidade e mais freqüente ainda a não explicitação das bases ideológicas nas investigações sociais, a maior parte dos trabalhos produzidos de tal forma na universidade resulta em manifestações [deliberadas ou acríicas] da ideologia conservadora.

Pretender aplicar en forma “neutral” las reglas y procedimientos de la metodología científica, para llevar a cabo una investigación, conduce necesariamente a adoptar el punto de vista del positivismo y sus variantes (el funcionalismo y el conductivismo) que buscan, por ejemplo, mejorar la organización de la producción (...) para ayudar a reproducir las relaciones sociales dominantes (Rojas Soriano, 2001, p. 42).

Os pressupostos para a definição do tema e dos objetivos da tese são reconhecidos em um horizonte de convergências do histórico de formação, de militância e de vida da doutoranda², das exigências acadêmicas do Centro de Estudos Comparados sobre as Américas – CEPPAC/UnB, do desenvolvimento das ciências sociais e humanas na América Latina.

Chegar à definição do tema e dos objetivos da tese foi o resultado de um processo de escolhas, que incluiu a difícil tarefa de abdicar de abordagens e de objetos de estudos. Durante meses foi sendo desenhada uma pesquisa que permitisse: comparar sob um tema dois países das Américas; estudar a América Latina a partir das contradições estruturais na formação e no desenvolvimento das nações; reconhecer nos conflitos sociais a história de resistência e luta dos povos pela garantia de reprodução da vida; priorizar intelectualmente autores e autoras do Brasil e da América Latina na fundamentação teórica da investigação e no reconhecimento de um pensamento social autônomo; ampliar e difundir as investigações sobre movimentos sociais, atualizando as análises sobre o tema a partir de novas conjunturas.

Os movimentos de trabalhadores rurais logo se demonstraram interessantes por estarem inseridos no debate político, produtivo, cultural e ecológico. Em sua complexidade geralmente atuam em âmbito local, regional, nacional e internacional. Fazem política “sem

¹ Ver a proposta de Enrique Dussel na Trilogia da “Política da Libertação”.

² A formação teórica da doutoranda neste período de produção da tese se deu no Centro de Estudos Comparados sobre as Américas/UnB, no *Postgrado de Estudios Latinoamericanos/UNAM*, em seminários abertos no Brasil, no México e na Bolívia e em cursos de Educação Popular no Brasil e *Katedra Libre Karl Marx* no México. A participação em espaços de luta

gravata”, organizam-se desde as bases, buscam soluções imediatas para pautas específicas e formulam análises do mundo capitalista global.

A América Latina é um espaço especialmente fértil para movimentos sociais que lutam pela terra (Wolf, 1984, Moyo e Yeros, 2008, Fernandes, 1996, 2006, Giarracca e Levy, 2004, Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000). Como diz Octávio Ianni (1988), na história da criação das nacionalidades latino-americanas desde o início está em curso a luta pela terra e este debate continua atual nos dias de hoje.

As lutas pela terra na América Latina ocorrem fundamentalmente em resposta à vivência de expropriação e exploração capitalista sofrida pelo trabalhador camponês, o desrespeito em relação a suas culturas, a violência com que os camponeses são tratados e a miséria que lhes é legada. A investigação dos conflitos sociais no campo é, ao mesmo tempo, uma crítica aos estudos culturais que negam as questões econômicas e geopolíticas, bem como uma crítica aos estudos econômicos que negam a cultura (e ultimamente negam a importância das análises das relações sociais de produção em detrimento da análise do capital fictício). Em ambos os casos há porta-vozes que chamam de ultrapassado o debate sobre a vida no meio rural, a exploração do trabalho produtivo, a miséria das famílias desempregadas e sem terra, a insatisfação de pequenos proprietários que não dispõem dos meios suficientes para produzir e sobreviver. Há quem diga que o camponês já não existe mais. Contra esta corrente o presente estudo analisa movimentos sociais atuantes no meio rural.

Ainda que por toda a América Latina as famílias de trabalhadores camponeses compartilhem de violações semelhantes, suas lutas sociais assumem as formas de organização mais diversas. Em muitos casos, os movimentos camponeses carregam influências da proposta de luta de classes para construção de projetos socialistas. Muitas vezes têm suas demandas centradas em questões étnico-culturais, pautadas desde a perspectiva de cosmovisões distintas, que questionam a lógica de relação do homem com a natureza. As religiões e a luta pela terra também são aliadas. A luta travada no meio rural tem figurado como importante porta-voz da defesa de convivência harmônica da humanidade com a natureza contra a destruição irracional do meio ambiente.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST reconhecido como o maior movimento social do Brasil e um dos maiores do mundo foi escolhido como objeto de investigação pela ampla fundamentação existente: Bernardo Mançano Fernandes, Michel

e organização social neste período foi sem dúvida relevante em termos formativos, especialmente no DF, Brasil.

Löwy, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Paulo Freire, entre outros. De fato, o MST é apontado em alguns estudos como objeto de análise incompatível para qualquer comparação, já que suas características seriam únicas e incomparáveis. Entretanto, frente à diversidade de experiências de lutas de resistência no meio rural da América Latina, e ao desejo de avanço na integração latinoamericana, resultou em um desafio interessante identificar semelhanças entre dois distintos processos de luta pela terra. Partindo desta premissa, o olhar comparado deve favorecer a análise de limites e desafios da luta e a possibilidade de encontros e desencontros entre movimentos sociais, países e povos latinoamericanos.

A conjuntura política ajudou a definir Bolívia como país a ser investigado e a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos em Bolivia* – CSUTCB – como movimento rural para a comparação, também amplamente estudada em seu país, em estudos de Álvaro García Linera, Silvia Riveira Cusicanqui e Ricardo Calla, por exemplo. A história de realização de uma reforma agrária na década de 50 e a articulação da força política indígena na luta anticolonial com a organização sindical campesina com protagonismo de destaque internacional no início do século XXI, foram decisivas na escolha do objeto para comparação.

Já nos estudos iniciais da tese que colocavam lado a lado MST e CSUTCB foi possível identificar que ambas as organizações participaram de um mesmo ciclo histórico na América Latina. As histórias peculiares destas organizações populares mostraram ambas emergindo na década de 70, com o esgotamento de regimes ditatoriais; lutaram pela democratização; enfrentaram dificuldades nos anos 90 com a implementação de políticas neoliberais nos países; apostaram no apoio a lideranças populares como esperança de um novo horizonte político para sua realidade e seus países. O maior desafio estaria na marcada diferença que a luta pelo reconhecimento identitário e pela autonomia das nações originárias impunha ao movimento campesino na Bolívia.

Epistemologicamente, a teoria política da libertação, tal qual postulada por Enrique Dussel (2007b), ofereceu uma proposta valorosa para o presente trabalho - em continuidade e coerência com o todo da obra do autor - fundamentada em três aspectos: 1. Análise histórica e geopolítica; 2. Compreensão da modernidade como sistema-mundo e análise de seus fundamentos filosóficos; 3. Crítica à ‘ordem política vigente’ traduzida teoricamente e praticamente por movimentos de libertação.

Objetivo

O objetivo da investigação é comparar os processos de luta pela terra no Brasil e na Bolívia, através da análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos de Bolívia – CSUTCB para compreender distintas possibilidades na dialética estabelecida entre o potencial poder político da comunidade e o poder institucional.

Os **objetivos específicos** são:

Identificar nos contextos históricos do Brasil, da Bolívia e da América Latina, para além das particularidades históricas, elementos macrosociológicos influenciando na conformação do processo de luta pela terra do MST e da CSUTCB.

Analisar repertórios de ação, estruturas organizativas e princípios políticos do MST e da CSUTCB, a partir do enfrentamento de conflitos sociais da luta pela terra nos aspectos econômico, cultural e ecológico.

Comparar semelhanças e diferenças da luta pela terra do MST e da CSUTCB e as contradições vivenciadas em relação à ‘ordem política vigente’, para identificar de que forma estes movimentos campesinos se compreendem e se realizam como sujeitos políticos críticos de transformação.

Sobre a escolha dos dois países eleitos: Brasil e Bolívia são vizinhos, com distintas dimensões territoriais e diversidade geográfica, cultural e econômica. As diferenças assinalam a riqueza e a complexidade latinoamericana, mas ambos com forte referência em movimentos campesinos. Apenas a Bolívia passou pelo processo de reforma agrária e, atualmente, estes dois países têm na presidência da república um líder proveniente de movimentos populares. Brasil e Bolívia, por suas características singulares, lingüística, geográfica, etc., quando estudados juntos e comparativamente apresentam a complementaridade importante para a compreensão da especificidade latinoamericana. A análise da luta pela terra na América Latina implica uma imersão no estudo da história, da sociedade, da cultura, da ecologia, da política. Trata-se portanto de um estudo comparado e interdisciplinar.

Sobre as organizações sociais eleitas para serem investigadas, compartilham as seguintes características: articulação popular; capacidade de questionamento político

permanente (nas últimas décadas); posições discutidas e definidas ideologicamente; repertório de ações combativas, não com violência gratuita espontânea, mas sim ações políticas planejadas para denunciar conflitos sociais e busca pela transformação sócio-econômica-cultural, com estruturas de organização e instrumentos políticos. Também é marcada a relação muito próxima com a base, a luta pela autonomia e a construção coletiva de uma institucionalidade, mais ou menos formal, para organizar o potencial de poder político da comunidade.

Estes processos serão analisados sob dois aspectos, o contexto sócio-histórico no qual eles se desenvolvem e o fazer político que eles criam. Isto significa fazer um registro da Política que inicia nas bases, de baixo, desde a organização popular, desde a resistência e da luta pela terra, identificando as ações estratégicas, as estruturas organizativas e os princípios políticos.

O olhar comparado para os distintos processos da América Latina ainda é pouco explorado e o esforço deste estudo inicial guarda também a expectativa de que se ampliem estas iniciativas. O Brasil tradicionalmente posiciona-se de costas para outros países da América Latina e nossos vizinhos, por sua vez, também pouco sabem de nossa história. Uma carência que em nada favorece os processos de construção da democracia e de busca de autonomia no continente. Enquanto voltamos nossos olhos para espelhar-nos na ‘prosperidade’ dos Estados Unidos e na ‘desenvolvida civilização européia’, perdemos a possibilidade de aprender com a riqueza da sociedade, da cultura e da política em *Nuestra América*, como diz José Martí (2002).

Desde uma perspectiva crítica da história dos povos e das nações na América Latina é possível visualizar um processo social violentamente destrutivo de culturas, formas de organização, formas de ser, de saber e de poder dos grupos sociais originários da região (Martí, 2007, Mariátegui, 2005, Dussel, 1994). Neste cenário, os episódios de afirmação da identidade dos povos indígenas, da luta dos camponeses, da busca da alteridade das culturas, já que se apresentam em resposta aos processos colonizadores e neocolonizadores, resultam quase sempre em violentos processos de enfrentamento.

Considerando a diversidade cultural ligada à história das civilizações no continente, se define a hipótese de que a luta pela emancipação pode estar fundada em elementos étnicos, identitários, tradicionais, além de outros possíveis motivos religiosos, ambientalistas, desenvolvimentistas, nacionalistas, político-partidários ou classistas. Cada abordagem tem

diferentes limites e potencialidades, de forma que aparecem tensões e divergências quando as distintas perspectivas se encontram no debate. Uma série de questões é levantada neste sentido. Por exemplo, considerando o aspecto cultural nos movimentos sociais, o foco na identidade não significa uma progressiva submissão ao amplo sistema de opressão e exploração social? Considerando aspectos econômicos e estruturais, como a luta pela terra pode se identificar com a luta de classes? Em termos ecológicos, é possível para o movimento social defender a preservação da ecologia sem questionar o padrão de superprodução e superconsumo da sociedade capitalista?

A hipótese traçada é de que a presença de uma lógica reivindicativa não elimina necessariamente a existência de outra e que, muitas vezes, uma única perspectiva política e teórica não será suficiente para a compreensão do processo de luta. Os movimentos sociais articulam de maneira criativa, heterogênea e fluida suas demandas, formas de organização e estratégias de luta. As próprias concepções de o que seja a terra, a propriedade, a política podem influenciar na identidade de um movimento. Os princípios políticos que norteiam sua luta no geral remetem a produção e reprodução da vida e da comunidade em distintas esferas e estão direcionados para a construção de projetos sociedade.

No processo investigativo, a contextualização se apresenta como um desafio permanente. Analisar um fenômeno social desconsiderando sua historicidade significa descaracterizar este fenômeno. Segundo Fernand Braudel (1974), o cientista social, preparado para prevenir-se contra o evento, deve perceber que os estudos nos tempos de curta, média e longa duração abrem as portas do atual. Na América Latina, o trabalho de Silvia Rivera Cusicanqui (2003 e 1992) sobre camponeses-indígenas na Bolívia, é um exemplo da articulação de memória curta e memória longa para compreender as lutas camponesas.

Não se pretende aqui fazer um retrocesso histórico de 500 anos de exploração cultural e econômica, mas reconhecer a perspectiva histórica como horizonte para compreender a construção social da realidade, examinar comparativamente alguns processos organizativos e princípios da luta pela terra no Brasil e da luta pela terra na Bolívia.

A triangulação teórica favorece uma análise ampla e diversificada, oferece uma possibilidade de visualização dos limites e das potencialidades teóricas, metodológicas, epistemológicas e empíricas e acompanha perspectivas presentes na história dos conflitos sociais na América Latina. Neste sentido, três marcos teóricos são apresentados: a teoria

política de Dussel, a teoria marxista na América Latina e a perspectiva anticolonial.

A filosofia da libertação de Enrique Dussel fundamenta a perspectiva da totalidade política incluindo para além do poder da instituição – *potestas* – o poder da comunidade – *potentia* – atualizado nas ações, nas mediações e nos princípios políticos. Além disso, identifica a co-determinação de ações, mediações e princípios políticos, seja para a manutenção da ordem política vigente, seja para a organização dos movimentos de libertação.

A teoria marxista escolhida como a base para a compreensão estrutural das relações sociais capitalistas, dominantes no mundo contemporâneo, será apresentada a partir de autores clássicos e latinoamericanos, com ênfase na abordagem da teoria da dependência e no socialismo indoamericano, avançando no reconhecimento do papel regional para o desenvolvimento global do capitalismo. As diversas formas de expropriação e de extração e transferência de excedentes da periferia para o centro do sistema desenham os problemas centrais dos enfrentamentos entre forças sociais na América Latina.

A abordagem anticolonial favorece o entendimento da luta dos povos originários para garantir a reprodução de modos de viver distintos dos padrões ocidentais e nesta perspectiva há uma vasta literatura latinoamericana e uma importante referência de produção do conhecimento principalmente na Bolívia.

Na bibliografia foi priorizada a literatura produzida na América Latina, especialmente no Brasil e na Bolívia. A escolha epistemológica do trabalho passa por um questionamento da colonização intelectual à qual América Latina é tradicionalmente submetida, passa pela leitura da produção autêntica, de escritores e escritoras que nascem e vivem em nosso território e, portanto, conhecem mais profundamente a realidade de nossos povos.

Em todos os casos, a presente investigação apresentará uma comparação entre os processos de luta pela terra, levados a cabo por movimentos sociais no campo. Como é o espaço político em que o poder da comunidade se aproxima do poder da instituição? Quando, como e porque ocorrem os conflitos sociais? Que transformações estão no horizonte da luta social?

O amadurecimento teórico-metodológico ficou favorecido pelo período de seis meses de estudos no México, como parte de Estágio de Doutorando no Exterior (PDEE/CAPES), realizado entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009. O plano de estudos incluiu atividades complementares e fundamentais para o projeto de tese. No período de um semestre, ligada ao departamento de pesquisa do Dr. Enrique Dussel, na Universidade Nacional Autônoma do

México – UNAM, foram alcançados os objetivos de ampliar os estudos sobre elementos teórico-práticos para a análise de movimentos sociais na América Latina, com ênfase na história do pensamento latinoamericano, na história da luta pela terra, no desenvolvimento do marxismo na América Latina e na influência de elementos culturais e econômicos para constituição de movimentos sociais.

A imersão nesta lógica de pensamento possibilitou identificar a receptividade da teoria de Dussel para pensar a análise comparada de Brasil e Bolívia. Uma idéia que, segundo as próprias palavras do professor, “caminha de mãos dadas com Marx e Mariátegui” e, portanto, incorpora a compreensão do sistema capitalista como estruturante da política e da cultura de nossa sociedade, bem como possibilita trabalhar com elementos civilizacionais distintos, reconhecendo a existência de outras lógicas que podem organizar as formas de ser, de viver e de poder entre a população do nosso continente.

O trabalho empírico realizado na Bolívia e no Brasil foi muito rico e a investigação propiciou momentos de grande aprendizagem, especialmente quando a vivência esteve acompanhada de uma carga simultaneamente afetiva, cognitiva e prática, favorecendo a compreensão do sentido da luta pela terra.

Metodologia e coleta de dados

A metodologia é qualitativa, comparada e interdisciplinar. A coleta de dados incluiu 36 entrevistas realizadas com informantes do Brasil e da Bolívia, registros da participação de congressos, marchas, acampamentos e encontros políticos, anotações de campo, visitas nos escritórios nacionais dos movimentos e em territórios de organização da base. Um roteiro semi-estruturado foi usado como guia de entrevista (Anexo1).

O critério para escolha dos informantes foi o conhecimento do processo de luta do MST e da CSUTCB. A maior parte dos entrevistados foram dirigentes nacionais, por estarem diretamente vinculados a definições internas dos movimentos, participando das deliberações, participando do planejamento e da execução das ações e tendo a percepção ampla das estruturas organizativas do movimento. Um número pequeno de lideranças regionais ou ligadas à base e informantes que acompanharam o processo sem participar da direção do movimento foram entrevistados a fim de buscar dados complementares e conjunturais. O perfil dos entrevistados proporcionou, sem dúvida, uma riqueza de informações e detalhes sobre o processo da luta pela terra.

No Brasil, entre agosto e novembro de 2009, foram realizadas 15 entrevistas com homens e mulheres dirigentes nacionais do MST e informantes que acompanharam o processo de luta pela terra no Brasil. As entrevistas foram realizadas em momentos de encontros dos Dirigentes Nacionais, quais sejam, o Acampamento Nacional pela Reforma Agrária, em Brasília, reuniões da Direção Nacional do Movimento, em São Paulo, e encontro na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema.

Na Bolívia, 21 entrevistas foram feitas entre abril e junho de 2009, com dirigentes (atuais e antigos) da CSUTCB e de Federações ligadas à Confederação, incluindo uma entrevista em grupo realizada com seis mulheres dirigentes da *Federación Departamental de Mujeres Indígenas de La Paz 'Bartolinas Sisa'*. As lideranças que pertencem à atual gestão da CSUTCB foram entrevistadas na própria sede da Confederação. Antigos dirigentes tiveram encontros agendados. Também foram entrevistados informantes que acompanharam o processo do movimento de luta pela terra na Bolívia, que ofereceram importantes dados de contexto e conjuntura. O trabalho empírico na Bolívia foi predominantemente feito na região do Altiplano, em La Paz, El Alto, Achacachi, Huarina. A passagem pelas terras médias, em Cochabamba, Chapare, Los Yungas e pelas terras baixas, em Santa Cruz, foi muito rápida e isso pode definir, para o trabalho, a predominância de um viés inclusive político, característico da região das terras altas, onde a população é predominantemente aymara.

Importante falar da beleza do trabalho de campo, da coleta de dados e da importância da oportunidade de participação em momentos de luta das organizações. A coleta de dados foi muito gratificante e provavelmente o momento da pesquisa de maior aprendizagem, já que a conversa com dirigentes e militantes, a visita aos espaços construídos pelos movimentos, a participação em marchas e congressos, a visita a feiras, às comunidades, aos assentamentos e acampamentos, à comuna urbana, aos escritórios do movimento, dos sindicatos, das federações e da confederação e aos centros formativos integra a experiência prática e a afetividade ao conhecimento. Ainda que o tempo para a coleta de dados tenha sido pouco, conhecer de perto as estruturas organizativas, participar de mobilizações e observar a realidade das comunidades, finalmente foi o que permitiu uma aproximação à compreensão do sentido da luta pela terra realizada pelos movimentos sociais.

Análise de dados

Outro processo bem distinto é o de análise de dados e redação do texto da tese. Frente

ao objetivo acadêmico de análise, síntese, redação e apresentação de um texto ‘digerível’, o volume de informações possíveis de serem trabalhadas e materiais e documentos coletados, pareceram num determinado momento um acúmulo imenso e desordenado de conteúdos muito distantes da forma textual e difíceis de serem traduzidos com razoável fidedignidade no formato de tese. Os métodos de tratamento de dados das ciências sociais, ainda que resultem impreterivelmente na deformação da realidade, são fundamentais para o cumprimento dos objetivos de pesquisa. A apresentação dos dados, a análise e a interpretação dependem de uma imersão metodológica muito distinta do momento anterior.

Os dados primários foram tratados da seguinte maneira. Todas as entrevistas³ foram gravadas com consentimento dos/as informantes para favorecer a fidedignidade das falas. Os nomes de informantes tiveram autorização verbal para divulgação. O material em áudio foi transcrito por uma equipe de mulheres que fizeram o serviço técnico de transformar as gravações em texto. Entrevistas feitas em espanhol foram transcritas por *hispano-hablantes*, da Bolívia, da Argentina e da Colômbia. Entrevistas feitas em português foram transcritas por brasileiras. O texto produzido pela degravação das entrevistas foi cuidadosamente revisado e serviu como a principal base do material empírico da tese. Todo o material foi submetido à análise de conteúdo.

A análise das entrevistas foi processada metodicamente com o auxílio de uma tabela de dimensões e categorias construída para este objetivo (Anexo 5). O instrumento facilitou agrupar o conteúdo das diferentes dimensões e categorias analíticas para a comparação da organização política do MST e da CSUTCB. Grande parte dos indicadores se manteve tal como planejado *a priori* com base na fundamentação teórica, em entrevistas piloto e nos estudos preliminares de contexto histórico. Cada dimensão ficou caracterizada por uma cor para facilitar o reconhecimento. Ao final da tabela ficou estipulado um espaço para temas que se desenvolveriam *a posteriori* em ambos os movimentos, demarcando categorias relevantes para a luta pela terra, mas que não estavam reconhecidas no projeto de pesquisa.

A investigação teórica e documental também se valeu de pesquisas e dados secundários feitas em bibliotecas e centros de documentação do Brasil, Bolívia e do México.

Uma observação importante acerca da escolha de dirigentes nacionais como principais informantes para o material empírico coletado é que estes revelam em ambos os casos a perspectiva de um grupo organizado nacionalmente, capaz de traduzir a demanda camponesa

³ Ver a lista de entrevistas realizadas no Brasil e na Bolívia, no final do trabalho.

em movimento político. Entre estes grupos, há processos de escolha de representantes e há pessoas autorizadas a falar de forma delegada por um conjunto mais amplo de ‘camponeses sem terra’ no Brasil ou de ‘camponeses indígenas’ na Bolívia. Estas mediações políticas, criadas por fora do sistema institucional hegemônico, permitem aos pobres do campo criar estratégias coletivas, manter sua organização com permanência no tempo, debater a representatividade interna e reconhecer a si mesmos como sujeitos políticos. O enfoque valoriza a potencialidade de organização política dos movimentos sociais em âmbito nacional e, ao fazer isso, deixa de explorar perspectivas distintas, como seria, provavelmente, a do estudo junto às bases dos movimentos.

Há muitas outras experiências organizativas em movimentos sociais no Brasil, na Bolívia e na América Latina, distintas dos casos estudados e tal diversidade não será retratada nesta ocasião. Portanto, muitas abordagens e experiências importantes ficarão de fora deste estudo que se aprofunda apenas em um recorte da realidade.

A triangulação metodológica se dá pela análise dos contextos históricos, pela identificação e análise dos distintos repertórios de ação e estruturas de organização e pela comparação de princípios políticos críticos de ambos os movimentos. Os/as informantes contribuem com interpretações próprias sobre a realidade, sejam expressos em entrevistas, documentos produzidos em assembleias e congressos, atos e marchas planejadas e postas em prática, bancos de dados estatísticos organizados, livros ou outras teses escritas, conteúdos que ainda passam pela reinterpretação da pesquisadora. A este esquema de triangulação metodológica, Thompson (2000) chama de hermenêutica de profundidade.

O objetivo da reflexão apresentada em forma comparativa é avançar na produção do conhecimento a partir de dois referenciais teórico-empíricos, e apreender das semelhanças e diferenças encontradas, um pouco mais sobre a história da América Latina. O tema já investigado isoladamente em ambos os países, tem uma originalidade centrada neste olhar comparado.

Comparação

Algumas referências de estudos comparados que contribuíram na formulação do projeto de pesquisa serão rapidamente citadas. Eric Wolf, antropólogo interessado no estudo dos camponeses, em seu livro *As guerras camponesas do século XX* (1984), desenvolveu com maestria uma revisão antropológica de casos de rebelião e revolução em que os camponeses

foram os principais atores. Os casos estudados foram México, Rússia, China, Vietnã, Argélia e Cuba. O autor focaliza o envolvimento camponês na política recorrendo às abordagens tradicionalmente feitas por economistas, cientistas políticos, sociólogos e psicólogos sociais. Desde a antropologia tenta precisar a que espécie de camponeses se refere quando trata das sublevações políticas, mostra sua preocupação com a microsociologia nas aldeias e reflete sobre um conjunto de grupos mediadores que se situam entre o camponês e a sociedade mais ampla da qual ele faz parte.

Darcy Ribeiro, no texto *As Américas e a civilização* (2007 [1967]), analisa o processo de formação e as causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos, através da construção de um painel das três Américas, revê a trajetória das sociedades mais desenvolvidas e aponta possíveis caminhos para as sociedades mais atrasadas. A maioria das nações americanas, conforme o autor, evoluíram pela via da *atualização histórica*, ou seja, “sofrendo o impacto de sociedades mais desenvolvidas tecnologicamente, são por elas subjugadas, perdendo sua autonomia e correndo o risco de ver traumatizada a sua cultura e descaracterizado seu perfil étnico” (Ribeiro, 2007 [1967], p. 32). Na comparação o autor percebe que não ocorreu na América Latina processos como o de sociedades que a partir de uma *aceleração evolutiva* dominam autonomamente uma nova tecnologia, progridem socialmente e preservam seu perfil étnico-cultural. Houve sim um processo de dominação, num primeiro momento integrando-se ao capitalismo mercantil, como formações coloniais de vários tipos; num segundo momento ao se incorporarem ao imperialismo industrial, como áreas neocoloniais.

Richard Morse (2000), no trabalho intitulado *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*, utiliza a metáfora do espelho para refletir a “busca” dos países da América do Sul em obter a imagem dos “prósperos” Estados Unidos. O esforço de Morse volta-se para mostrar a mensagem cultural de Íbero-América, valorizando a autenticidade literária do realismo mágico e encantado, a cordialidade, o humanismo próprio e a política permissiva de um Estado tutelar em contraste com uma Anglo-América fortemente marcada pela racionalização, influenciada pelas idéias científico-materialistas de Bacon e Hobbes, valorizando a consciência privada, a ordem e o produtivismo, a literatura pragmática e científica, desenvolvida sob a ideologia da democracia dos Estados Unidos como ideal de liberalismo político e liberalismo econômico conforme Toqueville. Em seu projeto comparativo, Morse critica a reprodução da colonização intelectual e valoriza o

amadurecimento da literatura Ibero-Americana quando assume a responsabilidade de expressar seu mundo como centro e não como periferia.

Álvaro García Linera (2008), no livro *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia*, descreve e analisa as estruturas de mobilização, os repertórios culturais e a ação política dos principais movimentos populares na Bolívia. Raúl Zibechi (2008), no livro *Autonomías y emancipaciones*, onde retrata um mapa de movimentos sociais em *nuestra América* atento às fronteiras políticas entre autonomia e hegemonia, entre as formas verticais e tradicionais de fazer política do Estado e as formas horizontais geradas pelos movimentos sociais com novas práticas de emancipação. A organização de textos coordenada por Sam Moyo e Paris Yeros (2008) no livro da CLACSO, *Recuperando la Tierra*, analisa o ressurgimento de movimentos rurais na África, Ásia e América Latina, desconstruindo a idéia de que a expansão do capitalismo eliminou a questão agrária. O trabalho identifica o fracasso do imperialismo em responder ao deslocamento rural e urbano e em resolver a questão agrária.

As obras citadas têm enfoques diversos, mas todas serviram como exemplo, em primeiro lugar para a reflexão sobre a complexidade e a dificuldade de realizar um trabalho comparativo e, em segundo lugar, para apontar a riqueza de resultados que provém do esforço de um estudo comparado.

A presente comparação vai estudar o Movimento Sem Terra no Brasil e a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia pressupondo que os processos de luta pela terra na América Latina podem questionar o significado hegemônico da política.

1.2 SUJEITO POLÍTICO: O CAMPONÊS EXISTE?

Uma questão controversa no movimento camponês é que a análise do sistema capitalista mostra a tendência à crescente urbanização e proletarização, fenômeno que organizaria a transferência de trabalho do campo para atividades urbanas, modernizando o

setor rural e levando ao fim todo o modo de vida camponês. A industrialização do próprio campo, com a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio transforma camponeses em assalariados.

O desenvolvimento do capitalismo expande a lógica industrial das cidades para o meio rural⁴, leva a uma proletarianização crescente do trabalhador do campo, substitui as formas de propriedade comunal da terra pela propriedade privada e destrói progressivamente qualquer tradição e cultura que seja obstáculo para a reprodução do capital (Marx 2005 [1867]).

A tese do fim do campesinato é debatida entre diversas correntes políticas, da esquerda revolucionária à direita conservadora, e tem conseqüências práticas. Análises realizadas sobre este argumento definem como obsoletos os programas de reforma agrária, neutralizam a questão agrária, negam a relevância da reflexão do camponês como sujeito político e, teoricamente, quando radicalizadas, eliminam esta categoria de análise. Desta forma, as investigações sobre o tema se obrigam a responder, afinal, o camponês existe?

Qualquer resposta, afirmativa ou negativa, parece conter uma orientação política sobre o objeto de estudo. A perspectiva sócio-econômica adotada neste trabalho é que o campesinato segue como população demograficamente relevante na América Latina e no mundo⁵. Apesar de ter sido absorvido pela “semiproletarianização”, devido à “expulsão” de parte substantiva das famílias camponesas pelo capital e à dificuldade de reprodução social de comunidades no campo, os camponeses seguem como sujeitos sociais e políticos (Moyo e Yeros, 2008).

O camponês ou o povo indígena não são sujeitos coletivos de cultura imediatamente politizada⁶. Entretanto, estes grupos são portadores de um grande potencial para se organizarem como força política (Dussel, 2007a). É preciso considerá-los em suas relações históricas e sociais, em seu processo formativo e reconhecer os elementos práticos em cada situação. À margem das políticas oficiais, agarrados na vontade-de-viver, os ‘condenados da terra’ se organizam em lutas pela libertação e por melhores condições de vida. Na América Latina os camponeses figuram como importantes sujeitos políticos na luta popular.

Toda revolução popular na América Latina conta com segmentos camponeses, quando não arranca do mundo camponês. A história de Tupac Amaru, Wilca, Antônio Conselheiro, Zapata, Villa, Sandino e muitos outros,

⁴ Enquanto cresce a força produtiva no campo, o principal setor econômico torna-se o industrial. O capitalismo age sobre o campo industrializando a terra e transformando a terra em mercadoria, ampliando a indústria rural e fazendo da agroindústria um dos principais setores produtivos (Mészáros, 2005).

⁵ Dados demográficos do campesinato na AL, no Brasil e na Bo aparecem no capítulo de contexto histórico.

⁶ Crítica sustentada por Bourdieu (2004) contra a reificação do objeto de pesquisa.

desde os tempos coloniais até o séc. XX, passa pelo grito: - Terra e liberdade! (Ianni, p.17, 1988)

Há uma potência de poder político nas bases sociais que pode realizar-se efetivamente, através de ações estratégicas e mediações que se estendem para além de episódios de enfrentamento. Atualmente, o estudo dos movimentos sociais favorece esta reflexão. Como pode um projeto político partir da simplicidade dos homens e das mulheres do campo, tão longe da institucionalidade governamental e das instâncias executiva, legislativa e jurídica oficiais? Que potencial de crítica e transformação têm os camponeses enquanto sujeitos políticos? Que repertórios de ação e estruturas de organização podem ser identificadas? Que projetos de sociedade fundamentam a luta pela terra na América Latina?

Conceitualmente, o movimento social pode ser entendido como um termo contemporâneo usado para designar o choque de interesses que permanentemente se passa na sociedade. Conforme Joel Rufino dos Santos (2008), enquanto fenômeno, o movimento social é universal e histórico. Não se trata de um fenômeno específico e particular de nosso tempo; a sua designação, sim, que é contemporânea. Podemos dizer também que o termo em si não equivale à organização social porque, embora encontre muitas vezes na organização social o instrumento institucional que lhe dá forma, mais se aproxima de uma dinâmica social.

Os conflitos contemporâneos, que não se escondem sob os mitos do progresso e do desenvolvimento, ajudam a desenhar a história das Américas e nossas relações sociais. Das contradições do capitalismo e do colonialismo pode se organizar um poder da comunidade, aparentemente improvável e imprevisto. O potencial de libertação da luta pela terra, entre outras lutas sociais, é insuportável pela ordem política vigente, mas se configura como força atuante no conjunto da política e está expresso nos movimentos sociais latinoamericanos.

A organização camponesa está entre as forças políticas populares importantes na realidade latinoamericana. Para além da relação tutelada que historicamente se estabelece entre os povos indígenas, os camponeses e o Estado, para além da exclusão e das teses de apatia social, existe uma história de resistências e de lutas camponesas. O estudo da relação entre o potencial poder político da comunidade e o poder da instituição aponta, conforme ensina Enrique Dussel (2007a, 2007b), para uma crítica à pretensão da totalidade da política. Neste sentido, o estudo da política através dos movimentos sociais, rompe com o reducionismo do viés institucionalista, normativo e formal.

1.3 O PODER POLÍTICO DA COMUNIDADE E O PODER DA INSTITUIÇÃO

Na concepção sustentada na obra de Dussel (1996, 2006, 2007), a Política tem o objetivo simples da garantia da reprodução da vida da comunidade nas suas condições materiais, nos seus aspectos econômicos, culturais e ecológicos. O poder político é analisado em dois momentos fundamentais e distintos: um momento institucional bem como um momento anterior, comunitário e potencial, de onde emerge o seu conteúdo material radical. Dussel identifica esses dois momentos como *Potentia*, o conteúdo material da política, e *Potestas*, a necessária institucionalização.

O poder político da comunidade é chamado por Enrique Dussel (2007a) de *potentia*. O autor, com base em profundas pesquisas de filosofia política, e com importante referência à obra de Marx⁷, afirma a reprodução vida como o critério primeiro e último da política.

Segundo Dussel (2007a), a unidade política por excelência é o *pueblo* ou a comunidade política. Neste espaço onde se encontra o sujeito coletivo primeiro e último do poder, há uma “vontade-de-vida” que representa a mais genuína possibilidade de ação política, seja no sentido de atribuir o conteúdo à política, seja no sentido de legitimar o exercício do poder por um representante, permitindo o funcionamento institucional. Há uma potência que pode impulsionar comunidades para grandes ações frente ao desejo de ampliação da vida e frente à ameaça da reprodução da vida, em suas diferentes esferas.

O ponto de partida da política é a *potentia*. É o conteúdo político que trata da reprodução da vida, que está ligada às necessidades vitais, ao desenvolvimento das condições materiais para o viver, no âmbito econômico, cultural ou ecológico. Esse poder político pertence ao povo, contudo, está indeterminado na comunidade. Ainda não está constituído como poder organizado, embora já exista num momento fundamental, não atualizado, como força e como possibilidade.

Diferentemente da ação política institucional, muitas vezes burocratizada e corrompida, o poder da comunidade é a essência *positiva* do poder político. O que podemos chamar de conteúdo do poder fica determinado pela necessidade de sobrevivência ou pela “vontade-de-

⁷ Para Marx, a categoria geral que constitui todas as outras é o trabalho vivo; daí deriva a mercadoria e o valor de troca.

vida” dos membros da comunidade. Este, conforme Dussel (2007a) é o fundamento material da definição de poder político.

Potentia é, assim, o ator político em sua possibilidade de ação política. É a ‘vontade de viver’ que permite atuar e que necessita de meios materiais para realizar-se. O exercício do poder é sempre a sua atualização em um poder institucional. Visto que o poder da comunidade como *potentia* está indeterminado, a necessária institucionalização da comunidade é o momento em que esta decide dar a si própria um governo.

O **poder da instituição** constitui o que Dussel (2007a) chama de *potestas*. Quando a comunidade política se afirma como poder instituinte, há um momento de passagem da *potentia* para a constituição de poder organizado, a *potestas*, onde o poder institucional é delegado a um representante eleito. Com o objetivo de alcançar fins diferenciados, decide-se organizar funções e, assim, a política cria instituições, nas quais se pode realizar o exercício “delegado” do poder.

O que é um momento fundamental para impulsionar as ações de forma legítima e não autoritária, pode ser também o início de um caminho para a estagnação. “A política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*” (Dussel, 2007a, p. 33).

Enquanto o sentido singular e privado de uma ação se realiza em nome próprio, o exercício delegado e público do poder é a ação que se cumpre em função do todo. O fundamento do poder institucional, segundo Dussel, é o poder da comunidade: aquele que exerce o poder delegado, o faz ‘por outro’, pois aí está a origem de seu poder; o faz ‘como mediação’; que é o conteúdo de seu poder; e o faz ‘para o outro’, sendo esta a sua finalidade.

Há uma tendência em que, nos primeiros momentos de sua criação, as instituições respondem efetivamente e positivamente a reivindicações populares, de forma criativa e criadora, representando um espaço disciplinar que favorece a realização dos desejos e necessidades da comunidade. Num segundo momento, a instituição simplesmente cumpre com as exigências necessárias à reprodução da vida. Entretanto, com seu desgaste, a instituição faz-se corrompida, burocrática e auto-referente. “Quando isso acontece, a mediação inventada para a vida e para a democracia, e seu aumento, começa a ser um caminho para a morte, a repressão, a dominação” (Dussel, 2007a, p. 35).

Quando o fundamento da *potestas*, ou seja, o poder que deveria ser exercido delegadamente, desconecta-se da *potentia*, que é o poder do próprio povo, orientada pelo critério de reprodução e aumento da vida, ele se absolutiza e apresenta a pretensão de fundar-

se em si mesmo, de forma auto-reflexiva ou auto-referencialmente. O poder exercido delegadamente, que deveria ser obediencial e estar a serviço da comunidade, desconecta-se do poder do próprio povo. Funciona como uma instância autônoma, extrínseca, dominadora e que, ao beneficiar um grupo minoritário, paira acima de seu poder originário que vem da comunidade, gerando um poder fetichizado⁸ onde as reivindicações populares nunca poderão ser cumpridas.

A reflexão sobre *potentia* e *potestas*, e a dialética estabelecida entre o potencial poder da comunidade e o poder institucional, permite aprofundar a compreensão de movimentos sociais. Após aprofundar a análise teórica da política, especialmente na “ordem política vigente” e hegemônica, Dussel mostra que é da periferia do sistema, deste espaço onde a comunidade não encontra formas de desenvolver a vida social, que pode emergir a crítica transformadora das instituições políticas.

Assinalada a preocupação em romper com a análise institucionalista da política e voltar-se às condições de reprodução da vida da comunidade, surge uma segunda questão: nem o viés meramente economicista, nem a abordagem estritamente culturalista, parecem responder aos anseios de um foco mais amplo que está geralmente presente no pensamento social latinoamericano. A seguir serão apresentados alguns elementos do pensamento social latinoamericano que se fazem presentes nos processos de luta pela terra estudados.

1.4 PENSAMENTO SOCIAL LATINOAMERICANO

O pensamento e a ação fazem parte de uma unidade indissolúvel e isso se reflete na construção teórico-metodológica para a análise do problema da terra. A ideologia que fundamenta projetos de sociedade busca realização através de mobilizações sociais e contribui na construção histórica dos povos. Sempre há idéias e princípios, estejam explícitos ou implícitos, que impulsionam os processos de ação coletiva. Ações, instituições e princípios aparecem co-determinadas na política.

⁸ Sobre a fetichização do poder, ler a Tese 5 do livro *20 teses de política*, de Enrique Dussel (2007).

A história não é uma sucessão linear de eventos inquestionáveis. Enquanto interpretação dos fatos pode ser compreendida pelo que diz e pelo que cala. Enquanto narrativa sobre a realidade, melhor poderia ser contada através de uma espiral ascendente, com avanços e retornos. A reflexão sobre as idéias que impulsionam a luta pela terra na América Latina tem essa complexidade, influências do pensamento ocidental e dos processos históricos que têm a Europa e a Ásia como centro de referência, por um lado. O pensamento originário e o processo histórico autêntico, por outro.

Seguindo esta consideração, o pensamento social neste trabalho será tratado a partir da confluência do pensamento anticolonial e do pensamento marxista na América Latina. Tal confluência de distintas temporalidades resulta em sínteses singulares. A história do marxismo na América Latina é a expressão do pensamento de Marx e seus seguidores, desde a Europa do século XIX, tendo como exemplos míticos os processos revolucionários que fizeram enfrentamento de classes [especialmente a Revolução Russa de 1917]. Esta vertente se apresenta na vida política e ideológica da América Latina muitas vezes incorporando elementos de civilizações anteriores à chegada dos europeus, porque a herança deixada por culturas milenares no continente sobrevive nos dias atuais, na memória histórica dos povos, nas formas de ser, de saber e de poder latinoamericanas. A história de *Nuestra América*, para usar as palavras de José Martí, nos faz remeter à cultura de povos originários destas terras, buscando força nos exemplos míticos de experiências de luta, heróis, heroínas e processos históricos autênticos.

Exemplo de ‘hibridismo’ teórico político é o pensamento anticolonial que tendo como horizonte sua cosmovisão indígena e como objetivo de luta a defesa étnica e a defesa da vida comunitária, desde um espectro cultural pouco ocidental, frequentemente se utiliza do instrumental analítico marxista para orientar suas ações estratégicas e sua organização.

Conforme Zapata (2001), o discurso político latinoamericano teve que enfrentar-se de forma particular com questões como o nacionalismo (para realizar as lutas de independência), o antiimperialismo (contra a entrada da economia norte-americana), o nacionalismo revolucionário (para defender um projeto nacional baseado na unidade dos grupos sociais, evitando o confronto de classes), e o socialismo (para enfrentar o capitalismo e destruir com a propriedade privada dos meios de produção num processo de luta de classes)⁹.

⁹ Entre os pensadores latinoamericanos que analisaram nossa realidade e contribuíram na construção histórica está José Martí (Cuba, 1853-1895), José Ingenieros (Argentina, 1877-1925), Luis Emilio Recabarren (Chile, 1879, 1924), Julio Antonio Mella (Cuba, 1903-1929), José Carlos Mariátegui (Peru, 1894-1930), Haya de la Torre (Peru, 1895-1979), Fausto Reinaga

Pensamento anticolonial: a colonização do ser do saber e do poder

A colonização do continente foi responsável por um absurdo genocídio que reduziu drasticamente a população regional. Os sobreviventes foram catequizados e submetidos a uma nova organização social, processo ao qual Pierre Clastres (2004 [1974]) chamou de etnocídio.

As instituições sociais no marco do moderno Estado-nação têm uma ética e uma política implícitas. A epistemologia monocultural, segundo Walter Mignolo (2006) que fundamenta o projeto político e civilizacional moderno dominante tem características definidas, tais como a valorização do Ocidente; o reconhecimento de uma realidade independente de representações, fundada na objetividade dos fatos; a concepção de que a verdade é objetiva; a valorização do racionalismo ingênuo e do empirismo; a pretensão da validade de universalização de valores ocidentais para todas as culturas. “O controle do conhecimento opera fundamentalmente na economia e na teoria política. A filosofia neoliberal prioriza o mercado e os conceitos de democracia e de liberdade, ligados ao mercado” (Mignolo, 2006, p.13). O colonialismo age na negação sistemática da outra cultura, através de uma determinação furiosa que nega ao outro todos os atributos de humanidade, de forma tal que obriga aos dominados a se perguntarem continuamente: ‘na realidade, quem sou?’

A composição étnica dos países da América Latina é reveladora, conforme mostra a Enciclopédia Latinoamericana¹⁰.

- No Equador, estão registrados: Mestiços de ameríndios e brancos 65%; Ameríndios 25%; Brancos 7%; Negros 3%.
- Na Guatemala: Mestiços de ameríndios e brancos 55%; Ameríndios 43%; Brancos e outros 2%.
- No Peru: Ameríndios 45%; Mestiços brancos e ameríndios 37%; Brancos 15%; Negros, japoneses, chineses e outros 3%.
- Na Colômbia: Mestiços de brancos, ameríndios e negros 58%; Brancos 20%; Mestiços de brancos e negros 14%; Negros 4%; Mestiços de brancos e ameríndios 3%; Ameríndios 1%.
- Na Bolívia: Quechuas 30%; Mestiços brancos e ameríndios 30%; Aymaras 25%; Brancos 15%.
- No Brasil: Brancos 53,7%; Mestiços de brancos e negros 38,5%; Negros 6,2 %; Outros 1,6 (incluindo aí os povos indígenas). Para o ISA, os 227 povos indígenas contemporâneos no Brasil somam cerca de 600 mil pessoas, o correspondente aproximado a 0,2% da população total do país.

(Bolívia, 1906-1994), Ruy Mauro Marini (Brasil, 1932-1997), Caio Prado Júnior (Brasil, 1907-1990), Theotônio dos Santos (Brasil, 1936-), Florestan Fernandes (Brasil, 1920-1995), René Zavaleta (Bolívia, 1937-1984), Salvador Allende (Chile, 1908-1973), Fidel Castro (Cuba, 1926-), Che Guevara (1928-1967), etc. Para sínteses e organização de textos de pensadores latinoamericanos, ver Francisco Zapata (2001), Fomet-Betancourt (2001) e Michael Löwy (2006).

¹⁰ A fonte dos dados está especificada no verbete de cada país da Latinoamericana (Sader, 2006).

A luta pela reprodução dos modos de vida de uma comunidade, pela manutenção de seus costumes tradicionais e sua forma de lidar com a terra se traduz em uma luta anticolonial. Modos de vida anteriores aos da modernidade seguem atualmente se reproduzindo, se transformando e construindo projetos para além da modernidade (Dussel, 2007b). São muitas as experiências de povos que tentam converter seus modos de subsistência em alternativas ao capitalismo e ao colonialismo (Zibechi, 2008).

No ano de 1992 as comemorações dos 500 anos de descobrimento das Américas retomaram a crítica ao processo de colonização no cenário social e certamente impulsionaram tanto a processos de reivindicação identitária dos povos indígenas quanto à produção teórica sobre o tema na América Latina.

Transformar o modelo de poder padrão e colonizado faz parte de uma necessária política de combate. Ao desenvolver o pensamento anticolonial, frente à realidade da guerra de independência na Argélia, Frantz Fanon (2005 [1961]) analisa que a descolonização é sempre um fenômeno violento e um processo revolucionário não é possível e nem libertador se resulta como cópia do modelo de luta europeu. Traça também a dialética entre colonizador e colonizado.

Quando Aníbal Quijano (2007) escreve sobre a colonialidade do poder, marca um distanciamento com perspectivas que têm o pensamento eurocêntrico como base. Conforme o autor, a produção da identidade latino-americana implica, desde o início, uma trajetória de inevitável destruição da colonialidade do poder, uma maneira muito específica de descolonização e de liberação, que seria a des-colonialidade do poder. As questões referentes ao debate indígena, por exemplo, só podem ser feitas em relação à colonialidade do padrão de poder vigente (Quijano, 2006).

Para um processo de libertação desde formulações teóricas eurocêntricas é necessário realizar um giro epistêmico, que consiste em mudar a geopolítica do conhecimento e mudar o lugar de enunciação epistêmica, política e ética. Segundo Mignolo (2006), a *colonialidade* aparece como um conceito fundamental cuja lógica opera em três diferentes níveis: colonialidade do poder; colonialidade do saber; colonialidade do ser. A discussão do conceito parte de algumas questões apresentadas pelo autor: Somos capazes de pensar para além da lógica da modernidade e da colonialidade? Somos capazes de imaginar algo para além das formas de pensamento, de teoria política e de teoria econômica que conhecemos? A ciência e a tecnologia têm uma ética e uma política implícitas? As respostas apontam na direção de que

se não houver outra forma de pensar politicamente e economicamente, então não haverá maneira de desprender-se da colonialidade do saber e do ser.

Diversas abordagens tratam do referencial de identidade cultural e da luta anticolonial¹¹. Foram elementos centrais no pensamento latinoamericano algumas questões marginais para o pensamento europeu, como, por exemplo, as questões étnicas relativas à população indígena e à população negra.

A rapidez do processo de conquista, de colonização e de expansão capitalista faz com que as instituições ocidentais divulguem a sua ‘pretensão’ de totalidade política no mundo todo. A idéia do Estado que cumpre a sua função de dirigir a sociedade de acordo com os interesses da classe burguesa dominante ultrapassa as fronteiras, num processo de globalização da economia e da cultura. O capitalismo em sua ideologia precisa esconder, justificar, universalizar e fragmentar a realidade. Para se manter hegemônico, realiza um processo de alienação social do sentido do trabalho e da função da exploração do trabalhador pelo capitalista na manutenção deste sistema (Marx, 2003 [1867]) e, pelo mesmo motivo, ao chegar em outros territórios, realiza um processo de encobrimento de culturas não ocidentais (Dussel, 1994, Dussel, 2007b). Antes do marxismo se expandir para o mundo, certamente é o capitalismo que se globaliza.

Pensamento marxista: o papel da América Latina no capitalismo mundial

A problemática do desenvolvimento da América Latina como processo integrado ao desenvolvimento do sistema capitalista mundial também gerou um pensamento autêntico no continente. As economias do centro e da periferia estão estreitamente ligadas a um sistema global (Lênin 2009 [1916]) e desenvolvem papéis específicos em uma divisão internacional do trabalho. Esta abordagem é estudada na economia e na sociologia entre os teóricos marxistas da dependência, que tentam responder: como cada uma de nossas sociedades nacionais deve ser entendida dentro de uma dinâmica mais geral, considerando sua inserção histórica na expansão do capitalismo mundial? Que elementos do desenvolvimento do capitalismo mundial conformam o contexto sócio-histórico e político latinoamericano?

¹¹ Na produção intelectual na América Latina encontramos autores que tratam a questão cultural regional atravessando o político, tais como José Carlos Mariátegui, Octávio Ianni, José Martí, Milton Santos, Enrique Dussel, Eduardo Galeano e outros. Especialmente na Bolívia, estão Fausto Reinaga, Xavier Albó (1985), Silvia Riveira Cusicanqui (1992, 2003), Pablo Mamani (2004, 2005), Felipe Quispe (2007), Álvaro García Linera (2007).

A produção intelectual problematizou as funções que cumprem os países da América Latina na economia capitalista mundial (Marini, 1977) partindo da realidade para analisar o sistema em seu conjunto, a nível nacional e internacional, para o desenvolvimento do capitalismo em países subdesenvolvidos / periféricos e no mundo¹².

O sistema do capital mundial se constitui no pano de fundo do processo econômico, social e político dos países, condicionando um conjunto de acontecimentos das realidades nacionais. A compreensão do desenvolvimento de países latinoamericanos está estreitamente ligada à expansão do capitalismo no mundo. Conforma-se um antagonismo conflitivo entre a tendência de globalização do capitalismo no padrão de poder dominação / exploração / apropriação e o resto das experiências civilizatórias em lutas de resistência e de transformação (Gandarilla Salgado, 2006).

O projeto capitalista definiu uma estratégia de desenvolvimento na América Latina, onde as demandas estão voltadas para o mercado externo e onde o mercado interno não tem centralidade. Os estudos mostram como a importância da dinâmica do investimento econômico estrangeiro na economia latinoamericana deve refletir prioritariamente no setor de exploração de recursos naturais e de exportação de matéria prima para os países desenvolvidos do centro do capitalismo.

Se formos aos textos clássicos de Marx no século XIX há pouquíssimas referências sobre a América Latina. Tais referências podem ser encontradas na obra de José Aricó (1992), que fez o trabalho de compilar esses textos e analisá-los no livro intitulado *Marx y America Latina*.

A escassa reflexão sobre nosso continente na obra de Marx encontra no eurocentrismo do pensamento moderno uma das suas explicações. A base do Marxismo é eurocêntrica. Retomando a síntese de Lênin (1979 [1913]), as três fontes constitutivas da obra de Marx foram: o método materialista dialético (influência da filosofia alemã), a perspectiva da revolução e da luta de classes (tradição do socialismo francês) e a teoria do valor na relação capital-trabalho (com referência na economia política inglesa). Os três principais pilares da

¹² No Brasil, especialmente, encontra-se uma corrente teórica fortemente identificada com esta linha de pensamento, na obra de Celso Furtado, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Milton Santos, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini, e outros, com particularidades que não serão aprofundadas nesta ocasião.

teoria marxiana são as bases do melhor pensamento revolucionário na sociedade europeia do século XIX¹³.

Os grandes ideólogos ocidentais construíram uma teoria do Estado, da economia moderna, da moral, etc. tendo a Europa como referência civilizatória. Hegel, na *Filosofia da história* sequer cita a América Latina como civilização. A Ásia e a África foram apontadas pelo filósofo como continentes não desenvolvidos, mas, ainda assim, foram reconhecidos como espaços com possibilidade de desenvolvimento do Estado e da razão. Na América Latina, por sua vez, onde os países estariam na “infância” da história, conforme Hegel, não poderia haver Estado. Tomando sua própria lógica dominante como uma totalidade econômica, social e política, o eurocentrismo omite o tema do colonialismo e da violência irracional cometida contra as civilizações do além mar (Dussel, 2007b).

Havia poucas informações sobre a América Latina na Europa no século XIX e as referências eram contraditórias. O débil cenário intelectual sobre o tema se vê refletido na produção teórica de Marx, que calou sobre o debate do capitalismo na América Latina, deixando grandes desafios. Muitos pensadores latinoamericanos consideram que o que a dialética materialista de Marx fez com a dialética idealista de Hegel, tirando-a de ponta-cabeça para colocá-la com os pés no chão, não foi feito com a concepção hegeliana sobre o Novo Mundo. Ficou o desafio para as gerações futuras aprofundarem e avançarem no materialismo histórico e especialmente o desafio para a população latinoamericana pensar-se a si mesma.

Outra explicação para a escassa referência à realidade latinoamericana na obra marxiana vem do próprio método de Marx (Aricó, 1992). O estudo do desenvolvimento do capitalismo e das contradições que o sistema apresenta muitas vezes se prendeu a uma visão evolucionista linear e mecanicista, da revolução por etapas, terminou indicando que só haveria revolução em países desenvolvidos com capitalismo avançado. A idéia do evolucionismo linear para o desenvolvimento e a superação do capitalismo, onde o pleno desenvolvimento das forças produtivas faz com que sejam insustentáveis as contradições inerentes ao sistema [capitalista], tem problemas de aplicabilidade em países menos industrializados que também receberam com euforia as idéias socialistas.

A perspectiva etapista foi criticada especialmente depois da experiência comunista na URSS, que viveu uma revolução sem o pleno desenvolvimento dos aspectos capitalistas e

¹³ Sugestão de vídeo: Método em Marx. Aula proferida pelo Prof. José Paulo Netto (UFRJ), na Pós-Graduação em Serviço

teve que lidar com a imensidão e a severidade do sistema agrário. Chayanov (1966 [1923]) já mostrava, por exemplo, que não há categorias na economia moderna para lidar com a realidade das famílias camponesas da Rússia do início do século XX e de relações sociais que não lidam com a lógica da lucratividade e se mantêm pré-capitalistas. A crítica ao etapismo serviu por muito tempo, e serve ainda hoje, para a América Latina: “como podem países subdesenvolvidos fazer a revolução?”

O marxismo frequentemente não rompe com a imagem/ideologia de uma América colocada fora da história e destinada a ser reflexo da Europa. Contudo, parte do desencontro teórico e histórico entre a América Latina e o marxismo, segundo estudo de José Aricó (1995), pode ser revertido a partir do aprofundamento e do desenvolvimento da própria obra de Marx, das poucas referências diretas à América Latina, ou mesmo das referências indiretas, como é o caso do estudo da Ásia e outras sociedades sem o capitalismo típico. Conforme Aricó, entre os elementos presentes na obra de Marx podemos encontrar que:

1. A teoria da gênese do capitalismo na Europa não deve ser universalizada.
2. O caráter do desenvolvimento econômico do mundo ocidental é desigual e contraditório em relação ao desenvolvimento econômico do mundo não ocidental, sendo identificada uma interdependência conflitiva dos mesmos (seja na diferença da acumulação de excedentes, seja no caráter colonial do vínculo político, etc.).
3. Há uma previsão do deslocamento do centro do processo revolucionário das sociedades mais industrializadas para o mundo não ocidental.
4. Exame da possibilidade histórica da passagem das sociedades não capitalistas ao socialismo sem a necessidade da passagem pelo estágio do capitalismo.
5. Identificação de instituições comunitárias camponesas como eixo de passagem de sociedades não capitalistas a socialistas.
6. Percepção dos sujeitos históricos do movimento revolucionário nas sociedades coloniais (campesinato, intelectuais, pequena burguesia, classe operária embrionária) distintos da sociedade europeia.
7. Afirmação da natureza distinta das tarefas necessárias à transformação de sociedades asiáticas e / ou coloniais em relação às sociedades europeias plenamente capitalistas.

Sem dúvida o capitalismo é um fenômeno global e o continente latinoamericano serviu como suprimento ao capitalismo desde o período de formação. Aqui estavam as jazidas de prata e ouro que possibilitaram a acumulação de capital engrossando os cofres da Inglaterra e permitindo sua industrialização na fase inicial do capitalismo. Aqui estavam terras que foram invadidas e expropriadas; estavam civilizações que foram catequizadas e subjugadas pelo

ideal iluminista da emancipação através da razão moderna [apesar da violência irracional, do roubo e do sangue derramado em nome da razão moderna]. Aqui estava a mão-de-obra barata ou escrava a serviço do capitalismo desde a sua primeira fase de acumulação primitiva. Eduardo Galeano (1971) retrata em sua obra literária, incansavelmente, metodicamente, com registros históricos e forma poética, as metamorfoses de nossa riqueza e nossa miséria. Os textos histórico-literários apresentam em sínteses impressionantes como a riqueza das nossas terras foi a miséria do nosso povo. O Novo Mundo foi o espaço onde a Europa pode realizar através da expansão marítima, da dominação militar, econômica e cultural, a hegemonia do ocidente, o encobrimento de outras culturas e a realização da modernidade como o sistema mundo dominante (Dussel, 1994).

O debate do desenvolvimento desigual e combinado já havia sido apresentado por Marx e por Lênin. Leon Trotsky vai retomar o tema na construção da IV Internacional e divulgá-lo amplamente defendendo que a coexistência de aspectos atrasados e avançados nos países periféricos do sistema mundial resulta numa formação social particular, a partir da qual se deve pensar a revolução. A formulação e a divulgação internacional das Teses da Revolução Permanente ampliam um debate marxista pouco explorado até então com muita propriedade para refletir sobre os países latinoamericanos.

Estes elementos são fundamentais como antecedentes da teoria da dependência, que será um marco analítico para explicar os processos econômicos, sociais e históricos na América Latina. A teoria marxista da dependência é uma corrente deste pensamento no Brasil voltada para pensar os problemas da sociedade capitalista deste o ponto de vista da periferia do sistema.

A dependência é identificada como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para justificar a reprodução ampliada da dependência (Marini, citado por Zapata, 2001, p.249). Nesta perspectiva, a superexploração do trabalho e a transnacionalização da economia e da política são fenômenos que determinam o rumo do desenvolvimento latinoamericano, com impactos na questão da luta pela terra.

Os processos de construção do Estado-Nação na América Latina foram singulares, diferentes e muito menos densos do que na Europa. Segundo José Aricó (1992), a ambigüidade destes processos históricos é o conteúdo irredutível ao modelo teórico de Marx: campo popular multi-étnico; elites estranhas ao campo popular; baixa densidade nacional;

estados artificiais; crises de poder (Aricó, 1992). Os teóricos que pensaram e pensam a América Latina tiveram que se deparar com essa problemática sempre articulada aos processos políticos e à realidade social. São exemplos de o marxismo latinoamericano a proposta do socialismo indoamericano de José Carlos Mariátegui e a teoria da dependência, exemplificada aqui por Florestan Fernandes.

Os países latinoamericanos podem atingir a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo? Florestan Fernandes mostrou a incapacidade dos países latinoamericanos de impedir a incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas hegemônicas (Fernandes, 1973). Rui Mauro Marini explica que no marco da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latinoamericano reproduz as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade própria, as acentuou até seu limite (Marini, 1978 [1969]).

Nesta dialética situa-se, em primeiro lugar, a apropriação pelo capital do conjunto das condições da *práxis* social. Ou seja, o processo de reprodução social ou de reprodução da natureza, sofre progressiva submissão às exigências da reprodução do capital e de valorização do valor. Em segundo lugar situa-se a reprodução das relações capitalistas sobre o conjunto do planeta, num processo de extensão e expansão onde a humanidade inteira é dominada pelas exigências da acumulação de capital e de produção capitalista¹⁴ (Gandarilla Salgado, 2006).

As teses do desenvolvimento desigual e combinado mostram como operou na América Latina a especificidade do poder da cultura ocidental e das armas modernas usadas sistematicamente para reproduzir relações coloniais, ora de forma aberta, ora disfarçadas e mediatizadas.

A capacidade da obra literária de incorporar diferentes tempos sociais, línguas, visões de mundo regionais e universais propiciou expressões de diferentes temporalidades históricas e culturais no processo de formação dos países latino-americanos. Na criação da produção intelectual indigenista, destaca-se a obra de José Carlos Mariátegui (1894 - 1930) que, a partir de uma perspectiva socialista, desenvolve o que é conhecido como o projeto marxista autêntico da América Latina, pensando um mundo moderno e mais igualitário para as classes historicamente exploradas e pobres, sobretudo os indígenas. O socialismo proposto por Mariátegui, como obra a ser realizada pelos indígenas, deveria respeitar a organização comunal dos povos na proposta do processo superação do capitalismo.

No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano (Mariátegui, 1928).

Portanto, a ideologia marxista na América Latina algumas vezes rompeu com as categorias clássicas para articular os conceitos com a realidade socioeconômica, certamente distinta da Europa industrial.

A expressão das particularidades da América Latina na literatura é de vivos contrastes. Neste sentido, pode ser assinalada a influência da cultura campesina, que tantas vezes organiza sua economia e sua forma de ser, de saber e de poder em padrões distintos da cultura capitalista e, portanto, não encontra nas categorias de lucratividade, da relação burguesia-proletariado e da dialética capital-trabalho, as explicações para seu modo de vida. Uma breve reflexão sobre a questão agrária favorece o debate.

1.5 QUESTÃO AGRÁRIA

De acordo com Moyo e Yeros (2008), no curso do último quarto de século, diversas propostas se referiram à questão agrária¹⁵. Também temos no Brasil, na Bolívia e na América Latina, muitos centros de pesquisa e documentação sobre o tema¹⁶. Esta tese não pretende

¹⁴ Ver o conciso e insuficientemente recuperado ensaio de Ruy Mauro Marini: “El ciclo del capital en la economía dependiente”, conforme sugere Gandarilla (2006).

¹⁵ Segundo os autores são abordagens para a questão agrária: 1. teóricos do desenvolvimento se afastam dos termos clássicos da discussão para ampliar os estudos da ‘resolução de conflitos’ e dos ‘Estados falidos’; 2. temas como reforma agrária, segurança alimentícia, gestão do meio ambiente e tecnologia indígena, a partir da perspectiva populista e da gestão, afastando-se de questões político-econômicas; 3. estudos das mudanças de longo prazo no sistema agro-alimentar em nível global, buscam teorias da mudança agrária global e afastam-se das análises holísticas do capitalismo global e dos desafios que movimentos rurais enfrentam baixo o imperialismo (a saber, a concentração do capital agrário e do poder político a níveis nacionais, sua aliança com o capital financeiro e industrial, a submissão do capital nacional ao capital internacional e ao padrão do desenvolvimento nacional); 4. dinâmicas da mudança sócio-econômica nas zonas rurais mediante a abordagem da proletarianização, semiproletarianização e ‘recampesinização’ (*re-peasantization*), que se pergunta se podemos falar em “campesinato” depois de um quarto de século de ajustes estruturais e se propõe a refletir sobre como reconciliar o “desaparecimento” do campesinato e o fortalecimento dos movimentos sociais nas zonas rurais (Moyo e Yeros, 2008).

¹⁶ Há importantes Centros de Documentação no Brasil. O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, com acervo *on line* disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/>, coordenado por Bernardo Mançano Fernandes, desenvolve projetos importantes: o DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra; o RIST - Relatório de Impactos socioterritoriais; VIA CAMPESINA - Espacialização, territorialização e mundialização dos movimentos camponeses; o Atlas da Questão Agrária no Brasil http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm; e o CGPGA - Cadastro dos

tratar exaustivamente da questão agrária, mas escolheu em um recorte, tratar de quatro pontos: o latifúndio e a expropriação do camponês; o controle e a emancipação do trabalho; propriedade privada e propriedade comunal; e as reformas agrárias. Os tópicos devem favorecer a reflexão sobre as condições materiais de reprodução da vida, como conteúdo da política e da luta social. A principal referência desse tópico é o texto de Marx (2005 [1867]) sobre a Acumulação Primitiva, no Livro primeiro de O Capital.

A expropriação dos camponeses e o latifúndio

Historicamente, a formação da estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da decomposição da estrutura econômica da ordem feudal, na Europa. As navegações e as colonizações permitiram a globalização do capitalismo e sua consolidação como sistema hegemônico mundial. O processo de expropriação de terras e riquezas na colônia favoreceu a acumulação primitiva de capital, fase inicial necessária para a realização do desenvolvimento industrial.

O fato é que a dominação capitalista só se realiza com a expropriação total, conforme o texto de Marx, que integra o Livro 1 de O Capital: *A chamada acumulação primitiva* (Marx, Livro 1, cap. XXIV, 2005 [1867]). A expropriação da terra dos camponeses é um dos segredos da acumulação primitiva. Marx examina o roubo sistemático das terras comuns, o cercamento das terras e a transformação de lavouras em pastagens.

O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo (...). O roubo assume a forma parlamentar que lhes dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular,

grupos de pesquisa em geografia agrária e estudos das teorias e métodos geográficos. Importantes referências também em CEGET – Centro de Estudos da Geografia do Trabalho, disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/>. Dados sobre a violência do campo são apresentados anualmente pelos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, em <http://www.cpt.org.br>. O Centro Documentação e Memória da UNESP com acervo virtual sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o jornal dos trabalhadores sem terra desde 1981, disponível em http://www.cedem.unesp.br/acervos/acervo_mst.htm. Sobre o enfoque da economia política e da história da questão agrária no Brasil, há uma organização de textos de João Pedro Stédile (2005) em cinco volumes, que contempla as contradições da sociedade capitalista e de classes.

Na Bolívia, o CIPCA, Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (<http://cipca.org.bo>), cumpre um papel fundamental em relação à organização e arquivo de documentos, publicação de artigos, pesquisas, materiais didáticos, cartilhas e livros. A partir do compromisso com organizações campesinas e indígenas, aprofunda os temas de propriedade, direito à terra, território e recursos naturais; economia rural sustentável, democracia intercultural e eficácia em governos e instituições; políticas favoráveis à campesinos indígenas. Dados estatísticos sobre o meio rural na Bolívia são divulgados por *Fundación Tierra – investigación acción para el desarrollo rural*, disponível em <http://www.ficerra.org/fi/>. Cumprem uma função social ímpar na difusão do conhecimento da cultura campesina e das nações indígenas o THOA – Taller de Historia Oral Andina e o MUSEF – Museo Nacional de Etnografía y Folklore (<http://www.musef.org.bo>). Mais especificamente avançando no estudo comparado sobre o tema na América Latina, a CLACSO organiza grupos de trabalho e diversas publicações, disponíveis em www.clacso.org.ar.

decretos de expropriação do povo (Marx, 2005 [1867], p. 838).

Os povos que vivem em terras comunais, depois de serem expropriados, têm suas comunidades destruídas e suas culturas aniquiladas. Os pequenos proprietários de terra, depois de expropriados, são rebaixados à condição de assalariados e torna-se mais difícil para eles ganharem a vida nestas condições.

A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes (Marx, 2005 [1867] p. 830).

O latifúndio nasce assim, da expropriação dos camponeses, do roubo, do cercamento das terras e da titulação de propriedade privada. Ao destruir as culturas organizadas em torno da propriedade comunal, facilitam a dominação dos povos. Além disso, o latifúndio na América Latina está associado à outra forma de expropriação: a dos trabalhadores no sistema capitalista. Os camponeses também são vítimas deste processo.

As relações sociais de exploração do trabalho humano são a alma e o corpo do capitalismo. O trabalho vivo guarda relação contraditória com o capital. “O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho” (Marx, 2005 [1867], p. 828). O trabalhador livre para vender sua força de trabalho, se vê com o controle progressivo do seu tempo de trabalho, da intensidade do trabalho e da produtividade do trabalho. Ainda que a força de trabalho humana seja a fonte criadora de valor por excelência, a sociedade capitalista se afirma com a condição negada do sujeito social e com a negação da centralidade do trabalho vivo para a reprodução do capital.

(...) a Marx le interesa la defensa de la “ley del valor” porque, en última instancia, lo que importa es el trabajo objetivado en el valor, el trabajo vivo: el hombre mismo. Es una cuestión ética fundamental (Dussel, 2008, p. 160).

O capital é uma forma específica pela qual a classe burguesa dominante se apropria do excedente da produção do trabalho humano, ou seja, do que a classe trabalhadora produziu a mais do que recebeu. Vale assinalar que a dialética contraditória do capitalismo apresenta de várias formas o antagonismo entre controle e emancipação do trabalho, assim como variadas são as formas de extração do capital na América Latina. Só muito recentemente predomina a exploração do trabalho livre e assalariado no continente. Este é um debate ainda presente nas ciências sociais: categorias fundamentais do modo de produção capitalista não podem ser

transplantadas de maneira simples para um contexto em que as condições para a relação capitalista não existem plenamente.

A forma de trabalho livre e assalariada é a primordial, mas não é a única, assim foi historicamente e segue sendo, de tal modo que o sistema em seu conjunto se apresenta como unidade de análise, com distintos níveis de abstração, não restrito ao conceito de modo de produção (Gandarilla Salgado, 2006). São formas complexas do trabalho que se desdobram do capitalismo como sistema mundial, assim como o conflito de classe (capital-trabalho) e a questão nacional têm características particulares no marco da análise de conflitos centro-periferia, mas têm sempre como arena o sistema em seu conjunto. *El trabajo libre es la forma de control del trabajo utilizada para el trabajo cualificado en los países del centro, mientras que el trabajo obligado se utiliza para el trabajo menos especializado en las áreas periféricas* (Wallerstein, citado por Gandarilla, 2006, p. 66).

Propriedade privada e propriedade comunal

A sociedade capitalista ocidental, do topo de sua hegemonia, reproduz ideologicamente algumas falácias em torno do conceito da propriedade privada dos meios de produção. Neste sentido, identificar a propriedade privada dos meios de produção como condição única de produção, de tecnologia ou de desenvolvimento é um dos grandes “mitos” da modernidade (Hinkelamert, 2004).

Marx analisa, para além da aparência do fenômeno, a essência das relações sociais. O capitalista compra o direito a terra, mas ganha sobre o valor do trabalho. Nem a terra em si, nem o trabalho humano em si têm um valor intrínseco de mercado; apenas no momento em que a terra é subsumida pelo capital como não-propriedade do trabalho vivo, recebe renda. O valor da renda é fictício ou extrínseco. Não há um valor real na terra, mas sim há um trabalho objetivado.

A renda da terra, por si mesma, não realiza a mágica de gerar valor e ampliar o capital. O que se paga é a capacidade de trabalho e a “exclusividade” da propriedade do solo para a produção. Portanto, a renda da terra também deve ser analisada sob a “lei do valor”, pois o preço cobrado pela renda da terra não é simplesmente determinado pela natureza, nem varia de acordo com a fertilidade da terra e a disponibilidade de recursos naturais. O fato de ser aceito este recurso natural, terra, como mercadoria e propriedade privada, passível de monopolização é o que permite a propriedade privada deste meio de produção

potencializando a exploração do trabalhador do campo e geração de valor¹⁷.

O desenvolvimento do capitalismo expande a lógica industrial das cidades para o meio rural, proletariza o trabalhador do campo, substitui as formas de propriedade comunal da terra pela propriedade privada e destrói progressivamente qualquer tradição e cultura que seja obstáculo para a reprodução do capital. O avanço deste processo ocorre, mas não sem drásticas conseqüências. No texto *Para a crítica da economia política*, Marx (1974 [1849]) pontua que em todas as formas onde predomina a propriedade fundiária, a relação com a natureza é ainda preponderante. No capitalismo, ao contrário, a relação com a natureza não é preponderante, o que prevalece é a mercadoria, ou seja, o elemento produzido social e historicamente.

Na América Latina do século XX cresce a força produtiva no campo e o principal setor econômico torna-se o industrial. O capitalismo age sobre o campo industrializando a terra e transformando a terra em mercadoria, ampliando a indústria rural e fazendo da agroindústria um dos principais setores produtivos (Mészáros, 2005).

Na Crítica à Economia Política, Marx (1974 [1849]) vai dizer que toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de uma determinada sociedade. Neste sentido seria tautológico dizer que a propriedade é uma condição da produção. Mas, o autor identifica que o equívoco e a falácia chegam ao extremo com a idéia de que uma forma determinada de propriedade - a propriedade privada dos meios de produção - seja a condição única da produção.

A história mostra o contrário: a propriedade comum, como “forma primitiva”, nas palavras de Marx, desempenhou durante muito tempo importante papel sob a figura de propriedade comunal¹⁸.

Para compreender a sociedade burguesa, Marx analisou também as sociedades pré-capitalistas. A propriedade comunal e as relações campesinas, desde a análise do capital, foram identificadas como características pré-capitalistas, ou seja, segundo o autor, relações

¹⁷ Nos manuscritos feitos entre 1861 e 1863 Marx debate sobre a questão agrária com Ricardo e Robertus e mostra um fato empiricamente observado: o produto do campo acumulava mais valor que o produto industrial, já que exigia mais trabalho. Referência fundamental para a análise da renda da terra (Dussel, 2008). Ainda sobre a questão agrária, seguindo o pensamento marxista, há um importante debate sobre a origem e a realização da renda da terra na sociedade capitalista percorrido mais tarde por Kautsky e Lênin (Neto, 2005).

¹⁸ Relações comunais de produção existiram entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas, entre os incas e maias, guaranis e outros povos originários da América Latina.

sociais que tendem a desaparecer no capitalismo¹⁹.

Na América Latina, especialmente antes da chegada dos colonizadores europeus, a comunidade agrária era a célula econômico-social fundamental. Exemplos são o *ayllu* incaico e o *calpulli* azteca. Na agricultura, principal fonte de riqueza de sociedades primitivas, os europeus encontraram as formas primárias de desenvolvimento do capitalismo.

Cada vez mais raras são as experiências de produção de valores de uso, relação harmônica da sociedade com a natureza e convivência em propriedades comunais, já que a produção de mercadorias exige a máxima exploração da natureza e da mão-de-obra humana na intensificação da propriedade privada da terra e dos meios de produção voltados para valores de troca. Contudo, a América Latina, principalmente em sua zona rural, tem exemplos vivos da coletivização da terra e da produção.

A estrutura agrária contemporânea na América Latina é também o resultado de uma persistente luta dos povos originários pelo reconhecimento de suas terras, uma luta pela manutenção de usos e costumes tradicionais em seus próprios territórios, de maneira autônoma. E isto inclui o debate das condições de reprodução de formas de vida comunais, de modos coletivos de produção e propriedade e uso comunitário das terras.

No México, a chamada ‘propriedade social’, composta por *ejidos* e comunidades agrárias, é defendida historicamente pelos povos (Concheiro e Grajales, 2005). Desde a Revolução Mexicana (1910-1940) houve um conjunto de revoltas agrárias que repartiu as terras durante revolução armada, conduzida ao norte por Pancho Villa e ao sul por Francisco Zapata. A promulgação da Lei Agrária de 1915 e o ‘pacto social fundante do Estado Mexicano’, expresso basicamente no artigo 27 da Constituição de 1917, criou a possibilidade de uma divisão de terras que deveria iniciar primeiro para os povos e num segundo momento aos indivíduos organizados. A proposta dos EUA de um tratado de livre comércio para a América do Norte²⁰, em 1994, fez novamente as comunidades indígenas e agrárias na região do Chiapas, organizadas em torno do Exército Zapatista de Libertação Nacional, se insurgirem em armas em defesa de sua organização autônoma de seu território.

Na região andina, os *ayllus* foram e são espaços que reproduzem as formas comunais

¹⁹ Marx aponta o desenvolvimento das forças produtivas na expansão da lógica capitalista como superação do atraso das sociedades “primitivas”. A visão de um desenvolvimento por etapas lhe valeu críticas de seguidores, como Lênin, Trotski, Mariátegui, Mandel, e outros.

²⁰ NAFTA – North American Free Trade Agreement / Tratado de Livre-Comércio da América do Norte. A proposta de eliminação das barreiras alfandegárias entre Estados Unidos e Canadá, ampliou-se em 1992 quando foi firmada a inclusão do México, medida que entra em vigor em 1º de janeiro de 1994. O impacto se estende a todas as áreas, precarizando direitos trabalhistas, direitos humanos e liberdades democráticas (Aguilar, 2006).

de viver na terra próprias dos indígenas e sua tradição de agricultores. Segundo a herança da civilização Inca, “a vida vem da terra”. O comunismo agrário incaico tinha os seguintes traços:

Propiedad colectiva de la tierra cultivable por el ‘ayllu’ o conjunto de familia emparentadas, aunque dividida en lotes individuales intransferibles; propiedad colectiva de las aguas, tierras de pasto y bosques por la marca o tribu, o sea la federación de ayllus establecidos alrededor de una misma aldea; cooperación común en el trabajo; apropiación individual de las cosechas y frutos (Mariátegui, 2005a, p.42).

No campo, a organização da propriedade privada da terra pode favorecer a produção em abundância, mas tende a aprofundar o processo de concentração de riquezas e de massificação da miséria. As relações sociais da produção capitalista, dominantes na cidade e na indústria, dominam também no meio agrário. O resultado é um processo de ‘naturalização’ de um sistema produtivo, sustentado ideologicamente por concepções da classe dominante num amplo conjunto das instituições políticas, militares, jurídicas, econômicas e sociais.

Latifúndio, agronegócio, monocultura, transgênicos, agrotóxicos são figurantes no sistema econômico onde a maximização dos lucros é o objetivo único e, por isso, a vida das pessoas e da natureza não vale nada. Os filósofos políticos Duchrow e Hinkelammert (2004) explicam o curioso fenômeno em que desde fora do socialismo real, o tema da propriedade desapareceu por completo da discussão. Hoje em dia, tendo o ‘capitalismo globalizado’ assumido a forma absoluta de propriedade privada, a discussão sobre regimes de propriedade e sua vinculação com o dinheiro e o mercado é um verdadeiro tema tabu.

A oposição entre o tradicional e o moderno, que ganha tradição na análise das ciências sociais após a segunda guerra, frequentemente aproxima as relações mais comunais, mais tradicionais e menos capitalistas da condição de atraso. Ao contrário, a aceleração do desenvolvimento econômico capitalista supostamente deveria resolver os problemas econômicos e sociais na América Latina.

A luta dos povos mostrou ser necessária uma ruptura com o marco interpretativo modernização-tradição. Essa quebra pode vir da análise dos problemas de desenvolvimento-subdesenvolvimento fundamentados na perspectiva histórica, considerando o subdesenvolvimento latinoamericano como o resultado da participação secular no processo de desenvolvimento capitalista mundial. “*El sistema social que es hoy la determinante del subdesarrollo no es, de ninguna manera, ni la familia, ni la tribu, ni la comunidad, ni una parte de la sociedad dual, ni incluso [...] ningún país o países subdesarrollados tomados por*

si mismos” (Gunder Frank, citado por Gandarilla, 2006, p.55).

A expropriação da terra e a relação capital-trabalho são destrutivas do modo de vida campesino baseado na terra comunal. Ainda que os povos reclamem a propriedade coletiva para organização da comunidade, a instituição da propriedade privada, a concentração de terras e a força econômica e política do latifúndio aparecem como problemas do conjunto de contradições inerentes à base do sistema capitalista. Desta discussão é possível problematizar, por exemplo, o debate da reforma agrária.

Reforma Agrária

A reforma agrária não é um projeto terminado, mas, ao contrário, pode contribuir para a construção de projetos de sociedade distintos. A reforma agrária clássica, que é defendida pela burguesia liberal como instrumento de distribuição de riquezas para desenvolver o capitalismo. Ela guarda os mesmos princípios da solução encontrada pela Europa do século XIX no afã de superar o regime feudal e ampliar o regime burguês, formar uma massa de trabalhadores livres assalariados, transformar a organização rural rompendo com a característica dos feudos. A divisão das grandes terras em pequenas propriedades desempenhou papel fundamental na formação do capitalismo, apresentando uma típica reforma agrária capitalista. Este projeto, entretanto, se confronta com propostas baseadas em projetos de sociedade distintos, como foi o caso da incorporação da pauta da reforma agrária nos movimentos socialistas. A luta do camponês na Europa do séc. XIX permite identificar a contradição da defesa da reforma agrária.

Os textos de Marx (1974 [1852]) sobre a França de 1848 e os textos de Engels (s/d [1894]) sobre Alemanha e França do século XIX mostram que, na história do capitalismo, o movimento camponês encontrou um projeto estratégico ao assumir como sua a luta de classes e o desafio de construção de uma sociedade socialista. Quando os interesses dos trabalhadores do campo não estavam mais em consonância com os interesses da burguesia, ao contrário, estavam em oposição ao capital, os camponeses encontraram seu aliado no proletariado urbano, cuja tarefa era derrubar o regime burguês.

A aliança entre trabalhadores do campo e da cidade fortaleceu a perspectiva da realização da reforma agrária na sociedade capitalista. A distribuição de terras de grandes latifundiários para pequenos proprietários, sem dúvida tem impactos na redução da exploração do trabalhador do campo e da concentração de riquezas. Aqueles que se tornam

donos de sua própria terra sentem-se livres, não mais precisam estar submetidos às ordens do patrão para sobreviver.

Contraditoriamente, analisam Marx e Engels, a distribuição de terras para pequenos proprietários pode, por fim, resultar num entrave à luta de classes. A reforma agrária é uma bandeira da revolução burguesa, a não ser que a distribuição seja pensada e vivida como um processo de transição para a sociedade socialista²¹.

A primeira contradição é a inicial defesa da pequena propriedade camponesa no objetivo de fortalecer a luta pelo fim dos latifúndios. Ainda que a proposta seja apresentada como um passo para a coletivização dos meios de produção, o autor adverte para o risco de que depois de distribuída a terra os camponeses defendam o sistema de propriedade. Segundo Engels, para ocorrer a revolução socialista, “a propriedade coletiva sobre os meios de produção fica definida como o único objetivo fundamental a que se deve aspirar. Não apenas na indústria, onde o terreno para isto já está preparado – mas em caráter geral, e, portanto, também, na agricultura” (Engels, s/d [1894], p231).

Neste sentido, denegando a pequena propriedade como uma tática para alcançar a meta principal de coletivização da propriedade pode gerar contradições tais para o trabalhador camponês que finalmente dificulte a aliança camponesa na construção do projeto socialista. Nos escritos de Marx e Engels sobre o ideal de uma reforma agrária socialista, o questionamento da propriedade privada se dava antes em relação aos latifúndios e, em seguida, em relação aos pequenos proprietários camponeses.

Percebe-se que o debate sobre a reforma agrária está estreitamente relacionado a um determinado projeto de sociedade, como passo necessário, mas não suficiente, para um novo modelo de relações sociais e produtivas. A coletivização dos meios de produção foi colocada em oposição à centralidade da propriedade privada e o debate político definiu a nacionalização da propriedade da terra como caminho para o socialismo.

Há, portanto, distintos projetos de sociedade na base dos modelos de reforma agrária. Na América Latina, a formação das nações e o desenvolvimento do capitalismo contribuíram na conformação das experiências históricas de distribuição de terras²². Reformas agrárias

²¹ Ao avaliar a questão do problema camponês na construção do programa operário do partido socialista, Engels (s/d [1894]) mostrou como esse fato desestabilizou partidos burgueses e reacionários na França e na Alemanha do século XIX. Em seu texto, examina as diferenças regionais do campo, os latifúndios, o tratamento dado aos camponeses na política e as alianças possíveis entre os camponeses e diferentes partidos. Mas mostra, em seguida, as contradições presentes no programa operário que podem representar grandes equívocos para a construção do socialismo.

²² O século XX foi o cenário de Reformas Agrárias em países da América Latina. As políticas que se orientam para distribuir

foram feitas no Uruguai (1815), no México (1917), na Bolívia (1952) e no Peru (anos 70). Cada processo assume características peculiares, acompanhando as distintas histórias de luta pela terra. Cuba na década de 60 passou por um amplo processo de distribuição e mudança nas relações sociais levadas à cabo pela Revolução Socialista Democrática. Muitos países latinoamericanos no século XXI não avançaram com a reforma agrária; entre eles, o Brasil figura como símbolo mundial do latifúndio.

Resumidamente, a reflexão levantada neste tópico sobre a questão agrária sugere as seguintes questões para pensar:

- a expropriação das terras comunais é a base do latifúndio moderno; quando a população já foi exaustivamente saqueada a reforma agrária capitalista aparece como uma possibilidade de desenvolvimento econômico. De qualquer forma, a reforma agrária é sempre uma luta política.
- o produto do campo acumula mais valor do que o produto industrial, quando exige mais trabalho (Manuscritos de Marx entre 1861 e 1863, citado por Dussel, 2008). Sendo assim, o capitalista no campo se beneficia mais pela a *lei do valor*, através da exploração da força de trabalho, do que pela própria riqueza da terra.
- na América Latina, há manutenção do uso da força de trabalho escrava e servil no campo e o processo de semiproletarização acompanham outros dois movimentos: o de proletarização no campo e o de *'recampesinização'* (Moyo e Yeros, 2006).
- a referência histórica no modo de vida campesina em terras comunais corresponde à possibilidade de pensar a força de trabalho baseada na coletivização da produção e do uso coletivo das terras. Seu estudo é fundamental para a compreensão da sociedade capitalista e para a reflexão sobre outros projetos de sociedade.
- o resultado do trabalho do produtor em sua propriedade é distinto da exploração do trabalho alheio, característica do sistema capitalista. Portanto, em algumas circunstâncias, a propriedade liberta, significando uma importante diferença entre o controle e a emancipação do trabalho no campo.
- a reforma agrária é uma pauta fundamentalmente capitalista que pode fortalecer a construção de diferentes projetos de sociedade. De qualquer forma, sua realização

terras excessivamente concentradas nas mãos de grandes proprietários em nosso continente tiveram origens distintas e os resultados também foram diversos. Plínio de Arruda Sampaio (2009) esquematiza três 'subconjuntos': 1- os processos originados a partir das revoluções agrárias, tais como a Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Boliviana de 1952; 2- os processos institucionais que distribuíram significativas percentagens de terra para campesinos sem terra, realizados em Guatemala, Chile, Peru, Nicarágua e El Salvador; 3- processos conduzidos pelo Estado que se limitaram a intervenções pontuais e superficiais na estrutura da distribuição de propriedade de terra. Os dois primeiros pontos reúnem processos que promoveram mudanças importantes nos índices de concentração da propriedade de terras, com substancial transferência de terras dos grandes *terratenientes* a famílias de campesinos. Em alguns casos, segundo Sampaio (2009), a reforma agrária favoreceu a 'agricultura dividida' entre um setor comercial moderno, hegemônico pelo agronegócio, e um setor campesino tradicional dedicado tanto à produção de subsistência como a venda de excedentes no mercado. No bloco de países que realizaram processos superficiais estão agrupados, segundo o autor, Brasil, Venezuela, Equador, Colômbia, Honduras, República Dominicana e Paraguai.

depende sempre de uma luta política.

Feita esta fundamentação introdutória, segue o estudo da luta pela terra. O próximo passo é assinalar elementos sociais, econômicos e culturais do contexto histórico na América Latina, no Brasil e na Bolívia. Afinal, os movimentos sociais isoladamente estudados não são explicativos dos conflitos sociais que vivem nem dos projetos pelos quais lutam. Ao contrário, eles se desenvolvem tensionando os limites da via institucional e muitas vezes se posicionam em contraposição a uma ordem política hegemônica.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTO HISTÓRICO

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Marx, 18 Brumário de Luis Bonaparte

O objetivo deste capítulo, ao contextualizar América Latina, Brasil e Bolívia, é reconhecer as especificidades históricas, mas principalmente, identificar, conforme sugere a macrossociologia do subdesenvolvimento proposta por Florestan Fernandes (2008 [1968]), as características comuns aos países da América Latina, determinadas pela função que esta região periférica cumpre no desenvolvimento do projeto capitalista mundial²³ e na realização do projeto de colonização.

2.1. AMÉRICA LATINA E SEUS MANIFESTOS

O capítulo de contexto histórico na América Latina, tal como um pano de fundo, fornece elementos essenciais para o estudo da luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia* - CSUTCB, no Brasil e na Bolívia.

A apresentação do contexto sócio-histórico também vai explorar distintas temporalidades e, em alguns pontos chega a retomar elementos pré-colombianos, porque a própria investigação remeteu a essa necessidade. Pesquisar o social, segundo Fernand Braudel (1978), é como ir em busca de uma caça ardilosa. O cientista social deve estar preparado para

²³ Ver, em Florestan Fernandes, 'A explicação macrossociológica do subdesenvolvimento econômico', no livro *A sociedade de classes e o subdesenvolvimento* (Fernandes, 2008 [1968]).

prevenir-se contra as armadilhas do evento e advertido de que o “tempo curto”, o factual, o calor “vulcânico” do presente transforma-se em problema para as ciências sociais. Há estruturas de extrema longevidade, percebidas apenas pelo pesquisador atento em olhar para tempos menos curtos, tais como os ciclos ou as tendências das décadas e dos séculos, e, finalmente, para tempos muito longos, que remetem aos velhos hábitos de agir, à profundidade. O estudo nos tempos de curta, média e longa duração abre as portas do atual. Nesse sentido, os fatos e vitórias eleitorais, a forma de organização de um movimento e suas dinâmicas políticas próprias, ou mesmo a emergência de novas lideranças políticas são o resultado de processos históricos.

A história não é uma simples sucessão de fatos. A narrativa linear dos processos sociais muitas vezes prejudica a compreensão da realidade, contudo, a confluência de vários tempos históricos é difícil de ser apreendida. A idéia é mostrar que alguns elementos estruturais da realidade se revelam em dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais.

No continente, a rica história das civilizações integra o marco para a compreensão de tradições de culturas milenares que permanecem na memória social, nas formas de vida e nas reivindicações de povos. A chegada dos europeus e a conseqüente realização do projeto colonial, entretanto, não apenas foram determinantes na conformação da estrutura social na América Latina, como representaram um marco fundamental na história moderna, com importância mundial.

A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias (...). A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média. Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca (Marx e Engels, 1981 [1848]).

As colônias no Novo Mundo têm, desde o início, uma função social e econômica através da qual se fazem necessárias ao capitalismo global. Caio Prado Junior (1994 [1942], 1977 [1966]) mostra como as colônias lançam as bases para o desenvolvimento do capitalismo no continente. A formação social e política das sociedades corresponde às

necessidades do grande mercado mundial. Neste processo é importante identificar que a tendência à globalização do sistema capitalista se realiza na destruição de outras civilizações.

O ‘encobrimento do outro’ e as lutas anticoloniais

Não será possível fazer uma síntese da ocupação antes da chegada dos colonizadores. Contudo, sabe-se que nestas terras havia civilizações com ciência, tecnologia desenvolvidas, voltadas para a agricultura, grandes projetos de irrigação, astronomia, produção têxtil, comércio, etc. A riqueza e a diversidade dos povos se mostrava em formas de vida nômades e sedentárias, culturas comunais baseadas em processos de produção coletiva, religiosidade vinculada à política, à arquitetura e à tecnologia, artes específicas. Grande parte do conhecimento sobre essa história deriva de achados arqueológicos, estudos de ruínas e reprodução de costumes, línguas e tradições em populações já muito reduzidas. Frei Bartolomeu de Las Casas é considerado o primeiro filósofo a refletir sobre a violência européia contra os povos originários em nome das idéias racionais, emancipadoras, modernas e ocidentais.

Os livros “1492. O encobrimento do outro”, de Enrique Dussel (1994), e “Sete ensaios da realidade Peruana” de José Carlos Mariátegui (2005 [1928]), exploram o desenvolvimento civilizacional anterior ao domínio dos europeus. As civilizações maia, azteca, inca, os povos guaranis, entre outros, com suas diferenças, cultuavam divindades e assim como a natureza e dominavam o conhecimento de línguas, medicina, cultura, música, arte, histórias e contos. Estes povos tinham organização política, desenvolvimento urbano e ciência. Os sábios, entre os incas, eram chamados de *Amautas* e representavam os grandes filósofos da cultura.

Estudos do período colonial e relatos dos próprios conquistadores podem revelar os lugares crítico-políticos nos sistemas regionais anteriores a 1492 (Dussel, 2007a) e dimensionar a riqueza do mundo pré-capitalista nas Américas.

A Europa realiza a conquista territorial externa, dispendo do domínio da navegação para cruzar os mares, dos cavalos, do fogo e do ferro. A tecnologia militar desenvolvida foi determinante para que os encontros civilizacionais, simbolizados nas figuras de Pizarro com Atahualpa, de Cortez com Montezuma levassem ao domínio europeu. A possibilidade de pensar a Ameríndia em uma visão não eurocêntrica da história mundial inicia com a supressão do termo ‘descobrimento’ que marca a origem da América a partir de uma história que vem do leste para o oeste e, em seu lugar, a investigação das culturas pré-colombianas, o estudo do

‘encobrimento’ de civilizações não ocidentais e da história da ‘invasão genocida’, desde uma perspectiva geopolítica que vai do oeste para o leste.

O círculo de acumulação do capital admite como ponto de partida, uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista, que não decorre do modo capitalista de produção (Marx, 2005 [1867]). O processo de expropriação econômica, cultural e política dos povos é a base do capitalismo, permitindo todas as formas de exploração e opressão. Através de cercamento de terras, da escravidão que obriga o trabalho forçado, dos saques das mais diversas riquezas naturais e culturais e da introdução do dinheiro como principal equivalente para a troca, as antigas relações sociais são progressivamente substituídas na sociedade. A expropriação dos camponeses seguida do reconhecimento que o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho é a base da dominação²⁴. Afinal, este mesmo trabalhador vai permitir a realização da mais-valia e do lucro, enriquecendo o patrão, submetendo-se, de acordo com as leis, a uma impessoal dominação capitalista.

A conquista e a colonização de Espanha e Portugal combinam a reconquista militar no Novo Mundo, resquícios de um feudalismo em decomposição e projeções do capitalismo mercantil-financeiro (Kaplan, 1974). O empreendimento europeu nestas terras teve impacto civilizatório, desenhando novas sociedades e suas lutas de resistência, anticoloniais e pela libertação.

As lutas de libertação na América Latina, para além das lutas pela emancipação da Espanha e de Portugal, com as guerras de independência, predominantemente hegemônicas por crioulos, brancos e filhos de espanhóis, incluem as lutas pelo território, pela cultura, pela liberdade dos povos. São lutas anticoloniais comandadas por índios, como por exemplo, a revolta guarani comandada por Sepé Tiaraju nas religiosas Missões Jesuíticas no Brasil (1756), as revoltas lideradas por Tupac Amaru, Micaela Bastidas, os cercos a La Paz comandados por Tupac Katari (1781) e Bartolina Sisa.

Revoluções de Independência preparam o avanço capitalista na América Latina

Na América Latina, as guerras e as revoluções de independência com o desejo de emancipar a colônia, criar o Estado e organizar a Nação ficaram simbolizadas através da luta de Francisco de Miranda, Simon Bolívar, José Artigas, José Morelos, Miguel Hidalgo,

²⁴ Marx (2005 [1867]) explica o processo no Livro I d’O Capital, nas passagens XXIV. A chamada acumulação primitiva; e XXV. A Teoria Moderna da Colonização.

Bartolomé Mitre, Antônio Sucre, José Bonifácio, Frei Caneca, Ramón Betances, José Martí e outros (Ianni, 1988).

O processo de independência, segundo Mariátegui (2005 [1928]) esteve a serviço do desenvolvimento da civilização ocidental capitalista. Na Inglaterra, sede do liberalismo e do protestantismo, a indústria e a máquina preparavam o avanço do capitalismo. O Império espanhol, com bases militares e políticas, representava uma economia superada, que enviava ao ocidente produtos do solo e subsolo da América do Sul. Rompendo a linear temporalidade, o autor defende que o processo de colonização não terminou com a conquista da independência.

Os países da América Latina incrementam novos setores produtivos estimulados pela demanda da metrópole, mas sempre mantiveram o caráter de países agrícolas. O cultivo da terra por muito tempo ocupou a grande maioria da população nacional e ainda hoje desempenha papel significativo, mesmo porque o índio, que representa parte importante da população, é tradicionalmente agricultor.

Com a primazia agropecuária, os países tinham a economia no controle de latifundiários. A independência das colônias espanholas se processa entre os anos de 1810 a 1824 basicamente e avançou na substituição da monarquia por repúblicas, na libertação de escravos para garantir a existência de uma massa de homens livres dispostos a vender sua mão-de-obra. Estrategicamente, uma série de medidas foi tomada a fim de garantir que a propriedade privada da terra e dos meios de produção se mantivesse com a elite identificada com os valores da metrópole. Processo diverso ocorreu no caso brasileiro, em que a independência resultou na manutenção da monarquia e da escravidão, encontrando neste cenário os mecanismos adequados para a manutenção da posse das terras para a elite. No Brasil, o fim da escravidão e a República ocorrerão apenas em fins do século XIX (1888-1889).

Marx (2005 [1867]) define a expropriação das terras da massa do povo e a escravidão como bases da riqueza colonial²⁵. O Velho Mundo descobriu no Novo Mundo que a acumulação capitalista exige como condição existencial o aniquilamento da propriedade

²⁵ *Um negro é um negro. Só se converte em escravo se houver certas condições. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições se transforma em capital. Fora dessas condições, não é capital, como o ouro em si mesmo e por si mesmo não é dinheiro ou o açúcar não é o preço do açúcar... O capital é uma relação simbólica de produção. É uma relação histórica de produção* (Marx, em nota de rodapé, p. 882, 2005 [1867]).

privada baseada no trabalho próprio. Dessa forma, vê-se a fabricação de capitalistas na mãe-pátria, à custa da exploração de assalariados nas colônias.

Capitalismo na América Latina: produção para o mercado externo sem autodeterminação política

De acordo com a teoria da dependência, desenvolvida na América Latina, especialmente no Brasil, para Caio Prado Junior (1994 [1942]), o desenvolvimento da produção latinoamericana desde o início não depende de sua capacidade interna de consumo. A produção é voltada para circular no mercado externo, independentemente do poder de consumo da população nacional. Um dos resultados é que as crises que acontecem fora do Estado nacional na América Latina, refletem diretamente aqui, como economia reflexa, sem capacidade de articulação das forças políticas e econômicas em uma ação autônoma.

A dificuldade de organização política e da consolidação de nação de acordo com os interesses da sociedade nacional tem uma relação muito próxima com o papel social que a América Latina cumpre para a reprodução do capital internacional. Essa perspectiva vai avançar no ponto de que as crises no capital internacional têm reflexos nas economias nacionais latinoamericanas e que o desenho da economia, bem como a organização política é fortemente orientado por demandas estrangeiras de países centrais, com pouca abertura para um desenvolvimento autônomo articulado com as necessidades socioculturais internas. A análise de Caio Prado (1994 [1942]) enfatiza a inter-relação dos aspectos externos, de dependência do Brasil com a economia mundial, e dos aspectos internos, da possibilidade de autodeterminação nacional, em uma relação complexa entre fatores econômicos, políticos, culturais e sociais.

Para Caio Prado Júnior (1977 [1966]), o sistema nacional fundado na exportação de produtos primários é a própria realização do lucro do sistema imperialista, favorecendo os trustes nos mercados internacionais. O Brasil continua em essência o mesmo sistema colonial do passado, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios demandados nos mercados internacionais. Essa produção e exportação mantêm a vida do país, fornecendo a receita para pagar as importações necessárias para a subsistência, pagar os dispendiosos serviços das empresas imperialistas aqui instaladas e ainda realizar a industrialização e o desenvolvimento econômico do país.

Ocupação armada imperialista nos territórios latinoamericanos

Na história do povo colonizado, a elite esteve mais unida com a ‘maravilhosa’ civilização europeia do que com a própria nação. Feita a primeira independência nos países latinoamericanos, os Estados Unidos se estabelecem como potência imperialista com domínio sobre a região (Fiori, 2004).

O desenvolvimento econômico e a expansão do poder norte-americano de forma contínua, até se transformar em uma grande potência mundial, foi um privilégio garantido pela Inglaterra. Logo o domínio econômico revelou-se como dominação política e militar. Roosevelt, em 1904, foi o primeiro governante norte-americano a defender o direito dos Estados Unidos ao "ataque preventivo" contra estados que se mostrassem "ineficientes" do ponto de vista de sua ordem interna, ou que ficassem "inadimplentes" do ponto de vista de suas dívidas externas.

Os anseios de um projeto nacional que garantisse maior autonomia política para os países de *Nuestra América* levam a formulação da necessidade de luta por uma segunda independência, como postulou José Martí (2002), que consiste na emancipação do império norte-americano.

O símbolo máximo do enfrentamento antiimperialista ficou marcado pelo ano de 1959 com o início da Revolução Cubana.

Nos anos 60 e 70 que era ditado pela ideologia de segurança nacional, que vinha dos Estados Unidos, que entrou pelas escolas superiores de guerra desses países que fazia nós sermos aliados aos Estados Unidos e contra o povo (Entrevista com Nita Freire, Pedagoga e Educadora Popular).

Na Bolívia, início da década de 70, para desenvolver as forças políticas representativas da burguesia industrial, comercial, agrária e bancária, os Estados Unidos mobilizam a “ajuda econômica” internacional, com estrutura de crédito e investimento financeiro rigidamente administrado pelos Estados Unidos, através de agências governamentais, de instituições de crédito internacionais, incluídas as entidades bancárias, nas quais EUA é membro, e, finalmente, por meio das corporações transnacionais, determinantes nos processos de desnacionalização econômica nos países, conforme Quiroga Santa Cruz (1979). Dos milhões de dólares que os Estados Unidos prometem como ajuda financeira aos países, reiterando periodicamente o anúncio de investimentos, o que multiplica e prolonga seus efeitos

publicitários, muito pouco resta a pequenos empreendimentos, à cooperativas ou à população. A quase totalidade dos investimentos feitos na Bolívia, praticamente 100%, voltava para as mãos de empresas norte-americanas estabelecidas nas neocolônias.

Florestan Fernandes (1973) analisa no início da década de 70, que o controle externo nos países da América Latina é simétrico ao do antigo sistema colonial, sendo que agora se dá nas condições de um moderno mercado capitalista, da tecnologia avançada e da dominação externa compartilhada por vários países. Outro elemento observado é que não há crescimento econômico, social ou cultural em bases autônomas, mesmo para os países mais avançados da América Latina. A partir desses dois pontos, o autor argumenta que a economia dependente característica de países latino-americanos restringe as condições estruturais e dinâmicas para superar nacionalmente o subdesenvolvimento e suas conseqüências. Os interesses privados internos também estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento a partir de valores extremamente egoístas e particularistas. A América Latina cumpre a sua função de exportar recursos naturais e importar dólares.

O papel dos mecanismos internacionais na transferência de excedentes

A transferência de excedentes da periferia para o centro, em suas diversas matizes, se amplia e se aprimora historicamente²⁶. A relação de exploração de regiões, países ou classes por outras, se verifica na análise do processo de transferências de excedentes externos e internos (Gandarilla Salgado, 2008). Instituições reguladoras internacionais jogam um papel importante na explicação do drama contemporâneo a que foram submetidos os países periféricos e as classes pobres destes países. Os programas de ajustes estruturais e as políticas neoliberais podem beneficiar algumas burguesias nacionais em países latinoamericanos, mas voltam-se especialmente às burguesias dos Estados centrais. Para garantir os interesses das grandes corporações multinacionais e transnacionais, a gestão das políticas em países latinoamericanos é fortemente controlada por instituições internacionais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio (ou GATT como foi conhecida). As novas formas de expropriação estabelecidas por estes mecanismos

²⁶ Sobre a transferência de excedentes da periferia ao centro, o prólogo do livro de Gandarilla Salgado (2006) – escrito por Carlos M. Vilas – incorpora a complexa discussão acerca da superestrutura de tratados bilaterais e multilaterais de garantias de investimentos, desregulamentações comerciais e financeiras, etc., que opera para institucionalizar a desigual distribuição de lucros e perdas e consolidar uma matriz internacional de poder, através de teorias jurídicas e critérios de direito internacional. O texto apresenta a seguinte pergunta: o aproveitamento das transferências de excedentes é homogêneo no centro? Ou se registram no seu interior diferenças e conflitos a seu respeito?

renovam o velho pacto colonial.

Estas transferencias se constituyen en verdaderas maniobras de apropiación y expropiación de la riqueza social, y como tales no son obstaculizadas sino al contrario facilitadas o potenciadas por las burguesías compradoras latinoamericanas en su calidad de asociadas menores, o subordinadas, desde la propia conformación de los mercados y las economías nacionales, y desde el nacimiento de los Estados oligárquicos latinoamericanos (Kaplan, citado por Gandarilla Salgado, 2006, p. 49).

Com os programas de ajuste estrutural, camponeses e trabalhadores viram deterioradas suas condições de reprodução social, o que deu lugar a uma busca desesperada de alternativas políticas e econômicas. O subdesenvolvimento e neoliberalismo geram forças contraditórias de proletarianização, urbanização e ‘recampesinização’, o que produz a semiproletarianização que será a base social dos movimentos rurais²⁷ (Moyo e Yeros, 2006).

As empresas transnacionais, com tecnologia avançada, capacidade fantástica de produzir bens sofisticados, em escala de massa e a nível mundial estão completamente voltadas para a maximização do lucro (Souza, 1985). A transnacionalização da economia e da política é um fenômeno de forte impacto em escala mundial. Poucas empresas dominam a produção em diversos setores e a venda dos produtos no mundo. O agronegócio e a exploração de recursos naturais na América Latina servem como base de sustentação desse projeto. Longe de planejar sua produção para atender às necessidades da sociedade, seu desenvolvimento aprofunda os modos de produção capitalista, como concentração dos bens de produção sob o controle de uma minoria, concentração da riqueza nas mãos de pequenas parcelas da população e acirramento da competição de grandes oligopólios entre si nas diferentes nações e a nível internacional.

Nos países latinoamericanos industrialmente mais desenvolvidos, a burguesia nacional se organiza com transnacionais, disputando com o capital internacional, ainda que seja na exportação de *commodities*. Analisar a atual situação da economia latinoamericana, frente a mudança qualitativa e quantitativa da presença do capital internacional e seu impacto direto e indireto na dependência e na organização econômica é um desafio teórico e político.

As políticas internacionais e os tratados de livre comércio, aliados com a privatização parcial da reforma agrária, deixam os camponeses sem espaço para implementar suas pressões políticas com os governos. Neste período, em quase toda a América Latina, os pobres do

²⁷ Uma característica central do desenvolvimento do campesinato no século XX foi a rápida expansão da força laboral mundial. Os projetos de desenvolvimento nacional do período pós-guerra, com a revolução verde e os programas de ajuste estrutural do período neoliberal fazem expandir o exército internacional de reserva laboral a uma escala sem precedentes.

campo ficaram acuados e na defensiva, sofrendo com sangrentas ações anticamponesas que se prolongaram no Peru, na Guatemala e no Haiti (Fox, 1996).

No final do século XX, os países latinoamericanos intensificam políticas de desterritorialização do campesinato e dos povos indígenas, privatizando os recursos naturais destes territórios (Fernandes, 2006). A preservação encontrada nos territórios indígenas e camponeses é atraente para a agropecuária capitalista que investe em uma ofensiva proposta desenvolvimentista sem limites para a destruição de recursos humanos ou ambientais.

Em termos gerais, a partir da metade do século XX, o êxodo rural reduziu a percentagem da população rural na América Latina, que passou de 43% no ano de 1970 para 23% da população em 2005 (Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia – CELADE, citado por Fernandes, 2006). Em números absolutos, a população urbana passou de 158 milhões de pessoas, em 1970, para 420 milhões de pessoas em 2005. A população rural, em números absolutos manteve-se praticamente estável: era de 117 milhões, em 1970, e 125 milhões de pessoas em 2005.

Na América Latina do século XXI o crescimento de, em média, quase 5% da economia, e a melhora em diversos indicadores sociais, não representa um ciclo estável e de crescimento autônomo. Ao contrário, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) aponta que mais de 52 milhões de pessoas sobrevivem em uma rotina de fome e insegurança alimentar. Destas, as populações indígenas são o principal reduto de desigualdade, a maioria delas associadas à terra, mantêm laços frágeis com a cidadania e um padrão de renda entre 45% e 60% inferior à média regional (Silva, 2008).

Entre ditaduras e lutas contra-hegemônicas

Tanto as lutas de independência, como as ditaduras militares, foram processos políticos que se adequaram às demandas do capitalismo mundial consolidando as características de economias dependentes e subdesenvolvidas: a exploração irracional dos recursos naturais, a superexploração da mão-de-obra barata, a exportação de matérias primas e de produtos alimentícios, a entrada de dólares ou investimentos estrangeiros com juros e taxas, a ampliação do mercado consumidor.

A realização do capitalismo e do colonialismo na América Latina se configura nesta relação dialética entre as forças econômicas e os ciclos políticos. Além disso, há sempre lutas contra-hegemônicas tensionando a ordem política dominante.

A década de 2000 apresenta um novo quadro político no qual se desenrolará o projeto imperialista estadunidense para a América Latina. Os efeitos negativos advindos do projeto neoliberal na América Latina durante toda a década de 1990 – aumentos do desemprego, da pobreza e da desigualdade de renda – impulsionaram novos governos progressistas que passam a buscar maior autonomia em relação à influência norteamericana, como nos casos de Paraguai (Fernando Lugo), Bolívia (Evo Morales), Venezuela (Hugo Chávez) e Equador (Rafael Correa) (Bueno, 2009).

O novo cenário político latinoamericano favoreceu a consolidação da ALBA - *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* -, desde 2004, como bloco político e econômico, de enfrentamento à proposta norteamericana de Tratados de Livre Comércio. Os Tratados de Comércio dos Povos definidos pela ALBA²⁸ favorecem acordos entre os países para ir avançando com desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades de cada país e atendendo às necessidades sociais de maior urgência para a população (ALCA, 2010).

A contra-hegemonia latinoamericana também se realiza para além dos governos, por exemplo, através de redes de movimentos camponeses, como a CLOC²⁹ - Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones do Campo - e a Via Campesina³⁰, das quais participam o MST e a CSUTCB. Aí estão articuladas muitas das principais forças sociais e políticas da América Latina, configurando um cenário para o século XXI de certo recuo dos movimentos urbanos e destaque para movimentos indígenas e camponeses que, a despeito do preconceito e das taxativas acusações de serem estes movimentos atrasados, têm demonstrado participação atuante.

2.2. BRASIL E A SONHADA REFORMA AGRÁRIA

As características analisadas no contexto histórico da América Latina serão reconhecidas também no estudo do contexto histórico do Brasil. A matriz cultural no Brasil

²⁸ Até o momento, nove países assinaram sua adesão à ALBA: República Bolivariana de Venezuela, República de Cuba, República de Bolívia, República de Nicaragua, República de Honduras, República de Ecuador, San Vicente e as Granadinas, Antigua e Barbuda (ALCA, 2010).

²⁹ Site da CLOC: http://movimientos.org/cloc/show_text.php3?key=16841

³⁰ Site da Via Campesina: <http://www.viacampesina.org/>

não está descolada de aspectos econômicos e da formação de uma sociedade colonial que produz para abastecer a metrópole. Este tópico mostra conflitos sociais que permearam o processo da formação nacional e do desenvolvimento da economia capitalista, especialmente no mundo rural. Os diversos planos de reforma agrária e a mudança das leis fundiárias não impedem o aumento da concentração de terras e seu impacto destrutivo do meio ambiente. A luta pela terra permanece nos dias atuais, afinal, não houve no Brasil uma efetiva reforma agrária capaz de alterar a situação do latifúndio no país.

O Brasil conta com uma matriz cultural muito rica. A etnia nacional brasileira, nas palavras de Darcy Ribeiro, assenta-se na formação multicultural e multirracial em que representaram papéis decisivos o negro, o indígena e o europeu. A ocupação territorial pelas diferentes culturas, a especificidade da matriz cultural da nação brasileira, o genocídio e os processos de destribalização e deculturação dos povos com a escravidão, a miscigenação e a imposição de língua, religião e ordenação social se adequaram com os interesses da nação colonizadora.

Com a introdução de elementos de organização da produção e de apropriação dos bens da natureza sob a égide do capital mercantil, dominante na Europa, o tripé da colonização brasileira ficou marcado pela grande porção de terras, pelo trabalho escravo de indígenas e africanos e pelo produto para exportação.

Patriarcado e escravidão de índios e negros para a produção de cana-de-açúcar

O Brasil, de acordo com Caio Prado Junior, surge como um negócio³¹. É o capital internacional, especialmente da Europa e dos Estados Unidos, que indicam de acordo com suas necessidades de lucro o destino político e econômico do país. A cana-de-açúcar não surge como necessidade nacional, da economia brasileira, mas foi preciso criar uma sociedade colonial produtora de cana-de-açúcar a serviço de uma necessidade mundial.

O uso de trabalho escravo de índios nas primeiras fazendas de cana e produção de açúcar fracassou frente à rebeldia indígena fundada “em sua própria estrutura social igualitária, que, não diferenciando uma camada submissa, nem um estrato superior, tornara inviável a sua dominação” (Ribeiro, 2007 [1967], p.199). A escravização do negro africano foi ascendente e superou a escravização indígena, já que esta população foi reconhecida como

³¹ Caio Prado Junior sustenta esta idéia: o fato de termos sido sempre tratados como negócio é o que configura o sistema capitalista no Brasil desde o início da colonização.

mais evoluída cultural e socialmente e, por isso mesmo, mais bem condicionada a servir como escravo.

O encontro das raças, a miscigenação, o patriarcado e as relações entre a casa grande e a senzala são tratados na obra de Gilberto Freyre (1999 [1933]). A qualidade literária rica em informações e detalhes é o grande valor deste texto, que serviu de substrato ideológico conservador, e será usado como estímulo provocativo para a reflexão.

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica - a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. (...) A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (...) A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos (Fragmento do prefácio de *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Freyre, 1999 [1933] p. 50).

A história da miscigenação ainda hoje é assinalada com romantismo como fator positivo para a ‘democratização’ brasileira, o que descaracteriza a deliberada política colonial de dominação com uso da violência sexual contra a mulher negra, da prostituição de escravas e do cárcere privado. As teses de Gilberto Freyre sobre o caráter supostamente benigno da escravidão brasileira se converteram em ideologia da democracia racial (Marquese, 2010).

A escravização de negros e indígenas preparou o Brasil colonial para o modelo agroexportador. O sistema de fazendas ao longo da costa e a mão-de-obra escrava organizaram as novas comunidades constituídas em função da economia açucareira. A sociedade vai adquirindo novas cores ecológicas e econômicas, de acordo com a tarefa produtiva a que se dedica: pelo interior foram abertos campos de criação de gado; se conformaram ramos de mineração de ouro e diamante; na mata amazônica os coletores de borracha; no extremo Sul, novas áreas pastoris. Darcy Ribeiro (2007 [1967]) mostra como se plasmaram daí as distintas formas de ser dos brasileiros, sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras paulistas, mineiros ou goianos, gaúchos das campanhas sulinas, gringo-brasileiros, etc. As atividades produtivas e extrativas abasteciam a circulação internacional de mercadorias e o acúmulo de capitais na metrópole européia. Os bens naturais encontrados no Brasil, o ouro, a prata, o ferro e outros minérios foram transformados em

mercadoria. Para o autor, estava caracterizado o modo de produção capitalista-mercantil conformado por uma formação colonial-escravista. Os produtos agrícolas abasteciam o mercado europeu, de forma que o atual modelo agroexportador encontra suas raízes no processo de colonização.

A fazenda com sua ordenação oligárquica³² foi a instituição básica ordenadora da sociedade brasileira em relação a normas, costumes, crenças, que organizaram as condições de existência e persistência de um conjunto de instituições como a família, o povo, a nação. A fazenda também foi a célula elementar do sistema nacional econômico, social, político e militar. Tendo a posse da terra associada ao domínio da força de trabalho como requisitos fundamentais de uma pequena elite, a fazenda conformou o nascimento à sociedade brasileira. Sua fórmula básica - a propriedade da *sesmaria* agrícola e pastoril - permitiu desalojar o antigo povoador, ocupar as terras, deculturar as matrizes negra, indígena e européia, conformar o povo brasileiro, organizar as famílias sob o interesse da economia fazendeira, organizar núcleos internos articulados ao sistema global de mercado externo (Ribeiro, 2007 [1967]).

O escravismo colonial no Brasil, dominado pelo setor mercantil, permitiu a acumulação de capital. A escravização dos indígenas fracassou em recrutar mão-de-obra para a ampliação do sistema produtivo. Os índios preferiam lutar até a morte a entregar-se como escravos. As missões religiosas instaladas pelos jesuítas para converter os nativos à fé cristã ficaram como referência histórica do período da colonização de missões onde os índios não eram escravizados. Foram exemplos da resistência indígena a Confederação dos Tamoios, a Guerra dos Bárbaros, mais longa sublevação indígena, que durou vinte anos a partir de 1682, e a Guerra dos Guaranis contra as missões espanholas ao sul, comandada por Sepé Tiaraju, entre 1754 – 1756. O tráfico de escravos africanos foi decisivo para os negócios portugueses e assim foi feita a substituição de mão-de-obra indígena pela negra. Os negros eram comprados nos mercados na África, vinham cativos de seu país, chegavam acorrentados, eram arrematados e levados aos engenhos onde trabalhavam sob vigia constante dos feitores (Morissawa, 2001).

“O principal artigo importado era a mão-de-obra escrava que não conseguia

³² Conforme orientação de Darcy Ribeiro (2005 [1967]), sobre a ordenação oligárquica ver Victor Nunes Leal (1948), Sérgio Buarque de Holanda (1956) e Josué de Castro (1946). Sobre *plantations* e fazenda ver Milton Santos (1955) e Gilberto Freyre (1954). A explicação do atraso do sistema agrário brasileiro por seus conteúdos feudais é exposta por Nelson Werneck Sodrê (1964) e refutações a esta tese, com base na caracterização da estrutura agrária brasileira como capitalista mercantil se encontram em Caio Prado Júnior (1960, 1964, 1966) e André Gunther Frank (1964, 1967).

multiplicar-se internamente em virtude das próprias condições de vida e de trabalho a que era submetida” (Ribeiro, 2007 [1967], p. 204). O negro escravo foi conduzido por vontades alheias em toda sua existência e tornou-se o maior contingente da população agrária.

Uma das formas de resistência negra contra o cativo foi a formação dos quilombos, ‘cidades’ que refugiavam os escravos negros foragidos, mas também índios, pobres e mulheres prostituídas.

A Guerra dos Palmares foi um dos episódios de resistência escrava mais notáveis na história da escravidão do Novo Mundo. Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes diverjam bastante — de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas, não há como negar que as comunidades palmarinas, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América portuguesa (Marquese, 2010).

Na formação de Palmares, com a junção de quilombos, comandada por um rei e um conselho de chefes, entre Pernambuco e Alagoas, por volta de 1629, destacaram-se: o primeiro rei, Ganga Zumba, o rei Zumbi, que demonstrando a maior disposição para resistência ficou no comando dos Palmares por cerca de dezesseis anos (Morissawa, 2001); e Dandara, esposa de Zumbi, que participou nas ações táticas e estratégicas da luta de resistência do quilombo.

O regime escravocrata garantido no projeto constitucional elaborado pela Assembléia de 1823 ressalta a vontade dos parlamentares de copiar modelos de constituições de outros países. A vontade de se enquadrar no liberalismo burguês era tanta que o Art. 265 do projeto rezava que: “a constituição reconhece os contratos (!) entre os senhores e escravos; o governo vigiará sobre sua manutenção” (citado por Prado Jr., 1999, p.57). Porém, a escravatura em nada coincidia com o liberalismo, nem com os princípios filosóficos e políticos do contrato social de Rousseau, doutrina em voga à época. As bases do latifúndio estavam consolidadas.

A lógica da instituição da Lei de Terras no Brasil (1850)

Do ponto de vista da organização da produção agrícola, o modelo adotado pelos colonizadores no Brasil foi o modo de produção plantacionista latifundiário, conforme analisou Jacob Gorender (1987), também chamada de *plantation*, caracterizada pela produção em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura. A especialização agrícola e agrária tinha um produto único para cada grande área, cana-de-açúcar, cacau, algodão, gado, etc., que se destinava à exportação. As mercadorias estavam voltadas para o mercado externo,

portanto, a produção concentrou-se próxima aos portos, o que diminuía o custo com o transporte³³. As unidades de produção adotavam modernas técnicas, os europeus utilizavam o que havia de mais avançado na tecnologia, contudo, a força de trabalho vinha da mão-de-obra escrava.

Aos trabalhadores escravizados era garantido o espaço para produção agrícola de subsistência na *plantation*, o que reduzia o custo da reprodução da vida dessa população. A propriedade das terras era de monopólio da Coroa. A monarquia europeia permitia a ‘concessão de uso’ com direito à herança. A posse e a exploração das terras eram determinadas pela concessão ou pela hereditariedade da concessão, contudo não era permitida a venda ou a compra de terras.

O regime de sesmaria - concedida como um ato de graça pela Coroa - foi até a Independência. Deu lugar a um regime mais liberal de acesso à terra, durante uns trinta anos, que coincidiram com o período de decadência da agricultura brasileira, onde a produção de açúcar e a extração de ouro encontraram concorrência em mercados internacionais mais fortes, desbancando o Brasil (Cirne de Lima, citado por Darcy Ribeiro, 2007). O café surge como o ‘novo produto-rei’ tão exigente de terras e de força de trabalho quanto fora o engenho canavieiro. O regime de posse cai para dar lugar à Lei de Terras, fortalecendo, evidentemente, o poder do latifúndio pela legislação. A grande lavoura do café foi o motor econômico entre 1840 e 1930.

Apenas em 1850 as terras passam a ser mercadorias no Brasil. A Coroa portuguesa sofre pressão da Inglaterra para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, abolir a escravidão, mas impede que trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras. Com esse objetivo foi promulgada a Lei nº 601, a primeira Lei de Terras no Brasil, em 1850, representando um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e preparação para a crise do trabalho escravo (Stédile, 2005). O fundamento jurídico transforma a terra, de um bem da natureza, sem valor do ponto de vista da economia política, em mercadoria negociável, com preço. A lei normatizou a propriedade privada da terra.

Qualquer cidadão poderia se transformar em proprietário privado da terra, mediante a compra, através de pagamento para a Coroa. Isso impedia que trabalhadores escravos, depois de serem libertos pudessem se transformar em camponeses pequenos proprietários. Como não

³³ As economias de algodão do Maranhão (1770-1820) e da borracha amazônica (1880-1913) possibilitaram implantar núcleos civilizatórios em áreas marginais, com circulação de mercadorias desempenhando papel importante na incorporação de territórios do interior à sociedade nacional e no sentido de unidade nacional.

possuíam bens ou recursos, continuaram a mercê dos fazendeiros, como assalariados. A primeira lei de terras regulamentou e consolidou o latifúndio como base legal para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil. Este modelo da grande propriedade rural é mantido nos dias atuais.

A ausência de “papéis” garante a propriedade da terra como mecanismo legal, favorece o despejo e o processo de perda da posse da terra usufruída por camponeses, posseiros, etc. A história pode mostrar a evolução dos mecanismos de expropriação do camponesinato, desde a *plantation* (Heredia, 2008) até os dias atuais. Destacam-se duas conseqüências: primeiro, que as populações rurais, marginalizadas socialmente e tendo perdido referências tradicionais de origem, resultam ávidas por incorporar o modo de vida moderno nas cidades. Mas, além disso, revoltas populares ocorreram de norte a sul do Brasil, contra o jugo colonial e contra o Império. Forças camponesas estiveram presentes nos processos de contestação³⁴.

Em 1888, quando a Lei Áurea é promulgada e o Brasil realiza a abolição legal do trabalho escravo, depois que todos os outros países do hemisfério ocidental já haviam abolido a escravidão, foi discutido no Congresso se o governo deveria ou não indenizar os proprietários de escravos por sua libertação. O fim da escravatura foi passo decisivo para a queda da Monarquia e proclamação da República, no Rio de Janeiro, em 1889.

O camponês brasileiro vivendo em péssimas condições para exercer uma vida livre e autônoma, sofrendo menos pelo analfabetismo do que pela extrema dependência à vontade senhorial, é antes um pária do que um cidadão. “Cada pessoa que se rebela contra a ordem fazendeira, seja o camponês que invade terras alheias, o intelectual que estuda problemas sociais ou o político que luta pela reforma agrária, age como um *subversivo*, atraindo sobre si todo o peso da máquina oficial de repressão” (Ribeiro, 2007 [1967], p. 215). A ordem fazendeira e a ordem vigente constituem uma mesma ordem nacional, destinada a preservar o sistema a qualquer custo.

³⁴ Contra o jugo colonial, houve revoltas de norte a sul com o objetivo de livrar o Brasil da Monarquia, a principal delas sendo a Inconfidência Mineira, em 1792, comandada pela elite de Minas Gerais, sem a pretensão de libertar escravos ou favorecer os pobres. Em 1798, a Conjuração Baiana, em 1817, a Revolta Pernambucana, tinham propostas abolicionistas e de igualdade entre negros e brancos. Entre as memórias do Império figuram diversas revoltas populares no período da Regência, como a Cabanagem, entre 1835-1840, a Sabinada, 1837-1838, a Balaiada 1838-1841. Na Praeira, 1848-1850, foi a revolta popular que questionou o modelo agroexportador de café (Morissawa, 2001).

Rebeliões camponesas, movimentos messiânicos e a luta pela terra no Brasil

O período que sucedeu a abolição da escravatura, em 1888, foi de lutas messiânicas pela terra, além de outros movimentos espontâneos e organizados (Giumbelli, 2010). Entre as referências históricas mais importantes está a Guerra de Canudos (1893-1897) na Bahia, um movimento liderado por Antônio Conselheiro; e a Guerra do Contestado (1912-1916) entre Santa Catarina e Paraná, com destaque para a figura do Monge José Maria. Ambos os casos mostram guerras santas entre camponeses, sertanejos em Canudos, e caboclos em Contestado, cujo conteúdo de resistência é a luta contra o coronelismo e o latifúndio³⁵.

Os camponeses expressaram sua força popular. Euclides da Cunha, ao escrever os Sertões (2002 [1902]), faz o melhor retrato do acontecimento impressionante e sangrento que foi Canudos. Era esperada uma forte tensão social na passagem da monarquia para a república, mas não era previsto este ‘golpe de desvalidos’. Mais de vinte mil habitantes no sertão da Bahia, munidos apenas de paus, pedras e armas rústicas. Eram índios, mulatos, caboclos, pretos, todos os tipos de sertanejos dirigidos pelo beato Antônio Conselheiro. Aparentemente a causa da revolta eram o fanatismo religioso e o messianismo sertanejo, mas as razões profundas que levaram a população a lutar eram o sofrimento no latifúndio, o coronelismo, a servidão, o isolamento cultural, a fome e a dureza do meio. Em um ano o exército mandou quatro expedições, com muitos soldados, metralhadoras, granadas e canhões e, mesmo mais armados e mais numerosos, perdiam as batalhas. A resistência do sertanejo assombrava o país, e a derrota de Canudos tornou-se para o Exército e para a República uma questão de honra nacional.

Sindicatos de trabalhadores rurais

As crises econômicas pareciam insolúveis e com a pobreza, rebeliões surgiam na cidade e no campo. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa de 1917 marcavam uma ‘crise geral’ questionando o monopólio da dominação capitalista no mundo no início do século XX. As forças que defendiam o latifúndio eram as mesmas que atacavam a população, através da militarização irregular e do uso da força, algumas vezes de forma

³⁵ Há estudos das revoltas camponesas de Canudos, Contestado e Juazeiros, com foco nos movimentos religiosos no Brasil rural, que avançam na análise do papel da religião nas relações entre as classes sociais (Giumbelli, 2010).

articulada com as forças armadas do Estado, mas geralmente formada por jagunços conduzidos pelos próprios latifundiários a que serviam³⁶.

A legislação restritiva sobre as terras foi ratificada na República, de uma forma ainda mais ardilosa: o domínio das terras devolutas foi transferido à autoridade estadual, mais submissa ao poder latifundiário; as formas instituídas de demarcação e de registro cartorial das propriedades inviabilizaram a posse ao pequeno trabalhador; o Código Civil priorizava a “liberdade de contrato” em nome das relações “igualitárias” com os proprietários, fechando os olhos para a massa rural (Ribeiro, 2007 [1967]).

Segundo Darcy Ribeiro (2007 [1967]) a esdrúxula combinação do capitalismo mercantil, com a nova produção agroindustrial e a escravidão é o que tornaria viável o projeto Brasil. A economia industrial vai substituir a grande força produtiva das fazendas de café e recrutar grande parte da força de trabalho nacional após 1930. É a industrialização que aproveitará o mercado interno com lastro nacional já constituído para integrar as diferentes regiões num sistema único, superando elementos da condição arcaica da sociedade brasileira para imprimir características de uma nação moderna. O impacto da revolução industrial também se revela na ampliação do trabalho livre e na incorporação de inovações tecnológicas na fazenda. Apenas os centros metropolitanos fundados na grande indústria fazem valer interesses desligados ou opostos à ordem fazendeira impondo limites à sua hegemonia. Mas a fazenda permanece sendo a instituição ordenadora fundamental. O desenvolvimento histórico do Brasil passa à etapa do capitalismo industrial como uma economia neocolonial, acentuando os atributos capitalistas do sistema.

Progressivamente a agricultura perde terreno na competição com a indústria e com os serviços urbanos na economia brasileira. Enquanto a mão-de-obra na indústria alcança uma rentabilidade maior em função da tecnificação do processo produtivo, a agricultura opera com ofertas de mão-de-obra barata para atender ao crescente mercado urbano. Contingentes rurais cada vez maiores saem das fazendas para as periferias das cidades e a industrialização é incapaz de absorver tal força de trabalho (Ribeiro, 2007 [1967]). A modernização reflexa se revela em processos de industrialização voltada para fora, suprimindo demandas de países centrais e impedindo o processo autônomo de desenvolvimento.

³⁶ O testemunho desta situação está nos relatos da Coluna Prestes. O descontentamento dentro do exército também marcou a cena política no Brasil. A longa marcha da coluna tenentista ao comando de Luis Carlos Prestes (1924 e 1925) está entre os acontecimentos mais importantes do período. É assinalada a sua similitude com a “longa marcha” chinesa de Mao Tse-Tung, por combinar em algumas estruturas o militarismo com as estratégias da III Internacional.

A Revolução Industrial³⁷ e seus desdobramentos tiveram efeitos indiretos com a abertura dos portos ao livre ingresso de manufaturas industriais especialmente inglesas, instalação de centrais hidrelétricas, urbanização, construção de ferrovias, difusão de automóvel e transporte de caminhão, construção de fábricas, produção fabril, renovação tecnológica. A inflação se agrava e favorece os empreendedores. Os recursos antes devotados à produção e comercialização agrícola são transferidos para a indústria. O empresariado nacional age como estrangeiro. Através de um processo também de colonização interna se operou a concentração de riquezas nos centros industriais, relegando o resto do país à pobreza. A integração do Brasil na civilização industrial se faz também reflexamente, mediante um mecanismo de domínio e subordinação a forças externas (Ribeiro, 2007 [1967]).

A aliança política das forças sociais urbanas com as massas camponesas favoreceu as condições de luta pela democratização da propriedade da terra e pela reforma agrária na integração com as reivindicações dos trabalhadores industriais por elevação do nível de vida, cidadania, educação, saúde, moradia e dignidade humana. Mas as demandas campesinas são negligenciadas. As relações de trabalho e emprego se diferenciam no campo. A consolidação da Lei Trabalhista em 1943 garante o salário mínimo, benefício que se mantém como letra morta para os trabalhadores rurais³⁸. A Assembléia Nacional Constituinte de 1946 contou com a proposta de reforma agrária da bancada do Partido Comunista do Brasil - PCB, defendida pelo então senador Luis Carlos Prestes³⁹. Seria a primeira proposta de reforma agrária ampla no país, visando solucionar o problema agrário e da concentração de propriedade de terras conseqüente da Lei de Terras de 1850, mas em pouco tempo os deputados comunistas foram cassados e a proposta foi arquivada. A análise de Prestes em seu discurso pronunciado na Assembléia Nacional Constituinte demonstrava que os sem terra no Brasil constituíam uma verdadeira legião, enquanto um pouco mais de 1% dos habitantes do campo era dona de 2/3

³⁷ Segundo Darcy Ribeiro, Vargas realiza a industrialização nacionalista estatizante (e suicida-se culpando a exploração estrangeira pela crise do país); e Juscelino Kubitchek avança em uma industrialização cosmopolita livre-empresendadora, recolonizadora, instituindo o Plano de Metas, ampliando a dívida externa com o sistema oficial de créditos e os empréstimos milionários em dólares.

³⁸ Darcy Ribeiro descreve o predomínio do latifúndio no campo, a partir da cúpula composta pelo patronato fazendeiro ativo e por proprietários de fazendas e latifúndios subexplorados ou inexplorados. Em seguida, os estamentos intermediários, mais amplos, são formados por pequenos proprietários de sítios, granjas e minifúndios. Esta parcela da população rural tem algum poder de compra e se divide em proprietários ativos, arrendatários e posseiros ou ocupantes de terras alheias. Abaixo desta camada, a massa da população rural brasileira está mergulhada na marginalidade estrutural, com altos índices de fome, morbidade, analfabetismo, mortalidade e miséria. Esta massa de trabalhadores rurais é composta por pessoas ativas, não proprietárias, geralmente com familiares não remunerados. Estes camponeses brasileiros são parceiros, assalariados, enxadeiros, etc., submetidos a um grau de exploração ímpar (Ribeiro 2007 [1967]).

³⁹ O discurso de Luis Carlos Prestes para a ocasião, bem como o programa de reforma agrária proposto pelo PCB para solucionar o problema, constam no livro organizado por Stédile (2005, vol.3), junto com outros programas de reforma agrária entre 1946 e 2003.

da área total das propriedades rurais.

As Ligas Camponesas (1959-1964) e o debate da luta pela terra na década de 60

Observa-se nesses anos a constituição de muitos sindicatos de trabalhadores rurais que mobilizavam principalmente os assalariados das regiões comerciais do país. Surgem também as Ligas Camponesas, entre 1954-1964, abraçando principalmente as demandas de pequenos produtores não proprietários, no Nordeste brasileiro (Morais, citado por Stédile, 2006, Navarro, 1996). As Ligas Camponesas, com a liderança de Francisco Julião, dinamizaram a combatividade camponesa na luta pelos interesses e aspirações de dois milhões de parceiros e dezenas de núcleos de ocupações de terras que se disseminam por todo país, para serem granjeiros-proprietários.

Que é preciso fazer para ganhar um pedaço de terra? A reunião de todos os que não têm terra. Essa união pode ser feita porque depende da vontade de cada um. Essa vontade existe porque é filha da necessidade. E a necessidade é coisa que todo mundo sente (*O ABC do Camponês*, de Francisco Julião, citado por Stédile, 2006).

Vandeck Santiago (2006) mostra como o governo estadunidense temia uma insurreição no Nordeste e como as Ligas Camponesas influenciaram a política de Kennedy. A luta pela distribuição de terras e efetivação de uma reforma agrária foi brutalmente reprimida.

As transformações econômicas no meio rural trazem novos atores políticos para a organização social do campo: Estado, partidos políticos e a Igreja Católica entram na cena política disputando influência entre camponeses e polarizando forças.

A década de 60 representou um marco fundamental na luta pela terra, devido ao claro e acirrado confronto de dois projetos de sociedade que pressupunham vias diferentes para o desenvolvimento e para a agricultura brasileira. De um lado estavam os defensores da manutenção da grande propriedade como base do processo de desenvolvimento. De outro lado o movimento camponês reivindicava uma reforma agrária radical, capaz de assegurar o “livre e fácil acesso à terra para os que a queriam trabalhar”, conforme consta na Declaração de Belo Horizonte, de 1961, resultado do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária (citado em Marighella et al, 1980). A declaração reivindica o respeito ao ‘amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe’ e a ‘aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas’ incluindo a garantia da sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo.

A transformação da estrutura agrária reivindicada era a “liquidação do monopólio da propriedade da terra, com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal” (Declaração de Belo Horizonte, citado em Marighella et. all, 1980)⁴⁰.

Em 1963 é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural⁴¹ que surpreendeu a população, segundo Caio Prado Jr. (1981, p.142), por abordar a legislação social-trabalhista para o campo e proteção do trabalhador rural, já que a proteção tradicionalmente dirigia-se ao trabalhador urbano. Entre outras coisas, o estatuto estendeu o direito à sindicalização do trabalhador urbano ao assalariado agrícola. Considera-se que as transformações sociais e econômicas promovidas pelo estatuto foram como uma complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888. O estatuto figurou entre as iniciativas do governo Goulart, buscando assimilar as teses da CEPAL. Sobre esse processo Caio Prado Jr. assinala dois pontos: o desinteresse geral na elaboração, acompanhamento e repercussões do estatuto, bem como sua particular deficiência e falta de regulamentação no que concerne às relações de produção, às relações de trabalho e emprego na realidade brasileira.

A proposta de reforma agrária de João Goulart vem em março de 1964, com sua Mensagem ao Parlamento. Foi a primeira iniciativa governamental que incluiu os trabalhadores rurais sem terra no desenvolvimento nacional. O caráter capitalista da reforma apontaria para um processo de liberar os parceiros das formas mais atrasadas de exploração, multiplicar o número de pequenos proprietários, defender o instituto da propriedade e preservar o sistema de fazendas. Os efeitos sobre a estrutura agrária, segundo Darcy Ribeiro (2007 [1967]), seriam: ‘estímulo aos proprietários rurais para a exploração agrícola de suas terras, sob pena de ter de entregá-las a quem se propusesse a lavrar’, ‘redução do preço da terra’ com impacto de redução da especulação fundiária e do monopólio da terra, exercido secularmente pela classe dominante no Brasil, ‘destruição das bases eleitorais dos partidos de direita, cujos votos, predominantemente rurais, são controlados pelos fazendeiros através da exploração da dependência dos milhões de parceiros, assalariados agrícolas e seus familiares’

⁴⁰ As teorias desenvolvimentistas vêem a reforma agrária como um mecanismo acelerador do processo econômico, para alargar o mercado interno, ativar a economia e assegurar uma base ao desenvolvimento industrial, reduzindo as ‘tensões sociais perigosamente revolucionárias geradas pela miséria do campo e implantar um fator de estabilidade político-social, interessando os camponeses na consolidação da ordem capitalista, para defender suas pequenas propriedades” e no esforço de sindicalização dos assalariados rurais (Ribeiro, 2007, p. 230).

⁴¹ Lei N° 4.914, de 02 de março de 1993.

em condições de opressão (Ribeiro, 2007 [1967], p. 232). Posicionava-se em relação à distribuição da terra assinalando que o pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária, mas é negócio agrário e, em outros setores, também conclamou o povo brasileiro a uma ampla reforma que beneficiaria o trabalhador do campo e o trabalhador urbano.

Intervenção Norte-Americana contra o nacionalismo, a reforma agrária e as ameaças de revolução

Em seu discurso, João Goulart advertia: “Não há ameaça mais séria para a democracia do que a democracia que desconhece os direitos do povo. Não há ameaça mais séria à democracia do que estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações” (Goulart citado por Stédile, 2005, vol.3).

A chamada “questão agrária” tornou-se um importante elemento detonador do golpe militar, que se impôs de forma dura contra as forças políticas que lutavam por mudanças estruturais. A execução da reforma agrária, da política de controle dos capitais estrangeiros e de desenvolvimento econômico mais autônomo foi ‘vetada’ pelo governo Norte-Americano.

Rui Mauro Marini examina a influência da política norte-americana na intervenção militar de abril de 1964, ao instalar um regime que

inaugura un nuevo estilo en la política exterior de Brasil, cuyo el principal objetivo parece ser el de lograr una perfecta adecuación entre los intereses nacionales del país y de la política de hegemonía mundial llevada a cabo por Estados Unidos (Marini, 1978 [1969] p.58).

Jango caiu deposto pelo golpe militar depois de apresentar sua Mensagem ao Congresso Nacional. A Ditadura que seguiu foi cruelmente repressiva contra a esquerda, as manifestações populares e qualquer indivíduo ou organização que apoiasse a reforma agrária. A igreja católica foi apoiadora do golpe em amplos setores religiosos. Mas foi também um setor da igreja católica, mais progressista, em sua maior parte organizada em torno na teologia da libertação, que denunciou a crueldade do regime. Dom Paulo Evaristo Arns garantiu a circulação dos registros das torturas que ocorriam no Brasil na época da ditadura militar, com depoimentos de pessoas que sofreram as torturas e cópias de documentos dos militares e da polícia. O livro *Brasil: Nunca Mais* que revela a história de torturados e torturadores primeiramente circulou na clandestinidade e foi publicado pela Arquidiocese de São Paulo quando chegou ao fim a ditadura militar no Brasil, no ano de 1985.

Todas as propostas de leis de reforma agrária elaboradas entre 1946 e 1964 vinham como tentativas de resposta pela via legal à pressão exercida pelos movimentos camponeses. Este havia sido um período de ascensão da luta pela terra em todo o território e de formação de movimentos camponeses articulados nacionalmente. Tinham grande capacidade de mobilização as Ligas Camponesas, particularmente no Nordeste, a ULTABS – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, o MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra, mais ao Sul, a Frente Agrária Católica, articulação de camponeses organizada pelas dioceses locais e, finalmente, a partir de 1963, os Sindicatos Rurais, que até então eram proibidos (Stédile, 2005, vol. 3).

Em 1964, com o Golpe Militar, assume o governo o Marechal Castelo Branco. A partir deste ano uma forte repressão ao movimento camponês tem o sentido de desmobilizar e destruir o caráter político das reivindicações. Os impressionantes processos de modernização e desenvolvimento capitalista acompanhavam cenários de violência rural sem precedentes. As Forças Armadas foram desviadas da posição nacionalista e reformadora para regredir à tradicional defesa da ordem oligárquica, dos interesses estrangeiros e da pequena classe dominante. Conforme Stédile (2005, vol.3), lideranças das Ligas Camponesas, Ultabs, Master, sindicatos e de grupos localizados pagaram com a própria vida ou amargaram anos de exílio.

Em dezembro de 1968, a promulgação do Ato Institucional nº 5 amplia e aprofunda a repressão aos seus opositores, em particular estudantes, trabalhadores urbanos, profissionais liberais em geral, oriundos da classe média. O Estatuto da Terra foi relegado ao esquecimento (Stédile, 2005, vol.3, p.151).

Durante o regime militar, o tema da reforma agrária foi proibido na política brasileira e sua defesa levou muitos militantes à perseguição, ao exílio, à prisão e à morte.

Outra marca repressora da década de 60, foram os reflexos do conservadorismo do Vaticano. Se bem que, sobre isso, houve um resultado inusitado para a América Latina, que foi o surgimento da Teologia da Libertação⁴² (Dussel, 2006). A igreja progressista assume compromisso com os problemas da terra. Neste período inicia um novo ciclo de protestos populares no Brasil, acompanhando uma conjuntura de ascensão para movimentos sociais, que incluía a luta de libertação do colonialismo na África, a revolução sandinista, a resistência no Peru, as lutas indígenas e campesinas no Equador e no México, as lutas contra ditaduras em vários países, a referência da Revolução Socialista Democrática em Cuba e o referencial

⁴² Entre os expoentes da Teologia da Libertação estão Camilo Torres, Hugo Assmann, Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, Enrique Dussel.

da Revolução na URSS (Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

Michel Löwy (2010) vai escrever que os cristãos comprometidos socialmente são um dos componentes mais ativos no movimento social do Brasil, da América Latina e do mundo. Muitos militantes do MST provêm das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Sociais, com formação da teologia da libertação, assumindo como temas fundamentais:

- Uma implacável acusação moral e social contra o capitalismo como sistema injusto e iníquo, como forma de pecado estrutural.
- O uso do instrumento marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes.
- A opção preferencial a favor dos pobres e a solidariedade com sua luta de emancipação social.
- O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres como a nova forma da Igreja e como alternativa ao modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista.
- A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como inimigo principal da religião, isto é, contra os novos ídolos da morte, adorados pelos novos faraós, pelos novos Césares e pelos novos Herodes: O consumismo, a riqueza, o poder, a segurança nacional, o Estado, os exércitos; em poucas palavras, "a civilização cristã ocidental" (Löwy, 2010).

A história da luta pela terra mostra que houve influência marcante desta corrente nos movimentos sociais das décadas de 70 e 80.

A luta pela terra nos anos 70 e 80 no Brasil

Os movimentos localizados no final da década de 70 e início da década de 80, a partir de uma articulação promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada ao setor progressista da Igreja Católica, promoveram vários encontros regionais articulando as lideranças para um Encontro Nacional.

Data deste período a criação da Comissão da Pastoral da Terra, no ano de 1975; a fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, em 1980; a formação da Central Única de Trabalhadores – CUT, no ano 1983; a fundação do MST Nacional, em 1984. Note-se que estas organizações formam-se no mesmo período histórico de esgotamento da ditadura militar e participam como forças combativas e muitas vezes articuladas, marcando com suas ações políticas e estruturas organizativas o cenário da luta social brasileira em um ciclo histórico nas décadas seguintes.

A transição para a democracia no Brasil se deu de forma conservadora, colocando em prática um projeto de desapropriações parciais para apaziguar os ânimos no campo, sem

amplitude e sem compromissos reais com a solução da questão agrária. Foram mantidos os privilégios de fazendeiros e garantida a concentração da propriedade de terras. A conduta do governo foi fracassada, já que entre 1979 e 1983 eclodiram ações de posseiros na Amazônia, movimentos de massa e lutas pela terra no território nacional.

Os camponeses pobres começaram a se articular em torno da demanda de acesso a terra. Data de 07 de setembro de 1979 a primeira ocupação de terras, precedendo a fundação do MST, com a participação de 110 famílias sem terra organizadas no movimento, ainda em caráter regional, ocupando as glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, no RS. Maria Isabel Green, integrante da direção nacional do MST conta como foi.

Em 78 ocuparam a fazenda (...). Uma parte dessas famílias foi assentada. E, ah, sobrou uma família. Essa família ficou lá na beira da estrada. E começou a juntar gente e sair conversa no meio do povo de que tinha um pessoal acampado na beira da estrada e em 15 dias o governo resolvia fazer a reforma agrária. Então esse acampamento vai crescendo assim de um dia pra o outro. E aí se uniram diversas organizações (...) que começaram a acompanhar esse acampamento e acharam que precisava organizar internamente (Entrevista com Maria Isabel Green, integrante da Direção Nacional do MST / MST- PR).

O debate de idéias se fortalecia. Uma proposta de reforma agrária da CONTAG foi aprovada no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em 1979.

No meio urbano, o sindicalismo do ABC paulista fazia enfrentamento com empresas estrangeiras, norte-americanas, alemãs e suecas que ofereciam benefícios indiretos baseados no *welfare* privado despolitizando as negociações salariais.

Tratava-se de grandes massas de trabalhadores – a Volkswagen de São Bernardo do Campo chegou a ter 25 mil operários -, deu ao sindicalismo do ABCD características bastante distintas (...). Dificilmente esse sindicalismo se reproduziria em qualquer outra parte do Brasil (Francisco Oliveira, 2006, p. 224).

Os anos 80 representaram uma etapa de ofensiva do movimento social nos processos de formação e nas lutas de resistência, com um período de multiplicação de ocupações massivas de terra, por todo o país, de forma relativamente isolada, caminhando para uma articulação de forças políticas.

Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

A imprensa divulgava os atos dos “sem terra” e o nome foi ganhando força. Em 1984, apesar da ditadura, lideranças de trabalhadores rurais, agentes de pastoral, sindicalistas, se

reúnem em Cascavel, no Paraná, e fundam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST⁴³, como um movimento nacional de luta pela terra, de luta pela reforma agrária e por mudanças sociais (Stédile, 1997).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge no final da década de 70, no Rio Grande do Sul, e nacionalmente é fundado em 1984, após um período de ditadura militar e impedimento da organização camponesa, constituindo-se como o maior movimento social do Brasil. A luta de inclusão social e de distribuição de riquezas se apresenta como parte de uma agenda socialista. Com mais de vinte anos de existência o MST organizou-se em 23 das 27 unidades federativas. Em sua atuação, no período entre 2000 e 2004, realizou 850 ocupações, com 174.448 famílias. A luta é a principal forma de acesso à terra na conquista de assentamentos rurais. As dimensões de atuação do movimento incluem produção, educação, cultura, saúde, políticas agrícolas e infra-estrutura social (Fernandes, 2006).

Quando o MST se apresenta nacionalmente como uma força social no campo, na década de 80, realiza uma luta de inclusão social e distribuição de riquezas, como parte de um debate de luta socialista. Os princípios definidos no I Encontro Nacional de fundação do MST registram três objetivos da luta: a terra, a reforma agrária e a justiça social.

Fatores econômicos, sociais e políticos da realidade brasileira são identificados, por Stédile e Frei Sérgio (2006), como determinantes para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O fator de ordem econômica se refere à grande concentração de propriedade de terra, expansão da mecanização da lavoura, utilização de insumos industriais, estímulo à monocultura de produtos destinados à exportação como a soja e o algodão, redução de cultivos permanentes como o café, substituição da mão-de-obra por máquinas nas fazendas e expulsão de trabalhadores rurais das terras onde trabalhavam.

Os fatores sociais são relativos ao esgotamento das alternativas para os trabalhadores rurais excluídos da agricultura na década de 70. Tanto a migração para a região amazônica como o êxodo rural para as cidades se revelaram inviáveis. O fracasso da colonização amazônica e as altas taxas de desemprego mostravam que a crise crescia no campo e nas cidades.

Entre os fatores políticos para a formação do MST destacam-se três pontos: o trabalho de base da Igreja católica e da CPT, fortalecendo a conscientização e contribuindo para a

⁴³ O 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocorre em Cascavel, no PR, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, quando se celebra a fundação do MST.

organização dos trabalhadores rurais; o sindicalismo combativo da cidade e as greves do ABC que levaram novas idéias ao campo transformando os sindicatos rurais em espaços de luta pela terra; e o processo de abertura democrática que seguiu anos de ditadura militar permitindo o surgimento e ampliação de novas formas de organização social, que antes eram violentamente reprimidas.

Em meados da década de 80, quando o Brasil inicia um período de democratização, o próprio governo volta a falar de reforma agrária, criando um Ministério especial e um plano nacional de reforma agrária (Stédile, 1997). O debate se amplia nas universidades, no parlamento, nos jornais. São produzidas novas teses, promulgadas novas leis e o MST segue organizado articulando-se com diversos setores.

Nos anos 80 e início dos 90, segundo Fox (1996) o movimento sindical brasileiro representa o esforço nacional mais ambicioso da América Latina em termos de unidade dos interesses dos mais pobres. Na perspectiva de reunir os pequenos produtores e os trabalhadores rurais e urbanos se fortaleceu a articulação entre a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

A CUT teve uma importante expressão política, com uma militante base industrial, onde mais de um terço dos membros era de origem rural. Ativistas na luta pela reforma agrária, que teve seu ápice em meados dos anos 80, comumente identificam-se com a CUT, ainda que a reforma agrária e as políticas agrícolas alternativas não se situem nas prioridades da direção nacional da Central. A estrutura do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais lida com a constante frustração pela falta de autonomia e de apoio real do restante da organização. Portanto, segundo Fox (1996), no vácuo político aberto pela reduzida ênfase da CUT na organização dos produtores sem terra, o MST, no final dos anos 80, assume um papel dominante e crescente nas ações mais radicais e diretas em favor da reforma agrária. No Brasil, com o processo de abertura política, os pobres do campo também encontram uma alternativa política no Partido dos Trabalhadores⁴⁴.

Década de 90 e a visão de que “não existe problema agrário no Brasil”.

⁴⁴ Proposta de Reforma Agrária do PT, do ano de 1989, está presente em Stedile (2006, vol. 3).

Nos anos 90, o capitalismo na sua roupagem neoliberal se impõe na América Latina, destruindo com a vasta estrutura de agências governamentais criadas anteriormente por governos populistas ou tecnocráticos. As agências nacionais que tradicionalmente eram alvos de pressão dos camponeses perdem sua função reguladora e estruturante, aprofundando a lacuna da possibilidade de mediação entre os movimentos de reivindicação e o governo. Os partidos de esquerda rejeitam muitos intentos de privatização, mas o processo avança.

Para os movimentos de luta pela terra surge a articulação internacional com a Via Campesina (na América Central, 1992), com uma carta de princípios contra a política neoliberal e o modelo produtivista (Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

Segundo Stédile (2006) a classe social que vive no campo, que os sociólogos chamam de camponeses, que trabalham a terra sem serem proprietários dela, é considerada “sem terra”. Nesta categoria estão incluídos os parceiros, arrendatários, posseiros, assalariados rurais, pequenos agricultores e filhos de pequenos agricultores. Somando essas categorias, conforme os dados do IBGE, em 1993, chegavam a mais de 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Para normatizar a aplicação dos princípios constitucionais da reforma agrária da Carta de 1988, foi promulgada pelo Congresso Nacional em 1993 a lei que ficou conhecida como Lei Agrária/93. Mais uma lei que defende os interesses de grandes proprietários, já que, ao invés de simplificar a desapropriação, cria brechas jurídicas que impedem a rapidez e eficácia, facilitando a contestação dos latifundiários a cada processo de desapropriação (Stédile, 2005, vol.3). A concentração de terras no Brasil continuou crescendo no período ‘democrático’.

O avanço das políticas neoliberais, as inovações na questão agrária, a ampliação da globalização, os altos padrões tecnológicos do modelo do desenvolvimento agropecuário hegemônico vão caracterizando o chamado agronegócio. Enquanto era restringido o protagonismo do Estado para atender às questões sociais, grupos econômicos ruralistas ampliavam seu poder de imposição de políticas agrícolas e controle dos mercados. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2006) ampliação da agricultura capitalista presente na intensificação da mecanização no campo, do uso de agrotóxicos, a introdução e difusão do cultivo de plantas transgênicas, a expansão das áreas agricultáveis e das fronteiras agrícolas geraram mudanças na forma de controle e exploração da terra.

As empresas multinacionais norte-americanas e européias expandem seus domínios,

com controle dos principais produtos primários, tais como soja, café, leite e frutas, avançando em processos de compra ou fusão com empresas nacionais, controlando mercados, tecnologias e patentes, concentrando mais e mais poder e conhecimento. As grandes corporações⁴⁵ atuam em diversos setores da economia, dominam estrategicamente os processos produtivos do mundo urbano e do mundo rural, expandem seu controle dos mercados e das políticas públicas. No fortalecimento do agronegócio, destaca-se o papel do GAAT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, criado em 1947 com o objetivo de incrementar o fluxo comercial por meio da diminuição das tarifas alfandegárias, concedendo progressivos incentivos para a liberalização do comércio mundial (Fernandes, 2006).

Em 1995, após um intenso trabalho coletivo de discussões, debates e encontros estaduais, o MST publica um programa de reforma agrária. Na introdução deste documento há uma breve análise da estrutura do capitalismo no campo brasileiro e das classes na sociedade rural. Ainda que o MST não se apresente com nenhuma doutrina política, é clara a influência marxista na sua interpretação da realidade econômica e social brasileira (Löwy, 2006). O caráter de classe da luta segue sendo afirmado, com toda sua contradição. O fato é que a realização da pauta de posse da terra tende a esgotar elementos da luta de classe e da construção do futuro socialista, já que a propriedade é o cerne da sociedade capitalista.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) faz a avaliação da realidade brasileira a partir da afirmação de que “não existe problema agrário na sociedade” e reconhece o MST como um adversário em campo oposto aos seus interesses (Comparato, 2000). No período do segundo mandato do FHC, em 1996, passa a valer a Lei Kandir, programa de subsídios às exportações, planejado pelo Ministério de Planejamento, que isenta ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços – de todas as exportações de produtos primários. O subsídio chega a 17% para fazendeiros produtores e exportadores de soja, minério de ferro e carne. Trata-se de transferência de mais-valia social e muitas vantagens para essa classe social, ou seja, uma lei que garante o privilégio à elite – e que muitos anos depois ainda não foi revogada (Stédile, 2006).

A luta pela reforma agrária e o MST ganham forte projeção nacional e internacional neste período, não só pela grande organização, mas também por vivenciarem duros golpes. A polícia agiu aliada aos fazendeiros contra o MST, resultando em episódios violentos como o

⁴⁵ Entre as grandes corporações que se estabeleceram no Brasil e na América Latina estão: Nestlé (Suíça), Philip Morris, Cargil, Coca Cola, Del Monte e United Fruit Company (Estados Unidos), Bunge (Holanda), Danone (França), Parmalat (Itália).

massacre de Corumbiara em Rondônia, em agosto de 1995, e o massacre de Eldorado dos Carajás, onde dezenove militantes do MST foram assassinados pela polícia militar do Pará, em abril de 1996. Bruno Konder Comparato (2003) analisa a documentação do período mostrando a tentativa de desqualificar, de descaracterizar o MST como movimento social e enquadrá-lo como movimento criminoso.

De qualquer forma, o papel de desapropriar terras, conceder indenizações, garantir crédito aos assentados, estabelecer uma política agrária e executá-la pertence ao governo. Portanto, segundo Comparato (2003), os dirigentes do MST recorrem à mediação com o governo para atingir seus objetivos e impedir a radicalização dos conflitos entre os grandes proprietários de terra e os sem terras.

Em 1997 foi feito o I Censo da Reforma Agrária, com cadastro dos beneficiários de assentamentos da reforma agrária e o perfil socioeconômico das famílias (Schmidt, 1998). O avanço do investimento do governo para aliar-se com as universidades e sistematizar estudos e informações sobre a realidade agrária não se refletiu em ações para realização da mesma.

No ano de 1997, como resultado de um longo esforço de organização de projetos de formação política, o MST inaugura a Escola Nacional Florestan Fernandes.

A formação de lideranças, no e pro MST, começou antes mesmo da fundação do MST. Ou seja, as nossas primeiras lideranças foram formadas num contexto onde os principais agentes de articulação, de formação da consciência, de motivação eram basicamente o movimento sindical progressista no campo, que tava surgindo no final da ditadura militar (...) como fruto, talvez, de dois fatores: um objetivo que foi fruto do próprio desenvolvimento do capitalismo, que colocou os camponeses numa situação difícil. Ou tinha que migrar pra cidade ou se articular, se organizar pra lutar por seus direitos no local, no caso a terra, então no seu próprio local. Mas isso não teria surgido, a organização, se não tivesse um trabalho de articulação, de mobilização, de formação. Aí então nós destacamos como um agente principal a igreja (a igreja católica, a igreja luterana, através da comissão Pastoral da Terra, da Pastoral da Juventude e das pastorais sociais), (...) depois o movimento sindical e o próprio partido, no próprio PT (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

Os massacres contra o MST fortaleceram a avaliação de que apenas a articulação ampla de forças políticas populares pode garantir a continuidade da luta no campo.

Século XXI: O país do latifúndio não fez a reforma agrária

A chegada ao governo de Lula, em 2003, trouxe a expectativa de que no 'governo popular' a reforma agrária seria finalmente feita, para além da retórica com que sempre a

questão foi tratada. A avaliação do MST no primeiro mandato do presidente Lula - diferente da avaliação feita em 2010 - era de mais expectativas positivas em relação ao avanço na reforma agrária.

Nós fizemos logo em seguida da eleição um processo de avaliação bastante ampliada com toda a Direção. Primeiro: houve uma mudança na correlação de força e o governo passa a ser aliado da luta pela reforma agrária, uma luta histórica. Segundo: havia um governo em disputa, então nós tínhamos que disputar o governo, ele estava aberto, franco. Terceiro: nós tínhamos que aproveitar esse momento conjuntural, pra desentruar todo o processo burocrático, todo o entulho autoritário que foi criado durante o governo anterior, pra fazer a reforma agrária avançar. E outra questão importante que nós definimos é que nós tínhamos que aproveitar o momento pra melhorar as condições de vida dos assentamentos, mas também o nível de consciência do povo nos assentamentos e acampamentos. Essa era uma definição nossa (Entrevista com Jaime Amorim, integrante da Direção Nacional do MST / MST-PE).

Uma pesquisa mostra que os compromissos assumidos pelo governo Lula com as famílias assentadas são relativizados mediante o compromisso com as grandes empresas agroexportadoras (Porto-Gonçalves, 2010). Os recursos públicos destinados aos poucos grandes empresários do setor do agronegócio são desproporcionais com os recursos destinados aos milhões de pequenos produtores, conforme dados oficiais do orçamento da União, que registram cerca de R\$ 28 bilhões contra aproximadamente US\$ 4,5 bilhões em 2004. Tudo indica que há uma crença no governo Lula na possibilidade de convivência entre o *agrobusiness* e a reforma agrária. Sem avançar na reforma agrária conforme a expectativa inicial, o governo Lula faz do agronegócio um dos seus pilares de sustentação⁴⁶. A violência tem sido maior exatamente nas áreas mais modernas, onde cresce a intensidade da ação do poder judiciário e da força policial em defesa aos grandes proprietários.

O órgão do governo responsável pelo setor da reforma agrária, o INCRA, se diz sem recursos financeiros para comprar terras, não só pelo escasso orçamento destinado ao órgão como, principalmente, pelo fato do preço da terra ter subido exponencialmente em diferentes regiões. Um exemplo apontado é a expansão das empresas de papel e celulose.

⁴⁶ O que fica patente com a nomeação do Presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness, o Sr. Roberto Rodrigues, para Ministro da Agricultura, e o Sr. Luís Fernando Furlan, proprietário de uma das maiores empresas brasileiras do setor agroindustrial, a Sadia, para seu Ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O governo Lula também assumiu posições contrárias aos que lutam pela Reforma Agrária em questões estratégicas, como a que culminou na liberação do plantio e comercialização de produtos transgênicos e, ainda, com a demissão do Sr. Clayton Campanhola da Presidência da Embrapa, ele que tinha compromisso com um desenvolvimento tecnológico com sentido democrático já que voltado para a agricultura familiar, e nomeado o Sr. Silvio Crestana, cuja proposta vai na perspectiva da busca de competitividade internacional, no melhor jargão produtivista e economicista do agrobusiness (Porto-Gonçalves, 2010).

Tudo isso, aliado aos números acanhados de assentamentos de famílias nos dois primeiros anos do governo Lula, levou o MST a desencadear, em 2005, uma nova fase de mobilização, cujo momento de maior visibilidade foi a Marcha Nacional pela Reforma Agrária que chegou a Brasília em 17 de maio. O MST abandonou a proposta de pressionar o governo a assentar 1.000.000 de famílias, conforme promessa na campanha eleitoral, e acordou com o governo um novo compromisso de assentar 430 mil famílias até o seu final. Todavia, nem esse novo compromisso vem sendo cumprido: em 2003, o governo havia se comprometido a assentar 60.000 famílias e assentou somente 36.000. Em 2004, o compromisso era assentar 115.000 famílias e só foram assentadas 81.200 (Folha de São Paulo, 15/05/2005, citado por Porto-Gonçalves, 2010).

Em um levantamento realizado pelo MST, no governo Lula houve 12 políticas que beneficiaram as famílias de trabalhadores rurais, como o PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar. Em compensação, é possível identificar 30 medidas que beneficiaram os latifundiários (Stédile, 2006).

O movimento apresenta divergências com setores do governo Lula quando acreditam na viabilidade do agronegócio, que organiza a produção para exportar e ganhar dólares. O MST entende que a agricultura tem que ser organizada para, em primeiro lugar, resolver os problemas do povo brasileiro e não do proprietário de terra. Com o Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo parece acreditar numa transformação da situação fundiária sem que haja mudanças na política econômica.

A lógica do desenvolvimento agropexportador tem impacto negativo para os camponeses e o desenvolvimento da pequena agricultura familiar. Esta situação é identificada por dirigentes do MST: “O modelo de agricultura de exportação, para exportação de celulose, de cana, de soja, vem trazendo grandes problemas” (Entrevista com Ednalva Moreira, integrante da Direção Nacional do MST / MST-ES).

A avaliação do MST é que, ao contrário do que se esperava, a reforma agrária regrediu no governo Lula. Para o Movimento é ilusão de algum setor do governo achar que é possível basear o desenvolvimento da nossa agricultura no agronegócio. “O agronegócio é a remaquiagem da velha *plantation* do colonialismo, não traz nenhum benefício para a sociedade brasileira” (Stédile, 2006, p. 177). As estatísticas mostram depredação do meio ambiente, concentração da propriedade de terra, trabalho escravo; os salários mais baixos são pagos no campo; alto índice de agrotóxicos prejudica a qualidade de alimentos; mesmo quando produz para a exportação, o agronegócio está inviabilizado se o governo não transfere

a mais-valia com créditos mais subsidiados.

No Brasil, a Reforma Agrária nunca foi feita. O capitalismo se desenvolveu em diferentes fases, em diferentes momentos da história do Brasil, como nos anos 30, num processo de industrialização acelerado, ou a partir dos anos 60 com o Golpe Militar, com uma modernização da agricultura. Nem nesses momentos a Reforma Agrária foi feita, de maneira que o próprio capitalismo se desenvolveu sem necessidade de realizar a Reforma Agrária. E nesse momento atual mais ainda, quer dizer, o agronegócio, do ponto de vista do processo de acumulação e de expansão do capitalismo, ele se realiza, não há a necessidade da Reforma Agrária (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

No período de ‘redemocratização’ que seguiu a ditadura militar, o MST cultivou vínculos estreitos com PT e aliança estratégica com a CUT, enquanto mantinha independência. Ao largo dos anos 90, tanto a CUT como o PT sofreram cooptação e acomodaram-se a ponto de aceitar os ditos do neoliberalismo depois de obter o poder estatal. Paralelamente, desde a vitória eleitoral do PT, o MST entrou em um processo de incorporação nas estruturas estatais. O governo Lula fracassou numa nova agenda de reforma agrária. Assim, ficou questionada a relação do MST com o Estado e com suas alianças tradicionais, bem como sua própria identidade. Entretanto há enormes contradições no processo já que o MST intensificou sua campanha de ocupação de terras (Moyo e Yeros, 2008).

Aumentam as análises certificando que a política neoliberal no Brasil passou com distintas dinâmicas sociopolíticas por todos os períodos governamentais desde o presidente Collor (1990-1992) e de Itamar Franco (1992-1994) passando pelos períodos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) até o recente governo, de Lula (2002-2010). As conseqüências são o aprofundamento da crise estrutural da economia, o incremento da precarização do mundo do trabalho e o aumento da pobreza (Antunes, 2004).

O estudo da expansão brasileira nos anos 2000 mostra o aumento da influência político-econômica regional e internacional, apoiada na exportação de capitais, na expansão de suas multinacionais, numa política externa de maior projeção com reforço da indústria bélica nacional e em iniciativas de cooperação e integração regional. A retomada da interpretação subimperialista (Bueno, 2009) tem sido usada para analisar as conseqüências nacionais e internacionais deste processo.

O projeto desenvolvimentista, que preza o crescimento econômico baseado nas grandes cifras do agronegócio e da indústria, levanta a bandeira de “um governo para todos”. O governo executa projetos sociais e apresenta índices de diminuição das desigualdades

regionais, embora avance sem realizar a reforma agrária, sem acabar com o analfabetismo, sem conquistar a soberania alimentar, sem ampliar a participação popular nos processos de deliberação sobre os rumos do país.

Dados demográficos e a concentração fundiária no Brasil

O Brasil está situado a leste da América do Sul, banhado pelo oceano Atlântico, é a unidade nacional que domina maior território, de maior população e a única nação colonizada pelos portugueses nas Américas. Com uma superfície de 8.456.510 km². Segundo as estimativas do IBGE de 2009, o Brasil tem 193.733.795 habitantes espalhados pelas suas 27 unidades da federação e 5.565 municípios⁴⁷.

Os dados demográficos do Brasil mostram uma população que reside em área urbana maioritária, com 86% do total e a população rural representa 13,88% do total de 193,7 milhões de habitantes. Embora a população que vive no campo esteja reduzida em proporções relativas, o número absoluto não pode ser desprezado, pois equivalem a aproximados 27 milhões de pessoas, segundo o IBGE (2009), número que segue crescendo.

O Brasil está entre os países com a maior concentração fundiária do mundo⁴⁸, panorama que pouco se alterou apesar de diversos planos de reforma agrária. Os dados mostram um agravamento da concentração de terras nos últimos 10 anos. De acordo com o IBGE, enquanto os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais, a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que está nas mãos de menos de 1% dos proprietários rurais, concentra mais de 43% da área total.

A soja foi a cultura que mais se expandiu no País na última década, segundo mostra o Censo Agropecuário. No período entre 1995, quando foi realizado o levantamento anterior, e o Censo atual, a soja apresentou um aumento de 88,8% na produção, alcançando 40,7 milhões de toneladas, em 15,6 milhões de hectares, com um aumento de 69,3% na área colhida. Ainda de acordo com o Censo, "com o objetivo de reduzir os custos de produção", os produtores optaram pelo cultivo da soja transgênica no Brasil: 46,4% dos estabelecimentos agropecuários

⁴⁷ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa: Estimativas de população*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>. Acessado em: 11/12/2009.

⁴⁸ O cálculo do IBGE sobre a concentração de terras no Brasil é baseado no Índice de GINI da estrutura agrária do país. Quanto mais perto o índice estiver de 1, maior é a concentração. Os dados (IBGE, 2009) mostram um agravamento da concentração de terras. O Censo do IBGE para 2006 mostrou um Gini de 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856). Para mais dados da concentração da terra no Brasil ver www.cepal.org/estadisticas/bases/.

que cultivaram soja em 2006 utilizaram sementes geneticamente modificadas. Também foi utilizada uma grande quantidade de semente certificada (44,6%) e, em 96,8% da área, a colheita foi realizada de forma totalmente mecanizada. Na maior parte das áreas cultivadas também foram feitos uso de agrotóxicos (95,1%) e adubação química (90,1%)⁴⁹.

Os principais produtos do agronegócio no Brasil são a soja, a carne, a cana-de-açúcar, a madeira, a celulose e o papel, o café, o fumo/tabaco, a laranja, o milho e o algodão. Os dados sobre o agronegócio brasileiro indicam o baixo percentual de lavouras que produz alimentos para a população e o alto percentual da produção do agronegócio destinado à exportação. Enquanto a área plantada em lavouras é de 62.352.696 ha, a área plantada pelo agronegócio destinada à exportação é de 45.813.823 ha, e a área de pastagem corresponde a aproximadamente 172.333.073 ha (Girardi, 2010)⁵⁰. Os dados são de 2006. O valor das exportações do agronegócio chega a quase 40 bilhões de dólares e o valor das exportações agropecuárias brasileiras chega a quase 50 bilhões de dólares.

O caráter altamente exportador do agronegócio brasileiro vai contra o princípio básico da soberania alimentar (TEXEIRA, 2004). (...) Os dados da FAO indicam que a desnutrição atinge sete por cento da população brasileira, cerca de 13 milhões de pessoas. De acordo com Oliveira (2003) o agronegócio é uma forma de inserção da elite brasileira no capital mundial e “a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar.” (p.120). Também Teixeira (2004), ao analisar a posição subordinada do Brasil na economia mundial, afirma que (...) o agronegócio é a única possibilidade de que o Brasil continue a ser um bom pagador de suas dívidas externas e da participação do país no capitalismo mundial de forma subordinada. Esta situação é fruto da divisão internacional do trabalho e da forma como o Brasil tem sido governado (Girardi, 2010).

O impedimento à soberania alimentar também se relaciona com a ocupação predatória e o processo de especulação fundiária que atingem as regiões de importância para a preservação ambiental, como a região amazônica e o cerrado. O debate inclui as unidades de conservação indígena, a posse e o uso de terras, a grilagem, as terras exploráveis não exploradas, a função social da propriedade. O Atlas da Questão Agrária Brasileira (Girardi, 2010) apresenta uma análise detalhada, com mapas e tabelas, relacionando uma série de variáveis em torno desta questão. Mostra, por exemplo, que há planos infundados de abertura de novas terras na Amazônia. Segundo a análise, a produção de alimentos para o

⁴⁹ Compilação de dados do jornal Estado de São Paulo, de 30 de setembro de 2009.

desenvolvimento social brasileiro não necessita da ocupação de mais nenhum centímetro quadrado da Amazônia ou outro bioma. O objetivo da abertura de novas terras é exploração de madeira, garantia de reserva de valor, ampliação da especulação fundiária e a consolidação, em um futuro próximo, da parceria latifúndio-agronegócio.

A concentração de terras nas mãos de poucos e grandes proprietários acompanhada da receita das transnacionais se contrapõe à realidade da maioria dos habitantes pobres e sem terra do campo. A conjuntura econômica e social no Brasil mantém os grandes interesses do capital como principais beneficiados do sistema político e a idéia da democratização de terras em contraposição a este modelo é percebida como uma afronta criminoso à ordem vigente.

O mundo do trabalho no campo

No Censo Demográfico de 2000, o Brasil apresenta altos graus de urbanização. Entre as diferentes fontes, o percentual mais alto é de 81,2%, na classificação oficial do IBGE. O intenso êxodo rural, desencadeado a partir da década de 1950 e que prossegue sem nenhum sentido positivo é resultado da falta de ação do Estado no incentivo às populações rurais (Girardi, 2010). A tendência a supervalorizar o urbano nas análises sociológicas muitas vezes resulta na negação de uma parte importante da realidade brasileira. A população que reside no meio rural no Brasil abrange em números absolutos representa mais de 26 milhões de pessoas, segundo IBGE (2009) e, destes, a maior parte está vinculado ao setor agropecuário.

A atividade predominante das pessoas que moram e trabalham nas localidades ou regiões rurais tem relação com a agropecuária. A questão é que os novos moradores não trabalham nas localidades ou regiões rurais, mas sim nos centros urbanos; as áreas rurais são apenas domicílio e não sedes das empresas, instituições e indústrias nas quais eles trabalham. No mesmo sentido podemos considerar os bóias-frias que residem nas cidades e se deslocam todos os dias para trabalhar no campo. (...) as atividades agropecuárias não cessam e são condição sine qua non para a existência do urbano (Girardi, 2010).

O trabalho é precarizado no meio rural, situação que se agrava entre mulheres, segmento que apresenta maior nível de pobreza. A luta pela garantia de direitos entre assalariados rurais é ainda mais difícil que para assalariados urbanos. Além disso, o trabalho escravo é realidade no Brasil do século XXI principalmente em atividades rurais.

A maioria das fazendas não respeita as leis trabalhistas. Não contrata os trabalhadores com carteira assinada. Ao contrário. Infelizmente há ainda um

⁵⁰ A Tabela foi organizada por Eduardo Paulon Girardi (2010) e tem base em dados do Ministério de Desenvolvimento, do Ministério da Agricultura e do IBGE.

grande número de fazendas que usa trabalho análogo à escravidão. E o INCRA não consegue aplicar isso pra desapropriar (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

Divulgado um relatório de denúncias registradas de trabalho escravo no Brasil⁵¹, incluindo um total de 171 proprietários, com o nome da propriedade, a localização, CNPJ ou CPF, número de trabalhadores envolvidos e ramo de atividade. A maior parte é trabalhador do meio rural.

O V Congresso Nacional do MST traça um compromisso em relação a este tema:

Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados (Lista Documentos, 5º Congresso Nacional do MST, 2007).

As diversas formas de exploração, as condições de trabalho, as questões produtivas, o apoio para a produção, estão entre aspectos econômicos da luta pela terra.

Aspectos econômicos da luta social

Pode ser que a representatividade econômica do rural tenha diminuído em relação à produção econômica total, porém sua importância substancial à existência humana não tem paralelo (Girardi, 2010).

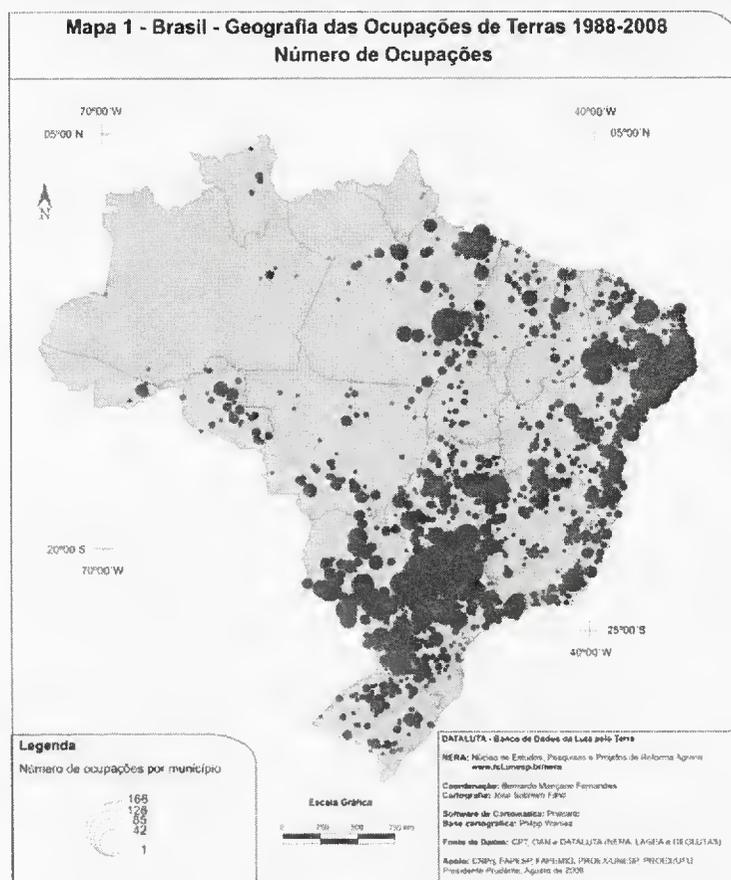
A existência de trabalhadores rurais sem terra vem de um processo histórico de progressiva expropriação da população pobre, sustentada pelo sistema capitalista. A expropriação, ao contrário do que aparenta, não é característica exclusiva do período colonial. A manutenção deste processo está alicerçada nos diversos poderes do Estado em aliança com as grandes potências econômicas. A dependência financeira da família camponesa está diretamente relacionada à falta de autonomia e à submissão a relações de opressão e exploração.

A morada de famílias de trabalhadores na propriedade da agroindústria exportadora que lhe emprega, por exemplo, é uma das formas tuteladas da condição camponesa (Neves, 2008), que se reproduz atualmente mediante à expropriação de condições de acesso aos meios de produção e impedimento de uma mínima autonomia às famílias de trabalhadores rurais.

⁵¹ Repórter Brasil. *Lista Suja do Trabalho Escravo*. Disponível em: www.repórterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php. Acessado em: 18 de dezembro de 2009.

Frente ao desinteresse na efetivação da reforma agrária, permanecem as ocupações de terra no Brasil. O mapa abaixo permite uma visualização de processos de ocupação de terras no país em vinte anos⁵².

MAPA 1 – Geografia das Ocupações de Terras no Brasil entre 1988-2008.



Atualmente, conforme Bernardo Mançano Fernandes (2006) as ocupações continuam sendo as principais formas de acesso à terra⁵³, pois 90% dos assentamentos decorrem de ocupações. Esse número indica que a reforma agrária, bem como o conjunto de políticas que a acompanham para o desenvolvimento territorial continua a depender da qualificação das organizações camponesas e de suas estratégias políticas.

⁵² Agradeço a Bernardo Mançano Fernandes por enviar o mapa atualizado, a **Geografia das Ocupações de Terras no Brasil entre 1988-2008**, com o resultado das pesquisas realizadas pelo DATALUTA e NERA, para compor esta tese.

⁵³ “De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 191, são passíveis de usucapião apenas os imóveis rurais com até 50 ha, exceto as terras públicas. As terras públicas e devolutas, de acordo com o artigo 188 da CF, devem ser destinadas em consonância com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. Em todo o Brasil, desde 1976, a regularização de posses em terras públicas, de acordo com o art. 29 da Lei nº 6.383 de 7 de dezembro de 1976, é possível em áreas de até 100 hectares. Em 1993, a área de posses susceptíveis à regularização foi diferenciada para a Amazônia Legal (inciso II do § 2º do art. 17 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993) e fixada, para a região, em 500 hectares (inciso II do § 2º B do art. 17 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993). Em 2008 esta área máxima passou de 500 ha para “quinze módulos fiscais, desde que não exceda mil e quinhentos hectares”, de acordo com a MP 422, de 25 de março de 2008, convertida na Lei nº 11.763 de 1º de agosto de 2008” (Girardi, 2010).

Os dados de pesquisas da Comissão da Pastoral da Terra (2009) mostram que os conflitos no campo persistem e que a violência cresce na vida do povo do campo. A sintonia entre capital e Estado é apontada como uma das principais implicações. Segundo consta no Atlas da Questão Agrária Brasileira, a violência, que pode ser direta ou indireta⁵⁴, ativa ou passiva, pode ser deflagrada por particulares ou pelo Estado e assume diferentes formas, entre elas: “assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, despejos da terra, expulsões da terra” (Girardi, 2010). Os conflitos explicitam o antagonismo entre os camponeses, de um lado, e os latifundiários e o agronegócio de outro.

Luiz Paulo Barreto compilou os dados dos Conflitos e da Violência no Campo, divulgados nos relatórios anuais da pastoral entre 1985 e 2009. Os 25 anos de registros efetuados pela CPT revelam números dramáticos do caráter extremamente conflituoso e violento do modelo agrário-agrícola em desenvolvimento no Brasil⁵⁵.

- 2.709 famílias, em média, anualmente expulsas de suas terras
- 63 pessoas, em média, anualmente assassinadas no campo brasileiro na luta por um pedaço de terra
- 13.815 famílias, em média, anualmente despejadas pelo poder judiciário, pelo poder executivo e pela polícia.
- 422 pessoas, em média, anualmente presas por lutar pela terra
- 765 conflitos, em média, anualmente diretamente relacionados à luta pela terra
- 92.290 famílias, em média, anualmente envolvidas em conflitos por terra
- 97 ocorrências, em média, anualmente de trabalho escravo
- 6.520 trabalhadores, em média, anualmente, submetidos a condições análogas às de trabalho escravo

Entre os aspectos culturais do conflito pela terra impressiona o esforço da resistência em uma sociedade amplamente colonizada e dominada por relações capitalistas sem espaço para a autodeterminação. Ainda que óbvios, parecem deslocados os trabalhadores e trabalhadoras da terra que reclamam uma agricultura feita por agricultores no país da agricultura industrial. A matriz colonial-escravista desta sociedade patriarcal reinventa os modos de discriminação da mulher, de criminalização do pobre, de inferiorização do modo de vida campesino, do racismo contra o negro e o índio. As altas taxas de analfabetismo e o

⁵⁴ Tomamos para a análise os despejos judiciais, praticados pelo Estado, e as expulsões da terra, praticada por particulares. Essas violências contra a ocupação e a posse estão intimamente ligadas à prática da violência contra a pessoa, pois, no ato de despejo ou de expulsão, as forças militares ou os jagunços empregam força. Os despejos e expulsões são ações que barram a solução do problema agrário brasileiro, pois não resolvem o conflito. (...) O primeiro mandato de Lula foi marcado pelo crescimento significativo das famílias despejadas (Girardi, 2010).

⁵⁵ CORREIO DA CIDADANIA. “CPT leva ao ministro da Justiça dados sobre Conflitos e Violência no Campo”. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/content/view/full/4589/9/>. Acesso em: maio de 2010.

baixo índice de escolarização destes segmentos é revelador. Apenas uma ‘ação cultural para a liberdade’, usando as palavras de Paulo Freire (1978), pode propor alternativas à cultura dominante.

Os aspectos ecológicos do conflito social também são marcantes. Os mananciais de matérias primas são fundamentais para a lógica de produção mercantil. No capitalismo, o interesse nas reservas ecológicas brasileiras é contabilizado em *commodities* agrícolas. A produção agrícola baseada em agrotóxicos ou transgênicos é predominante, mas destrói o meio ambiente, muitas vezes de formas irreversíveis. Esta é a visão apresentada por um dirigente do MST:

Não existe desenvolvimento sustentável sobre a lógica do capital, porque ele precisa produzir mercadorias a qualquer custo para obtenção do lucro (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Os conflitos sociais enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, através de um vasto repertório de ações políticas, de estruturas organizativas e de princípios políticos, tema do capítulo 3, são mais antigos do que o próprio movimento. Eles mostram que vem de longa data o choque de interesses do latifúndio e da população excluída do campo, conforme assinala o integrante da direção nacional do MST.

Se o movimento existe hoje é porque existiram os Quilombos, existiram o Contestado e Canudos, existiram as Ligas Camponesas, existiu a luta dos camponeses e do povo brasileiro (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

Em linhas gerais, há uma situação histórica de luta pela terra no Brasil, na qual o MST desempenha um importante papel. Tal contexto será a base para a comparação com o caso boliviano.

2.3. BOLÍVIA E A SOBERANIA DOS POVOS

O contexto histórico boliviano mostra a resistência dos povos aos saques e à expoliação estrangeira no território. É proeminente a denúncia do roubo das terras dos povos

originários e a luta por soberania.

A Bolívia é um dos países economicamente menos desenvolvidos da América Latina, contudo, politicamente apresenta uma importante história de insurreições populares, operárias, indígenas⁵⁶ e camponesas. A população rural representa 35,6% do total de 9,18 milhões de habitantes, num país de predominância indígena, sendo 30% quéchuas, 25% aymaras e uma grande população de ameríndios e mestiços, sendo apenas 15% os brancos do país (Sader, 2006). A maioria indígena da população boliviana esteve historicamente à margem do progresso e excluída dos direitos sociais. As línguas nativas, especialmente o aymara e o quéchua, são mais utilizadas que o castelhano⁵⁷.

A existência de “duas Bolívias” (Rivera, 2003, Lírio, 2008) é uma interpretação corrente da realidade. Na planície, região oriental chamada de Meia Lua, onde se situa Santa Cruz, Pando e Beni, predominam os brancos e a elite empresarial. É a região mais rica da Bolívia e representa cerca de 40% da arrecadação de impostos. No altiplano e nas terras médias, onde está La Paz e Chapare, respectivamente, há uma maioria indígena.

A fonte do dinamismo econômico em Santa Cruz e Tarija é a expansão da agroindústria, especialmente da soja, e da exploração do gás natural. O crescimento do Oriente boliviano atraiu mão-de-obra das partes mais pobres da Bolívia, em geral trabalhadores das regiões andinas em busca de oportunidades econômicas. A taxa de pobreza abaixo da média nacional de Santa Cruz levou ao aumento demográfico aprofundando outra característica da região: longe de ser a parte mais pobre da Bolívia, Santa Cruz é provavelmente a mais desigual (Crabtree, 2006).

As divisões regionais representam a história da exploração, do racismo e das humilhações contra o pobre e contra o indígena. Há um choque de interesses: “*la Bolivia de los indígenas, contra la Bolivia de los karas, como nosotros llamamos a la Bolivia blanca*” (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria

⁵⁶ As palavras índios, indígenas, campesinos e povos originários, qualquer destas alternativas, são expressões propostas pelo colonizador e podem assumir rotulações as mais diversas, inclusive ser usadas para menosprezar um povo. Entretanto essas referências assim foram encontradas na literatura, no texto da Nova Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia e usadas pelos/as entrevistados/as para afirmar a luta, os princípios e o valor deste mesmo povo.

⁵⁷ Os idiomas de nações e povos indígenas originários campesinos foram oficializados apenas na nova Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia, em texto aprovado em Assembléia Constituinte (2007), compatibilizado no Honorable Congresso Nacional (2008) e promulgado em fevereiro de 2009. O Art. 5 da Nova Constituição da Bolívia (2009) considera idiomas oficiais do Estado, além do castelhano, os idiomas falados por todas suas nações e povos, a saber, *aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, esse ejja, guaraní, guarasuawe, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, more, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yucaré e zumo*. O conceito de etnia deve ser problematizado nesse caso, já que o índio se reconhece em nações e povos originários.

Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Historicamente relegada a uma economia capitalista muito pobre, a região das terras altas é também a de grandes lutas camponesas. A exploração de classe e a opressão étnica se confundem, segundo Silvia Rivera Cusicanqui (2003), na história das resistências e das lutas sociais da Bolívia. Uma história cheia de grandes episódios de luta. *“Bolívia es un país de insurrección (...). Aquí la gente aguanta, aguanta, aguanta, pero un día sale”* (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

Memória larga – o comunismo incaico e a luta anticolonial

Tradições da civilização incaica, a organização comunal e as lutas anticoloniais estão na *memória larga* dos protagonistas da luta camponesa indígena, segundo o conceito de Silvia Rivera Cusicanqui (2003), participando não apenas de um permanente processo de ativa resistência, como também de construção intelectual e política do que seja o Estado boliviano. A história de colonização, servidão, trabalho forçado do índio está ligada com a extração de prata e estanho para acumulação de capital na Inglaterra.

As minas de Potosí representaram, no período da colonização, reserva mineral indispensável para a ocorrida acumulação primitiva de capital, no processo de industrialização da Inglaterra e de desenvolvimento capitalista europeu. Desde a colonização espanhola a extração de minérios em algumas regiões, como Potosí e Oruro, é a fonte fundamental para abastecer o desenvolvimento capitalista nos países mais desenvolvidos. Eduardo Galeano (1971) mostra como a riqueza dos recursos minerais se tornaram a miséria, a exploração e a violência contra os povos originários na Bolívia. Ainda hoje o principal setor produtivo é o mineiro.

A memória social e histórica dos camponeses na Bolívia remete fortemente às tradições ancestrais milenares e aos levantes indígenas que resistiram ao processo colonizador.

Después de la llegada de los colonizadores, ha habido un fuerte proceso de culturización occidental pasando por la república, hasta ahora mismo (Entrevista com Félix Ticona Quispe, Secretário de Capacitação Síndica e Coord. Política da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Há importantes referências sobre a história do comunismo incaico: Fausto Reinaga⁵⁸ escreveu muitas obras entre as quais se destacam: *Tierra y Libertad* (1953), *Las tesis indias* (1971), *La revolución Amáutica* (1981); a conferência de Tristan Marof sobre o comunismo incaico (Marof, 2007 [1932]) e seu texto sobre a justiça do Inca (Marof, 2007 [1926]); as pesquisas de Silvia Rivera Cusicanqui e a equipe do THOA sobre a organização política e produtiva nos *ayllus*, e o uso comum das terras durante o século XX (Rivera, 1992).

Os povos originários do *Qullausyo*, ‘a terra chamada hoje Bolívia’, tinham formas próprias de viver e se organizar. Nos Andes se organizavam em *Ayllus-Markas* e *Suyus*; no Oriente e no Chaco se organizavam em *Tekoas* e *Tentas*. A invasão colonial dos espanhóis impõe uma organização social regida por Vice-Reinados e seus Tributos, Capitánias, Audiências, *Encomiendas*, Repartimentos, Reduções, Corregimentos, a *Mita*.

A chegada dos colonizadores espanhóis teve impacto destrutivo das civilizações originárias. A Reforma de Redução do Vice-Rei Toledo, a partir de 1570, foi central na desagregação dos povos e seus modos de vida, pois resultou na concentração da população dos *Ayllus* em comunidades e em “*pueblos indios*” de estilo espanhol. Durante a República, a inserção de instrumentos como os partidos políticos, a luta sindical, os municípios, os comitês de vigilância, a participação popular e outras formas de organização ocidental foram usados, com efeito, para dominar os povos originários (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009) e destruir suas formas de ser de poder e de saber.

A memória histórica da organização comunal, herança da civilização incaica, permanece muito viva, para além de todo o processo de opressão e expropriação colonial, da servidão, do trabalho forçado, a que os chamados ‘povos originários’ (Quispe, 2007) foram submetidos.

Tupac Katari e Bartolina Sisa

As rebeliões de Tupac Katari, Bartolina Sisa, Tupac Amaru, Michaela Bastidas durante o século XVIII mantêm seus ecos na história profunda dos povos andinos. Tupac Katari liderou levantamentos indígenas e um cerco a La Paz, contra o jugo colonial em 1781. Antes de ser esquarterado, o guerreiro fez ecoar o seu grito “*Volveré y seré millones*” (Quispe,

⁵⁸ Fausto Reinaga foi intelectual índio com importante formação marxista – a influência ideológica do marxismo aparece no conteúdo e na temática de seus textos – que se dedica a fazer críticas radicais à sociedade ocidental e a *extirpar la “mala hierba” de la cultura occidental*, para libertar o índio, esta raça escravizada, também oprimido pelos fundamentos cristãos e pelos fundamentos marxistas.

2007). Bartolina Sisa, a mulher que comandou imensos exércitos indígenas contra a dominação dos colonizadores, foi eliminada fisicamente. A primeira década do século XIX ficou marcada pela sublevação indígena-nacional de Willka Zárate (Condarco, 1983). A memória histórica da população andina mantém viva a ancestralidade, os elementos da cultura milenar e a referência das revoltas e das sublevações indígenas passadas. A crença de que Tupac Katari vive e volta para libertar o seu povo em cada novo ciclo histórico, ecoa fortemente entre as populações camponesas dos Andes.

A história de resistência dos povos e nações originárias, de lutas por terra e território, pelo restabelecimento do governo próprio, pela autonomia, pela manutenção de seus usos e costumes ancestrais nasce dos próprios ayllus e valoriza os seus mártires⁵⁹. Atualmente existem mais de 12 mil comunidades, que mantêm elementos importantes das formas andinas de viver, tais como a língua, as cerimônias, a tradição oral, o costume alimentar. Em muitos lugares as comunidades são chamadas de Ayllus, especialmente em Potosí, Oruro e La Paz. Em Santa Cruz e parte de Chuquisaca, os guaranis estão organizados em capitânias e assembleias. Em Beni, assumiram os *Cabildos* impostos pelos espanhóis e as missões religiosas (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

Portanto, falar de lutas camponesas na Bolívia pressupõe uma advertência: parte importante dos *campesinos* na região tem origens indígenas e reproduz elementos culturais de sua tradição, fazendo da defesa da identidade cultural o principal apelo de sua luta.

Lutas sociais bolivianas do início do século XX

Episódios como as lutas indígenas da primeira metade do séc. XX, a Guerra do Chaco e a crise da oligarquia na Bolívia entre 1932 e 1935, a Revolução de 1952 e sua consolidação, o golpe militar de Barrientos em 1964, a Comuna de La Paz, ou a Assembleia Popular na Bolívia em 1971, todos eles constituem processos importantes na Bolívia do século XX. Os conflitos próprios da análise da luta de classes, do indigenismo e do campesinato estão refletidos nesses episódios e são importantes para a compreensão da luta pela terra na Bolívia.

⁵⁹ A memória indígena se fortalece com a história de resistência de Tupac Amaru em Willkapampa no século XVI. A luta de Tupac Katari (Julián Apaza) e Bartolina Sisa, em 1780-1781, e o cerco à cidade de La Paz pelo reestabelecimento das *Markas* e o *Suyu Originario*. O herói guaraní Apiguaiqui Tumpa, que comandou os guerreiros Ava Guaraní em uma guerra no ano de 1892 contra os patrões que roubavam suas terras e os missionários que destruíam sua cultura. Pablo Zárate Willka (1899), em um levantamento que abrange Oruro, o altiplano de La Paz, o norte de Potosí e a fronteira com Chile, dirigiu a luta pela defesa de território e do Estado Originário.

Na Guerra do Chaco (1932 – 1935)⁶⁰, a influência do estilo de organização dos trabalhadores mineiros na perspectiva classista chega aos trabalhadores do campo, fortemente nas terras médias, e contribui na formação de combatentes quéchuas. Surge aí a cultura de sindicatos agrários e o uso deste instrumento político com influência do movimento operário no meio rural. O ano de 1936 é marcado como o início do sindicalismo no campo. A aproximação com o mundo urbano dos brancos, e em particular o envolvimento com as lutas operárias e com o movimento estudantil, deram um novo tom às mobilizações camponesas e indígenas.

Uma massa de índios aymaras e quéchuas lutou na guerra, mas não houve integração do índio à nação. Eles continuaram segregados e humilhados e mesmo no exército a discriminação foi mantida. A guerra reafirmou a estrutura social de opressão e afastou ainda mais a elite burguesa branca e a maioria indígena ou mestiça. As mudanças prioritárias ocorreram nos setores urbanos do proletariado e pequena burguesia. No entanto, a grande maioria da população que vivia no campo começou a ter crescente participação política e econômica, definindo mudanças nos contornos do movimento camponês.

A característica da organização política do “sindicato campesino” articula de forma autêntica o setor campesino, o sindicalismo mineiro e a tradição comunitária indígena. Na década de 1940 são intensificadas as trocas de experiências de lutas sociais entre os grupos explorados do campo e da cidade.

O passado ancestral de resistência indígena e camponesa nunca fora silenciado. As rebeliões de Tupac Katari e Tupac Amaru durante o século XVIII mantinham seus ecos na história profunda dos povos andinos. Os primeiros sindicatos camponeses buscavam reproduzir estruturas urbanas de organização de trabalhadores. No entanto, terminaram por mesclar elementos da comunidade indígena andina, dos *ayllus*⁶¹, potencializando muitas vezes a capacidade de ação das mobilizações camponesas indígenas (Andrade, 2007, p.51).

Os sindicatos deste período marcam uma mudança política na organização campesina, contudo não significaram o fim dos costumes indígenas. Aliado à organização sindical se manteve a reprodução de formas de organização, de autoridade, de mobilização e de luta

⁶⁰ A Bolívia é derrotada pelo Paraguai na Guerra do Chaco. Um dos principais motivos foi a frágil estrutura econômica e social. Desencadeou-se um processo de aceleração da crise no país e amadurecimento político e organizativo da classe operária boliviana. Com o desgaste dos partidos tradicionais da oligarquia, o Exército assume o comando do poder e partidos como o Partido Obrero Revolucionário – POR – se fortalecem (Andrade, 2007).

⁶¹ *Ayllus* – comunidades de parentesco que partilham o poder e diferentes territórios econômicos muitas vezes descontínuos, podendo se integrar em níveis de articulação mais complexos e hierarquizados (Andrade, 2007, p.51).

tradicionais das comunidades. Entre os anos de 1942 e 1947, por exemplo, os originários utilizaram a experiência militar da Guerra do Chaco para afrontar aos militares. No marco desta luta se reuniu o Primeiro Congresso Indígena⁶², reunindo mais de mil líderes de comunidades entre cinco mil participantes.

A luta campesina pressionou ao Governo Villarroel a uma pauta ampla que incluía a supressão de serviços gratuitos dos colonos, a supressão do *pongueaje*⁶³ e da *mita*, o estabelecimento de escolas rurais e a formação de uma comissão para redigir o código de trabalho agrário (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009), definindo a obrigatoriedade do pagamento de salários para trabalhadores agrícolas e o direito dos produtores de vender suas colheitas. O Governo Villarroel, do MNR, toma iniciativas políticas dirigidas à maioria da população, até então ausentes da política institucional, para aliar-se com atores de diversos setores sociais. Algumas mudanças na legislação foram combinadas com estratégias de controle da organização política dos camponeses. A questão da reforma agrária e das relações de propriedade no campo permaneceu, no entanto, intocada (Andrade, 2007).

Os camponeses bolivianos se organizam nos padrões sindicais desde 1940, ao lado do movimento mineiro, que foi vanguarda no período. Pode-se dizer que o séc. XX se confunde com a história da mineração de estanho. O sindicalismo das minas de estanho esteve diretamente envolvido nas lutas pelo poder, sem a mediação de partidos políticos intercedendo na luta pelos interesses dos trabalhadores frente à estrutura política (Zapata, 1992).

Durante más de 50 años dicha industria estuvo en manos de los llamados barones del estaño (Hochsild, Aramayo y Patiño) y fue solo con la revolución de 1952 que se les pudo arrebatar en control sobre la producción y comercialización. La nacionalización del estaño en 1952 no disminuyó, sin embargo, la dependencia de Bolivia respecto a fluctuantes ingresos del estaño en el mercado mundial y quizás sería posible afirmar que debido al peso que adquirió el proletariado minero en el sistema político, dicha dependencia tendió, antes bien, a aumentar. Tenemos entonces que, como dijo alguna vez José Martí para caracterizar la relación de Cuba con el azúcar: “sin estaño no hay Bolivia” (Zapata, 1992, p. 105).

A experiência de luta no setor mineiro⁶⁴ irradiou sua influência para o setor do campo.

⁶² Em 10 de maio de 1945 realizou-se em La Paz o 1º Congresso Nacional Indígena e houve criação de uma Federação Nacional de Camponeses. Nomes como Luiz Ramos Quevedo e Francisco Chipana ficaram marcados na história da organização indígena e campesina no período.

⁶³ *Pongueaje* é o trabalho pessoal obrigatório e gratuito que os índios eram forçados a realizar para seus patrões nas fazendas.

⁶⁴ Em 1949, a Federação de Trabalhadores Mineiros da Bolívia apresenta ao Congresso da *Central Obrera Boliviana* as chamadas Teses de Pulacayo, que são aprovadas, acelerando a organização da classe trabalhadora. Definindo a centralidade do trabalhador mineiro no processo revolucionário, este documento representa um marco na história do trotskismo na Bolívia

Contudo, os violentos processos de exploração indígena e campesina, na Bolívia, guardam características peculiares merecedoras de políticas direcionadas, mas o setor permanece marginalizado nas decisões políticas da COB. O processo de integração da economia nacional e do mercado mundial pode explicar a pressão sobre as comunidades indígenas.

Desde a independência boliviana em 1825 até 1950, o número de comunidades indígenas decresceu de aproximadamente 11 mil para 3.799, enquanto o número de famílias sem nenhum tipo de propriedade, individual ou coletiva, já era muito superior ao de camponeses comunitários. Apenas 615 propriedades detinham nesse ano cerca de 50% das áreas de cultivo, enquanto 51.198 pequenas propriedades (60% do total) ficavam com apenas 0,22% das áreas de cultivo. Tais dados mostram uma situação de grandes desigualdades no setor da economia do qual dependia 70% da população ativa do país. A estrutura social mantinha instituições herdadas do período colonial, com os grandes proprietários concentrando todo o poder e autoridade e os camponeses indígenas obrigados a exercer uma série de trabalhos gratuitos (Censo Nacional Agropecuário de 50, citado por Andrade, 2007, p. 50-51).

A Revolução de 1952 coloca em evidência a organização sindical, a construção nacional popular e o debate sobre o socialismo, retratado na história do movimento operário, com protagonismo de destaque para a vanguarda do setor mineiro, que formula desde meados dos anos 40 as famosas Teses de Pulacayo (Lista de Documentos, FSTMB, 2009 [1949]). O processo político do período é retratado detalhadamente na obra de Guillermo Lora⁶⁵ sobre a história do movimento operário boliviano (Lora, 1980).

A Reforma Agrária de 1952 e a organização sindical no campo

O cenário estava tenso na década de 1950, que iniciou com uma greve geral brutalmente reprimida. Em 1951 ocorrem eleições presidenciais, onde Victor Paz Estenssoro, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) teve maioria dos votos com apoio popular. Ao assumir o poder, contrariando as promessas de caráter popular, atuou de acordo com um modelo conspirador e elitista, afastado do movimento sindical e das massas. Como o candidato não havia obtido a maioria absoluta dos votos, a decisão sobre a o exercício do

e vai orientar uma linha política importante para toda a *Central Obrera Boliviana*, considerado órgão máximo dos trabalhadores no país (Lista de Documentos, FSTUB, *Teses de Pulacayo*, 2009). Este documento representa um capítulo da história do marxismo na América Latina. As Teses de Pulacayo são um antecedente histórico fundamental da Reforma Agrária de 1952 na Bolívia e a irradiação do seu conteúdo foi tão forte que influenciou na formação do movimento campesino e indígena.

⁶⁵ Guillermo Lora (1922 - 2009) é liderança histórica do movimento mineiro, trotskista, redigiu as famosas Teses de Pulacayo (Lista de Documentos) dedicou-se a escrever a história do movimento operário na Bolívia e faleceu em 17 de maio de 2009, no período de coleta de dados para esta tese.

cargo presidencial ficou em aberto e, posteriormente, passou para as mãos dos parlamentares, que entregam o governo a uma Junta Militar, golpeando o resultado das eleições.

Uma conjunção de fatores históricos e políticos deram aos primeiros meses de 1952 e imediatamente anteriores à revolução um conteúdo extremamente explosivo. “Os movimentos revolucionários sempre ultrapassam as representações políticas” (Andrade, 2007, p.74). Os dias de insurreição revolucionária que abalaram a Bolívia entre 9 e 11 de abril de 1952 representavam o ápice de um longo processo em que as massas populares tomaram em suas próprias mãos a história do país.

A Revolução de 1952 levou as massas populares a iniciar a construção de seu próprio poder por meio da COB, da auto-organização das milícias armadas e das ocupações de terras. A mobilização camponesa possuía dinâmica e características próprias. A ação camponesa independente, no início tinha forma de recusa ao trabalho. Em seguida transformou-se em aberta rebelião, com ocupação e saques das sedes das grandes fazendas, divisão de terras e formação de sindicatos camponeses. As regiões que concentraram essas rebeliões localizavam-se geralmente em torno dos grandes acampamentos mineiros, sobretudo em Cochabamba, Oruro, La Paz e região norte de Potosí.

A tese de que os camponeses tiveram um papel marginal na insurreição de abril de 1952 merece ser revista. Se aceitarmos a revolução de 1952 apenas como resultado de um golpe vitorioso do círculo conspirativo do MNR, auxiliado por mobilização das massas localizadas nas cidades, é evidente que os camponeses seriam vistos como secundários. No entanto, a revolução de 1952 foi produto de um fenômeno político e social mais amplo, de desestruturação do Estado oligárquico, de constituição crescente de formas independentes de ação política dos operários e de setores da pequena burguesia urbana e rural. Trata-se de um processo que foi se desenvolvendo cada vez com maior intensidade ao longo das décadas de 1930 e 1940. As mobilizações camponesas, em particular nos anos 40 foram importantes para a desestabilização do sistema político oligárquico (Andrade, 2007, p. 93-94).

Ainda que o sindicalismo campesino tenha surgido em Cochabamba, antes da reforma agrária, a sua generalização para todo o território boliviano ocorreu depois de 1952. O sindicato-comunidade permite imensa capacidade de ação coletiva (García, 2008).

Portanto, através de uma conquista do movimento operário boliviano, a sindicalização campesina tornou-se obrigatória, imprimindo as características da organização sindical no campo. Este fenômeno não apaga a memória social, nem impede a resistência e a reprodução da vida social comunitária nos modos produtivos, religiosos, culturais e de organização social próprias da cosmovisão andina. A tradição indígena nos Andes é uma força que persiste

influenciando as formas de ser, de produzir, de poder e de viver entre nações aymara, quéchua e outras, conformando também influências políticas no movimento.

Na nova lei os índios são chamados campesinos

Os camponeses indígenas e trabalhadores participaram juntos da revolução boliviana de abril de 1952, tomando e expropriando minas e terras, formando as milícias obreiro-camponesas que consolidaram a revolução, aliados à Central Obreira Boliviana (COB). Os movimentos populares obrigaram o governo de Victor Paz Estenssoro a legalizar e ampliar a redistribuição de terras (Quijano, 2006). Também neste ano, por lei, é alterado o nome de índios para campesinos. O Ministério de Assuntos Campesinos, que não existia até então, impõe a criação de sindicatos agrários. Para o próprio movimento campesino-indígena, os sindicatos foram imposições para subordinar e controlar (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

A condução da reforma agrária repercutiu de forma ambígua entre os campesinos. O processo desobrigou muitos camponeses e indígenas do trabalho escravo. Como dizem, “*La reforma agraria nos liberó del pongueaje*” (Entrevista com Basílio Chambi, Secretario Geral da Comunidade Santana, em Coroico, Fiscalizador da Cáritas Coroico, Dirigente em sindicato agrário), e com esta libertação muitos se voltaram às comunidades reorganizando a vida coletiva, com “*el trabajo común para todos*”.

Asegurar a la sociedad de que tenga libertad, es decir, que trabaje libremente sus tierras de acuerdo que nos dotaron la reforma agraria. Ahora, ya tenemos las titulaciones, ya es libre de todo el trabajo, y de la esclavitud (Entrevista com Basílio Chambi, Secretario Geral da Comunidade Santana, em Coroico, Fiscalizador da Cáritas Coroico, Dirigente em sindicato agrário).

Outra conquista é que, no ano de 1952, pela primeira vez os camponeses tiveram o direito a voto na Bolívia. O processo revolucionário boliviano é, sem dúvida, reconhecido como um salto qualitativo para a organização autônoma campesina. Contudo, a filiação sindical obrigatória no campo foi percebida por muitas lideranças campesinas indígenas e pelas bases como um processo organizado verticalmente, desde cima, que serviu para o governo como um escalonamento para facilitar o benefício de outros líderes ou grupos.

A adoção oficial e legal do termo ‘campesino’, em 1953, para designar genericamente aos homens e mulheres do campo, teve marcantes conseqüências políticas. Em primeiro lugar, a lei tipificou o campesino promovendo uma homogeneização para lidar com a imensa

diversidade étnica existente na Bolívia, o que mascara a realidade das populações rurais que são predominantemente indígenas⁶⁶. Em segundo lugar, esse processo acompanha a sindicalização do campo, de caráter obrigatório, de forma que a organização dos trabalhadores é também determinante na luta campesina boliviana. Em cada comunidade existe algum tipo de organização local. Atualmente, pelo menos 70% das organizações são os sindicatos agrários.⁶⁷ As lutas indígenas da primeira metade do séc. XX combinam reivindicações legais com modos de ação coletiva, numa estratégia negociadora de direitos coletivos frente ao Estado (García, 2008).

O impasse foi gerado porque a esquerda tradicional na Bolívia efetivou uma revolução agrária, mas, por outro lado, desdenhou o movimento indígena, ao acusar os comunários de querer voltar a tempos arcaicos ou chamá-los de pequenos burgueses, dificultando a participação política do segmento. Logo após a revolução de 1952, o Ministério de Assuntos Campesinos impõe a organização de sindicatos agrários manejados pelo Estado, sobre qualquer outra forma de organização no campo, e funda a Confederação Nacional de Trabalhadores Campesinos de Bolívia (CNTCB), sob a coordenação do MNR.

Entretanto, contra a ideologia que inferiorizava os povos originários e reproduzia a discriminação, desde a esquerda ou desde a direita, se fortaleceu uma inteligência indígena, abrindo o debate da ideologia katarista e a ideologia marxista no movimento campesino.

A partir deste período, nos seguintes 11 anos, o processo do sindicalismo no campo foi manejado pelos comandos do MNR. A avaliação divulgada em documentos da CSUTCB (2009) é que o sindicato agrário neste período teve a intenção de controlar e neutralizar a mobilização índia e campesina que já havia conseguido desestabilizar a ordem oligárquica através de massivas rebeliões⁶⁸. Esse processo dificulta a consolidação da proposta de demanda por autonomia e autogoverno, contra o domínio *criollo*. Em boa medida acabou a representação direta das autoridades índias frente ao Estado. A imposição da luta sindical teve, implicitamente, a intenção de liquidar o “problema do índio” incorporando este à “civilização”.

⁶⁶ De fato, o índio se reconhece como nação aymara, quéchua, guarani, etc., para além, da nação boliviana imposta na República.

⁶⁷ Inicialmente, a imposição do sindicato no campo resulta na padronização organizativa indígena e na destruição de formas originárias de viver e de poder. O índio, com a tradição de vida no campo, incorpora as normas sindicais, sem abrir mão de costumes e tradições na organização comunitária. Hoje, retirar o sindicato do campo significaria mais uma vez a destruição de formas de organização política indígena.

⁶⁸ Com destaque para as rebeliões nas décadas de 1920 e 1940.

A atitude do governo em relação à questão camponesa foi inicialmente ambígua e defensiva. A mobilização camponesa impôs um novo discurso e obrigou o governo a reagir.

O nível de organização dos camponeses estava ligado às características e às formas de ocupação da terra: tipo de propriedade e organização da produção, forma de organização do trabalho, níveis de relação com o mercado. Nas regiões onde as relações mercantis eram mais desenvolvidas e havia fricções interétnicas menores, o confronto entre colonos e patrões se acentuava, o que dava às demandas dos camponeses um caráter sindical e político que geralmente se manifestava por meio de greves. Nas regiões com grande presença indígena, a tensão étnica e a tensão fazenda–comunidade desempenhavam maior papel e a forma de luta que predominava era o assédio e as ameaças de cerco às cidades (Rivera, 1985).

A dinâmica de formação dos sindicatos camponeses padeceu, portanto, da combinação de diferentes fatores, adquirindo um caráter diferenciado e muitas vezes adaptado à realidade da mobilização rural. Essa dinâmica impediu nesse período uma centralização nacional própria do movimento camponês, que manteve atuação dispersa (Andrade, 2007, p.94).

O reconhecimento das diferenças geográficas e culturais é fundamental para entender o processo. A influência mineira na luta campesina ocorreu primeiramente e, sobretudo, na região de Cochabamba.

Cochabamba, uma das regiões mais populosas e o principal centro agrícola do país, destacou-se, desde o princípio, como núcleo das mobilizações políticas camponesas. Essa região apresentava algumas peculiaridades, como o bilingüismo quéchua-castelhano, muito difundido que facilitava os contatos entre o meio urbano e rural, uma intensa mobilidade geográfica e social dos camponeses e uma estrutura de mercado mais consolidada, que ajudou no desenvolvimento de alianças políticas e sociais dos camponeses com outras classes, enfraquecendo as relações sociais tradicionais (Andrade, 2007, p.95).

As fazendas da região estavam ligadas à economia mineira, gerando um mercado interno que criava formas transitórias de exploração da terra (parcerias, arrendamentos). Como consequência dessas várias formas de relação social, surgiu um setor intermediário de pequenos produtores independentes que rivalizavam com grandes fazendeiros. Nessa região se organizaram sindicatos em contraste com a região do Altiplano, onde, pela forte presença de relações servis, a mobilização camponesa deu-se após a revolução por meio de relações clientelistas e cooptação estatal das lideranças.

O principal líder camponês de Cochabamba era José Rojas, militante do POR, que desenvolveu grande atividade marcada pela proposta de ocupação direta e sem indenização

das terras. Em janeiro de 1953, a Federação Camponesa de Cochabamba transformou a região no principal centro irradiador da rebelião camponesa. Os choques partidários tornaram-se freqüentes entre o MNR e o POR.

Os mineiros foram importantes como protagonistas, demonstrando resistência exemplar à oligarquia e de participação decisiva no levantamento popular armado, com milícias armadas principalmente em Oruro. Os trabalhadores das minas representam um setor combativo⁶⁹. Assim o setor mineiro conseguiu ser reconhecido como a “vanguarda” de todo o movimento trabalhador e popular, segundo Lazarte (1989, p.5). A ampla organização social e política dos trabalhadores cristalizou a organização de diversos sindicatos em importantes setores como campesinos e de classe média. Estes fatos tiveram nas estruturas sindicais da COB o marco de referência para suas ações assim como o mecanismo de canalização de suas demandas.

Os camponeses sempre estiveram presentes na vida política boliviana. No ano de 1964, com o golpe militar que bloqueou o processo revolucionário e produziu massacre dos trabalhadores mineiros, os camponeses foram usados pelo general René Barrientos e aceitaram um pacto militar-campesino que caracterizou o processo de sindicalismo no campo durante seis anos.

O pacto militar-campesino (1964 – 1978)

Ainda que tenha participado como força social decisiva em diversos momentos da história das revoluções bolivianas, o movimento campesino indígena já esteve em apoio a governos repressores e de direita. Os períodos ditatoriais em que Barrientos (1964) e Banzer (1979) estiveram no poder contavam com uma força importante de base eleitoral indígena e exerceram seus governos apoiando os campesinos e reprimindo mineiros. O movimento campesino foi incentivado de cima para baixo, promovendo ações manipuladas pela elite oligárquica (chamada “*la rosca*”). Os governos militares trataram de manejar a população rural na aliança chamada de pacto militar-campesino, contra os trabalhadores mineiros⁷⁰

⁶⁹ Julian Leite, em *Migrant Labor in Bolivia*, trabalha com a hipótese de que as greves nas minas nem sempre seguiam uma ideologia política, mas eram incisivas porque os trabalhadores, de origem indígena e campesina, precisavam voltar ao campo em períodos de colheita.

⁷⁰ A oposição entre campesinos e mineiros tinha reflexo nas organizações populares. A *Central Obrera Boliviana* – COB – era a máxima organização política dos trabalhadores na Bolívia, mantendo em sua coordenação o setor mineiro, que historicamente assumiu a vanguarda revolucionária no país. Aí também havia uma conflituosa relação entre operários e camponeses, especialmente no que se tratava da representatividade campesina nos Congressos da COB (Lazarte, 1989). No princípio, os campesinos só tinham representações em secretarias secundárias e a hegemonia mineira não estava em questão. Entretanto, a gravitação demográfica do setor rural abriu o debate com a demanda de uma representatividade correspondente

(Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

Os militares tinham a certeza de que os camponeses indígenas originários estavam imobilizados pelo pacto militar-camponês. Mas deste processo saíram muitos líderes, principalmente do lado do ocidente, aymaras e quéchuas, dispostos a fazer uma reflexão crítica e a trabalhar de forma mais independente por seus reais interesses (Entrevista com Elena Crespo, Primeira Assessora do Comitê Executivo das Bartolina Sisa Nacional, entre 1980 e 1984). Neste período, o Manifesto de *Tiwanaku* (1973) e o Manifesto do Movimento Índio Tupac Katari – MITKA (1978) são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do discurso indianista.

O katarismo nasce como uma forte corrente ideológica no sentido de reconstruir as identidades indígenas originárias como povos aymaras, quéchuas e guaranis, além da necessidade de cortar os laços de dominação. Esta corrente ideológica é fortemente expressada por um grupo de companheiros originários e tem como principal líder o aymara Genaro Flores que, de fato, fortalece as reivindicações do movimento indígena originário (Entrevista com Elena Crespo, Primeira Assessora do Comitê Executivo das Bartolina Sisa Nacional, entre 1980 e 1984) em direção à consolidação da CSUTCB.

Com a relativa abertura dos direitos e garantias constitucionais já em 1970 e 1971, a aliança entre camponeses e militares perde força. Paralelamente se debilitam as antigas direções e se renovam as diretivas sindicais nas principais Federações Departamentais e da máxima organização camponesa do país no período (García, 2008).

O saqueio de Bolívia e a Assembléia Popular (1971)

A situação da economia com o saqueio de Bolívia é grave e resulta na nacionalização do petróleo como resistência e num golpe de Estado como repressão, que são tratados no livro de Marcelo Quiroga Santa Cruz (1969), *El saqueo de Bolívia*. Como reflexo deste processo, em 1971 ocorre na Bolívia a Comuna de La Paz ou a Assembléia Popular.

Nos anos pós-1971, no contexto da repressão desencadeada pela ditadura Banzer contra organizações operárias e populares, novos movimentos inspirados no indigenismo passam a ocupar um lugar excepcional nas ações de resistência democrática, firmando raízes e referências para a história futura (Andrade, 2007).

à proporção de sua base, de forma que a proporcionalidade de representação camponesa se tornou um dos maiores problemas internos na COB.

La Asamblea Popular termina con el golpe de Estado, no permiten que se desarrolle. Se está desarrollando y supuestamente hay un gobierno socialista en el cual hay una pelea entre los maximalistas, que quieren todo el poder, y los que quieren hacer discusiones legales para mejorar las condiciones de vida. Estamos en un gobierno del General Torres, un militar que les da esa oportunidad. Pero como todo va creciendo y se va exagerando en los planteamientos, la derecha se organiza y da un golpe de Estado con el apoyo de la CIA, lo que se ha llamado el Plan Cóndor, Argentina, Brasil, que son los que intervienen, y los Estados Unidos. Ahí termina todo en la clandestinidad, los mineros y demás. Y los campesinos también entran en la clandestinidad y como Genaro Flores es del campo, donde no podía haber tanta incidencia de los gobiernos, de facto en el campo es donde se mueve en la clandestinidad. Y esto se recupera solo en 1979. (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

A organização deste período fica a margem do processo depois do Golpe de Estado e muitos entram na clandestinidade.

A ruptura do pacto militar-campesino com a formação da CSUTCB (1979)

No início de 1978, se realizou o *IX Congreso de la Federación de Trabajadores Campesinos de La Paz Tupaj Katari*, onde se reconheceu a COB como organização matriz dos trabalhadores do país e se rechaçou definitivamente o "Pacto Militar Campesino" (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

Havia, então, três confederações campesinas, com linhas políticas distintas. As três maiores organizações políticas campesinas se encontram em um Congresso de Unidade Campesina, baixo os auspícios da COB, e se fusionam em uma só.

En el Congreso de la Unidad Campesina cada dirigente se sacó su poncho y se conformó una sola línea política sindical (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

A fundação da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), no ano de 1979, é o resultado mais objetivo deste processo do movimento indígena campesino, de busca de unidade política, de ruptura com a tutela do Estado, de cooperação com trabalhadores mineiros e operários e de afirmação da identidade dos povos originários.

O pluralismo ideológico e o centralismo democrático foram definidos como as linhas mestres da organização matriz dos trabalhadores do campo. Pela primeira vez um delegado campesino ocupou a segunda vice-presidência da COB. Este evento será marcado pela ampliação da representação campesina e coincide com o surgimento da Confederação

Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia - CSUTCB, afiliada à *Central Obrera Boliviana*, numa linha política pró-cobista, tendo Genaro Flores como Secretário Executivo.

A unidade campesina aparece como medida necessária. Primeiro, a necessidade da organização dos campesinos para unirem-se em torno da defesa de seus interesses com a terra. Segundo, a necessidade de unidade política dos campesinos com um movimento popular mais amplo, com referência histórica na organização dos trabalhadores das minas e que articulava diversos setores na entidade matriz, a *Central Obrera Boliviana*. Terceiro, foi a necessidade de reação às agressões crescentes ao campesinato indígena e a destruição de sua cultura, por parte do governo altamente repressivo.

A formação da CSUTCB no final da década de 70 precede, portanto, o fim de um largo período de intervenção militar na política boliviana. Mas, principalmente, a unificação das organizações campesinas neste momento marca a ruptura radical com o pacto militar-campesino.

Gobiernos militares como el de Barrientos han cooptado algunas dirigencias de los campesinos indígenas originarios para hacer la alianza del pacto militar-campesino. Entonces de esa manera se sofocaba la demanda de estos pueblos que históricamente siempre han sido marginados, excluidos. No han sido considerados como sujetos de derecho y de desarrollo. Finalmente cuando sucede la dictadura de Banzer nacen nuevos dirigentes, especialmente Genaro Flores. Él empieza a rearticular a toda la clase indígena originaria campesina para crear la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia. (...) Y gracias a esa CSUTCB se rompe con el pacto militar-campesino y ya de verdad empiezan las propuestas originarias, las propuestas de los pueblos indígenas a salir en la palestra (Entrevista com Elena Crespo, Primeira Assessora do Comitê Executivo das Bartolina Sisa Nacional, entre 1980 e 1984).

A CSUTCB é, portanto, um símbolo do enfrentamento à ditadura e à repressão militar; é o marco da ruptura do pacto campesino-militar boliviano; é um ícone da aliança camponesa-operária.

No período de formação da CSUTCB era forte o katarismo e o enfrentamento direto com o Estado, na luta pela democratização e contra a ditadura. A organização do movimento camponês por fora da tutela do Estado se fortaleceu na aliança com a Central Obrera Boliviana. Isso ocorre após o governo conservador de Hugo Banzer, que reprimiu violentamente as organizações operárias e populares e iniciou a política de erradicação de coca afetando indiscriminadamente populações indígenas e rurais.

A atmosfera ideológica se encontrava saturada de demandas democráticas básicas

frente ao autoritarismo - reivindicações próprias do período de abertura democrática. As conseqüências ideológicas e políticas serão relevantes e refletem na história da organização. O movimento campesino na conjuntura democrática sustenta uma grande potencialidade organizativa, participativa, mas também apresenta suas contradições e problemas representativos (Laserna, 1992).

A conformação da CSUTCB introduz significativas mudanças na política e na sociedade boliviana, abrindo novos horizontes na expectativa do país. A relação com o setor mineiro, de forte tradição política trotskista, imprimiu elementos da ideologia marxista na organização. O fato de que grande parte do campesinato organizado na Bolívia, principalmente aymara e quéchua, encontra-se agrupado na CSUTCB, fortalece a influência do pensamento político aymara e do movimento Katarista nos seus princípios políticos, fazendo com que uma série de elementos simbólicos e a tradicional cosmovisão indígena integrassem os princípios e as estratégias de luta política.

Oprimidos pero no vencidos: Ações estratégicas no processo de democratização

O período de regimes democráticos está marcado por relações conflitivas entre o Estado e a CSUTCB, já que a classe política boliviana não foi capaz de satisfazer as demandas de maior representação e participação do movimento étnico-campesino.

Nosotros hemos luchado mucho en el país, por nuestras reivindicaciones con los gobiernos neoliberales de derecha, nunca podemos conseguir nada, convenios, caja de convenios, nada. Además que no teníamos derecho de hacer política, solamente el hacha, el machete y no más, esa era nuestra política (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Em 1979, com o decreto governamental que desvalorizou 25% a moeda, a COB convoca todas as suas afiliadas para uma greve geral e bloqueio de caminhos. A proposta dos bloqueios foi sustentada pela CSUTCB, que então tinha forte presença na organização operária (Garcia, 2008). No meio rural, o vale de Cochabamba e o altiplano de La Paz e Oruro responderam à convocatória e ainda se somaram os colonizadores de diversas regiões, formando um movimento de aliança intersectorial.

Em abril de 1983 a CSUTCB decreta em La Paz, Oruro e Potosí mais um importante bloqueio de estradas como instrumento de pressão dos explorados do campo. Os campesinos pedem atenção oficial a uma série de pontos econômicos, dizendo que estavam cansados de

esperar por uma resposta oficial a suas demandas. Os desastres naturais no Altiplano, a seca, as geleiras, as inundações e os granizos geraram uma grave crise no campo. A situação foi catastrófica para a população da região e a reação foi imediata, sob o argumento de que ‘a fome não espera’ (Lista de Documentos, CSUTCB, 1983). A década de 80 também é referência pelo processo da luta dos *cocaleros*, que emerge como um dos mais ativos dos movimentos sociais (Rocha, 2006).

No início do governo democrático, as ações da CSUTCB e dos movimentos campesinos voltam-se para intervenções junto a entidades estatais vinculadas com a atividade agropecuária. Até então estes setores estatais estavam caracterizados por sua inoperância e corrupção, ignorando os verdadeiros problemas que afetavam a população que pretendiam atender (Laserna, 1992). Na medida em que o movimento campesino comprova que não havia por parte do governo uma vontade decidida de mudar a lógica clientelista e paternalista, a organização de ações reivindicativas aumentou em frequência e intensidade. As demandas de base giravam em torno do controle de projetos de desenvolvimento rural ou de instituições descentralizadas do Ministério da Agricultura. Foram recolhidas em nível da Confederação e colocadas globalmente em termos de participação campesina tanto no desenho de políticas agropecuárias como em sua administração.

Frente ao descumprimento de acordos, decretos e resoluções, a CSUTCB consultou as suas bases e decretou em Ampliado Nacional o Bloqueio Nacional de Caminhos, em 1984. A negociação incluiu 10 pontos que abrangem: transferência da Maquinaria Agrícola Puerto Norte para a CORACA nacional e as regionais; funcionamento de mercados campesinos em todos os departamentos; contratação de crédito por 80 milhões de dólares para a eletrificação rural; industrialização da folha de coca com fins lícitos como a medicina e a nutrição; livre comercialização da folha de coca; funcionamento da Faculdade de Agronomia de La Paz; e a participação da CORACA na primeira Indústria de Lã Mista.

As negociações levaram a um grave conflito que atingiu duramente à família campesina, com intervenção policial e militar no Chapare Tropical, que constituíram aberta ingerência estrangeira e inaceitável intromissão contra o povo boliviano. Com o pretexto de erradicar o narcotráfico, a declaratória de zona militar no Chapare Tropical, e sua intervenção policial e militar, atacou e liquidou os milenares cultivos da folha de coca que é elemento fundamental da dieta campesina, mineira, fabril. Os avisos governamentais de ataque a essa região fizeram os narcotraficantes fugir, mas a ação, que obedeceu a pressões extranacionais,

teve violentas conseqüências para os pequenos proprietários campesinos e seus cultivos tradicionais que foram as únicas vítimas da repressão policial e militar. Para a população campesina, a produção agrícola é o único sustento econômico. Como símbolo da cultura boliviana, a folha de coca será sempre defendida pela CSUTCB (1984).

O processo de espoliação econômica da Bolívia e de ingerência dos Estados Unidos na política e na economia do país se aprofundou ainda mais com a "Nova Política Econômica" do presidente Victor Paz Estenssoro, em 1985. Para controlar a hiperinflação de 27.000% ao ano, o governo adotou um pacote de reformas de cunho liberal que resultou no desmonte da atividade econômica estatal. O fechamento das minas estatais de estanho levou ao desemprego cerca de 30 mil trabalhadores, significando um duro golpe para o movimento sindical.

Empresas estrangeiras utilizam os minerais em processos de produção de bens manufaturados, sendo que parte deles é posteriormente importada pela Bolívia. Esta é a situação clássica para os países em desenvolvimento: exportam matérias primas que custam menos que os bens manufaturados que importam, o que gera uma saída de divisas.

O principal setor produtivo é o mineiro e muitos campesinos dividem suas atividades entre o campo e as minas. A falta de indústria nacional dificulta o desenvolvimento interno. O baixo desenvolvimento industrial na Bolívia facilita a saída dos minerais bolivianos, que se destinam a mercados estrangeiros, especialmente Ásia, Estados Unidos, México e Inglaterra (Michard, 2008, p.43). Sem acesso ao mar por território boliviano, os recursos minerais transitam por portos chilenos ou peruanos na sua exportação.

A abertura econômica provocou dificuldades para os camponeses, cujos cultivos tradicionais, como o milho, não conseguiram fazer frente à concorrência internacional. O mais doloroso da situação é que este processo de profundo saqueio das riquezas da Bolívia estava sendo coordenado por Vitor Paz Estenssoro, que tinha sido um dos líderes da Revolução de 1952 e, portanto, um símbolo das mudanças progressistas na política boliviana.

Com o fechamento de minas em 1985 houve, na Bolívia, a migração de um grande contingente de mineradores para o campo, principalmente nas terras médias, região de plantação de coca.

Quando terminou a mineração de estanho e as minas estatais foram fechadas, muitos mineradores, incluindo alguns de seus mais respeitáveis líderes, decidiram trabalhar junto com os plantadores de coca em Chapare. Além disso, ajudaram esses plantadores a se organizar de acordo com a experiência sindical mineira. Isso permitiu aos camponeses índios – se a eles

for aplicado o critério de “raça” – não serem vítimas nem instrumento das redes mafiosas do tráfico de coca e cocaína. E também permitiu que eles resistissem ao Estado boliviano e aos Estados Unidos, simplesmente empenhados na erradicação do cultivo de coca, sem alternativas proveitosas para os camponeses (Quijano, 2006, p.528).

Na Bolívia, o processo do sindicalismo no campo e a aproximação com os operários, são referidos constantemente com um sentimento ambigüidade pelos camponeses indígenas. Os informes da CSUTCB assinalam que entre os anos de 1985 e 1996, a organização é manejada por partidos políticos de esquerda e de direita (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009). A construção de um instrumento político para a conscientização e organização de comunidades e sindicatos, do movimento camponês e as nações originárias, junto com o movimento operário, permite a participação nas eleições municipais de 1985.

O início da década de 80 foi de grande instabilidade política, com sucessão de eleições e golpes militares. Em agosto de 1986, Victor Paz Estenssoro anuncia o Decreto 21060 de privatização da mineração estatal (COMIBOL), medida que significa a destruição do setor mineiro: fecharam as minas estatais, caiu o preço do estanho e cerca de 30.000 trabalhadores foram demitidos, muitos dos quais emigraram ao Chapare para serem *cocaleros*. O período que segue, na década de 90, aprofunda as privatizações com o Governo de Gonzalo Sanchez de Lozada.

O projeto liberal implementado a partir de 1985 na Bolívia anuncia estratégias de estabilização econômica e política e avança num período até o ano de 2003 (Crabtree, 2006). Sánchez de Lozada foi um dos principais arquitetos deste projeto liberal, desde que foi ministro e esteve a cargo do planejamento do “pacote de estabilização” de 1985, bem como na condição de presidente quando aprofundou as reformas privatistas (1993-1997).

Para a elite, o fim da hiperinflação em 1985 deu legitimidade ao governo. Até o final dos anos 90 foi crescente o investimento estrangeiro para realizar uma parcial privatização das principais companhias públicas bolivianas, ao que se atribui o resultado de altas taxas de crescimento.

El aumento de cultivos de soja y la construcción de la infraestructura para la exportación de gas en Santa Cruz (basicamente el gasoducto a Brasil) contribuyó a mantener el crecimiento en un saludable 4-5 por 100 anual a mediados de los noventa (Crabtree, 2006, p. 133).

O modelo da política econômica liberal para o período, sustentada em pilares como redução e controle de inflação, investimento estrangeiro, privatização de empresas públicas,

exportação de matérias primas e expansão do comércio exterior, aumento do PIB e das taxas de crescimento não atingiu suas promessas. O desempenho econômico deveria reduzir a desigualdade com legitimidade política, mas a Bolívia teve agravado o problema do endividamento, os problemas fiscais do governo e gerou no período um grande aumento da desigualdade, em um país que já era desigual, com economia débil e alto grau de dependência (Crabtree, 2006).

A influência do receituário político norte-americano se estende aos diversos setores da sociedade. Em 1998 o governo de Hugo Banzer decreta o programa “Coca Zero” trazendo ao cenário internacional os problemas do setor *cocalero* na Bolívia bem como as imagens da dura repressão aos movimentos sociais.

EUA coordenam militarização contra o setor *cocalero*

Na Bolívia, diferentemente do Brasil, os usos e costumes em torno da produção e do consumo da folha de coca têm ligação direta com a luta pela terra. Este ponto é extremamente delicado, pois a folha de coca é consumida amplamente e tradicionalmente pelos povos andinos desde muito antes da chegada dos europeus nestas terras. Dentro da tradição milenar reproduzida entre as comunidades andinas, *pichar*, ou mascar a coca, serve como socialização, tem significados espirituais e uso medicinal já que, entre outros efeitos, reduz os sintomas causados pela altitude e aumenta a energia para o trabalho pesado nas terras altas.

A expansão da economia da coca também serviu de estímulo para o crescimento, principalmente na região de Cochabamba. No cenário mundial, a coca é também a matéria prima própria de produtos ocidentais consumidos em larga escala, principalmente pelo mercado norte-americano, a saber, a coca-cola e a cocaína. O refino da coca para a produção da cocaína é invenção ocidental.

Fundamentada pela Agenda de Segurança Nacional dos Estados Unidos (Herz, 2010), a vasta erradicação de plantações de coca na América Latina nos anos 90 foi levada a cabo como a principal solução para acabar com o consumo de cocaína norte-americano. “Para resolver o problema, querem atuar na Bolívia e não em Nova York, o maior mercado mundial de drogas” (Hurtado, 2008, p.205). A justificativa da guerra contra as drogas ampara uma intervenção militar norte-americana irracional na região campesina latino-americana. Ou seja, o ataque aos camponeses da América Latina se torna prioridade de ação política mundial em

nome da luta pelo estabelecimento da “democracia”, pelo fim do “terrorismo” e contra o “narcotráfico”.

Em protesto contra a erradicação das plantas de coca, surge em Cochabamba, o movimento dos *cocaleros*, adotando variadas formas de resistência à política dos Estados Unidos e lutando pelo direito ao cultivo de coca para o consumo tradicional das famílias. O movimento ganha força também no Peru, no Equador, na Colômbia e no norte da Argentina. A mobilização dos *cocaleros* combina, desde a década de 1980, demandas por terra, reconhecimento cultural e resistência à política internacional antidrogas financiada pelos EUA (Rocha, 2007).

A guerra contra as drogas, patrocinada pelos EUA, tem como eixo a efetivação de políticas de erradicação da folha de coca, com incidência direta na comunidade indígena plantadora de coca (Sousa, 2006).

A partir das décadas de 1980 e 1990, os EUA desencadearam uma operação de guerra contra as drogas – *war on drugs* – e contra o narcotráfico, convencendo governos conservadores a colocar em prática uma “política de erradicação de plantações de coca”. As características dessa prática são a queima, o corte, o uso de substâncias químicas como fumigação e herbicidas, o que costuma provocar erosão do solo, destruição de plantações próximas e problemas de saúde nas populações rurais. Muitos grupos de *cocaleros* sem vínculo com o narcotráfico foram alvos diretos desta política (Sader, 2006). A guerra mundial contra narcotráfico e terrorismo são os focos impostos pelo governo norte-americano.

A CSUTCB defende que o problema não é erradicar a coca, senão erradicar o narcotráfico. A industrialização da coca com fins medicinais e nutricionais é assinalada como a melhor solução para que os excedentes da coca não sejam desnaturalizados. A defesa do cultivo da folha de coca, portanto, não significa o tráfico de nenhum estupefaciente.

Índios contra índios: disputa política e ideológica

Em alguns momentos a CSUTCB demonstrou atuação unitária, mas sua história é também marcada pela fragmentação e pela intensa disputa interna entre correntes e lideranças. O livro *Índios contra índios* (Quispe, 2003), conta a história interna da CSUTCB com o foco na disputa entre diferentes tendências, e o “jogo sujo” realizado por dirigentes quando priorizam o próprio êxito político sindical. O resultado das brigas internas é o fracionamento da luta e a perda de unidade enfraquece o movimento campesino.

Os Congressos Nacionais da CSUTCB e os Ampliados Nacionais são importantes espaços para reconhecer o debate interno entre concepções de sindicalismo, que muitas vezes são radicalmente distintas.

Nos Congressos que ocorreram em 1983 e 1987, por exemplo, havia um debate entre duas concepções de sindicalismo radicalmente divergentes: a defesa do discurso identitário indígena do katarismo, encabeçada por Jenaro Flores, se contrapunha à visão que retomava a herança *esquerdista e campesinista*, dirigida pelo Eixo de Convergência Patriótica (García, 2008). No I Congresso Extraordinário da CSUTCB, no ano de 1988 se concretiza o processo de enfraquecimento e retrocesso do katarismo, com uma derrota ideológica.

En 1985, en 1986 viene un contingente novedoso de izquierda comprometido. Genaro Flores, Román Loayza, Juan de la Cruz Vilca, Ramiro Santos Rojas y empiezan a aglutinarlos en la CSUTCB, porque han salido de la dictadura y han comenzado a reorganizarse. Entonces van encontrando dirigentes en todos los departamentos. Eso dura casi un periodo de 10 años hasta el '96 (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

Neste período começa a destacar-se a construção de uma vertente do indianismo radical, ao interior do movimento sindical, reconhecida como os *Ayllus Rojos*. O discurso que não teve muita força no final da década de 80 vai liderar, 14 anos mais tarde, as grandes rebeliões indígenas, do início do século XXI. Trata-se de uma corrente organizativa liderada por Felipe Quispe, ex-dirigente do MITKA, que tinha como proposta geral a *autodeterminação das nações originárias* (Patzí, citado por García, 2008).

É também sob o ideal katarista que se constitui o comitê interinstitucional dos 500 anos de Resistência e Rechaço à comemoração do V Centenário. Em 1992 uma série de ações simbólicas, assembléias e marchas recordaram os 500 anos de domínio espanhol e reivindicam um processo de descolonização⁷¹.

Na década de 1990 foram realizadas grandes marchas. Primeiro, uma marcha em defesa à folha de coca e às condições de vida dos produtores e produtoras de coca, que significou a consolidação e a coesão das organizações originárias. Logo, a Marcha do Século, com 35 dias de caminhada, definida em Ampliado Nacional. A *“Marcha por el Territorio, Tierra, Derechos Políticos y Desarrollo”* saiu de todos os lugares do país para chegar à sede

⁷¹ Para além da pressão política nacional, esses eventos que ocorreram na América Latina questionando os 500 anos de colonização tiveram mundialmente ressonância nas teorias da descolonização e no chamado pensamento pós-colonial.

do governo para reclamar modificações de uma nova lei de terras (Lei INRA), contra a mercantilização da terra, pela titulação de territórios indígenas camponeses e colonizadores, incorporação de trabalhadores assalariados do campo à *Ley General de Trabajo*, criação de municípios indígenas, postulação de candidatos a eleições sem intermediários dos partidos políticos e criação de fundos nacionais de desenvolvimento indígena, camponês e de colonização (Román Loayza, citado por García, 2008). Os camponeses chegaram à mesa de negociação do governo, mas apesar do sucesso da marcha foram tímidas as modificações.

No ano de 1996 Goni aprovou a Lei INRA, para uma revisão integral de todo o processo agrário o que gerou enormes expectativas⁷². Houve marchas por parte dos camponeses em defesa da lei, mas os camponeses foram reprimidos. Os camponeses se opõem: “*esta es una ley maldita, no la aceptamos*” (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales). O confronto unifica e amplia a conscientização do setor. “*El sistema beneficia a las empresas transnacionales que compran el mineral en Bolivia, le agregan valor incorporándolo a bienes de consumo, que requieren países no industrializados como Bolivia*” (Michard, 2008, p. 44)

No final do séc. XX, o modelo de sistema político estritamente regido pelo pensamento neoliberal e pelas premissas do Consenso de Washington entrou em crise, desencadeando um ciclo de insurreições indígena-plebéias. Cresceram as adesões da população a movimentos sociais e ampliaram-se as propostas de mudança sócio-econômica contrárias às políticas de livre mercado (García, 2006).

No final dos anos 90 havia duas linhas políticas diametralmente opostas, prejudicando a unidade da luta camponesa. Uma tendência era dirigida por Alejo Véliz e outro grupo estava liderado por Evo Morales. Foi uma briga interna muito forte e havia muita dificuldade de unir o Comitê Executivo da CSUTCB e alcançar o entendimento, de forma que uma liderança não vinculada a partido entra para fazer a mediação. Felipe Quispe, o “Mallku” (que significa condor em aymara), é escolhido o principal dirigente em 1998⁷³ e, demonstrando persuasiva

⁷² *La Ley 1715 del Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA) en un intento de otorgar seguridad jurídica a los propietarios de las tierras y determinar áreas fiscales para distribuir las entre ciudadanos sin tierra o tierra insuficiente mediante la reversión y expropiación. El proceso se tornó burocrático, lento y costoso y –con la notable excepción del avance en la titulación de las Tierras Comunitarias de Origen (TCO) en el Oriente– no dio respuesta a la creciente demanda de dotación de tierras para campesinos y colonizadores* (Disponível em: <http://www.peripecias.com/mundo/UriosteBoliviaReformaAgraria.html>, Acessado em: março de 2010)

⁷³ *Felipe Quispe había estado preso por cuestiones de terrorismo. El sale meses antes de la cárcel y es elegido por la gente, por solidaridad, con apoyo de las organizaciones sociales, con apoyo del MAS incluso que se estaba formando en aquel tiempo* (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

liderança sobre as bases, principalmente no Altiplano, imprime um tom radical e ofensivo à luta da CSUTCB, marcado pela perspectiva da autodeterminação das nações indígenas.

Internamente não houve consensos. Havia basicamente dois ‘instrumentos políticos’ utilizados pelos campesinos como braço eleitoral: o Movimento ao Socialismo – MAS e o Movimento Indígena Pachakuti - MIP.

O fortalecimento do movimento de trabalhadores e camponeses, especialmente das regiões produtoras de folha de coca, levou ao surgimento de um movimento político de filiação socialista: Movimento ao Socialismo – MAS. Tendo Evo Morales como seu principal líder, o MAS encontrou ressonância principalmente entre os campesinos nas terras baixas e nas terras médias do Chapare.

Em oposição a esse instrumento, Felipe Quispe, no cargo de Secretário Executivo da CSUTCB, tentou afastar os afiliados da organização de participar eleitoralmente pelo MAS. O resultado foi o enfrentamento com os membros vinculados ao projeto do ‘instrumento político’, conforme ele mesmo relatou em entrevista.

A fundação do Movimento Indígena Pachakuti (MIP) como novo braço eleitoral da CSUTCB, apresentado como alternativa ao MAS, tampouco foi unânime. Seguindo a linha persuasiva da sua principal liderança e a grande capacidade de disciplinar e comandar a base, a partir do ano 2000 até o ano 2005, o Movimento Indígena Pachakuti, que traduzia a forma organizava do Altiplano, formou o braço político da CSUTCB. A linha política adotada neste período teve um discurso nacional-indígena, que conservava o critério de classe, dentro de uma matriz de nação originária.

A estratégia de Bloqueio de Caminhos onde as comunidades se revezavam por turnos para cuidar das estradas e impedir a circulação, teve bases em um modelo incário e efetivos resultados, a exemplo da experiência bem sucedida entre setembro e outubro deste ano. O cenário na organização interna da CSUTCB não era completamente favorável, mas mesmo com uma forte disputa interna que fragmentava os campesinos e reduzia a participação nos bloqueios, mesmo assim essa data fica marcada como uma expressão do supremo recurso da rebelião contra as injustiças das políticas governamentais, segundo Felipe Quispe.

Houve discussões políticas internas e distintos grupos no Comitê Executivo não queriam fazer bloqueios de estradas, nem cerco às cidades. Em entrevista, Quispe diz que a liderança de Evo Morales demonstrava preocupação em organizar ao MAS, sem afetar aos meios econômicos nem à burguesia. A liderança de Felipe Quispe propôs uma mobilização

armada para tomar o poder político, numa bandeira de reconstituir o *Qullasuyo*, que era o nome original do país, e não Bolívia. Sem consensos, a disputa interna se acirra, no ano 2000 há uma expulsão de dirigentes como Evo Morales e Roman Loyaza da CSUTCB, e a união dos grupos de Felipe Quispe e Alejo Véliz em novas mobilizações.

A história da CSUTCB muitas vezes se confunde com a biografia de lideranças da organização. Algumas tentativas de unificação formal entre os *caudillos* Evo Morales e Felipe Quispe, não foram eficazes e a divisão organizativa, ideológica e política que se instaura neste momento se mantêm até hoje. As lutas políticas e ideológicas são acirradas no interior do movimento campesino indígena e sua repercussão interna na CSUTCB já virou tema de livro (Quispe, 2003).

O período histórico da grande fragmentação política é o de enfrentamento às políticas neoliberais. A falta de unidade é apontada como um problema e superá-la, um desafio. Contraditoriamente, para além das brigas internas, o protagonismo da luta social da CSUTCB se manteve⁷⁴, conformando levantes com repercussão mundial.

Levantes populares contra o modelo neoliberal: a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003)

No ano 2000, a Bolívia já havia demonstrado ao mundo que nessas terras haviam índios oprimidos, discriminados racialmente, formando a maioria nacional, mas manejados por homens e mulheres que colonizaram o país e governaram desde que chegaram os espanhóis, há mais de 500 anos. Segundo Felipe Quispe, esse era o discurso manejado pela CSUTCB para mobilizar a luta.

Na Bolívia, especialmente em La Paz, Cochabamba e Chapare, milhares de homens e mulheres protagonizaram entre os anos de 2000 e 2005 uma onda de mobilizações e levantamentos que quebraram o que era a hegemônica trajetória neoliberal de reorganização da vida e da produção (Gutiérrez, 2008), neste ciclo do capitalismo. A caída do governo de Sanchez de Lozada, em outubro de 2003, marcou no cenário político a perda de legitimidade

⁷⁴ “Durante el “ciclo rebelde” las luchas sociales se rearticulaban en torno a la defensa del cultivo de la hoja de coca, a la “guerra del agua” en Cochabamba (2000) y la “guerra del gas” (2003) en El Alto (suburbio de La Paz cuya población la constituyen mayoritariamente migrantes aymaras y quechuas). Estas movilizaciones no escaparon a los aparatos represivos del Estado, como ocurrió tantas veces a lo largo del siglo. La movilización contra la privatización del gas (2003), por ejemplo, dejó un saldo de 69 muertos en El Alto. (El consorcio Aguas del Tunari, filial de la multinacional estadounidense Bechtel, llegó a prohibir la recuperación del agua de las lluvias. Y las tarifas aumentaron del 35% al 300%, según los casos” (Chihuilaf, 2009, p.38).

de um regime que estava estreitamente vinculado com a continuidade de políticas econômicas liberais, de ajustes estruturais, onde os benefícios se repartiam de modo extremamente desigual (Crabtree, 2006).

A ameaça de cobrança para o consumo de água foi inconcebível para parte da população na Bolívia. A CSUTCB se posiciona contra a *Ley de Agua* e lidera bloqueio de caminhos a nível nacional. Em Achacachi há um enfrentamento entre comunários e o Exército que faz dois camponeses e um capitão mortos (García, 2008).

A Guerra da Água esteve organizada desde o início como uma ofensiva sistemática contra a Lei 2029, de 20 de outubro de 1999 e o contrato de concessão da água e do serviço de distribuição de água potável, pela empresa Águas de Tunari. O processo não foi concebido e desenhado em seu curso concreto e em detalhes por uma equipe especial. O que se afirma é que a partir de um profundo conhecimento do controle e da gestão da água vindo dos *regantes* e do estudo minucioso do *Convenio de Concesión* realizado pelos defensores do meio ambiente, desde janeiro de 2000 se elaboraram de forma coletiva e massivamente, com base num sólido pacto entre campo e cidade, os objetivos comuns a conquistar pela mobilização social: a revisão do contrato de concessão e a modificação da Lei 2029 em seus pontos mais agressivos. No cenário das assembléias se ia marcando o ritmo da mobilização social e das pautas de ação (Gutiérrez, 2008).

A resistência popular é vitoriosa na chamada “Guerra da Água”, em Cochabamba entre 1999 e 2000, quando tendo a frente o movimento dos cocaleiros, a população paralisa o país exigindo o fim da privatização da água (Andrade, 2007).

Se aprueba la ley de agua potable, la ley del recurso agua, y eso decía que podía sacar de las fuentes de agua del área rural para traer a las ciudades. Entonces iban a abrir canales, iban a haber bombas, o no sé como decir, o desviar ríos incluso decían se iban a partir tubos de agua, de pedazos de río para hacer represas, para hacer desvíos, decían incluso a los campesinos para ponerles medidores o controladores. Entonces, el mundo campesino esta por ceder y eso es el año 2000 y a través de sus sindicatos se oponen a la ley de recurso agua y toman una empresa muy importante en Cochabamba que es la empresa transnacional Aguas del Tunari. Rompen e ingresan y con eso se dice que se ha mejorado el sistema neoliberal en Bolivia. O sea que todos los días hay luchas de enfrentamiento en Cochabamba. El 2000 sería en el año que se perfora el sistema neoliberal y el 2003 en el que se cae. Son tres años de movilización permanente (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

Es imparable, hay marchas indígenas, como diríamos, muy pacíficas, porque marchan días desde Santa Cruz. Marchan y marchan, pero por otro

lado hay movimientos fuertes como el de Felipe Quispe anunciando que rompe, que hace bloqueos durísimos, y por el otro lado esta también el Chapare que es una propia característica que tiene con Cochabamba que es por el tema agua, que es todo el tema de los recursos naturales a través de la coca (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

Prosseguindo na resistência ao roteiro neoliberal, em setembro de 2003, mais de 500 mil pessoas se manifestam em todo o país contra o projeto de exportação das fontes naturais para o Chile, episódio conhecido como a Guerra do Gás (Andrade, 2007). Os anos de 2000 e 2003, que marcam respectivamente os processos conhecidos como a Guerra da Água e a Guerra do Gás, foram momentos de violenta repressão política em Bolívia. O massacre, no município de Warisata, no Altiplano boliviano, teve a morte trágica de oito camponeses, sob o comando do Ministro da Defesa de Sanchez de Lozada. Marchas, bloqueio de estradas, vigílias, rondas, cerco à cidade, levantes populares, foi uma verdadeira insurreição popular que levou o presidente a decretar Estado de Sítio e acudir às forças armadas (Entrevista com Luis Nieto Gutiérrez, Apoio Técnico do Comitê Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Y la gente se iba levantándose más y se iba enojando mucho más. Entonces dijeron 'Goni tiene que irse'. Y cuándo decían eso también decían 'y con él tiene que irse el modelo neoliberal', pues este ha traído, al revés de soluciones, ha traído mas desgracias, ha traído mayor hambre. La distancia entre ricos y pobres ha se abierto más con el neoliberalismo, no había empleos, no había trabajo. Entonces la gente decía que este modelo nos está matando de hambre tiene que irse (Entrevista com Luis Nieto Gutiérrez, Apoio Técnico do Comitê Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Camponeses, indígenas, colonizadores, *regantes*, as *juntas vecinales*, operários, mineiros, dirigentes fabris e professores, o meio rural e o meio urbano, todos os setores se unem em protestos que, apesar da repressão, culminaram na deposição do Presidente Sánchez Lozada⁷⁵.

A saída do presidente abre espaço para a chamada “*Agenda de Octubre, que surgió de las bases, que consistía en la recuperación en la nacionalización de los hidrocarburos, la asamblea constituyente y referéndum por los hidrocarburos, para ver si salía la venta del gas de Bolivia hacia Chile*” (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

Na condição de governo transitório, Carlos Meza assume a presidência, até a realização das eleições presidenciais. O assunto do gás ganha maior relevância no debate dos

⁷⁵ Gonzalo Sánchez de Lozada foi deportado para os Estados Unidos, onde ganhou asilo político.

problemas políticos e econômicos da era posterior a Gonzalo Sánchez de Lozada (Crabtree, 2006). Entretanto o governo que sucede a queda de Goni não realiza nenhuma efetiva mudança.

El [Presidente Carlos Meza] solamente logra llamar a referéndum por el gas, pero no logra llamar la Asamblea Constituyente. Entonces el movimiento popular logra su renuncia y después viene un periodo en el que asume el poder la corte suprema de justicia del poder legislativo (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

As estratégias de estabilização econômica e política na Bolívia mantiveram uma perspectiva conservadora após a queda de Sánchez de Lozada, buscando um novo governo para forjar um novo consenso e reconstruir o apoio político ao regime econômico liberal. Entretanto, ocorreu na Bolívia no início do século XXI, um processo social amplo e profundo de perda da legitimidade do sistema.

Entonces todas estas coyunturas van creando un ambiente propicio para la derrota del neoliberalismo y las condiciones para el ascenso de Evo Morales con su votación masiva, de mayoría con 54% (...). Tenemos ahí una concentración de las demandas populares, un descontento generalizado con los partidos tradicionales, y una gran convulsión social en 1997, 1999 y 2001, lo cual prepara el terreno y las condiciones para este ascenso de masas populares que finalmente se concentra en la inesperada elección de Evo Morales. Gana con el 54%, inesperadísimo. No sabíamos que eso pasaría (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

De fato, uma viravolta política na Bolívia surpreendeu o mundo, rompendo com o receituário padrão, ao assumir os princípios comunitários, de interculturalidade e de soberania dos povos na tarefa do debate nacional e popular.

O compromisso da CSUTCB com a Assembléia Constituinte e com o processo de *câmbio* do governo Evo Morales

A abertura para a participação das nações indígenas na Assembléia Constituinte mudou a lógica do texto constitucional. Pela primeira vez na Bolívia uma Constituinte tem assembleístas indígenas e rostos bolivianos. Mais de 40% dos assembleístas eram indígenas e 1/3 eram mulheres, composição bem diferente das outras constituintes, o que representou uma substancial diferença no conteúdo do processo. O resultado pode ser visto no texto constitucional aprovado nesta instância.

A Assembléia Constituinte apresentou, portanto, uma primeira proposta de texto constitucional, que posteriormente foi reformulado e repactuado com outras forças políticas.

Este segundo texto foi aprovado pela maioria do país e consolidou uma nova Carta Magna. As maiores mudanças foram em relação à jurisdição e a sobreposição dos textos deixou mais evidentes algumas ambigüidades. Isso porque parte dos princípios da Assembléia Constituinte se manteve, como por exemplo, o reconhecimento da interculturalidade, da autodeterminação comunitária e dos povos, do Estado Plurinacional, da igual hierarquia dos povos, da composição plural de instâncias institucionais. É a primeira constituição seguindo princípios plurais e aplicando as normas indígenas.

O fortalecimento da transnacionalização da economia e da política como motor do desenvolvimento boliviano teve conseqüências violentas para o campo. Para os movimentos populares, os atores políticos que dirigiam o Estado na Bolívia agiam com corrupção, racismo e autoritarismo, para responder aos interesses do grande capital transnacional instalado no país.

O apoio político ao governo popular aparece como uma esperança de transformação e realização do projeto de construção de um Estado Plurinacional, de defesa das nações originárias e possibilidade de autonomia comunitária, de participação popular, de dignidade e de reforma agrária⁷⁶. As forças sociais que se articularam durante décadas, especialmente representadas pela Central Obrera Boliviana e pela Confederação Sindical de Trabalhadores Campesinos da Bolívia, apostam na possibilidade de mudanças com a construção de um governo popular a nível nacional.

A maior liderança no movimento de cocaleiros, Evo Morales, depois de obter algumas vitórias políticas, com movimento organizado nas terras baixas e médias, principalmente em Chapare, se candidata às eleições presidenciais. Favorecido pelo descontentamento e pela revolta popular generalizada que se acumulou desde 2000 e 2003, ele é eleito Presidente da República da Bolívia, no ano de 2005. O primeiro índio a ser presidente da República,

⁷⁶ *Las promesas electorales del 2005. La campaña electoral de diciembre de 2005 tuvo la virtud de haber posicionado en la agenda política la problemática de la falta de desarrollo rural, la exclusión indígena y la inequidad en el acceso a la tierra. El MAS junto con PODEMOS Y UN coincidentemente anunciaron que realizarían esfuerzos para promover políticas públicas de desarrollo rural con énfasis en la inclusión indígena, tomando en cuenta los municipios rurales, las organizaciones económicas campesinas (OECAS), fomentando mercados locales y la producción nacional de alimentos. Todos –aunque con matices– condenaban el latifundio improductivo y señalaban que –en el marco de la Ley– debería ser eliminado por no cumplir una función económico social. Sin embargo, la propuesta del MAS fue más allá al proponer un “Pacto por la tierra” bajo los siguientes lineamientos: 1) garantizar la seguridad jurídica a las propiedades que de manera probada y sustentable cumplan funciones productivas, 2) garantizar justicia social en el acceso a la tierra sancionando a los especuladores, acaparadores y traficantes de tierras con la reversión de las mismas al Estado en aplicación de disposiciones constitucionales y agrarias, 3) restablecer la legalidad en la atención de las demandas sociales fortaleciendo la institucionalidad agraria nacional dotándola de mecanismos de control social y 4) articular las políticas de redistribución de tierras con políticas de fomento y diversificación productiva* (Disponível em: <http://www.peripecias.com/mundo/UriosteBoliviaReformaAgraria.html>. Acessado em: março de 2010.)

enfrenta a dificuldade de coordenar o movimento reivindicativo de base e a administração institucional, mas assume o compromisso com um processo de mudança.

A vitória de Evo Morales Ayma nas eleições para a Presidência da República na Bolívia acirra a “guerra entre índios e a oligarquia branca” de Santa Cruz. A região da chamada Meia Lua, que inclui Santa Cruz, Beni e Pando, composta prioritariamente por uma elite branca, se organiza institucionalmente, em propostas separatistas e, paralelamente, em ações armadas paramilitares.

A defesa de autonomia da região faz dos problemas administrativos e econômicos uma justificativa para ameaçar a unidade do país. Santa Cruz de la Sierra lidera o movimento de autonomia departamental que pretende esvaziar o poder de La Paz. Um referendo organizado pela prefeitura de Santa Cruz, em quatro de maio de 2008, propondo a autonomia da região mais rica e a separação do Estado boliviano é o principal instrumento institucional em oposição ao novo governo popular, mas apresenta pouco apoio internacional e fraca estrutura para levar adiante o projeto de autonomia.

Com um modelo agrícola atrasado, semi-feudal e pouco competitivo, a oligarquia de Santa Cruz quer recuperar os antigos privilégios estatais, evitar a reforma agrária e se apropriar do gás e do petróleo da Nação. Para isso manipula a opinião pública e prega o separatismo (Barrientos, 2008, p.105).

Quem vai se beneficiar com as riquezas produzidas pelo petróleo e gás da Bolívia serão alguns banqueiros e umas cem famílias de latifundiários e pecuaristas de Santa Cruz, sendo que destes, vários empregam mão de obra servil, não pagam salários aos trabalhadores e impedem que funcionários do governo investiguem suas fazendas (Barrientos, 2008).

A direita radical que se posiciona no Oriente de Santa Cruz, sobretudo, também provoca grupos armados e paramilitares com a intenção de conseguir a secessão de Santa Cruz em médio prazo. O preconceito e o temor de perder privilégios de séculos impulsionam a defesa da autonomia. Para o Presidente Evo Morales, a elite “não admite que um índio faça a revolução social” (Lírio, 2008). Os latentes sentimentos de racismo e preconceito em relação aos campesinos indígenas se manifestam na arena política, resultando muitas vezes em cenas de humilhação e violência em espaços públicos. A postura das elites *cruzeñas* não é visto com bons olhos, principalmente na região andina, em La Paz.

Entre os impactos políticos resultantes da ação estratégica simbolizada por uma liderança campesina indígena na Presidência da República da Bolívia estão a realização da Assembléia Constituinte dos Povos Originários, a promulgação da Nova Constituição

Plurinacional da Bolívia, o reconhecimento institucional dos povos originários, através da oficialização de línguas próprias das nações originárias, da valorização legal das relações comunitárias e da autonomia dos povos.

O *proceso de cambio* do governo, na oficialização de costumes comunitários no Estado e na incorporação das distintas etnias no poder estatal, trabalha pesadamente com políticas sociais e propagandas pedagógicas de enfrentamento direto ao racismo; políticas dirigidas às massas. A valorização simbólica da tradição milenar permite a interlocução dos saberes ancestrais, até então restritos a ditados populares, com a institucionalidade estatal. Um exemplo é a tradução das palavras do Código Moral Incaico “*ama sua, ama llulla, ama q’ella*”, que significa “não seja ladrão, não seja mentiroso, não seja preguiçoso” e sua conseqüente incorporação na legislação nacional.

Pensando uma perspectiva atual para as questões do desafio do nacionalismo, tão bem formuladas por René Zavaleta (2008 [1986]), pode-se dizer que a presença de um índio na presidência da República, reivindicando o comunitarismo e a legitimidade plurinacional, é o processo político-institucional que promove na Bolívia a consolidação nacional-popular.

Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia

O processo de mudança proposto pelo governo e a proposta da Nova Constituição Plurinacional, formalmente apresenta uma mescla da constituição liberal republicana e daquela que poderia haver sido a indígena popular. Conforme relatou em entrevista o sociólogo Pablo Mamani, Aymara, professor na Universidade Pública de El Alto (UPEA), a base liberal prepondera sobre a indígena-comunitária na institucionalidade do novo governo.

Em 2005, Isaac Ávalos assume a Secretaria Executiva da CSUTCB e a confederação se posiciona deliberadamente na tarefa de trabalhar em coordenação com o atual governo, assumindo este como “*un proceso de cambio Revolucionario, que favorece a los marginados, oprimidos y explotados del pueblo boliviano, llevado por nuestro hermano Presidente Constitucional de la Republica Evo Morales Ayma*” (Lista de Documentos, CSUTCB, 2008). Em entrevista concedida, Isaac Ávalos afirma a importância deste governo para os camponeses indígenas e para todo o país, assinalando a nacionalização de recursos hidrocarburetos e a Nova Constituição Política do Estado como mudanças reais, visíveis, que precisam ser defendidas.

Para exigir do Congresso Nacional a aprovação da Lei Eleitoral, em abril de 2009, a CSUTCB e as nove Federações Departamentais se declaram em estado de emergência e em greve de fome em todo o território nacional. A mobilização é especialmente polêmica porque, junto à CSUTCB e outros movimentos populares, o presidente da república também entra em greve de fome, fazendo o protesto em seu próprio gabinete. A possibilidade de mudanças na relação de forças da sociedade e a crise da institucionalidade na Bolívia levam as lideranças do governo a adotar posturas destoantes das exigidas pela burocracia dominante e que mais se aproximam das atuações do movimento popular.

Em maio do mesmo ano, o Secretário Executivo da CSUTCB, Isaac Ávalos, proclamou ao Presidente do Estado Plurinacional Evo Morales Ayma como “*Libertador de los pueblos del Abya Yala y del Mundo*”.

Pensar a forma como as organizações sociais se articulam no momento de um processo aparentemente radical, é um ponto interessante. Na Bolívia, evidentemente não sem conflitos, a CSUTCB e alguns dos principais movimentos sociais especialmente do campo assinaram o Pacto de Unidade.

O Pacto de Unidade firmado entre movimentos sociais⁷⁷ e o governo fortalece a base de apoio ao projeto popular, mas não resolve todos os conflitos que emergem entre as distintas linhas políticas das organizações envolvidas. A CSUTCB, neste processo radical, tem um discurso de uma esquerda campesina, com os instrumentos de assembléia e do sindicato agrário, com Isaac Ávalos à sua direção. A CIDOB tem discurso mais propriamente indígena do oriente da Amazônia, mais centrada em uma lógica interna, de organização de assembléias num horizonte histórico próprio da Amazônia. A Bartolina Sisa seria o par feminino da CSUTCB, portanto as mulheres seguiriam a visão de uma esquerda sindical campesina, ainda que a mulher se identifique mais com o horizonte originário indígena. As *Comunidades Interculturales* (antiga Confederação Sindical de Colonizadores de Bolívia) são comunidades que se formam a partir da ocupação de terras, por incorporação da cultura andina em direção à região amazônica, tem um discurso mais campesino, de esquerda

⁷⁷ Participam do Pacto de Unidade das Organizações Indígenas da Bolívia: Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB), Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyo (CONAMAQ), Confederación de Pueblos Indígenas de Bolívia (CIDOB), Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), Confederación Sindical de Colonizadores de Bolívia (CSCB), Federación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originárias de Bolívia “Bartolina Sisa” (FNMCIOB “BS”), Asamblea del Pueblo Guaraní (APG), Movimiento Sin Tierra de Bolívia (MST), Confederación de Pueblos Étnicos Moxeños de Beni (CPEMB). Entre outras ações unificadas, essas organizações apresentaram a *Propuesta para la Nueva Constitución Política del Estado: Por un Estado Plurinacional y la autodeterminación de los pueblos y naciones indígenas, originarias y campesinas*, em agosto de 2006 (Lista de Documentos, Asamblea Nacional de Organizaciones Indígenas, 2006).

sindical. O CONAMAQ apresenta uma versão mais originária, incorporando os *Ayllus* e *Markas*. No último período se incorpora a COB, que apresenta uma versão operária, assalariada, fabril⁷⁸. Segundo Pablo Mamani, utilizando termos gramscianos, este poderia ser chamado de um novo bloco histórico no poder.

O panorama é complexo, riquíssimo para o estudo, para o debate e para imaginar um novo horizonte histórico. Pablo Mamani, em entrevista, propõe um horizonte plural, desde um imaginário histórico fundado na lógica da Wiphala⁷⁹, criando a partir daí o modelo societal, o modelo do Estado, o modelo do território e o modelo simbólico e histórico da nova nação emergente. A matriz do novo país, de acordo com esse imaginário, partiria de um somatório do indígena e do popular, deixando o oligarca *criollo* de fora do contexto deste debate histórico. Novas perspectivas estão sendo pensadas, ainda que muitos apostem que Bolívia siga tendo uma política endogâmica, no sentido de reprodução social dentro de uma mesma classe e de fazer a política dentro de um mesmo setor social (Entrevista com Pablo Mamani, Prof. na Carreira de Sociologia, Universidade Pública de El Alto - UPEA).

A Nova Constituição do Estado Plurinacional (Lista de Documentos, 2009) tem sua arma, seu espírito, sua base moral, histórica e simbólica nos indígenas originários camponeses. Sem dúvida o texto aprovado em 2009 representa uma constituição plural capaz de articular distintos horizontes históricos, incluindo as nações originárias. Tal projeto, segundo Pablo Mamani, deve ser analisado com crítica. Para a inclusão da maioria indígena no sistema de representação política da Bolívia, por exemplo, a proposta inicial dos movimentos camponeses indígenas era de 25 deputados no parlamento (sob pressão as organizações aceitaram propor um número de 14 no final).

Contudo, parece contraditório que, contra o espírito da nova constituição, a Lei Eleitoral Transitória (Lista de Documentos, *Ley Electoral*, 2009) aprovada diz que dos 130 parlamentares, sete apenas serão deputados indígenas em qualidades de funções especiais. Dessa forma, conforme entrevista realizada com Pablo Mamani, as maiorias indígenas, ou seja, as nações quantitativamente mais numerosas participam da via liberal da política, de representação por candidatos e por partidos políticos, na lógica um cidadão, um voto. As chamadas minorias indígenas, que na verdade representam a maioria da população, mantêm a

⁷⁸ Não aparecem nesta estrutura de alianças, as *Juntas Vecinales*, particularmente de El Alto e outras cidades, o que pode ser uma falha, já que atualmente 61% da população está nas cidades e grande parte da população indígena está nas cidades (Entrevista com Pablo Mamani, Aymara, Prof. na Carreira de Sociologia, Universidade Pública de El Alto).

⁷⁹ Wiphala: bandeira, símbolo da cosmovisão andina, que tem sete cores e 41 quadrados.

lógica interna tradicional de organização por assembleias e turnos, que é a lógica comunal de decisão política.

Os dados demográficos da Bolívia segundo o IBGE⁸⁰ (2009) registram uma população total de 9.862.860 habitantes. Desta população 66,08% reside em área urbana e 33,92% reside em área rural.

O Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) compara dados da distribuição de terras no campo, para os períodos de 1996-2006 e 2006-2010. Entre os anos 1996-2006 temos os seguintes dados: a superfície titulada 9.214.639 ha, superfície de terras fiscais 106.886ha, total de superfície titulada e terras fiscais 9.321.525 ha, beneficiários (pessoa natural e pessoa jurídica) 43.359, títulos e certificados de saneamento emitidos 26.145. No segundo período os números aumentam. Entre os anos 2006-2010, a superfície titulada 16.293.224 ha, superfície de terras fiscais 15.239.784 ha, total de superfície titulada e terras fiscais 31.533.008 ha, beneficiários (pessoa natural e pessoa jurídica) 153.566, títulos e certificados de saneamento emitidos 98.080. Com esses dados o INRA divulga que a recondução comunitária da reforma agrária avança.

O crescimento da economia da Bolívia, em período recente, dispara como o maior da região. Estudos econômicos (CEPR, 2009) mostram que foi maior o crescimento nos últimos quatro anos do que nos trinta anos anteriores, acenando para o ano de 2009 o maior crescimento econômico do hemisfério ocidental. A administração de Evo Morales é apontada na pesquisa como responsável por uma política fiscal efetiva frente a um cenário econômico negativo, inclusive de forte recessão mundial.⁸¹ Entre os fatores determinantes são citados o investimento do governo nos hidrocarbonos e a re-nacionalização da indústria.

Há na Bolívia, atualmente, quatro setores estratégicos: gás e petróleo; mineração; eletricidade; e biodiversidade. Estes setores geram recursos para a agricultura e a indústria (Barrientos, 2008).

Com relação à biodiversidade, o objetivo é a proteção e a preservação dos recursos naturais como a água, os bosques, os rios e os campos.

⁸⁰ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Países. Bolívia. População*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisescat/>. Acessado em: 11 de fevereiro de 2010.

⁸¹ *This is one of the highlights of a new paper from the Center for Economic and Policy Research: "Bolivia: The Economy During the Morales Administration," by Mark Weisbrot, Rebecca Ray, and Jake Johnston. The paper looks at how Bolivia's economy has been able to progress despite a number of significant shocks, including falling remittances, declining foreign investment, the United States' revocation of trade preferences, serious bouts of political instability as a result of separatist political opposition movements, and recent declines in export prices and markets, along with other impacts of the global recession. Bolivia's GDP growth has averaged 4.9 percent annually since the current administration took office in 2006. Projected GDP growth for 2009 is the highest in the hemisphere, and follows its peak growth rate in 2008 (CEPR, 2009).*

Consideramos a economia em dois níveis: o primeiro é o gerador de excedentes, como o gás, o petróleo e as minas, e o outro é o gerador de empregos e renda: manufaturas, turismo, agricultura e artesanato. Os dois planos estão articulados. A agricultura dos pequenos camponeses produz os alimentos que consumimos internamente, papel diverso daquele dos latifundiários de Santa Cruz, que plantam para exportar, basicamente a soja e o algodão (Barrientos, 2008, p.113).

O tema terra e território, ponto ainda mais polêmico é frágil na Nova Constituição e pode ser considerado o tema de fundo na Bolívia atual. O Art. 398 proíbe os latifúndios e as propriedades improdutivas. Em seguida, o Art. 399 garante a manutenção do direito à terra já possuída e com título, ou seja, as mudanças só valem para as novas propriedades adquiridas. Assim, aqueles que já têm grandes terras estão com sua propriedade garantida. Os artigos na nova constituição sobre terra e território poderiam ser duramente criticáveis pelos movimentos camponeses, já que o texto está ambíguo e sujeito às interpretações. Seu cumprimento dependerá da vontade política do governo de turno e do Ministro da área.

Um dado interessante é que, quando a população foi perguntada através de um referendo, sobre a extensão máxima de terra que poderia ser aceita por lei na Bolívia, 81% disse não aos 10 mil hectares e escolheu a extensão máxima de cinco mil hectares. Esse resultado consolidou o texto do Art. 398 e, segundo Pablo Mamani, indica que a maioria das pessoas não está disposta a aceitar o latifúndio e menos ainda a escravidão e o sofrimento da vida, particularmente camponesa e indígena.

A terra, enquanto elemento de dignidade da vida e enquanto base material do poder é o que mantém (e o que poderia quebrar) o poder da elite nacional, a oligarquia de Santa Cruz. Entre a população indígena no campo, pessoas originárias da região estão se matando por terra enquanto uma elite minoritária e branca, muitas vezes composta de estrangeiros, é proprietária de grandes latifúndios.

Atualmente, a chegada do trabalhador aymara como presidente da República, avança na construção nacional-popular da Bolívia, com novas proposta de conexão da ‘democratização social’ e da ‘forma estatal’, como propunha Zavaleta (2008 [1986]). A CSUTCB sente-se representada pelo presidente e enquanto trabalha de forma coordenada com o governo para fortalecer o *proceso de cambio*, se fortalece a si mesma, afinal as forças sociais se retroalimentam.

O processo também vale críticas ao movimento social, de conformação com a conquista eleitoral, perda de autonomia e confiança plena nas respostas do governo a todos os

problemas sociais. Em relação ao problema da terra e território, parece reduzida a força em torno deste debate e os movimentos sociais parecem, particularmente, menos propositivos.

Na perspectiva de Pablo Mamani, o contexto histórico onde povos originários têm acesso ao espaço de poder é uma possibilidade ímpar de atuar radicalmente numa ação política mais digna em relação a terra e território (Entrevista com Pablo Mamani, Prof. na Carreira de Sociologia, Universidade Pública de El Alto - UPEA). O problema da terra é o conteúdo material da política. Há que enfrentar esse problema e devolver a terra para a gente. A luta pela terra não está resolvida e esse é o fundo do assunto, portanto, o debate deveria ser ampliado.

Ha tenido muchas luchas, muertos heridos, inválidos, abaleados por los gobiernos de derecha, pero estamos yendo bien. Tenemos un gobierno nuestro ahora, apoyamos el proceso de cambio (...).

Se están viendo los cambios, se está viendo rentabilidad, tenemos los recursos naturales y los hidrocarburos nacionalizados, tenemos una Nueva Constitución Política del Estado Plurinacional (...).

Entre la CSUTCB y el gobierno actual hay muy buena coordinación, se coordina, se discute, se debate, se plantea y hay buenos resultados. Hubo un apoyo desde la elección, metimos la huelga apoyando la ley convocatoria (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

A CSUTCB aparece como uma organização de grande poder de mobilização, sem dúvida, mas sob o comando da atual secretaria executiva protagoniza entre outros movimentos sociais, de forma muito vinculada em apoio praticamente irrestrito ao governo de Evo Morales. Durante o governo de Evo Morales, a CSUTCB se propõe a trabalhar de forma coordenada com a política nacional. Neste período devido o trabalho de aliança com o governo, a organização se tornou organização mais forte, com facilidade de acesso a benefícios, através das novas relações institucionais estabelecidas. Evo Morales se elegeu presidente com respaldo dos movimentos sociais, sendo que a base campesina indígena é o mais forte pilar eleitoral do governo atual.

O problema da terra e os desafios da CSUTCB no período *proceso de cambio*

O apoio da CSUTCB ao governo é justificado pela compreensão de que Evo Morales é o representante dos povos originários que agora assumiu o poder institucional no Estado, isso implica na possibilidade de trazer benefícios para a classe de trabalhadores e campesinos

indígenas, na crença do fortalecimento da própria organização em relação direta com o bom andamento deste governo popular, e pela oportunidade de participar coordenadamente na proposição de um novo projeto de país e na construção do Estado Plurinacional.

As entrevistas realizadas mostraram que a disputa entre forças políticas no atual momento político da Bolívia não se identifica com a oposição entre sociedade civil e o Estado.

En este gobierno es difícil separar gobierno de movimientos sociales porque el propio presidente de la república aun es dirigente sindical del trópico y de la federación nacional de coccaleros. Por otro lado Leonilda Surita que es la ejecutiva de las Bartolinas Sisa, es senadora suplente, entre otros. Hay esta complejidad que los movimientos sociales están en la función de la toma de decisiones, pero por otro lado están en las bases (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

A Bolívia vive um período muito intenso de discussão sobre projetos de sociedade. Neste processo de disputa entre uma elite representada pela ‘oligarquia branca de Santa Cruz’ e a massa de trabalhadores camponeses originários indígenas, a CSUTCB, em uma gestão coordenada por Don Isaac Ávalos, se alia com o governo do Presidente Evo Morales Ayma.

Em relação à nova governança, um dos principais problemas enfrentados é referente às demandas da lógica técnico-administrativa para a qual os quadros sindicais e camponeses indígenas são insuficientes em quantidade e tecnicamente pouco preparados. “*Las dificultades de este gobierno están en el equipo técnico y la burocracia que está en las manos de la clase media*” (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

A distância entre o saber comunitário e o saber técnico-administrativo é uma problemática permanente no projeto de construir um Estado indígena. A realidade ainda mostra lideranças comunitárias com capacidade política e saberes locais, muitas vezes com baixo grau de escolaridade e de conhecimentos técnicos. O resultado é que o governo, segundo Ramiro Llanos, precisou fazer alianças políticas com partidos de esquerda e com intelectuais progressistas, mas conta com poucos representantes indígenas exercendo cargos no poder executivo.

O desafio atual, com o qual se compromete a CSUTCB, é fortalecer paralelamente o braço político orgânico e o setor produtivo no campo. Por todas as questões conjunturais e eleitorais, o planejamento das ações políticas tem recebido mais atenção. O desenvolvimento produtivo, que se mantém como necessidade fundamental no plano econômico, ainda que reconhecido como demanda prioritária, tem ficado em segundo plano em momentos

importantes do processo. As mudanças políticas, formais democráticas, sociais e culturais podem, ou não, aliar-se a um plano estratégico para alcançar as necessárias mudanças na base material, em sua esfera produtiva, que permitiriam uma efetiva transformação na relação de forças da sociedade boliviana.

Seja para resolver o plano político ou o plano produtivo, a tarefa dos sindicatos de formar novos quadros é avaliada como urgente. Esta perspectiva é apontada por dirigentes sindicais de uma linha política crítica ao governo que busca alternativas mais radicais desde fora do Estado, voltado para a organização das bases. Este setor do movimento social se demonstra mais pró-ativo nas preocupações e iniciativas de formação política. Está colocado o desafio de formar novos quadros para organizar o campo na esfera produtiva, social e política. A dificuldade se impõe quando a urgência eleitoral e as demandas institucionais tomam frente e ofuscam outras necessidades sociais, porque, finalmente, a atual direção da CSUTCB está decidida a efetivar o processo de transformações aliado com o processo institucional do governo popular.

Entretanto, mesmo internamente, há críticas à perda de autonomia da CSUTCB no atual governo e à opção de participar deste momento político sem partir para um horizonte mais além do Estado. Nesta perspectiva, são feitas advertências de que a CSUTCB está acomodada com o processo que se dá pela institucionalidade, e parece ir até onde chegaram as conquistas institucionais implementadas pelo governo. De forma moderada, a CSUTCB não se propõe a reivindicar uma proposta mais ampla e usar os seus meios de luta popular ou mesmo a via democrática para afirmar radicalmente as transformações sociais que acredita e quer realizar.

A co-dependência entre o governo popular e os movimentos sociais que formam sua base de apoio é um fenômeno que engendra importantes contradições. Podemos pensar que decorre desta aliança a força do novo processo institucional, que apresenta aspectos positivos neste período de criatividade, de voltar-se para atores até então excluídos da política nacional. As inquietações em relação ao processo já estão presentes: enquanto o governo popular estiver forte a CSUTCB estará bem. Mas e se o governo enfraquecer, o que será da CSUTCB? E mais especificamente, como repercute este posicionamento político da CSUTCB em relação aos avanços e aos limites da luta pela terra?

O momento atual é de alta complexidade de definições políticas, de definições históricas, de acompanhar como a nova constituição política será operacionalizada no Estado e como se institucionalizam novos princípios nos marcos normativos como o regime eleitoral e a representação parlamentar ou através dos municípios e das províncias e o processo que se chama de descolonização do Estado. Conforme disse em entrevista, Pablo Mamani considera como momentos fundadores deste novo horizonte histórico: a Nova Constituição Plurinacional aprovada dentro da institucionalidade do Estado e os sistemas de organização social especialmente na forma comunitária, incluindo o sistema econômico e o sistema imaginário dos símbolos do que poderíamos chamar uma nova nação.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO

Este capítulo com os contextos históricos do Brasil, da Bolívia e da América Latina, mostrou rapidamente, além das particularidades históricas, elementos macrosociológicos influenciando na conformação do processo econômico e social dos países, com impacto na luta pela terra do MST e da CSUTCB.

O continente latinoamericano serviu como suprimento ao capitalismo. Aqui estavam, por exemplo, as jazidas de prata da Bolívia e de ouro do Brasil que possibilitaram a acumulação de capital engrossando os cofres da Inglaterra e permitindo sua industrialização na fase inicial do capitalismo. A riqueza das nossas terras foi também a miséria do povo, já que as terras foram invadidas e apropriadas. As antigas civilizações foram catequizadas e subjugadas pelo ideal iluminista, pregando a emancipação através da razão moderna. Dussel descreve a violência irracional, do roubo e do sangue derramado em nome da razão ocidental moderna e emancipadora.

Desde o início da colonização a força de trabalho foi usada como mão-de-obra barata, servil ou escrava a serviço da acumulação de riquezas e do desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, o 'Novo Mundo' foi o espaço onde a Europa pode realizar através da expansão marítima, da dominação militar, econômica e cultural, a hegemonia do ocidente, o encobrimento de outras culturas e a realização da modernidade como o sistema mundo

dominante.

Nota-se que na Bolívia a memória social para o período da colonização é muito forte. A referência nas revoltas da luta anticolonial simbolizadas nas figuras de Tupac Katari e Bartolina Sisa tem muita força mobilizadora no campo e entre as nações aymara e quéchua. As civilizações pré-hispânicas na região se desenvolveram com muita imponência, avançada tecnologia e organização social e as tradições milenares não foram totalmente destruídas. Elas reinventam-se em sincretismos, são transmitidas pela tradição oral, por usos e costumes, de geração a geração e, mais do que isso, a afirmação da identidade cultural é usada como forte apelo popular, na luta pela terra. A defesa de *Abya Yala* e a defesa do *Qullasuyo* e as histórias e os provérbios da tradição têm um poder de linguagem, de comunicação, de diálogo imediato com a população campesina indígena, nas comunidades mais remotas. De forma que no século XXI os povos reivindicam-se como nações originárias e reclamam reconhecimento de Estado Plurinacional da Bolívia e soberania dos povos.

Bolívia mostra uma corajosa luta dos povos, já que a conquista da América Latina, representou uma das mais importantes bases da acumulação de capital. O padrão de ‘dominação / exploração / apropriação’ com vistas à expansão da relação-capital marca a unificação das histórias coloniais em uma história mundial (Stern, segundo Gandarilla, 2006); um processo que ocorreu através de diferentes formas de expropriação dos povos.

La conquista y el colonialismo son fenómenos tanto internacionales como internos, no se reducen a la dominación y explotación de los indios por los españoles y extranjeros, o por criollos y mestizos, también las poblaciones pobres de habla hispana (campesinos, obreros, empleados) en determinados momentos y bajo ciertas circunstancias son tratadas como poblaciones colonizadas (González Casanova, citado por Gandarilla, 2006, p. 48).

Se a história civilizacional pré-colombiana difere nos países, o impulso colonizador parece unificar o processo social latinoamericano. Por toda a parte, a inferiorização do homem do campo, das raças negra e indígenas, da mulher, historicamente é usada como justificativa para a espoliação, o saqueio e a conseqüente exploração desta mão de obra para a manutenção do sistema capitalista e para a produção de riquezas.

O enfoque macrossociológico sobre o capitalismo na América Latina mostra que o desenvolvimento do capitalismo teve diferenciações na história do Brasil e da Bolívia, mantendo uma lógica comum sobre a função desempenhada por economias periféricas dependentes no processo capitalista global. A garantia de reprodução do capital no mundo depende de uma determinada divisão internacional do trabalho (Gandarilla, 2006), para a qual

detaca-se o papel da América Latina em:

- Explorar recursos naturais e minérios para garantir a matriz energética;
- Explotar matéria-prima e produtos alimentícios;
- Importar e exportar dólar;
- Fornecer mão-de-obra barata.

Existe importante impacto destas características nas lutas do MST e da CSUTCB que remetem a processos histórico-políticos vividos por países na América Latina. Há um processo de mudanças que marca distintas fases na organização e na gestão da CSUTCB durante seus 31 anos de luta campesina-indígena (1979 – 2010) e do MST durante seus 26 anos de luta pela reforma agrária (1984 – 2010)⁸². Há também um processo permanente de avaliação, reformulação das táticas e afirmação dos compromissos com os princípios políticos, que projeta os novos passos a luta pela terra.

Em termos regionais este período em que nasce o MST e a CSUTCB é referência para a formação de muitos outros movimentos rurais ligados à CLOC – Coordenação Latinoamericana de Organizações do Campo⁸³.

A América Latina viveu, entre as décadas de 60 e 70, um período de ditaduras com violenta repressão aos setores populares organizados, e os movimentos estudados têm sua fundação no mesmo período, com o esgotamento de ditaduras em seus países, articulando novas forças políticas e iniciando um ciclo político nacional de construção da democracia. Na Bolívia, a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* tem sua fundação filiada com a *Central Obrera Boliviana*, rompendo o pacto militar-campesino, fortalecendo a aliança entre operários, mineiros, campesinos e indígenas e, articulados, pressionam pela saída dos governos ditatoriais na Bolívia. Entre os instrumentos políticos na Bolívia, ganhou força nacional no século XXI o Movimento ao Socialismo – Instrumento Popular para Soberania dos Povos. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surge com o esgotamento da ditadura militar, em um ciclo histórico protagonizando ao lado da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores. Nos dois países, estas organizações se articularam como instrumentos políticos populares em um ciclo histórico semelhante, sustentando suas ações em uma leitura da sociedade pós-ditadura, atuando no

⁸² Podemos equivaler o tempo de organização de ambos os movimentos em 31 anos se considerarmos a data das primeiras ocupações no MST, que aconteceram em 1979 a nível regional no RS.

⁸³ A análise da inserção do MST e da CSUTCB na Coordenação Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) e na Via Campesina é ponto importante que não integra este trabalho e será realizada em outros momentos.

sentido da construção da democratização e adotando a via eleitoral como tática central⁸⁴.

O estabelecimento de empresas transnacionais na América Latina e as políticas de privatização da água, do gás, dos recursos naturais em geral seguem esta orientação. Os grandes latifúndios geram receitas enormes com agronegócio e agropecuária. O monocultivo, o uso de sementes geneticamente modificadas, as pastagens, ocupam a maior parte das terras e produzem para a exportação. Reduzem as terras para lavouras com produção diversificada. E é neste espaço onde estão concentradas as famílias camponesas, que mantêm a agricultura feita por agricultores. Com o cultivo menos predatório e iniciativas de agroecologia e produção de orgânicos, se avança na produção saudável que visa o abastecimento e alimentação interna.

A lógica da política econômica nacional e internacional tende a favorecer o desenvolvimento do capitalismo mundial, mantendo o privilégio dos países centrais e das burguesias nacionais e transnacionais, à custa da superexploração da mão-de-obra e da exportação de produtos agrícolas e de recursos naturais. Atualmente, isso se opera através de políticas internacionais de exportação e importação de alimentos, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial, da Organização para a Cooperação para o Desenvolvimento Econômico e do Fundo Monetário Internacional, por exemplo, garantindo a reprodução do sistema capitalista em termos globais, mantendo a base na desigualdade social.

Os processos de extração, apropriação e transferência de excedentes da América Latina para os países centrais, e internamente na região, operaram, com diferenças, em todos os períodos após a colonização e, recentemente, estas instituições internacionais são mecanismos fundamentais para garantir a continuidade de transferência de excedentes das periferias para os centros metropolitanos (Bueno, 2009, Gandarilla, 2006).

Enquanto o domínio do grande capital age na industrialização da agricultura em escala mundial, percebe-se o impacto de ampliação e reprodução da pobreza no campo e agravamento dos problemas ambientais. Tanto, que é possível notar uma mudança de foco no processo de luta do MST e da CSUTCB na década de 90 e no início dos anos 2000.

⁸⁴ O texto de Mauro Iasi (2006) e os cursos de educação popular coordenados pelo “13 de Maio” em São Paulo, e pelo “Outubro” em Brasília apresentam esta idéia de declínio de um ciclo histórico da esquerda no Brasil, que tem o PT, a CUT e o MST como instrumentos políticos, que inicia com projeto contestatório articulando as massas num período pós-ditadura, mas que hoje descaracterizou seu projeto político em prol de se manter no poder pela via eleitoral. No cenário atual, especialmente PT e CUT, apesar de permanecer com a referência nas massas, mudaram as alianças políticas e se afirmam na maioria das vezes no sentido de ‘manter a ordem’, em perspectivas distintas do projeto transformador e socialista de outrora.

O IV Congresso Nacional do MST, em 2000 vai identificar que o problema não está mais restrito ao latifúndio improdutivo. A entrada das transnacionais no cenário nacional ressignificaram o projeto do campo, que se vê impelido a fortalecer sua luta, para além do acesso à terra, na sustentabilidade, na proteção do meio ambiente, na manutenção dos mananciais de água. A CSUTCB vai lutar contra a privatização da água, do gás, dos recursos naturais, porque identificam rapidamente que as privatizações defendidas pelo governo beneficiariam a uma elite boliviana, a ricos estrangeiros e a empresas transnacionais, mas seria prejudicial às comunidades, impossibilitando o acesso à água, destruindo a natureza.

As políticas do modelo agroexportador afetam violentamente o meio rural, reduz a extensão de terras com produção na base camponesa e organiza grandes unidades de produção, com monocultivo, produção especializada, uso intensivo de máquinas e venenos, combinada com as empresas transnacionais e com o capital financeiro, que depende do financiamento dos bancos e está subjugado aos seus critérios. Para o MST, com este projeto a sociedade prioriza um modelo de agricultura esgotado, porque retorna a uma exploração irracional da mão-de-obra, que chega inclusive a fazer uso do trabalho escravo e porque caminha rapidamente para o esgotamento da natureza.

Os trabalhadores e as trabalhadoras do campo vivem em condições precárias nesse processo contraditório de proletarização, urbanização e ‘recampesinização’, conforme analisam Moyo e Yeros (2006). Tal cenário tem impactos negativos na vida da população rural e urbana e incide diretamente na luta dos camponeses no Brasil e Bolívia.

De fato, no início do século XXI, uma onda de governos populares fez da América Latina referência internacional. Significado simbólico de lideranças populares assumindo a Presidência da República, com a esperança de uma ampla transformação da sociedade, em benefício aos setores populares. Tal é a força simbólica de um operário nordestino, metalúrgico, de origem pobre, incompleta educação formal, líder das maiores greves na história do Brasil; e a força simbólica de um indígena, de origem pobre e família camponesa, sindicalista, plantador de folhas de coca na presidência da república da Bolívia.

A experiência de projetar lideranças populares para a Presidência da República no Brasil e na Bolívia deve ser valorizada como processo histórico. A busca da via eleitoral para melhoria nas condições de vida é identificada como um dos planos táticos na luta pela terra, e como parte desta luta deve ser avaliada. Ainda que o resultado eleitoral tenha trazido alguns benefícios imediatos, não necessariamente resulta no avanço da luta, já que o mecanismo de

cooptação de lideranças sociais atadas nas normas institucionais do Estado burguês e do sistema político internacional (Zibechi, 2008) dificulta a organização autônoma dos movimentos camponeses. Os projetos implementados enchem a população de esperança, favoreceram a garantia de direitos e têm algum impacto no aumento de poder aquisitivo para população de baixa renda. No Brasil mais claramente, o grande ensinamento deste período foi o reconhecimento da força do sistema capitalista na determinação social e a incapacidade de avançar em um projeto popular sem mudar o modelo de desenvolvimento.

A pouca autonomia das nossas sociedades para realizar um projeto popular, as amarras no sentido de avançar em qualquer tímida experiência de um projeto socialista, colocaram grandes lideranças muitas vezes a serviço da burguesia transnacional ou nacional, de costas para a classe trabalhadora, para a população pobre, para os camponeses. Ao acreditar no Estado como algo situado acima das classes e como um instrumento capaz de atender de forma mais ou menos séria as carências da população explorada, muitas vezes o movimento social perde a oportunidade de contestação, abandona o debate por mudanças estruturais e distancia-se da necessária luta dos trabalhadores e dos povos por sua libertação.

A formação dos movimentos camponeses e o processo de luta pela terra do MST, no Brasil, e da CSUTCB, na Bolívia tem semelhanças e elementos comuns. Os aspectos econômicos do conflito social se revelam no dia-a-dia da população do campo na falta de terra, de alimentação, de escola, de saúde, educação, moradia, segurança e condições de trabalho. A destruição dos mananciais de água, das sementes, do solo, da natureza em geral, é vivida como uma ameaça constante às comunidades que vivem no campo. Também faltam os direitos básicos e fundamentais, de cidadania, boas condições de trabalho, respeito à cultura, dignidade. Estes problemas afetam toda a família camponesa. O próximo capítulo aborda as estruturas organizativas, as ações estratégicas e os princípios políticos críticos dos movimentos sociais na realização de sua luta pela terra.

CAPÍTULO 3 – REPERTÓRIOS DE AÇÃO, ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS E PRINCÍPIOS POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS CAMPELINOS

Feito o debate de fundo, sobre a contextualização histórica dos países e da América Latina, estando já situados a fundação e o processo de desenvolvimento dos movimentos estudados, a idéia deste capítulo é buscar elementos empíricos para discutir sobre o conceito de Dussel de *Potentia*, mais precisamente sobre a possibilidade de atualização e realização do poder político da comunidade⁸⁵.

Para tanto, serão apresentadas as estruturas organizativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* - CSUTCB, os repertórios de ações, as estratégias da luta pela terra e seus princípios políticos. O conteúdo material das estruturas organizativas será identificado em aspectos econômicos, culturais e ecológicos.

Antes de iniciar a análise empírica, será feita uma introdução com base na teoria política da libertação, no sentido de apontar o que se entende teoricamente como as ações estratégicas, mediações e princípios políticos. Estas dimensões aparecem em toda política, de forma co-determinada, se revelam na ‘ordem política vigente’ e podem se realizar em forças contra-hegemônicas. Será apresentada uma esquematização teórica que antecede a visualização destes elementos no MST e na CSUTCB.

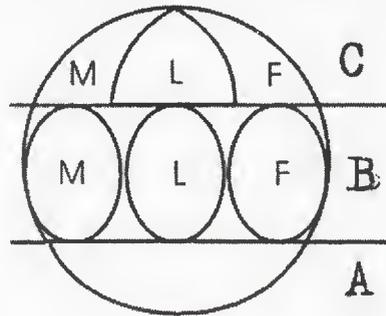
3.1 A PRETENSÃO DE TOTALIDADE DA “ORDEM POLÍTICA VIGENTE”

Partindo da perspectiva de que “o político não é exclusivamente nenhum de seus componentes, mas sim todos em conjunto”, Dussel (2007a) identifica, esquematicamente, a co-determinação entre os distintos momentos, distintos níveis e distintas esferas da política.

⁸⁵ Trata-se da dialética relação que se estabelece entre *potentia* e *potestas*, ou em outras palavras, a dialética entre a potencialidade de poder político da comunidade e o poder político da instituição.

ESQUEMA 1. Sistematização de Enrique Dussel sobre a co-determinação de distintos níveis e esferas da política.

NÍVEIS E ESFERAS DA POLÍTICA



Explicação do Esquema: A: nível das ações estratégicas. B: nível das instituições ou mediações; BM: esfera material; BL: esfera de legitimidade formal; BF: esfera de factibilidade estratégica. C: nível dos princípios implícitos; CM: princípio material; CL: princípio formal democrático; CF: princípio de factibilidade (Dussel, 2007a, p. 52).

As Ações Estratégicas (A), as Instituições (B) e os Princípios Políticos (C) são níveis distintos e fundamentais da política, ou seja, são elementos constitutivos essenciais do político e estão sempre co-determinados. Em seus momentos, estão o poder político da comunidade e o poder político institucional, como já apresentado no capítulo 1. Na obra de Dussel (2009) este esquema é explicado com base nas teses de filósofos clássicos e processos históricos que estruturaram o sistema político moderno ocidental hegemônico.

A ideologia dominante estrutura ações, instituições e princípios de acordo com seus interesses dos grupos dominantes e os apresenta como sistema político com pretensão de totalidade⁸⁶. Logicamente, o sistema não beneficia a todos. As vítimas de exclusão desta pretensa totalidade política são portadores de um potencial crítico e transformador da estrutura hegemônica.

O potencial de reflexão crítica e transformadora pode estar na organização de sujeitos que, excluídos da pretensa totalidade, sem acesso à lógica de reprodução do sistema, agarrados no conteúdo material de reprodução da própria vida, se posicionariam num sentido

⁸⁶ O trabalho de Dussel na “Arquitetônica da Política”, assim como o de Marx com “O Capital” fazem a análise detalhada de uma ordem política e econômica dominante, para finalmente mostrar com clareza as razões do explorado. O presente trabalho não se propõe a avançar na análise minuciosa da “ordem política vigente”, mas se nutre de outros para

transformador. Nesta perspectiva, Dussel faz a identificação de movimentos populares libertários que ocupam um ‘lugar crítico-político’, ou seja, fazem o exercício da política por fora da ‘ordem vigente’ projetando transformações do sistema.

O poder político da comunidade, geralmente afastado do debate hegemônico sobre as normas e a formalidade política, está fortemente ligado à esfera material da política, no que tange as necessidades de reprodução da vida. Na política da libertação de Dussel, a comunidade ou o *pueblo* são detentores de um potencial transformador que pode ou não ser atualizado ou realizado. [Assim como na economia política de Marx, o proletariado é o sujeito revolucionário]. Quando a comunidade se organiza coletivamente em mediações da produção e da cultura, delega responsabilidades e explicita seus princípios; realiza, assim, o seu poder político, com autonomia: desenvolve formas de poder institucionalizado, em um momento de *potestas*.

A práxis da libertação, para Dussel, é *sempre* um ato intersubjetivo, coletivo, de consenso recíproco. A luta libertadora não é pela mera inclusão no sistema, mas pela transformação ampla da sociedade. Esta luta só pode ser feita com organização e acúmulo histórico. O político deve ter clareza estratégica na ação transformadora, trabalhar sobre táticas eficazes e escolher os meios apropriados. Sem organização, o poder do povo é pura potência, possibilidade, inexistência objetiva, voluntarismo ideal. A seguir este capítulo busca apontar ações estratégicas, mediações e princípios políticos do MST e da CSUTCB.

3.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST

Documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e entrevistas realizadas para a tese, com 15 informantes sendo a maioria com integrantes da diretoria nacional do movimento, constituem os dados principais que fornecem o conteúdo deste capítulo. Os principais tópicos apresentados serão: as estruturas organizativas do MST, as ações estratégicas do movimento e algumas experiências na produção, na cultura e na ecologia.

Conflitos sociais: *Terra para quem nela trabalha!*

No Brasil, historicamente, o latifúndio improdutivo contrasta com a massa de trabalhadores rurais e camponeses pobres sem terra. Atualmente, o latifúndio está de mãos dadas com o agronegócio exprotador, com os bancos e com as empresas transnacionais, destruindo progressivamente a agricultura familiar e ampliando a desigualdade social entre os grandes proprietários e a massa de trabalhadores rurais sem terra.

A pesquisa “Ciência e Agropecuária” dividiu a produção entre cultura familiar e agronegócio. O agronegócio, como uma referência estatística, teve um PIB de oitenta bilhões de reais na safra de 2006 e, pra produzir isso, ele pegou emprestado nos bancos 85 bi. E, lá na ponta, as vinte maiores empresas que operam na agricultura, que a maioria são multinacionais - tipo a Bunge, Monsanto, Bayer, Basf, Syngenta - elas tiveram um faturamento bruto de 112 bilhões. Então isso demonstra a vinculação permanente entre o agronegócio, os bancos e as transnacionais. Nesse modelo não há lugar para o camponês. Nesse modelo não precisa fazer reforma agrária (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

O censo agropecuário do IBGE divulgado em setembro de 2009 mostrou que a pequena propriedade rural é a que produz para alimentar o povo, mas, além de menos terras, a pequena propriedade rural recebe muito menos recursos públicos como suporte de suas atividades, se comparada ao agronegócio. Enquanto a agricultura familiar recebeu cerca de 13 bilhões de reais em 2008, foram destinados cerca de 100 bilhões ao agronegócio.

Essa pobre, marginal e odiada agricultura tem peso econômico, social e uma sustentabilidade muito maior que os grandes empreendimentos. Retire os 100 bilhões de suporte público do agronegócio e veremos qual é realmente sua sustentabilidade, inclusive econômica. Retire as unidades familiares produtivas dos frangos e suínos e vamos ver o que sobra das grandes empresas que se alicerçam em sua produção. Mas, a agricultura familiar continua perdendo espaço. A concentração da terra aumentou e diminuiu o espaço dos pequenos (Malvezzi, 2009).

Segundo os depoimentos, a literatura e as pesquisas, o agronegócio está entre os setores que mais recebem investimento estatal, ainda que seu impacto seja negativo na preservação ambiental, na conquista da soberania alimentar e consolidação da cidadania dos trabalhadores. A ‘ordem política vigente’ mantém um modelo de produção e de desenvolvimento sem sustentabilidade ecológica nem social, com profundos conflitos sociais que afetam rapidamente aos camponeses.

A organização social é uma busca de transformações sociais, econômicas e políticas para reverter a tendência atual. Segundo as Normas Gerais do MST publicadas na cartilha *O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*, os objetivos do Movimento são:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e explorados, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
2. Garantir que a terra, um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais e pessoais;
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e crianças;
7. Buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo (Documento MST, 2005, p. 56).

Vejamos, portanto, as estruturas organizativas e as ações estratégicas do Movimento para atingir seus objetivos.

Estruturas organizativas do MST: movimento de massas, popular, sindical e político

O MST é o mais atuante movimento camponês brasileiro na luta pela terra. Em vinte e seis anos de existência organizou-se em 23 das 27 unidades federativas. Em sua atuação, no período entre 2000 e 2004, realizou 850 ocupações, com 174.448 famílias (Fernandes, 2006).

O MST é herdeiro de uma tradição histórica de luta pela terra e do movimento camponês. Dirigentes do movimento assinalam que o estudo da forma organizativa de experiências passadas, como as Ligas Camponesas ou as lutas messiânicas de Contestado e Canudos, ensina caminhos a serem seguidos e limites a serem superados, conforme mostra a entrevista:

Alguns limites dessas formas é que elas eram isoladas. E porque eram movimentos localizados, eles foram cercados, derrotados, inclusive no caso de Canudos, militarmente. A segunda questão é que eram lideranças, personalidades únicas que conduziam. Só com essas duas questões nós herdamos um aprendizado histórico muito grande, que se o movimento ficasse fragmentado ia ter muito problema, por isso se construiu uma organização nacional. (...) Nós construímos formas de condução do movimento altamente coletivas, em vários círculos de condução do movimento, desde a base (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

O MST é um movimento autônomo, com caráter popular, sindical e político que, no decorrer da sua trajetória, construiu uma estrutura orgânica com corpo e forma de movimento de massas (Documento do MST, 1993). Uma dirigente nacional fala sobre o caráter do

movimento.

O caráter que o MST escolheu para realizar a luta pela terra no Brasil não foi em forma de luta armada ou em forma de negociação, mas foi através da luta de massa, o que obrigou o MST a convocar as mulheres pra participar ativamente dessa luta. Isso ocorre porque a luta sempre foi marcada por muita violência. Porque também houve de parte do capital, da burguesia brasileira, da burguesia estrangeira uma opção por não fazer a reforma agrária. Então não seria através de negociações que se resolveria isso, teria que ser pela luta de massa (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

O movimento consolidou-se em âmbito nacional, sem presidente, sem firmar pessoa jurídica nem estatuto, nem filiação registrada. Segundo as normas gerais do MST, construídas desde sua fundação em 1984 - revisadas, atualizadas e aprovadas em encontros e congressos nacionais - são instâncias organizativas do movimento:

1. Congresso Nacional
2. Encontro Nacional
3. Direção Nacional
4. Coordenação Nacional
5. Coordenações Regionais
6. Encontro Estadual
7. Direções Estaduais
8. Coordenações Estaduais
9. Setores, Coletivos e Frentes de Massa
10. Núcleos de Base

O MST contribui permanentemente para que a massa se organize e seja capaz de lutar por melhores condições de vida, além de formular e encaminhar propostas de transformação da sociedade (Documento do MST, 1991).

A força social do MST, sua base social, está constituída por trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam por terra e reforma agrária. Entre eles estão: camponeses sem terra, parte dos familiares dependentes de camponeses com terra, parte dos assalariados rurais, especialmente os temporários e também parte do lumpesinato do campo (Documento do MST, 1993). Os camponeses com terra representam também uma base social na luta pela reforma agrária. A força política ou a base do movimento representa a parte desta força social que está disposta a lutar por terra.

A maior parte da militância vem da vinculação a partir da base, ou seja, é formada por trabalhadores e trabalhadoras sem terras com participação em acampamentos e assentamentos. O acampamento no campo tem o objetivo de pressionar o poder público para a desapropriação

de latifúndios improdutivos e distribuição de terras às famílias de camponeses. Muitos acampamentos duram meses, onde os militantes ocupam terras que não respeitam a função social da propriedade, se abrigam sob lonas pretas e se organizam para suprir as necessidades básicas até serem assentados. As relações comunitárias e as soluções coletivas fortalecem os acampamentos.

Os **Núcleos de Base** estão em todos os acampamentos e assentamentos. Eles são compostos por famílias ou grupos de trabalho específicos e representam a máxima instância da participação e da coletivização, ou seja, a organização da base é a instância de poder onde o maior número de pessoas se envolve na avaliação, na tomada de decisões e na realização de tarefas.

O núcleo de base de um acampamento pode ter 10 ou 20 pessoas, ele tem uma coordenação com a representação de vários outros núcleos. Muitos dirigentes começaram na luta para resolver um problema particular de sua vida econômica, que é a falta de terra. Mas logo, adquirir a propriedade torna-se insuficiente para a reprodução da vida familiar e o processo organizativo do movimento permite o aprendizado e a elevação da consciência, fazendo com que as famílias, depois de resolverem seu problema pessoal de terra, mantenham a identidade da luta e da organização e dêem continuidade a sua militância, por uma causa mais ampla.

Percebe-se assim, entre as duas ‘pontas’, o Congresso Nacional do MST e os Grupos de Base em acampamentos e assentamentos, as instâncias máximas de uma complexa estrutura organizativa.

As ações se coletivizam no movimento, em espaços permanentes de participação e militância, que atuam no cotidiano dos assentamentos bem como nas mobilizações planejadas. As mobilizações podem ser esporádicas e temporárias, mas a organização tem que ser permanente, porque não ocorre de forma espontânea e depende de um intenso e trabalhoso processo de construção (Lista de Documentos, MST, 1991)⁸⁷.

As estratégias de ação de cada área são organizadas a partir dos **Setores** de Formação, de Educação, de Segurança, de Produção, de Juventude, de Gênero entre outros. Em cada estado, em cada assentamento, existem setores desenvolvendo a tarefa de pensar estratégias de ação dos assentados nas respectivas áreas. Muitas experiências criativas, eficientes e auto-sustentáveis desta organização se tornam referência de formação e de prática coletiva.

⁸⁷ Uma descrição bastante acessível e ampla da organização do Movimento está no livro de Bernardo Mançano Fernandes

Através do desenvolvimento dos setores é possível favorecer a organização estratégica do movimento, no sentido de articular permanentemente toda a família na luta e manter ativas as dimensões necessárias para a reprodução do movimento. A ciranda infantil envolve as crianças em processos lúdicos e pedagógicos, incluindo um projeto itinerante que acompanha o movimento onde quer que esteja atuando. O processo formativo permite que em muitos momentos as crianças ‘sem terrinha’ discutam suas necessidades, definam coletivamente suas propostas e as apresentem à sociedade⁸⁸.

As decisões políticas nas instâncias representativas e a escolha dos e das representantes é geralmente referendada em assembleias. A rotatividade das representações é pedagogicamente importante, conforme afirmação do dirigente (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP). Com a representação rotativa, as pessoas vão mudando de tarefa, é um mecanismo que permite formar novas pessoas, além de promover a ampliação do movimento.

A luta pela terra transcende a luta pela terra em si. Então, quando a gente fala “luta pela terra”, é a luta concreta pela conquista da terra, pela democratização da posse da terra, que está altamente concentrada no Brasil. Mas é também a luta que se faz por educação, por crédito, por infra-estrutura, por melhores condições de vida nos assentamentos (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

Para garantir a continuidade do processo de luta e a extensão do MST no território nacional, há diversas estruturas organizativas, mediações para o exercício do poder, instâncias de representação e formas de delegação de responsabilidades.

O **Congresso Nacional do MST** que ocorre a cada cinco anos é a máxima instância de representação. As consignas dos Congressos revelam muito do período que vive o movimento. Segundo Zé Batista, elas expressam “o sentimento do movimento em cada período”:

Pelos lemas do Congresso, você percebe o sentimento do movimento

(2000) e em Mitsue Morissawa (2001).

⁸⁸ Carta dos Sem Terrinha. Do Acampamento Nacional pela Reforma Agrária. *Nós crianças Sem Terrinha da Ciranda Infantil do Acampamento Nacional: Queremos Terra para plantação, cuidar das plantas e jogar lixo o orgânico na terra; Queremos Comida! Saúde e Escola. Queremos estudar em Escolas nos Acampamentos e Assentamentos; Queremos um lugar que tenha horta, fogão a lenha, que possa fazer doce e queijo. Que a alimentação seja boa, que o lixo seja separado e que tenha uma boa limpeza; Que coloque energia e água encanada nos Acampamentos e Assentamentos; Não brigar nos Acampamentos, respeitar uns aos outros e os mais velhos; Queremos Ciranda Infantil para brincar e ter um lugar para as crianças. Queremos que tenha cachoeira para ir. Queremos que nossos pais e mães dêem muito carinho pra gente – CRIANÇA!!!* “Brilha no céu / A estrela do CHE / Somos Sem Terrinha / Do MST”. Brasília, agosto de 2009 (Lista de Documentos, Carta Sem Terrinha, 2000).

naquele período. No surgimento do movimento o lema era: “Sem Reforma Agrária não há Democracia”, pois o país estava saindo da ditadura militar. Outro Congresso, por exemplo, tinha o lema “Ocupar, resistir e produzir”, ou seja, uma consigna que define que a tática do movimento era a massificação dos acampamentos e das ocupações. A ocupação naquele período foi determinada como uma tática necessária para a conquista; para a resistência, porque era um período de muita repressão; e para a produção, que era um desafio dos primeiros territórios já conquistados. O lema de 95 foi “Reforma Agrária: uma luta de todos”, que foi um debate do Congresso definindo a orientação política de 95 a 2000. Tanto é que em 97 nós fizemos a marcha, que foi o maior espaço de debate com a sociedade brasileira, onde a pesquisa apurou que mais de 80% da sociedade brasileira conhecia o MST e legitimava o MST como movimento social. E nós fomos pra sociedade. A nossa luta não é só pra resolver os problemas do sem terra e ela não vai se realizar se não tiver a participação do conjunto da sociedade (...) e acho que nós devemos a existência do MST a essa sacada, que se resume numa frase, mas que foi de um intenso debate nos períodos anteriores. Nós resistimos, nós conquistamos, nós criamos um movimento logo no início, mas agora ali estava colocada uma tentativa da direita brasileira, do governo brasileiro, Collor e Fernando Henrique, de aniquilar o movimento. Não é acaso que em 97 ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás. E nós estávamos preparados pra esse apoio da sociedade. Quem salvou não foi só a força do movimento, foi a força do sindicato, da igreja, dos parlamentares e da sociedade em geral. E no campo internacional nós também fizemos, naquele período, um intenso debate, com a ajuda das fotos do Sebastião Salgado, das músicas do Chico Buarque, do texto do Saramago, pós-massacre. Nós transformamos o movimento num movimento reconhecido internacionalmente. Então, são essas decisões do Congresso que orientam a linha política do movimento. Em 2000 nós debatemos outros desafios, com o lema “Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio”. O debate que daí se intensificou foi que ou nós socializamos a propriedade da terra, com uma ampla reforma agrária nesse país, ou nós temos uma ferida histórica aqui mal resolvida que é a concentração da propriedade da terra. Então, após quase 20 anos de luta, nós concluímos que o latifúndio alterou sua estrutura. (...) E no último Congresso, nós determinamos “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”. A reforma agrária entra dentro do debate de um projeto de sociedade, que inclusive demanda outras coisas, pra outros setores, como moradia na cidade (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

De cada Congresso Nacional sai uma carta de decisões com a orientação da linha política para os próximos cinco anos de luta. Participam do congresso, delegados e delegadas de todos os núcleos, de todas as regiões do país, convidados internacionais, amigos do movimento. As consignas e os compromissos dos congressos podem ser consultadas em Morissawa (2001). Na Carta do 5º Congresso Nacional do MST realizado em Brasília, em 15 de junho de 2007, na luta pelos direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais o Movimento assume 18 compromissos. Entre eles:

Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para

construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro; e Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados (Lista de Documentos, 5º Congresso Nacional do MST, 2005).

As instâncias de poder organizam-se nos diferentes níveis, com colegiados de pessoas indicadas pela base que participa da coordenação. São as estruturas de mobilização política que garantem a reprodução do Movimento e a conectividade das ações. Entre elas podemos encontrar espaços instituídos formalmente e estruturas menos formais, mas não menos importantes. No dia-a-dia as estruturas organizativas funcionam normalmente, e permanentemente, já que o MST tornou-se uma organização social complexa, que administra desde estabelecimentos agropecuários, cooperativas, escolas, institutos e diferentes eventos sociais e políticos (Fernandes, 2000). Mas quando é planejada e executada uma ação política aparece com mais clareza toda essa estrutura organizativa: “a estrutura organizativa ela só é chamada pra funcionar em um outro território. Você chega ali e as equipes já vão funcionar. Não tem muita dificuldade, o movimento não patina muito porque já tem um acúmulo” (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

Ações estratégicas do MST: ocupação, marchas, produção cooperada, mutirão

O repertório de ações do MST inclui ocupações, marchas, acampamentos, formas de pressão e negociação sindical, mística, produção cooperada, mutirão, campanhas, alianças e articulações políticas. É amplo o repertório de ações que o movimento desenvolve nos seus mais de 25 anos de luta.

A ocupação de latifúndios é a ação que melhor simboliza a luta do MST.

A ocupação de terra, ela é uma forma geral que se aplica em todos os países e em todas as situações. Não tem muita novidade (...) o que nós já aprendemos foi massificar... nós tivemos ocupações com mais de 3000 famílias (Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

A ocupação é nossa principal ação que tem questionado a propriedade, o grilo, as terras improdutivas, a lógica do grande capital e da monocultura. Entretanto, ela é insuficiente (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Tradicionalmente, a ocupação de terras improdutivas, e recentemente, ocupação de latifúndios controlados por transnacionais que não respeitam direitos sociais nem o meio ambiente, têm o objetivo político de defender a justiça social no campo.

O Movimento entende que a terra deve produzir alimentos e servir aos interesses da sociedade e não ser propriedade privada, acessível apenas aos ricos, destinada a produzir mercadorias e matérias-primas para os interesses do capital internacional. De acordo com a Constituição, a terra deve cumprir sua função social e isso inclui o desenvolvimento regional, o respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas.

A luta do MST vai muito além da ocupação de terras para a conquista de assentamentos. Segundo Stédile, o enfrentamento ocorre em diversos níveis.

Primeiro: tem que democratizar a propriedade da terra, senão vai se multiplicar o latifúndio, gerar uma concentração de terras cada vez maior. Segundo: você tem que combinar essa reprodução dos camponeses com pequenas e médias agroindústrias na forma cooperativa. Porque sem agroindústria o camponês não consegue aumentar a renda. E ele individualmente, claro, nunca vai poder ter uma pequena agroindústria, tem que se associar, com o dinheiro do Estado e com as Cooperativas. Terceiro elemento: você tem que desenvolver novas técnicas de produção agrícola que excluam o agrotóxico. Porque o agrotóxico é predador do meio-ambiente. (...) O quarto componente é você combinar permanentemente essa distribuição de terra, esse reorganização da produção agrícola com a educação. (...) E por ultimo, nós temos que fazer uma revolução cultural (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

É amplo o repertório de ações do MST na luta pela terra. Manter a organização política é para os militantes uma questão de necessidade e de dignidade. Acampamentos permanentes, mutirão, brigadas de trabalho voluntário, marchas pelas rodovias, jejum e greve de fome, ocupação de prédios públicos, acampamento nas capitais, acampamento em frente a bancos, vigílias e manifestações nas grandes cidades, são ações importantes para a estratégia política do movimento. Nenhuma ação é suficiente, em si mesma, para a transformação muito mais ampla que o MST defende. Mas todas elas em conjunto, articuladas com as estruturas organizativas e os princípios do movimento, permitem definir uma orientação política.

Aspectos Econômicos da luta pela terra no MST

Os conflitos sociais que precisam ser enfrentados no dia a dia dos *sem terra* são os mesmos enfrentados pela massiva população pobre do campo e da cidade. “Falta terra, dinheiro e infra-estrutura. Falta escola, moradia, saúde, segurança e alimentação”. Na comunidade é preciso trabalhar em mutirões e brigadas para a organização da moradia e a organização da produção. A reflexão e a organização em torno da moradia nos assentamentos conquistados pelo MST é parte importante da luta. As agrovilas e os núcleos de moradia são

experiências do MST para manter o sentido de cooperação, de coletividade e de solidariedade nas relações comunitárias dos assentamentos, buscando a participação de todos e todas.

A ideologia dominante não apenas propaga a visão individualista em que cada família deve conseguir sua própria terra e se desenvolver sozinha, como opera praticamente. A titulação de terras é sempre feita para indivíduos, rompendo o processo de coletivização que os acampamentos realizam.

No Brasil, todo o mecanismo de distribuição de lotes realizado pelo INCRA é individualizado, por lei. Entre os resultados imediatos da conquista da terra, no modelo distributivista, está a aquisição da titulação de uma pequena propriedade.

O atual modelo utilizado pelo INCRA é um atraso, que faz parte de uma concepção burra de simplesmente dividir a fazenda em lotes. Bota o sujeito em cima do lote e “salve-se quem puder”. Ou seja, individualiza a solução dos problemas em vez de socializar. Em alguns lugares nós temos conseguido – aí depende também da pressão das famílias – que o INCRA pelo menos separe o lote da produção e o lote de moradia, para que se organize agrovilas. Aí dá pelo menos uma urbanidade que leva a uma sociabilidade maior. E depois, depende do trabalho político com as famílias para elas, lá no lote da produção, tentar se juntar com os vizinhos. Mas isso é uma situação muito esdrúxula, tudo muito negociado... O ideal é que nós pudessemos ter assentamentos que já nascessem coletivos. Mas isso não existe. É proibido por lei. Todo o Mecanismo do INCRA é individualizado (...). O esforço nosso como MST é justamente brigar com o governo, para que ele mude o seu modelo de reforma agrária, mas isso depende de mudanças no projeto pra sociedade (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

A reivindicação de uma fazenda, a ocupação e a conquista da terra têm este objetivo imediato de resolver o problema de trabalho e econômico de algumas famílias. Depois disto, permanece no assentamento a luta pela produção, por crédito e melhores preços dos produtos, mas também por manter formas coletivas de organização.

O aspecto econômico é preocupação permanente, entretanto se as famílias conquistam a terra, e deixam de participar de outras atividades do MST, assumem em sua atuação apenas o caráter sindical e corporativo da luta (Lista de Documentos, MST, 1993). A garantia de conquistas econômicas imediatas logo se mostra insuficiente, desde a conquista da terra, à necessária a organização da luta em torno de demandas “sindicais” e corporativas para adquirir crédito e aumentar a renda. É insuficiente a presença do Estado, o MST avança a organização produtiva na consolidação de cooperativas, de pequenas e médias agroindústrias, e no cultivo de hortas com produção diversificada para as famílias se alimentarem.

Cada uma destas experiências é dificultada pela lógica da concentração progressiva de

terras, do latifúndio improdutivo, da ganância das transnacionais e do desenvolvimento do agronegócio. Uma ampla e efetiva reforma agrária seria para o MST a base do processo de transformação.

O MST e a Produção: Agroindústria, cooperativas, agroecologia

A característica de reivindicar questões materiais fundamentais para a sobrevivência da comunidade faz com que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra enuncie com clareza em seu discurso, em suas ações, em sua organização e em suas instituições, que “Não dá pra separar a luta econômica da política!” (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

No desafio produtivo do MST, está o desenvolvimento de **agroindústrias** nos assentamentos para garantir que todo o processo de produção e comercialização fique nas mãos das famílias de agricultores. Afinal, o maior trabalho está na produção do alimento, mas os intermediários que levam os produtos para comercialização ganham mais que os produtores.

A maior parte da produção de café dos assentamentos do nosso estado é vendido pra intermediários. O que a gente sempre reivindicou dos governos, dos superintendentes de INCRA's foi a garantia para fazer agroindústrias e desenvolver todo esse processo, de industrialização dos produtos nos assentamentos (...) e de comercialização (Entrevista com Ednalva Moreira, integrante da Direção Nacional do MST / MST-ES).

As agroindústrias nos assentamentos são importantes para garantir renda e têm um efeito direto na manutenção da juventude no campo, com inserção produtiva no assentamento e no aumento da participação das mulheres na tomada de decisões sobre a produção. O camponês precisa do Estado, já que individualmente não tem condição de ter agroindústria. Precisa se associar em pequenas e médias agroindústrias, com financiamento para a comercialização, de forma a dispensar intermediários.

O **acesso a crédito** é outra necessidade. A conquista de recursos de crédito rural para viabilizar os assentamentos é um dos objetivos táticos do movimento. Muitas vezes há recurso no banco, contudo, os critérios da política de créditos impedem o acesso dos pobres ao capital financeiro. Para a solicitação de crédito também o princípio de cooperação posto em prática pelo Movimento é benéfico, embora tenha um impacto pontual e não resolva o problema dos trabalhadores do campo.

O setor de produção tem a tarefa de pensar estratégia de ação dos assentados,

aqueles que já estão produzindo na terra. Então aí tem toda uma estratégia de organização das cooperativas, a discussão de estruturação a partir da luta pelo crédito, a organização das áreas de indústria para potencializar a produção, a comercialização da produção, a assistência técnica (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

Os critérios impostos pelas agências financiadoras e governamentais frequentemente destoam dos princípios que o MST leva e gostaria de levar para a prática produtiva. Por exemplo, baseado na análise que prioriza o incentivo de produtos específicos para cada região, o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, que é o setor do governo federal que mais investe em assentamentos do MST, prioriza e favorece a monocultura até em assentamentos do MST que querem desenvolver a produção diversificada. Este é o caso da produção de café no Espírito Santo, segundo relata Ednalva, integrante da direção nacional do MST, explicando a dificuldade de diversificar a produção e as alternativas desenvolvidas pelo movimento.

A cultura de produção na agricultura do Espírito Santo é café. A política do Estado é muito forte, induzindo que todas as famílias têm que plantar café. O banco só financia dinheiro para plantar café. Então um dos grandes desafios nossos é fazer com que as famílias façam hortas, pra que tenham uma alimentação de qualidade. Inclusive, um dos projetos que nós conseguimos agora em parceria com a Caixa Econômica foi para construção de casas ou reforma das casas. Dentro do projeto nós colocamos um critério: para cada família receber esse recurso para reformar a casa, ela tinha que ter uma horta. Então essa regra rígida, incentiva as famílias a fazer hortas coletivas ou garantir hortas em volta das casas. Isso contribui para o próprio embelezamento em volta das casas. É um trabalho também de conscientização das famílias (Entrevista com Ednalva Moreira, integrante da Direção Nacional do MST / MST-ES).

A agroecologia associada à cultura de produtos diversificados nos assentamentos é um dos desafios, para garantir a alimentação e a subsistência das famílias. O MST se organiza de distintas formas em cada região marcando formas diversas de produção, organização e cultura segundo as diferenças regionais, geográficas e políticas em relação à questão da terra no Brasil. Os microclimas locais são aproveitados para desenvolver alternativas efetivas de produção agroecológica.

Na área da agroecologia temos um esforço muito grande de multiplicar as sementes agroecológicas, o que exige um conhecimento fantástico. (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

Para manter uma técnica adequada ao projeto alternativo proposto, em contraponto à ideologia do agronegócio, assume um papel fundamental a construção de escolas em formação técnica, técnicos em agroecologia, tecnólogos em agroecologia, desenvolvendo experiências fundadas nos próprios princípios do MST. A cooperação está entre os princípios fundamentais dos Sem Terra.

A construção das experiências produtivas, formativas, associativas, cooperativas, ecológicas e auto-sustentáveis faz diferença no avanço do movimento. Sobre isso, o MST está construindo experiências autênticas, e isso resulta no acúmulo de consciência política.

Veja, eu sempre defendo que a formação política ideológica é fundamental, mas o mais rico processo de aprendizado das pessoas é na ação concreta (...) você não pode desvincular aquilo que você faz no presente com a perspectiva de futuro. (...) Fazer uma cooperativa, construir uma cooperação permite ingredientes dos valores da cooperação, da solidariedade, do trabalho em mutirão, do trabalho social e assim por diante. Então essas experiências a gente desenvolve dentro dos assentamentos. O grupo de mulheres, o grupo de jovens, o esporte, as ações sociais coletivas estão evidentemente numa disputa com toda a lógica burguesa, que é do individualismo (...) É uma disputa difícil, mas se você não construir essas experiências concretas, e fazendo aqui agora aquilo que você sonha, também não vai ter a realização no futuro (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Depois de assentadas, as famílias, há um esforço coletivo para a fixação na terra no sentido de desenvolver a **cooperação agrícola** nos assentamentos. O modelo adotado, o modo de vida dos assentamentos, a forma de organização da base e dos núcleos familiares, ele vai também influenciar na perspectiva do movimento. Neste processo, o trabalho de formação técnica e política das famílias é extremamente necessário.

O sistema cooperativista dos assentados também é um fundamento importante nesta estrutura organizativa. A luta pela superação de problemas produtivos enfrentados pelas famílias assentadas está em debate no movimento desde seu início e se consolida em um atuante setor no MST, responsável pela formação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), desde 1988, já tendo fundado a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em 1992.

No Brasil nós temos várias experiências de produção coletiva. (...) Em Pernambuco o assentamento Normandia mantém parte das famílias trabalhando individual e parte coletiva (Entrevista com Jaime Amorim, integrante da Direção Nacional do MST / MST-PE).

Finalmente o desenvolvimento da cooperação agrícola deve também garantir a liberação de militantes para outras atividades organizativas e políticas do MST. Na luta pela

terra, as dimensões de atuação do movimento incluem produção, educação, cultura, saúde, políticas agrícolas e infra-estrutura social (Fernandes, 2006).

Outra experiência que o MST começa a desenvolver como alternativa ao modelo produtivo e à propriedade individual da terra são as comunas da terra.

Nós estamos tentando desenvolver aqui em São Paulo. A experiência das comunas foi criada aqui, inclusive o nome. Nós discutimos de transformar essas áreas próximas às cidades em áreas de comuna, com muitas contradições. Mas o intuito é fazer com que essas áreas de assentamentos repensem a forma de produção, voltadas pra agroecologia de uma forma mais cooperada, que as pessoas possam trabalhar... para usar uma simbologia...de dia na terra, de noite ser um militante pra interagir mais com o mundo urbano nos finais de semana e etc (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Comuna pensando mesmo numa nova sociabilidade... Em outras formas de se relacionar entre as famílias. Pensar a questão de trabalho não vinculado a um patrão, a alguém de fora, mas que as famílias possam se organizar pra prestar o seu próprio trabalho... Então isso foi um dos pilares pra dar essa idéia de comuna (Entrevista com Pedro Sales de Melo, integrante da Coordenação Regional do MST SP).

O intuito é esse: trabalhar a idéia da comunidade, a terra em comum, dos bens, enfim. Mas, é um desafio. A gente não pode impor. O que vem de lá tem que ser uma construção. A consciência política que vai tendo que ser produzida cotidianamente com muitas contradições, isso a gente ta desenvolvendo aqui em São Paulo como experimento (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Sobre as ações estratégicas do MST no enfrentamento aos conflitos econômicos e sociais, mais especificamente de enfrentamento às forças do capital internacional, há um redirecionamento de foco na luta do MST, de uma reforma agrária com base na ocupação de terras de latifúndios improdutivos, para uma luta contra transnacionais e contra grandes empresas no campo. Esta mudança de foco é explicada na análise de Gilmar Mauro.

O campo é mais um espaço de valorização do capital e como sendo um espaço de valorização do capital os grandes grupos econômicos, principalmente capital financeiro, passam a investir de uma forma muito mais intensa na agricultura como espaço de valorização. E com isso, há um processo de mudanças do que nós tínhamos no latifúndio propriamente. A terra como reserva de valores etc., passa a ser explorada pelos grandes conglomerados transnacionais. (...) Então, por essa razão lutar pela reforma agrária hoje é enfrentar o grande capital. Não precisa mais ir nem a Avenida Paulista, nem na bolsa de valores, estão na nossa porta em qualquer lugar inclusive dentro dos assentamentos. E lutar pela reforma agrária hoje não é lutar por uma reforma agrária distributivo-produtivista que resolvesse aquela situação do latifúndio atrasado, embora exista latifúndio atrasado

ainda. Mas é repensar uma reforma agrária que discuta com a sociedade o que a gente quer dos recursos naturais, que estejam a serviço de que? Que discuta com a sociedade que tipo de produção agrícola nós precisamos, que tipos de alimentos a humanidade vai consumir? Porque essa lógica da monocultura e a utilização intensiva de agro-químicos é uma lógica de produção mercantil que vem contaminando o solo, a água, os recursos naturais e os próprios alimentos. É preciso discutir isso, repensar a utilização do solo, da água, dos recursos naturais, repensar o paradigma de produção, estes são os desafios da atualidade da reforma agrária e extrapolam os limites do próprio movimento Sem-Terra (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Segundo o dirigente, não se trata de uma discussão abstrata. É possível nomear esses representantes do grande capital que atuam mundialmente nos diversos setores e igualmente no campo brasileiro.

São representantes do grande capital que atuam em escala mundial, são grandes empresas que controlam hoje grande parte dos recursos naturais direta ou indiretamente, grandes extensões de terras, que controlam a produção. Elas controlam quase absolutamente toda a produção de sementes e possuem as patentes disso, controlam as indústrias para agricultura, que são as indústrias de insumos agrícolas e de maquinários. Controlam a tecnologia, inclusive, subordinando a esses grupos, empresas estatais como EMBRAPA, no caso brasileiro. E controlam o comércio internacional de *commodities*, em quase 90%. Um dez, doze empresas no mundo têm e exercem esse controle hoje e podemos até nominá-las: Bunge, Cargill, Monsanto, no caso brasileiro, você tem Sadia e Perdigão, que se juntam na produção de bois, agora se juntam também duas ou três e formam grandes conglomerados e assim por diante. O que é uma tendência, aliás, não só na agricultura, por que este é só mais um espaço da sua valorização, mas essas empresas atuam em diferentes áreas: na indústria, no sistema financeiro, no comércio e assim por diante. Há um comentário do Pochmann que acho muito interessante: “Antigamente um país possuía várias empresas, agora estamos vivendo a situação em que algumas empresas possuem vários países sobre o seu domínio”, essa é a realidade do oligopólio e dos grandes monopólios da escala internacional. É a era plena do capital financeiro na escala internacional. A agricultura é mais um espaço que está subordinado cada vez mais ao seu domínio (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Com isso não resta dúvidas que as mudanças na economia mundial são sentidas pelos sem terra e têm impactos na luta social.

As políticas liberais, especialmente essas políticas de exportação e importação de alimentos, afetam o campesinato. Mas eu acho que a resposta nós estamos dando em termos de luta contra a OMC, contra as políticas neoliberais (Entrevista com Egidio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

Aspectos ecológicos da luta social: agroecologia, preservação de sementes, produção orgânica

O desmatamento, a destruição do solo pela monocultura, a extinção de sementes pelo uso de transgênicos, as doenças causadas pelo uso de agrotóxico, estas são ameaças permanentes ao meio ambiente. As experiências concretas nos assentamentos do MST que ampliam a consciência de preservação ecológica são consideradas aspectos importantes da luta social.

O setor de produção tem a necessidade de elaborar a nossa ciência, sobre aquilo que nós acreditamos para o campo, por exemplo, a Agroecologia, que é um esforço danado pelo movimento (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

A construção prática do conceito de agroecologia é um desafio para o Movimento.

Quando a gente fala em agroecologia, fala na verdade em desenvolver técnicas de produção agrícola que aumentem a produtividade do trabalho, que aumentem a produtividade da agricultura sem o uso de agrotóxicos. E sem destruir o meio ambiente (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

A tendência padronizada da agricultura industrial é o desenvolvimento da monocultura. Na contramão desta tendência, a necessidade de respeito aos diferentes microclimas regionais para desenvolver a produção agrícola levou o MST a avançar na formulação de uma metodologia de biomas.

Nós estamos implementando as nossas experiências concretas. Na área da agroecologia temos um esforço muito grande de multiplicar as sementes agroecológicas, o que exige um conhecimento fantástico. E nós temos uma cooperativa lá do sul que está produzindo essas sementes de hortaliças e vegetais, que é a Bionatur. No futuro nós precisamos avançar em recuperar mais variedades de milho, mais variedades de soja, de feijão. (...) nós vamos preparar uma nova geração de técnicos que entendam de agroecologia. Praticamente hoje nós temos um curso em cada bioma. Um em Marabá, um em Sergipe, um no sul da Bahia, um em São Paulo, um no Paraná e lá no Rio Grande do Sul (...). Então esse é o nosso esforço no campo da agroecologia (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

Entre as normas gerais do MST, a organização em cada assentamento deve respeitar a preservação de 20% da área de florestas nativas em área contínua para evitar a destruição predatória da fauna e floresta existente nas terras do Movimento. Para a conservação dos recursos naturais e correção do solo, que é a base de toda a produção agrícola, o MST recomenda soluções viáveis como a análise detalhada da situação do solo, o uso de

tecnologias alternativas, a rotação de culturas, a adubação verde, a implementação de microbacias e a utilização de restos de cultura existentes no local (Lista de Documentos, MST, 1989).

Os compromissos são reafirmados em cada Congresso Nacional. No ano de 2007 foram definidos da seguinte maneira:

Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno;

Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa;

Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global (Lista de Documentos, MST, 5º Congresso Nacional, 2007).

A preocupação de formar uma mentalidade ecológica e uma prática de preservação e sustentabilidade é revelada na incorporação do estudo das hortas, da agroecologia, etc., no currículo dos cursos técnicos de agroecologia, de agropecuária e cooperação, que existem nos estados. Quando se fala em agricultura orgânica, a produção da agricultura familiar chega a 80%, conforme o censo do IBGE (2009).

Saber produzir comida é uma arte. Exige presença contínua, proximidade com as culturas, cuidado de artesão. O grande negócio não tem o "saber fazer" dessa agricultura de pequenos. E, bom que se diga, não se constrói uma cultura de agricultura de um dia para o outro. (...) O Brasil ainda tem – cada vez menos – agricultores que tem a arte de plantar e produzir comida. No Norte e Nordeste mais a tradição negra e indígena. No sul e sudeste mais a tradição européia de italianos, alemães, polacos etc. É preciso ainda considerar a presença japonesa na produção de hortifrutigranjeiros nos cinturões das grandes cidades. Preservar esses agricultores é preservar o "saber fazer" de produtos alimentares. Se um dia eles desaparecerem, o povo brasileiro na sua totalidade sofrerá com essa ausência (Malvezzi, 2009).

Se o agrotóxico é predador do meio-ambiente e faz danos à saúde, então é preciso desenvolver novas técnicas agrícolas que excluam o uso do agrotóxico. Ser libertário, para Gilmar Mauro, se refere à construção de experiências populares e coletivas em que as áreas de assentamentos repensem a forma de produção, estejam mais voltadas para a agroecologia, trabalhem de uma forma mais cooperada, repensem as relações de gênero, a participação da juventude, a sustentabilidade, a coletivização.

Aspectos culturais da luta social: mística, educação popular, coletivização

Historicamente, a relação do MST com a Igreja Católica, com a Igreja Protestante, com as Comunidades Eclesiais de Base e com a Comissão da Pastoral da Terra, é muito forte e tem influências principalmente na organização das massas, mas também no debate ideológico e na formação do projeto popular. A igreja questiona o capitalismo, mas dificilmente se assume marxista, como ocorre, por exemplo, na construção da teologia da libertação. A influência das pastorais sociais e das lutas sindicais, da religião, da teologia da libertação e do marxismo, resulta numa força política repleta de sincretismos conformando a luta pela terra no Brasil.

A ênfase na cultura popular é valorizada nos espaços de mística. A recuperação da cultura do povo através da mística da Igreja Católica é uma forma de cultivar o projeto político com atividades culturais, lúdicas e simbólicas. A simbologia é parte da psicologia social e não da luta política. Os movimentos sociais precisam projetar sua cultura e seus valores para o coletivo: na bandeira, no hino, nos cantos, nas alegorias, passeatas, palavras de ordem. Tudo isso faz parte da mística e, portanto, cultivar a mística é cultivar o projeto. Se não há um projeto, não tem como utilizar a cultura, a arte e a simbologia para cultivá-lo, aí falta a mística (Stédile, 2006).

Ainda que o movimento tenha uma orientação laica, o MST soube compreender e acolher as pessoas que vinham de matriz religiosa e esta postura teve impacto na organização do movimento, mas também na simbologia que agrega os militantes. A mística, entre os sem-terra, é um ato cultural, com referências simbólicas ao cotidiano e à trajetória das lutas, em que as dificuldades e as esperanças são representadas.

A mística é um momento forte de criação, de produção, de imaginação, que possibilita à gente viver aquilo que ainda não é possível de a gente viver, ou seja, a mística ela busca vincular a nossa vida cotidiana com o projeto que nós queremos construir. E como o nosso projeto tende a ser o projeto de uma nova sociedade, a mística trás pra nós, além desse resgate do que foi a nossa trajetória, antecipa elementos, aspectos do projeto futuro que nós queremos construir. Então a mística ela é parte da nossa pedagogia (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

Os símbolos como a bandeira do movimento e o hino fazem parte dos momentos de mística, assim como instrumentos de trabalho, os grãos, o pão e o produto do trabalho. Todas as representações que lembrem as conquistas e as dificuldades da luta também são usadas, conforme o exemplo a seguir.

Na Encruzilhada Natalino, a cruz simbolizava em si mesma a fé cristã que unia os sem-terra num momento crucial de sua luta. As escoras que lhe foram sendo postas representavam os apoios recebidos de instituições, entidades e pessoas de fora do Movimento. Os lençóis usados pelas crianças mortas pela fome e pelo sofrimento no acampamento eram um protesto contra as autoridades. Fé, esperança, dor e ânimo político estavam reunidos naquela cruz. (Morissawa, 2001, p. 209).

Segundo o MST, a luta pela terra também depende de uma revolução cultural. Combinar permanentemente a distribuição de terra, a reorganização da produção agrícola com a educação é um desafio que esbarra em muitos aspectos culturais da sociedade. Uma revolução cultural inclui a valorização dos valores do povo do interior, dos seus hábitos alimentares, a sua cultura musical. “É toda uma riqueza que vai se perder pela monopolização” (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST). “É preciso que a elevação do grau de consciência chegue até as famílias e até as mulheres” (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST). E entre outras medidas fundamentais, a escola tem que ir pra onde o povo mora e não o contrário, levar as crianças pra cidade. Na questão do analfabetismo no campo o censo do IBGE (2009) aponta que 80% dos produtores são de baixa renda e mais de 43% são analfabetos.

Para enfrentar que os jovens saiam do campo para buscar oportunidades na cidade, é preciso garantir perspectivas de trabalho e educação nos assentamentos. O esforço desta integração de jovens à comunidade resulta no protagonismo juvenil, que avança tantas vezes para além da educação e do trabalho, com características importantes também na cultura e na política organizativa. As rádios comunitárias e os jornais do movimento se apresentam como instrumentos políticos, que afirmam a ‘comunicação combatente do MST’ contra o jornalismo tendencioso feito por representantes da imprensa burguesa, que difundem reiteradamente uma imagem negativa do movimento, criminalizando permanentemente suas ações⁸⁹.

A luta das mulheres no MST

A miséria e a pobreza é grande no campo. Para as mulheres ela é muito maior (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

⁸⁹ A análise das notícias difamatórias, publicadas na Revista Veja, que relacionam o MST ao terrorismo, viraram dissertação de mestrado de Najla dos Passos. A pesquisa mostra a intenção editorial da Revista Veja de descaracterizar deliberadamente o MST como um movimento pacífico, disposto a utilizar os instrumentos democráticos disponíveis na sociedade, através da sistemática repetição de imagens negativas e mentirosas: o sem-terra perigoso, sempre “armado” com fôices, o analfabeto boçal, ignorante e atrasado que impede o país de se desenvolver e que avilta toda a ordem democrática estabelecida no Brasil (Passos, 2008).

A estrutura de classes recai com uma opressão ainda mais forte e velada sobre as mulheres. A estrutura de uma sociedade patriarcal e machista tem efeitos de violência não só na vida pública, mas, sobretudo, na vida privada. Neste sentido, a luta das mulheres se concretiza no setor de gênero do movimento, mas perpassa toda a organização, se desenvolve com um movimento próprio muito característico e favorece o avanço nos debates amplos sobre democratização e sobre o novo projeto de sociedade.

A miséria e a pobreza é grande no campo. Para as mulheres ela é muito maior. (...) No primeiro momento uma convocação das mulheres pra esse trabalho sobre o mundo doméstico: do cuidado com os filhos, do cuidado com a comida, com a roupa, com os serviços domésticos no acampamento, e também pra que as mulheres se colocassem em luta no enfrentamento da ocupação de terras, nas marchas, nas manifestações em geral, nos atos e em tudo aquilo que o movimento realizou. Passados alguns anos, as mulheres foram acumulando, refletindo, debatendo e concluindo que a nossa presença não podia mais ser só porque a luta necessita. Porque os homens necessitam do trabalho doméstico, mas nós mulheres necessitamos da terra, historicamente necessitamos dela, historicamente trabalhamos nela. Então não podia ser apenas uma presença enquanto quem estava ali como espectadora e participava daquele momento porque houve um chamado do movimento ou da organização, um chamado dos seus companheiros, ou seus maridos, ou pais. Mas deveria ser uma decisão das mulheres, de participar ativamente das decisões, ativamente do processo de luta (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

Acompanhando um amplo debate realizado articuladamente com outros movimentos, especialmente junto à Via Campesina, a conquista de paridade de gênero na representação e nas diversas instâncias do movimento avançou como resultado da organização das mulheres. A paridade foi um princípio convertido em critério de representação, que se efetiva nas diretorias, coordenações e espaços deliberativos do MST.

Nos últimos dez anos foi um dos maiores avanços que nós tivemos, que foi em todos os níveis uma orientação do movimento de ter um companheiro e uma companheira, desde lá do núcleo de base até à direção nacional do movimento (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

O debate sobre a libertação das mulheres vai para além da representatividade política e da participação nos espaços públicos de deliberação. Ela reflete a busca de autonomia para realizar mobilizações, o acesso ao estudo, o acesso às estruturas de poder e a melhoria das condições de vida.

No planejamento e na execução das ações específicas de luta em 08 de março de 2009, por ocasião do dia internacional da mulher, “o protagonismo das mulheres entra em confronto com a outra classe”.

Então nós tomamos essa decisão política, do '8 de Março' ser luta contra as multinacionais que andam ganhando muito dinheiro ultimamente: o dinheiro do povo brasileiro. Essa luta contra o capital financeiro faz a gente ter uma coragem a mais e ajuda a gente ter uma auto-estima mais elevada pra conduzir o movimento (Entrevista com Ednalva Moreira, integrante da Direção Nacional do MST / MST-ES).

Apresentando uma compreensão global que articula várias dimensões da vida na luta pela terra, as mulheres afirmam perspectivas muito firmes. A defesa radical das sementes, da produção sem agrotóxicos, das hortas diversificadas e dos hábitos de produção e alimentação que garantam saúde e sustentabilidade para as famílias com preservação do meio ambiente muitas vezes aparecem associados ao feminino. As mulheres também têm clara consciência de que a conquista da creche e da ciranda infantil, por exemplo, não pode recuar, porque ela representa diretamente a disponibilidade de tempo para a mulher participar dos estudos e da luta.

As mulheres que têm filhos pequenos têm muita dificuldade de estudar (...). Então, se eu vou lá sem filhos eu estudo, se eu vou com filhos eu não consigo concentrar (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

Outro aspecto interessante é que a luta das mulheres não é feita isoladamente, mas deve contar com a colaboração e solidariedade dos homens e do movimento como um todo.

O papel dos homens é criar as condições pra que as mulheres participem ativamente dessa luta, porque o MST fez uma opção de não criar um movimento específico de mulheres (...). É papel do MST criar condições pra ampliação da participação das mulheres. É papel do MST, ao colocar-se como objetivo por transformações a luta pelo socialismo, também pensar como vai criar condições pra que as mulheres sem-terra adquiram um grau de liberdade, um grau de autonomia, um grau de emancipação. Algo para que as camponesas, as mulheres sem-terra, junto com as mulheres de outros movimentos, conquistem melhoras na sua condição de vida. Então, é papel do MST criar essas condições para a libertação das mulheres pelo menos na sua base (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

Lições importantes de como democratizar um movimento camponês como um todo podem ser extraídas do atento exame do exemplo dos movimentos de mulheres rurais no interior do MST (FOX, 1996). Todo o debate da luta das mulheres é fundamental já que a opção do MST pelo movimento de massas resulta na necessária participação das mulheres nas ações do movimento. Além disso, as mulheres estão extremamente vinculadas com a base e num ativismo muito grande.

E tem uma coisa bem interessante nessa relação de poder é que não sei se por insegurança ou se é própria das mulheres essa coisa do poder pras mulheres é bem diferente. Porque para os companheiros parece que quanto menos gente envolvida é mais tranqüila a decisão. Pras mulheres, quanto mais gente decidindo mais tranqüila é a decisão. Se mais gente ajudou a decidir, e aí elas demoram mais pra decidir, mas elas vão com uma determinação, uma radicalidade, uma criatividade muito grande. É isso que eu vejo de mais diferente, tudo é debatido antes, e se fizer alguma coisa que não foi discutido depois é profundamente avaliado (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

Aspecto importante é a perspectiva das mulheres afirmando o conteúdo material da luta política do movimento em diferentes aspectos. Por exemplo, sobre a pobreza das mulheres no campo, estudo de Deere e León (2003) mostra como é significativa a diferença de gênero em relação à propriedade fundiária na América Latina. Fatores como a preferência masculina no momento da herança, o privilégio masculino no casamento, o viés masculino em programas comunitários e estatais de distribuição de terras, bem como o viés de gênero no mercado fundiário, que atribui às mulheres menor probabilidade do que aos homens de serem compradoras bem sucedidas, todos contribuem com a desigualdade de gênero na posse de terras.

As reivindicações das mulheres muitas vezes estão associadas à uma análise da luta de classe⁹⁰.

Eu acho que as mulheres necessitam mais do socialismo que os homens. Porque o socialismo ele é (...) a possibilidade de alterar relações que oprimem as mulheres com muito mais força. (...) Com outras políticas na perspectiva da reforma, pra nós mulheres a possibilidade de libertação fica muito mais longe. Porque é a revolução socialista, é o processo de mudança de modelo de sociedade que vai criar condições pra que haja um outro lugar pras mulheres. Não vai ser nessa sociedade, dividida em classes, em que nós estamos com um conjunto de responsabilidades que o modelo de sociedade não quer resolver e que privilegia os homens (...) É uma sociedade com outros valores, com outra relação de poder que vai interromper isso. (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

Neste sentido, o discurso das dirigentes de que a luta pelo socialismo na perspectiva da organização das mulheres reaviva elementos importantes da superação da sociedade de classes parece articular elementos afetivos cognitivos e práticos.

⁹⁰ Mulheres citadas como referência para a luta no MST: Alexandra Kolontai, Domitila, Rosa Luxemburgo, Tânia a guerrilheira cubana, as mulheres da Guerrilha do Araguaia, as mulheres das Ligas Camponesas, esposa do João Pedro Teixeira que depois que ele morreu ela que assume a liderança (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST)

Violência no campo e criminalização do movimento social

A violência no campo se apresenta em reiterados episódios trágicos de massacres, mortes, prisões, interdições, violações de direitos. A Constituição garante que o direito à vida está acima do direito à propriedade privada. Contudo quando o MST reivindica os direitos fundamentais através da ocupação de terras, por exemplo, suas ações são destituídas de caráter político e são tratadas pelo poder público como caso de polícia, quando não são alvo da violência direta de fazendeiros, que acabam protegidos com a impunidade. Jornais e revistas do próprio movimento divulgam o massacre.

Corumbiara, Rondônia, agosto de 1995.

Numa área da fazenda (...) ocupada por 500 famílias de trabalhadores sem terra, (...) 300 policiais investiram com brutalidade (...). A maioria das pessoas ainda estava dormindo. Foi uma carnificina. A polícia chegou jogando bomba de gás e atirando. A garota (Vanessa, 7 anos) morreu nos braços da mãe, oito trabalhadores rurais também foram assassinados, a maioria com tiros nas costas e dezenas saíram feridos. (...) Se o juiz tivesse marcado uma audiência de justificação prévia para ouvir as partes, inclusive as famílias dos sem terra que estavam na área, ele podia ter evitado a tragédia (Lista de Documentos, Revista SEM TERRA, n.2, out. nov. dez. de 1997).

El Dourado dos Carajás, Pará, maio de 1996.

Os 19 trabalhadores sem terra mortos foram o resultado visado pelo (...) conluio entre fazendeiros e PMS. (...) doze foram com tiros certos desfechados contra cabeça, tórax e órgãos vitais (...). Três foram mortos com tiros à queima-roupa e pelas costas. Sete foram mortos por instrumentos de corte contundentes. Foices e facões retirados dos manifestantes, o que indica que já estavam dominados (Lista de Documentos, Jornal dos Trabalhadores Rurais SEM TERRA, maio de 1996).

Felisburgo, Minas Gerais, novembro de 2004.

Cinco trabalhadores sem terra foram assassinados e vinte ficaram feridos (...) durante ação de 18 pistoleiros em Terra Prometida, próximo à cidade de Felisburgo. (...) Os assassinos, encapuzados e armados (...) atearam fogo nos barracos, destruindo a escola e deixando mais de 100 famílias desalojadas. (...) Desde maio de 2002, cerca de 200 famílias estavam acampadas na área, que já foi considerada pelo Instituto de Terras de Minas Gerais como sendo grilada e devoluta, portanto, propriedade do Estado de Minas Gerais (Lista de Documentos, Jornal SEM TERRA, n. 246, novembro de 2004).

Segundo o professor e advogado popular do MST, Jacques Alfonsin, geralmente na abordagem de conflitos, Polícia, Ministério Público do Estado, Procuradoria da República e Advocacia Geral da União partem da premissa que o MST é criminoso. A mídia divulga que o

MST é uma organização criminosa. Além disso há exemplos de que o Movimento é perseguido pelo Tribunal de Contas da União. Do ponto de vista do regime político, o período da ditadura militar e o período da democracia não diferenciaram significativamente na criminalização dos movimentos de luta pela terra. Em alguns estados do Brasil, recentemente, o MST sofreu uma repressão até mais violenta que durante o regime militar (Entrevista com Jacques Alfonsín, Advogado Popular, RS).

Jacques Alfonsín descreve o quadro de negação do Estado Democrático de Direito para o MST e as famílias pobres no campo. Segundo ele, juridicamente há uma série de processos contra os militantes do MST. A Constituição Federal não é cumprida para o pobre do campo sequer na garantia de direitos fundamentais. O direito à propriedade privada está acima do direito à vida e a maioria das fazendas não respeita as leis trabalhistas. A criminalização do movimento social dificulta qualquer tipo de associação e de iniciativa autônoma para a reprodução da vida da comunidade. O advogado exemplifica que a presunção de inocência prevista no Art. 5º não vale para o MST: integrantes do movimento são assassinados, lideranças são presas “preventivamente”, escolas são destruídas, farmácias caseiras derrubadas e o povo, tantas vezes, é jogado na estrada de qualquer jeito. Quando os sem terra, por sem ter para onde ir, fazem acampamentos de lona preta na beira das estradas, percebem que tampouco na estrada podem ficar.

Sem muitas alternativas, a advocacia popular busca no histórico de vida destas pessoas, no sistema de injustiças sociais e na própria constituição os argumentos da defesa. Para Jacques Alfonsin, entre os recursos usados para justificar “estes gestos de desespero e de defesa da vida” cometidos pelos militantes do MST em suas ações está o Artigo 188, Inciso 2º do Código Civil.

O Código Civil diz que “não constituem atos ilícitos a deterioração ou a destruição da coisa alheia ou a lesão à pessoa a fim de revolver perigo iminente”. Então eu não considero que essa gente pratique qualquer ato ilícito. Nem do ponto de vista cível nem do ponto de vista penal, porque elas estão sob permanente perigo iminente. Da fome, da falta de teto, de tudo isso. As “frestas” do regime jurídico que nós temos é por onde passa a possível pequena libertação do povo (Entrevista com Jacques Alfonsín, Advogado Popular, RS).

Um exemplo recente de que criminalização do movimento social pode ser analisado a partir da Ata do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul de 10/12/2007 (Lista de Documentos, 2007). Este documento delibera a formulação de uma

política de intervenção do Ministério Público (MP) estadual pelo fim do MST e de suas escolas, sugere o impedimento de marchas, de deslocamentos dos agricultores, assim como a desativação de acampamentos. Também sugere o cancelamento do alistamento eleitoral dos agricultores sem terra nas regiões em conflito e a formulação de uma política oficial do MP com a finalidade de “proteção da legalidade no campo”. Uma deliberação que vai contra a própria constituição. A consequência prática é imediata e a violência policial se aprofunda no estudo.

Em casos como este, as instituições de natureza democrática aparecem sem disfarces a serviço de classe, na consolidação de um Estado burguês. O poder do Estado é permanente e é exercido por um conjunto de instituições isoladas e independentes da influência do sufrágio universal, tais como exército, polícia, agências financiadoras, altos administradores no governo. Seguindo esta perspectiva de análise, Ernest Mandel (2008) escreve que o Estado “nasceu da divisão da sociedade em classes (...), como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando o domínio desta classe desaparecer” (Mandel, 2008, p.12).

A violência também se faz visível pela pobreza no campo e a consequente privação das necessidades básicas de reprodução da vida, frente à fome, ao frio, à falta de terra para trabalhar, à falta de moradia, alimentação, saúde e educação. A criminalização dos camponeses e dos movimentos rurais é usada para justificar e reproduzir a desigualdade e a injustiça social.

Na luta pela terra, na luta dos trabalhadores, o MST se articula com outras forças políticas populares, urbanas e de camponeses, que figuram em caráter local, regional, nacional e internacional para fazer os enfrentamentos.

Articulação de forças políticas

A articulação do MST com outros setores é um aspecto fundamental, desde a formação do movimento, e passa por mudanças no desenvolvimento da organização. A análise dos campos de articulação e confronto é feita através do estudo de relações de aliança, de conflito e de oposição entre diversos atores sociais e o MST. Este processo permite visualizar a correlação de forças existente (Souza, 1985) e indica integração das três partes constitutivas da política apresentada por Dussel, qual seja, as ações estratégicas, as mediações

e os princípios políticos, como se percebe no depoimento do dirigente nacional, apresentado a seguir.

A nossa trajetória é bastante interessante. (...) As nossas primeiras lideranças foram formadas num contexto onde os principais agentes de articulação, de formação da consciência, de motivação eram basicamente o movimento sindical progressista no campo, que estava surgindo no final da ditadura militar, então no final dos anos setenta, com todo o processo das oposições sindicais, principalmente no sul do Brasil, mas em vários estados também. (...) A organização não teria surgido se não tivesse um trabalho de articulação, de mobilização e de formação. E aí nós destacamos como um agente principal a igreja. A igreja católica, a igreja luterana, através da comissão pastoral da terra, da pastoral da juventude e das pastorais sociais. Então se você olhar para a nossa trajetória, as nossas primeiras lideranças tiveram uma formação a partir da militância na igreja, depois no movimento sindical e no próprio partido, no próprio PT, que surgiu no mesmo contexto, né. Tanto o MST, quanto a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores, eles surgem com o esgotamento da ditadura militar. Nós surgimos no mesmo período histórico, resultado de um mesmo processo (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

O MST redigiu documentos para tratar especificamente sobre a importância da política das alianças⁹¹, tais como o “Documento Básico” e um pequeno livro vermelho intitulado *Alianças* (1993). As idéias expressas são fruto da experiência histórica da classe trabalhadora para contribuir na realização dos objetivos táticos e estratégicos do Movimento. O fundamental é reconhecer que isoladamente nenhuma força social avança para uma grande transformação e, portanto, organizações diferentes podem unir-se em objetivos comuns, que podem variar dependendo da situação social. No caso das alianças, alcançado o objetivo comum, a aliança termina. As alianças táticas têm objetivos bem pontuais, imediatos e se mantêm por curto período de tempo, enquanto as alianças estratégicas têm objetivos mais amplos, visando transformações estruturais. Ainda podem ser feitas alianças de ideais, que unificam diferentes forças em torno de uma “utopia” comum, em torno dos valores e princípios para um projeto político e em torno de um modo de vida da comunidade.

As lutas devem ser desenvolvidas nas diferentes frentes, seja na terra, nas fábricas, nas escolas, nos bancos, no parlamento ou na luta mais avançada. O importante é que haja uma combinação entre si e busque a participação da massa como um todo (Lista de Documentos, MST, 2001, p.19).

O papel que as Comunidades Eclesiais de Base cumpriram na formação do Movimento foi fundamental. O setor progressista da igreja católica, através de pastorais e

⁹¹ MST. *Documento Básico*, 1992. MST. *Alianças*. 1993.

dioceses, propicia avanços importantes em termos de articulação de distintos setores na luta popular.

A luta sindical também gera convergências de organizações sociais. O impacto do MST no sindicalismo rural é analisado por Marcelo Rosa (2004), que aponta reflexos na distribuição de poder e na forma de solução de conflitos internos em sindicatos que se aproximam do movimento. Segundo o autor, a interlocução também promove mudança na perspectiva de politizar as lutas sindicalistas e salariais, refletindo a crise econômica e agregando demandas de um projeto de reforma agrária.

As alianças propiciam mútua colaboração e solidariedade entre os aliados na luta, mas não unificam ou homogeneízam idéias e projetos. Internacionalmente, a história de convergência com outros movimentos populares é importante. O MST integra a Via Campesina⁹² e a CLOC - Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo.

A articulação internacional sempre foi uma preocupação do MST: manter relações com entidades de outros países que tenham afinidade com o movimento.

O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra priorizará o desenvolvimento de relações com as organizações de camponeses, em especial sem terra, da América Latina, e em segundo lugar de outros países do terceiro mundo, buscando o intercâmbio de informação, a solidariedade e a mútua troca de experiências (Lista de Documentos, MST, 1989).

Os compromissos de alianças nacionais e internacionais são reafirmados a cada Congresso Nacional, sensíveis às mudanças conjunturais e às análises políticas do movimento.

Educação popular e formação política

A formação política é um objetivo amplo e estratégico do movimento. Ela não se reduz à formação de quadros. Em termos amplos, ela inicia com a política de valorização da educação popular, com a busca da escolarização das famílias camponesas, para chegar ao processo de conscientização social e política, ao envolvimento das massas na organização política e na luta por melhores condições de vida.

A frente da educação é um setor importante do movimento, que é onde nós já acumulamos, já recebemos prêmios internacionais, com a nossa experiência de educação (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante

⁹² A Via Campesina Brasil é composta por Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Atingidos por Barragens. Estes figuram entre os movimentos populares mais presentes na luta por Reforma Agrária e freqüentemente se articulam com o MST em alianças táticas e estratégicas.

da Direção Nacional do MST / MST- SP).

Nenhuma democracia pode ser efetiva em uma sociedade que mantém um grande percentual da população de analfabetos sem acesso à escolarização e privilegia uma pequena elite altamente escolarizada, profissionalizada, com formação tecnológica e ideológica. Esta elite ainda detém a propriedade dos meios de produção, a propriedade dos meios de comunicação e ocupa os espaços de poder público. Evidentemente, os privilégios contribuem para a reprodução do sentido de inferiorização do modo de vida camponês.

É fundamental elevar o nível cultural da nossa base, das famílias, desde a educação infantil, as cirandas - que também funcionam, elas se apresentam na hora que a gente se mobiliza, elas são uma condução histórica - e a escolarização formal (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

Segundo a educadora popular Nita Freire, o analfabetismo e o atraso na educação do Brasil foram estrategicamente aprofundados em períodos como a ditadura militar e são necessidades para a manutenção do latifúndio. O homem ou a mulher que não sabe ler nem escrever, se sente marginalizado. Eles se sentem seres inferiores aos outros na sociedade.

Eles compram essa idéia de que são inferiores. Ele trabalha ali no campo, não há necessidade de aprender a ler e escrever. Só que aprender a ler e a escrever é uma compreensão que Paulo [Freire] desvelou. (...) É que você rouba a humanidade do outro. Porque no construir histórico dos homens e mulheres, dos primatas até hoje, nós fomos evoluindo de grunhidos, de palavreados, de gestos e nós fomos criando a cultura. E aí vem a linguagem falada e depois a necessidade de registro, a linguagem escrita. (...) Então no momento que o homem não sabe ler e escrever é roubada uma parte ontológica dele. Faz parte da natureza humana a questão da linguagem escrita e oral (Entrevista com Nita Freire, Pedagoga e Educadora Popular).

O MST desenvolveu um Projeto Político-Pedagógico, que está em permanente construção. O trabalho de Paulo Freire junto às escolas do MST foi importante para o desenvolvimento especialmente das escolas itinerantes. A pedagogia do oprimido, a pedagogia da autonomia, contribui para o desenvolvimento do processo formativo do MST e, ao mesmo tempo, absorve muito deste espírito pedagógico do movimento, da construção coletiva do conhecimento através de linguagens e metáforas populares; da educação a serviço de processos de libertação, partindo do contexto cultural e ideológico.

O desenvolvimento da Escola Itinerante, que acompanha os acampamentos do MST, onde o povo estiver, é um grande exemplo da luta por uma escola que esteja vinculada à vida das pessoas. A experiência é analisada em tese de doutorado de Isabela Camini (2009). As concepções da escola tradicional, mesmo sendo a escola pública estadual, são altamente

ideológicas, no sentido de garantir a reprodução dos valores burgueses e da sociedade capitalista. Contrariando o padrão da educação capitalista, a escola itinerante busca questionar este formato de escola, que ensina a obedecer, e prepara a aprender a pensar, planejar e auto-organizar.

O setor de formação é responsável pela educação formal e há uma estrutura específica responsável pela formação política, garantindo assim a formação de quadros. O estudo da realidade, com a identificação das necessidades, dos conflitos e das formas de opressão e exploração é o que leva o coletivo a se organizar para lutar pela transformação social. O processo de conscientização, através do diálogo, segundo Paulo Freire, é o processo de dar-se conta sobre “o que o homem faz, o que é natureza, o que é cultura, por que é assim, por que se constrói” (Entrevista com Nita Freire, Pedagoga e Educadora Popular). As novas tecnologias não devem ser rejeitadas, elas fazem parte da história da humanidade, contanto que as invenções possam estar mais a serviço dos interesses humanos.

O IBGE lançou em setembro de 2009 o primeiro censo que trata sobre a agricultura familiar, no qual um dos assuntos que chama a atenção é a questão do analfabetismo no campo.

30% dos trabalhadores adultos na agricultura brasileira são analfabetos e 80% têm até a quarta série. Então nós precisamos fazer uma revolução educacional. (...) Tem que recuperar toda uma filosofia da educação no campo. Parar de levar as crianças pra cidade. A escola tem que ir pra onde o povo mora não o contrário (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

O Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES divulgou um relatório intitulado *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*, analisando que “o baixo nível de escolarização da população persiste como o macro-problema educacional brasileiro, resultante dos problemas existentes nos diferentes níveis de ensino e da persistência dos elevados níveis de analfabetismo”⁹³. As desigualdades são verificadas em vários níveis: macrorregiões; entre os brancos e os pretos e pardos; entre pobres e ricos; entre “a população rural e urbana”. Neste último, a desigualdade aponta uma diferença de escolarização com média de 4,5 anos no meio rural e 7,8 anos no meio urbano.

⁹³ Além dos dados referentes à alfabetização de pessoas adultas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, o relatório introduz dados e indicadores referentes à educação no campo e ensino profissionalizante. Todos os dados são apresentados com recortes de raça/etnia, por regiões, territorialidade rural e urbana, e condição econômica, destacando os fatores de desigualdade que marcam a educação no país.

O cenário de descaso com a educação no Brasil é lamentável. O problema concreto que precisa ser enfrentado é de ser a escolarização um privilégio da elite.

Para ter uma idéia da perseguição do TCU, eu vou te dar um exemplo. Um auditor do TCU (...) viu que o ITERRA pagava, para cada sem terrinha, 14 reais de diária dos repasses que recebia do ministério do Desenvolvimento Agrário, pra dar aulas. (...) E nesses 14 reais estava toda a alimentação, todos os cadernos, lápis, Power Point, todos os meios, o professor, tudo tava incluído. O cara, no parecer sobre esse dinheiro, ele disse: “mas como que isso pode ser possível pra um filho de sem terra?”. Ele reduziu pra 4 reais. Deu a entender que filho de sem terra não precisa mais do que isso! Não precisa! A desigualdade nesse país é considerada uma coisa normal, jurídica. A pobreza não é considerada violação de direito, né? O pobre (...) está tendo direito violado. E se fosse isso, era pouco! Ele mandou devolver do bolso o que tinha sido gasto a mais de dinheiro, pra se dar as aulas (Entrevista com Jacques Alfonsín, Advogado Popular, RS).

No problema da escolarização, o MST não luta apenas para inclusão dos assentados na escola. O MST trabalha com a idéia de educação popular, o que define uma concepção de educação, seguindo critérios tais como: conscientização, autonomia, diálogo, enfrentamento da exclusão, não buscando inclusão no sistema, mas na formação da consciência de sujeitos sociais políticos, rebeldia contra projetos de hegemonia e de poder. Na perspectiva do projeto político-pedagógico do movimento, o caráter político da educação, ao contrário da educação tradicional que legitima a ordem vigente do poder, tem um princípio libertador e transformador, em direção de ‘um mundo mais justo, equitativo e humano’.

Sobre o projeto político pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF -, em entrevista com Pizzeta, ele diz se tratar de “um programa de formação, totalmente vinculado ao processo de luta e de organização do MST. Quer dizer, a formação política não é algo à parte do movimento” (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes). Organicidade com a luta, estudo, trabalho, cultura, novos valores e mística são algumas dimensões trabalhadas articuladamente por dirigentes e militantes na escola do Movimento. Estas dimensões “têm a ver com a nossa vida, com a nossa existência e com o processo de desenvolvimento da consciência, do conhecimento”, diz.

Os espaços formativos do MST investem na importância do simbolismo e homenageiam personalidades que influenciam e inspiram a luta do Movimento⁹⁴. A ENFF desenvolve o projeto de formação política que é fundamental para o MST.

⁹⁴ Desde a década de 80, Escola Sindical Margarida Alves no Paraná, Escola Sindical Elói Pereira na Bahia, escola sindical em Pernambuco, escola Quilombo dos Palmares, a escola Padre Josino no Maranhão. Em Maringá tem a Escola Milton

A formação política é uma estratégia pra qualquer organização. O que a gente estuda no fundo é o conhecimento que a humanidade desenvolveu na história, na economia, na filosofia, na própria teoria da organização – que são os quatro eixos de estudos aqui na escola. Então a gente aprende muito e ainda estuda a ideologia da classe trabalhadora (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST).

A formação política do MST é direcionada para os assentados, mas se amplia para outros movimentos sociais, para outros setores e para fora do Brasil, incluindo como participantes nos processos formativos organizações ligadas à Via Campesina, de muitos países da América Latina e do mundo. Neste sentido, é desenvolvida a Escola Latino-Americana do MST, nos assentamentos.

A reorganização produtiva e a distribuição de terras devem estar permanentemente combinadas com processos educativos. Enfrentar o analfabetismo, o patriarcado, as práticas depredadoras do meio ambiente, o individualismo, a inferiorização das famílias que vivem do campo, a desvalorização da cultura popular, é uma luta que vai além das reivindicações econômicas.

O aprendizado das pessoas é na ação concreta. Você não pode desvincular aquilo que você faz no presente com a perspectiva de futuro (...). Se nós queremos uma sociedade libertária nosso fazer tem que ser libertário (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Em relação à educação formal, a partir do momento que os assentamentos se regularizam, não há dificuldade de abrir escolas nos assentamentos e isto ocorre dentro da institucionalidade do Estado. A escola do assentamento é geralmente uma escola pública, municipal ou estadual. “A bandeira do movimento é que a educação seja pública” (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST). Contudo, a implementação da escola pública é apenas um primeiro passo e sua adequação aos assentamentos muitas vezes gera conflitos e disputas.

Muitas vezes nós queremos contratar o assentado, ou as famílias do assentamento indicam uma professora que estudou, que fez pedagogia, que se profissionalizou a partir do MST, mas a prefeitura quer colocar o cara, o professor que não tem noção de o que é o campo e muito menos o MST. (...) Pesa o cara ser o camponês que mora no assentamento não é? Conhecer a terra, conhecer a realidade (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST).

Santos. A Escola Itinerante Paulo Freire. A Escola Nacional em Guararema – SP recupera o legado de Florestan Fernandes, o Auditório chama Patativa do Assaré; a plenária chama Rosa Luxemburgo; o nome do refeitório é Josué de Castro; a Brigada Permanente que administra a escola chama Apolônio de Carvalho; a indicação de nome para a Biblioteca é Antônio Cândido, mas “como ele está vivo ainda, ele não aceitou; aí a biblioteca está até hoje sem nome” (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST).

A educação para o público da reforma agrária tem que respeitar o calendário e os períodos de trabalho no campo, o plantio, a colheita, a criação... Um planejamento de curso com dias letivos e com alternância, respeitando o tempo do trabalho no campo e o retorno ao campo, de forma que seja possível conciliar o estudo e o trabalho.

O MST também pensa a formação universitária para seus militantes. Um caso emblemático foi a iniciativa do MST de fazer cursos de Direito, na perspectiva de formação de advogados populares com conhecimento sobre os conflitos e problemas sociais vividos pelos sem-terra. Todos os cursos superiores sejam eles de Pedagogia, de Agronomia, de Direito, de Geografia, o MST tenta incluir conteúdos clássicos e conteúdos ideológicos para fazer a formação política crítica que raramente é feita na universidade (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST).

Na relação com as universidades sempre há uma briga, porque a universidade também é um campo de disputa. De disputa de classe, inclusive. Então, tem universidades com professores bons ideologicamente, e esses garantem o curso, bancam, brigam... Levam até o fim. Mas, sempre há uma briga muito grande com os grupos conservadores nas universidades. Nem são conservadores muitas vezes, mas, é um grupo forte hoje nas universidades que nega a teoria clássica, o marxismo principalmente. Seja na filosofia, na economia, na teoria social em geral. Aí são espaços de disputa muito grande (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST).

Mas se pensarmos em todas as possibilidades de formação, a grande experiência do MST não está exatamente em suas escolas e nos cursos que propõe. O movimento social em seu conjunto é o próprio princípio educativo (Caldart, 2004). Não é a escola que forma, mas sim os princípios e os valores do MST, internalizados por cada sujeito para que se desenvolvam as ações estratégicas e a estrutura organizativa, o que facilita a conscientização dos sujeitos políticos. O movimento precisa de escolas e luta por elas, mas, para além da aprendizagem formal, o MST é uma escola de luta e de vida. Na pedagogia do MST está presente a consciência de que é luta que forma.

Consciência social e princípios políticos

A organização para o trabalho, a formação política, a articulação de diferentes forças populares e a própria luta são os pilares para a conscientização e formação dos sujeitos políticos.

A pedagogia do movimento tem base na “filosofia da *práxis*”. É uma teoria, uma ideologia, que busca se contrapor à ideologia dominante, à ideologia que predomina na sociedade, mas que busca fortalecer os processos de libertação, de emancipação humana. Então, no fundo, a teoria que nós bebemos e buscamos desenvolver é essa que permite à gente transformar a realidade” (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

Por ser um movimento de massa, a formação e a organização da base são imprescindíveis. O MST incluiu princípios organizativos desenvolvidos pela classe trabalhadora na sua luta contra o capitalismo. São princípios que valem para sindicato, partido, movimento social, associação de bairro, etc., mas se apresentam na organização política, pedagógica e produtiva do Movimento. O centralismo democrático é o que permite a ampla participação, com unidade nacional.

O centralismo democrático é (...) o maior acúmulo histórico que os trabalhadores produziram ao desenvolver processo de luta, inclusive em nível internacional, em todas as experiências de lutas que levaram a transformações estruturais da sociedade, como Revolução Russa, Cubana, Nicaragüense. (...) É uma herança da classe trabalhadora. Com certeza, é a base estrutural da nossa organização. (...) Quem decide são as instâncias máximas: seja a representação da base perante o Congresso ou num Encontro ou num Colegiado, em que as decisões são coletivas, mas as responsabilidades são individuais. Então, você tem total espaço de participação para definir o plano. A se apresentar uma linha política que pode ser a que não foi a minha proposta, eu vou também executar (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

O contexto histórico parece desfavorável para um grande avanço nas lutas de massas, imobilizadas frente à ofensiva do grande capital, que impera na organização da produção, na definição das políticas públicas e na propaganda ideológica, e frente à ausência do Estado para resolver as questões sociais de ordem econômica, cultural, educacional, ecológica. “Todas as conquistas sociais foram resultantes das grandes lutas populares”, diz o Manifesto do 4º Congresso Nacional do MST, em 2000 (Lista de Documentos, MST, 2000). Os direitos dos sem terra são resultado de muita pressão do movimento, incluindo as ocupações de terras, de ministérios, de secretarias e espaços de poder econômico e político. O MST recria a luta para conquistar direitos e, para que não tenha as suas conquistas roubadas, precisa da dignidade de estar continuamente lutando.

Um camponês do futuro, ele vai trabalhar pra continuar produzindo, nós queremos uma agricultura com agricultores. Essa é a luta nossa. Quando se

faz reforma agrária nós queremos que a ciência e a técnica possam elevar o nosso nível cultural, o nosso nível de produção e diminuir o esforço humano pra produzir os alimentos. Mas a grande luta nossa é pra ter uma agricultura com agricultores, e não uma agricultura industrial (Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

A forma como os militantes participam do processo, essa forma também forma: devem ser sujeitos do processo, exercer novos valores e novas relações (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes)

Aumentar a produtividade da agricultura sem o uso de agrotóxicos e sem destruir o meio ambiente (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

Há muitas falas de entrevistados afirmando que os princípios políticos devem estar presentes na prática cotidiana do MST que se revela na produção do alimento saudável, na organização da cooperativa, na organização do núcleo, na organização da horta medicinal.

Para garantir a soberania alimentar e a preservação ambiental não basta distribuir a terra, é preciso realizar a reforma agrária dentro de projeto maior, é preciso alterar as estruturas. Isoladamente, nenhum aspecto econômico, cultural ou ecológico poderia resolver o problema da terra no Brasil. O MST apresenta um debate muito mais amplo da necessidade de transformação social, estruturalmente e nas suas concepções de vida. Perceber os problemas sociais não isoladamente, mas como parte da estrutura deste modelo de sociedade, diferenciar natureza e cultura, assim como conhecer a história da humanidade, são perspectivas para reconhecer a possibilidade de transformação da realidade e das relações sociais. A luta do MST pela terra incorpora a discussão da necessidade de um novo modelo de sociedade, da construção um projeto popular em defesa da vida e contra o agronegócio e o grande capital.

Veremos a seguir como os camponeses indígenas na Bolívia se organizam em ações e mediações através da CSUTCB e qual o conteúdo de sua luta política.

3.3 CONFEDERACIÓN SINDICAL ÚNICA DE TRABAJADORES CAMPESINOS DE BOLÍVIA

Documentos da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia* – CSUTCB e entrevistas realizadas para a tese, com 21 informantes sendo a maioria com integrantes do comitê executivo nacional, constituem os dados principais que fornecem o conteúdo deste capítulo. Os principais tópicos apresentados serão: as estruturas organizativas da CSUTCB, as ações estratégicas do movimento e algumas experiências da luta nos aspectos econômicos, culturais e ecológicos.

Conflictos sociais: *Oprimidos pero no vencidos.*

A análise do contexto histórico da emergência e da luta da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos de Bolívia - CSUTCB mostra que seu papel para a sociedade boliviana foi transformando-se nos distintos períodos. A especificidade territorial, geográfica, cultural, econômica e política contribui na conformação do significado e da expressão da luta pela terra.

A CSUTCB nasce aliada à Central Obrera Boliviana – COB – em um momento político de forte unidade na luta de camponeses e operários. Contudo, a organização que se forma rompe com o tradicional ‘esquerdismo’ dos movimentos de contestação na Bolívia e reivindica a identidade indígena, com base no ideal katarista. No final dos anos 1970, quando surge a CSUTCB, os camponeses estavam em enfrentamento direto à ditadura militar de Hugo Banzer. Seu papel enquanto movimento camponês-indígena foi, em primeiro lugar, libertar-se da tutela estatal rompendo o pacto militar-camponês. Com isso, configurou-se como a primeira organização camponesa a conquistar este giro emancipatório e se consolida na máxima organização deste setor popular.

La Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia es la organización más fuerte del país, donde están los hermanos originarios quechuas, aymaras y campesinos (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Os conflitos sociais têm aspectos econômicos como os problemas de terras derivados da desigualdade entre latifúndios e surcofundios. O problema produtivo se agrava pela ausência do Estado nas regiões mais pobres, com falta de estrada, energia e acesso à saúde e educação em muitas comunidades. No plano econômico se vê o esgotamento de um modelo dependente e entreguista, de saqueio de recursos agrícolas, mineiros e petrolíferos. A permanência de trabalho escravo e servil no meio rural da Bolívia é uma realidade no século XXI e está ligada à relação de opressão às nações e povos originários. Silvia Rivera Qusicanqui (2003) define a exploração de classe-etnia como uma das questões centrais na Bolívia.

Os aspectos culturais no centro dos conflitos se manifestam no racismo contra o índio e na inferiorização do modo de vida campesino, o que eleva o elemento étnico a uma das principais dimensões dos problemas enfrentados. No plano imaterial, o roubo de recursos intangíveis do conhecimento e dos saberes práticos das populações locais (Rivera, 2003) se agrava com o desaparecimento da língua e dos costumes dos chamados povos originários que vivem na região. Desta forma, a valorização dos saberes ancestrais, as tradições de cultura oral (THOA), os ritos tradicionais e a relação harmônica com a natureza, são defendidos pelos movimentos de resistência. A organização social tem referência na *memória longa* (Rivera, 2003) que remete à luta anti-colonial.

Estruturas organizativas da CSUTCB: movimento campesino-indígena-sindical

A CSUTCB é um ente sindical que agrupa os trabalhadores do campo, por filiação obrigatória. Teoricamente, segundo o *Censo de población y vivienda 2001*, nesta estrutura organizativa participa a maior parte dos 3,8 milhões de filiados campesinos e isso faz dela a organização social com maior número de filiados do país. Segundo o atual secretário executivo, a CSUTCB é a maior e mais forte organização do país, representando aymaras, quéchuas e outros campesinos, considerados irmãos por serem nações originárias (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Conforme o estatuto orgânico, a Confederação é composta por Federações Departamentais (correspondente aos nove departamentos da Bolívia), Federações Regionais e conta com a filiação da *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia – Bartolina Sisa* (FNMCB - BS). Em termos gerais e formais, a estrutura da Federação se repete nos distintos *departamentos* e as federações são organizadas desde as bases. O ponto de partida são as comunidades agrárias organizadas como sindicatos. A associação territorial de vários

sindicatos, por produção, ayllus, etc. formam as *subcentrales*. Estas se organizam em torno às *cantonales*, com representações nas *provinciales* que estão dentro de uma federação *departamental* (García, 2008). Cada nível da organização sindical tem um papel específico na mobilização social.

Las Centrales, que actualmente son más de 200 organizadas y activas, se agrupan por Federaciones. Existen 9 Federaciones departamentales, 26 Federaciones Regionales o Especiales, y algunas Nacionales, que todas confluyen en la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

A unidade promovida pela Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia – CSUTCB – no final da década de 70 fortalece a institucionalização desta **estrutura híbrida que mescla a verticalização sindical e a horizontalidade comunal**. O sindicato comunal se apresenta como uma importante estrutura de mobilização indígena.

La Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), unifica, orienta, organiza, moviliza, construye, promueve, y concreta procesos políticos, económicos, culturales y sociales de las comunidades, basados en nuestra cosmovisión que responden a los principios de complementariedad, reciprocidad, equidad y equilibrio; a través de la gestión política y técnica de articulación nacional de nuestros planes de Vida para Vivir Bien y consolidar el proceso de transformación social, político y económico del país.

De acordo com a estrutura orgânica, a filiação sindical é obrigatória e todo campesino deve participar do **Sindicato Agrário**, que é o sindicato comunal. A CSUTCB precisa equacionar a tradição sindical operária e a tradição indígena-campesina, já que as comunidades preservam uma autonomia prática e atualmente legal, que muitas vezes se estende para questões de língua, justiça, organização, governo comunal, sistema de troca, etc.

Documentos de apresentação da CSUTCB explicitam que ‘a luta sindical nasceu da luta operária na Europa’, mas desenvolvem um pensamento progressivamente vinculado às tradições dos povos originários, enunciando que ‘ser autoridade é um serviço à comunidade’ e fazendo aproximações entre os sindicatos agrários e o governo comunal. Como veremos adiante, as comunidades originárias e a Confederação são as duas pontas da organização da estrutura de poder do sindicato campesino na Bolívia.

As comunidades e ayllus compõem um *cantón* e representam a base indígena. As nações aymaras, quéchuas e outros povos originários guardam de suas tradições a cultura de tomada de decisão coletiva e comunitária assembleista. Em 1953, a obrigatoriedade de filiação ao sindicato agrário para todo camponês faz dessa figura institucional (o sindicato

agrário) uma instância de organização no meio rural de acesso nacional. Por ter sido imposto por lei, sem consulta ampla às bases, a sindicalização tem impacto violento sobre a organização comunitária, um impacto aparentemente negativo, pois o projeto de sindicalização pouco contempla a cultura indígena. Contudo, muito das práticas assembleistas e formas de poder e de autoridade tradicionais permaneceram nas relações dos povos originários. Mesmo incorporando-se à estrutura organizativa sindical, as comunidades em sua organização política própria, mantêm certa autonomia do Estado.

A reivindicação de demandas frente ao estado é apenas um tópico do sindicato agrário. Nas comunidades, a autoridade é um serviço que deve ser prestado por todos, rotativamente. E é neste espaço que se encontra o sindicato agrário, fortemente voltado para as bases e para o exercício do governo comunal, tantas vezes mantendo a tradicional organização social e produtiva dos *ayllus*. A relação de horizontalidade é muito característica dos sindicatos agrários e das comunidades, assembleista, com rotatividade da autoridade.

El sindicato agrario es, en la mayoría de los lugares, la base de nuestras organizaciones a nivel nacional, y es en su asamblea comunal donde se toman las decisiones más importantes de nuestro movimiento (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

Esta herança de horizontalidade é mantida nas bases e articula-se com a verticalidade sindical adotada nas federações e na confederação. Trata-se de uma organização política popular que articula o tradicional modelo de comunidades originárias com a forma organizativa ocidental dos sindicatos operários.

La organización y la lucha sindical fue "adoptada" de la experiencia de nuestros hermanos obreros, algo que nos impuso la casta dominante y terminó de consolidar especialmente durante los primeros años después de la Revolución de 1952. A pesar de que la habíamos adoptado, hay que entender que la lucha sindical ha nacido de la lucha obrera en Europa, en los países capitalistas y coloniales donde han abandonado desde hace tiempo la vida comunitaria. Por eso, en la práctica el sindicato obrero es diferente al sindicato campesino, y más aún a las autoridades originarias y nuestra forma de organizarnos en el Ayllu. Como la lucha sindical nos fue impuesto desde arriba, su forma de organización y de lucha se enraizó en primer lugar en la Confederación, las federaciones departamentales y regionales, y en las centrales. Pero, en las comunidades y en las subcentrales, el sindicato sólo impuso su nombre, mientras nuestra propia organización comunal quedó casi como siempre había sido. Ya que antes de que "adoptamos" la lucha sindical, nuestras movilizaciones se realizaban, y aún se realizan en algunas regiones, bajo nuestras organizaciones propias, tradicionales, como los ayllus, cabildos, etc. (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

A capacidade de administrar diferentes tradições políticas é uma peculiaridade da estrutura organizativa da CSUTCB. Há influências da democracia ocidental, há exigências do sindicalismo, mas principalmente, os camponeses indígenas têm sua própria tradição organizativa.

Algumas comunidades realizam, por exemplo, o sistema de *rote*. Esta forma de organização do poder entre os andinos consiste na obrigação de todos em cumprir com as responsabilidades de ser autoridade dentro da própria comunidade: *el ser un líder es una obligación que tu tienes que cumplir por que tu tienes un pedazo de tierra en la comunidad* (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Não há grupos especializados para exercerem um cargo político na comunidade. A cada ano o serviço da autoridade corresponde a um comunitário diferente.

si te corresponde la vez en este año hacer servicio de autoridad tu tienes que cumplir todo el año y al siguiente año le tocará a tu vecino (...) y así va circulando toda la comunidad. Todos tienen que pasar por autoridades, sean muy ancianos, sean jóvenes. ¿Tienes tu tierra? Tienes que cumplir. Por que de pronto ser autoridad es una obligación (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Os diferentes níveis de organização têm heranças políticas distintas⁹⁵. Ser uma autoridade na base da comunidade significa exercer um papel representativo de acordo com valores importantes na cosmovisão andina, que pertencem à lógica da ‘democracia’ indígena, enquanto o exercício de um cargo de secretário executivo numa federação departamental remete principalmente à lógica representativa da ‘democracia’ ocidental.

ser autoridad (en la comunidad) es una obligación, no es un lugar por la cual te puedes hacer millonario como ahora en los sindicatos. Pero llegar a ser una autoridad sindical te genera bastantes recursos a través de distintos movimientos que hay internamente en el sindicato (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Há estruturas de mobilização política indígena e campesina que garantem a reprodução do movimento e a conectividade da ação coletiva. Entre elas podemos encontrar espaços instituídos formalmente e estruturas menos formais, mas não menos importantes. As marcantes características regionais da organização comunitária não impedem a unidade nacional, que fica garantida pelo Estatuto Orgânico da CSUTCB.

⁹⁵ Palestra proferida pelo Prof. Ricardo Calla, 2008.

Os **Comitês de Greve e Bloqueio** são estruturas menos formais organizadas por cada instância, desde a confederação, as federações até os sindicatos agrários, nos períodos de mobilização. São estruturas que surgem exclusivamente para situações de enfrentamento e conflito. Composto por poucas pessoas eleitas em assembleias ou ampliados, sua função é a convocatória das comunidades para a mobilização, a divisão de tarefas e formação de “comissões” que garantam a efetividade das ações políticas, por exemplo, uma greve ou bloqueio de estrada.

As pessoas que se destacam e adquirem prestígio na mobilização assumem tarefas de coordenação dos comitês de greve e bloqueio, frequentemente se empoderando de espaços e responsabilidades acima dos representantes sindicais formais na organização da ação coletiva. Os Comitês de Bloqueio estão em interação direta com a base para informar sobre negociações e tomar decisões, para convocar e garantir a execução prática das ações, mediante contato com a comunidade e com um conjunto de outras lideranças e outros comitês dos sindicatos agrários e das federações (García, 2008). Resulta, portanto, em um âmbito de emergência de novas lideranças comunais.

Mesmo sendo menos formal que outras instâncias da CSUTCB, os comitês de greve e bloqueio mantêm os diferentes níveis de organização⁹⁶ interconectados, em comunicação permanente e coordenação estratégica.

Instrumentos importantes para a organização política são os **Congressos e Ampliados Nacionais**. A CSUTCB, as federações departamentais, provinciais e cantonais têm mecanismos instituídos para definir convocatórias a mobilizações, para tomar conhecimento, discutir e consensuar propostas provenientes das organizações superiores, para articular demandas locais e apresentá-las como reivindicações, para expressar apoio e solidariedade a outras lutas.

O Congresso Nacional Ordinário realizado a cada três anos deve, entre suas tarefas, definir os delineamentos gerais que guiam o comportamento da CSUTCB durante os anos seguintes, aprovar modificações nos estatutos e eleger um novo Comitê Executivo. Os Congressos chegam a juntar 7000 membros, delegados e dirigentes a nível nacional que

⁹⁶ No caso da realização de greves e bloqueios, por exemplo, é ativada a estrutura organizativa em todas as instâncias simultaneamente.

Federación Departamental – Comité de Huelga y Bloqueo

Provinciales – Comité de Huelga y Bloqueo

Cantoniales – Comité de Huelga y Bloqueo

Subcentrales – Comité de Huelga y Bloqueo

Sindicatos Agrarios – Comité de Huelga y Bloqueo

participam em votação direta (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

A organização da confederação é vertical, desde o nível nacional. Pelo Estatuto Orgânico o **Comitê Executivo** é a máxima representação da CSUTCB, eleito a cada três anos, nos Congressos Nacionais. Cada nível da organização tem um comitê executivo composto por secretário executivo geral e secretários nas diversas áreas. O Secretário Executivo deve dirigir a CSUTCB de acordo com as resoluções aprovadas em Congressos, nos Ampliados Nacionais e no Comitê Executivo Nacional. Entretanto, há uma dinâmica de disputa ideológica interna que se materializa nas eleições para cada nova gestão da Confederação. *La formación política de cada líder siempre hace, distingue, caracteriza a cada movimiento sindical de la CSUTCB* (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

A CSUTCB carrega a condição de máxima organização sindical e instrumento político dos povos originários e do campesinato boliviano. A sua estrutura orgânica tem registros em Estatuto Orgânico, uma carta magna que rege a conduta dos seus membros. Possui ainda regulamento, livros de ata e registro como pessoa jurídica. A CORACA é o instrumento econômico e jurídico de transformação rural, conquistado pela CSUTCB. O Estatuto diz que a organização preza pela liberdade de cada indivíduo, mas é alheia a atividades político partidárias. Isso caracteriza o pluralismo político interno e as divergências político-ideológicas internas.

Ações Estratégicas da CSUTCB: bloqueios, cercos, greves e marchas.

O repertório de ações da CSUTCB é diverso e as táticas para operacionalizar tais ações são muitas vezes inspiradas nas formas indígenas de viver e de se relacionar com a natureza. As mesas de negociação com o Estado são recorrentes e o descumprimento por parte do governo dos compromissos definidos pode levar à destruição de prédios estatais e substituição de símbolos oficiais pelos símbolos do movimento. As ações são decididas coletivamente, sendo que o não cumprimento das ações acordadas em assembleia pode levar à sanções.

Os principais meios de luta são os bloqueios de estradas e bloqueios relâmpagos, as marchas, greves de fome, cerco às cidades e as negociações. Os exemplos dados vão remeter a episódios importantes em diferentes períodos.

Os **cercos** são ações que mobilizam as comunidades para rodear uma cidade, atacá-la e dominá-la, paralisando a circulação de pessoas e mercadorias e restringindo a possibilidade de ação administrativa e governamental. Os camponeses indígenas põem cerco à cidade e mantêm o cerco por dias até que os governos cedam a suas exigências. Estas manifestações remetem aos episódios históricos da luta anticolonial, a exemplo do cerco a La Paz, realizado em 1871, por Tupac Katari.

O **bloqueio** de estradas é instrumento fundamental de mobilização dos camponeses. É decretado através de decisões de Congressos ou de Ampliados Nacionais para pressionar a garantia de reivindicações econômicas ou o cumprimento de compromissos governamentais assumidos em decretos, leis ou acordos e não executados pelas autoridades.

El bloqueo es una forma de movilización en la que se trasluce más nitidamente la memoria de acción de las comunidades. Se trata de una forma de aislar a las ciudades, de cortar el suministro de alimentos y especialmente de ejercer soberanía territorial, que tiene que ver en gran medida con la memoria del cerco de Túpac Katari y Bartolina Sisa en 1871. Como método de lucha, es un modo de construcción de soberanía territorial a cargo de los sindicatos y comunidades indígenas que, mediante la obstrucción de las vías del transporte impiden el desplazamiento de la propia autoridad estatal. El bloqueo de caminos, si bien afecta el comercio terrestre, es ante todo, un acto de afronta a la autoridad gubernamental que viene acompañada pela estructuración simultánea de un tipo de autoridad indígena supracomunal con capacidad de asumir el mando político en todas las zonas movilizadas (García, 2008, p.155).

As lideranças assumem um papel fundamental na organização de mobilizações nacionais.

La autoridad ejecutiva, en ese entonces Felipe, (...) tiene una propuesta de entrar a un bloqueo de caminos a nivel nacional. Entonces, plantea a la confederación y a sus departamentales (...) el proyecto y los motivos: nos están queriendo privatizar el agua entonces nosotros debemos levantarnos y hacer este tipo de movilizaciones. Entonces las departamentales pasan a las provinciales: este dirigente nos manda a hacer esto, aquel otro, aquel otro. Llega así hasta la base hasta y la comunidad establece si esta de acuerdo, si no esta de acuerdo en este tipo de conflictos o en este tipo de bloqueos. La comunidad dice: si, tenemos que entrar o no tenemos que entrar. Y comienza a organizarse el mismo bloqueo nacional (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

As **marchas** são consideradas um método de luta moderado, para dar visibilidade às reivindicações. Desde os anos 80, com a condução de Genaro Flores, as marchas reúnem os comunários e representantes de todas as comunidades para levar os pedidos da CSUTCB ao

governo. A marcha muitas vezes significou bloqueio de estradas e em alguns casos terminou com o apedrejamento de prédios do governo (1983 e 1987). Com o fim da direção katarista, o método das marchas foi reformulado, evitando os bloqueios que exigiam capacidade de liderança forte e legítima, capaz de mobilizar e sacrificar os já escassos recursos da comunidade (García, 2008).

As marchas passaram a percorrer caminhos mais longos, levando as comunidades de diferentes departamentos à sede do governo. Nestes moldes foi exitosa a marcha indígena do oriente de 1991. A marcha mais importante em número ficou conhecida como a “Marcha do Século”, entre 27 de agosto e 26 de setembro de 1996. Milhares de comunários de diferentes regiões marcharam para La Paz exigindo a aprovação da lei INRA, conforme havia sido consensuada pelas organizações sociais.

Também foi importante a “Marcha do milhão”, ao final da qual o presidente Evo Morales “*tomó el mando de la clase trabajadora y de la clase indígena*” (Entrevista com Hover Cabrera, Representante da Juventude e do setor de Terra e Território da CSUTCB, gestão 2008-2010).

En la marcha había muchísima gente por eso fue que se llamó la marcha del millón, esa marcha fue muy dura porque algunos de los compañeros estaban con callos en los pies y no había comida, así mismo seguíamos caminando. Eso es lo mejor de la marcha, ver como todos luchaban por Bolivia y seguían a delante a pesar del dolor. Si, mientras avanzábamos hacíamos asambleas donde estaban todos los secretarios ejecutivos de diferentes organizaciones y se hablaba como iba a ser todo cuando llegamos a La Paz (Entrevista com Hover Cabrera, Representante da Juventude e do setor de Terra e Território da CSUTCB, gestão 2008-2010).

A direção de Quispe na CSUTCB representou uma nova gestão indianista, com a força de uma sólida liderança étnica, onde os bloqueios tiveram um papel privilegiado no repertório de mobilização (García, 2008). Em outubro de 2003, como parte da rebelião que destrói com Sanchez de Lozada, a marcha foi utilizada como o primeiro dos meios de luta que culminou com a sublevação indígena.

Greves de braços caídos, contra a exploração do patrão, e greves de fome, para reivindicações mais amplas, são usadas como meios de luta pela CSUTCB.

La huelga de hambre por el general ha sido el último refugio del ser que inhabilitado de medios de poder e influencia ante sus interlocutores, arrojado a la impotencia absoluta, recurre al propio cuerpo, a la autoprivación y el riesgo de muerte autoinfringido como último recurso de

libertad (...) del ser dominado que está en la defensiva, que ya nada puede hacer para revertir su situación subalterna y que se refugia en el drama del cuerpo para lograr reconocimiento (García, 2008, p. 153).

A greve de fome negocia um reconhecimento simbólico e, portanto, para ser eficaz, requer uma base comum de valores e princípios organizativos da vida, compartilhados entre dominadores e aqueles em situação de subalternos. Assim sendo, a greve de fome é um meio de luta usado principalmente no meio urbano, conforme assinala García (2008), utilizado apenas recentemente pela CSUTCB e que não leva referência na memória histórica da luta indígena. De fato, enquanto método de luta, é considerada pelas lideranças indígenas como defensiva e pouco efetiva. Entretanto, em setembro de 2003 a greve de fome foi usada de forma extraordinária e contou com a participação de dirigentes de diversos departamentos, diferentes níveis sindicais, estudantes da Universidad Publica Del Alto (UPEA) e dirigentes do setor de transportes. A convocatória foi feita pela CSUTCB, no auditório da rádio São Gabriel, como uma medida de articulação, tensionamento e mobilização da opinião pública indígena, urbano-rural, excluída dos espaços comuns da “opinião pública” urbana. Foi uma ação coletiva inédita que durou mais de 25 dias com rotação por turnos, onde cada comunidade, cantonal ou central ficava de 02 a 06 dias responsável por manter representantes em greve de fome.

Mais do que fazer a interlocução com o governo, a greve de fome serviu para mobilizar as comunidades aymaras. Foi uma espécie de ampliado permanente (García, 2008) em que os dirigentes voltavam para suas bases com a chegada de novos dirigentes para a greve.

La huelga de hambre irradió el espíritu de desobediencia e insurgencia social hasta un momento en que otros métodos de lucha, el bloqueo y otros actores nuevos, los vecinos de El Alto, complementarán la tarea de la sublevación general (García, 2008, p. 154).

En la huelga de hambre, nosotros teníamos tres opciones. La primera era hacer cercar el Congreso, la segunda era hacer renunciar a nuestros diputados y senadores, y la última era ir a la huelga. Analizamos estas tres, nos dimos a la huelga y logramos la ley. Entonces nosotros somos políticos estratégicos, porque no podemos equivocarnos, pues nuestras bases no nos perdonarían, ni a nuestros dirigentes, ni a nuestro presidente. Tenemos un control fuerte, no podemos hacer contra nuestro pueblo, contra nuestras bases, porque nos expulsan, nos botan, o quizás nos cuelgan. En este momento vimos que la mejor opción no era ni el cerco, ni la renuncia, pero era si la huelga y esta funcionó. O sea, somos dirigentes analíticos. La huelga de hambre fueron 6 días y hubo 2700 huelguistas en todo el país y muchos piquetes. De la CSUTCB hubo más de 1500 que participaron de esta

huelga. (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Em 2009 o movimento incrementa o repertório das greves. A greve de fome foi usada como instrumento político estratégico e de forma coordenada com o governo nacional, para aprovar a nova lei eleitoral, que altera a participação indígena no legislativo. Com participação intensa da CSUTCB, a greve de fome funcionou. Interessante que o local escolhido para a realização da greve foi o próprio gabinete do presidente Evo Morales. Um indício de que nesta conjuntura a luta campesina deixa de ser uma reivindicação da sociedade civil organizada para pressionar o Estado, mas está aliada ao governo na disputa entre forças sociais na sociedade boliviana.

Os meios de abastecimento das ações coletivas baseadas na organização dos sindicatos agrários são reveladores da força social da CSUTCB. Para governantes que assistem de longe as mobilizações indígenas, e que tomam com referência os valores pagos para diárias e refeições no trabalho político do governo, o orçamento para organizar 100.000 ou 500.000 mil comunários durante dias de mobilização exigiria alto financiamento externo.

Hasta el día de hoy algunos gobernantes andan revisando cuentas bancarias para hallar los millones de dólares que, según ellos, se requeriría para sostener en el tiempo miles y miles de comunarios indígenas en las movilizaciones (...). La paranoia del ex presidente Sánchez de Lozada, que se sintió expulsado por una conspiración, en parte se explica por ese sentido común de la acción política del sistema de partidos (García, 2008, p. 162).

Nas mobilizações do movimento indígena quase a totalidade dos gastos, 95% segundo García Linera (2008) é arcada com os recursos das próprias comunidades e das famílias. *La única posibilidad de que miles y miles de hombres y mujeres puedan mantenerse por días y semanas en los lugares de bloqueo radica en la posibilidad de que sean las propias familias las que sostengan materialmente este gigantesco esfuerzo* (García, 2008). Depois de acordado em assembléia, e respeitando o sistema de *mita*, cada comunidade deve assumir, no seu turno, a responsabilidade de manutenção de um bloqueio, que pode ser um determinado período no dia ou na semana. Isso significa arcar com os custos de transporte, bicicletas, ou o esforço e preparo de longas caminhadas, com o preparo da alimentação necessária, dispor do arsenal completo para alojar os comunários na estrada e a organização de todos os materiais para a realização do bloqueio e dos armamentos necessários, tais como estilingues, dinamites, fuzis. Isso implica também em estar ausente por determinado período do trabalho agrícola e implica

na possibilidade de perda na comercialização dos produtos. Os partidos não teriam condições de manter semelhante infra-estrutura para a realização das imensas mobilizações.

Todo bloqueo, cuando éste es masivo, pone en funcionamiento una máquina organizativa, no solo política y militar, lo que permite a los sindicatos agrarios asumir el control soberano del territorio (decenas de provincias), sino que además es una maquinaria económica, por cuanto al tiempo de suspender la actividad mercantil de abastecimiento y intercambio con las ciudades, tenga los propios recursos familiares y comunales para abastecer y alimentar los sublevados durante el tiempo que dure la movilización. Pero para que ello suceda, para que cada comunidad esté dispuesta a “perder” tiempo, dinero, alimento o incluso la salud o la vida a cambio de un resultado incierto, se requiere que el compromiso con la demanda, la adhesión con la convocatoria, la confianza en el liderazgo, sea tan fuerte como para suplir el gasto económico con una retribución organizativa y simbólica de tal magnitud que tenga la capacidad de poner en movimiento la maquinaria comunal de bloqueo. Esto hace al bloqueo, por tanto, una maquinaria ideológica y simbólica, pues es solo esa fuerza simbólica la que puede legitimar ante cada familia una acción que le exigirá esfuerzo, gasto y riesgo (García, 2008, p.163).

Assim sendo, ainda que a CSUTCB conte com a solidariedade de outros setores e até mesmo algumas *alcaldias*, os recursos comunais formam a maior parte do abastecimento das comunidades mobilizadas.

A disciplina nas mobilizações é garantida pelo controle comunal. As medidas de pressão são consensuadas por todos anteriormente à mobilização em assembleias específicas para isso. Os encaminhamentos da assembleia ou do ampliado são tratados como uma espécie de obrigação moral. As famílias que participaram do processo de aprovação do início da mobilização e não cumpriram com as decisões acordadas entre todos, pagam com dinheiro ou com sanções morais públicas, de acordo com o costume da comunidade.

Na Bolívia o sindicato comunal corresponde à principal estrutura da organização indígena e a CSUTCB representa o maior potencial de força de mobilização-pressão no país. A capacidade de paralisar o trânsito rodoviário nos principais *departamentos* do país, isolando sedes governamentais, a força para mobilizar milhares de comunários e manter a mobilização por meses e a capacidade de obrigar governos a modificar decretos e leis (García, 2008) foi demonstrada nos primeiros anos do século XXI. A CSUTCB foi a força popular inicial da sublevação nacional que derrotou ao ex-presidente Sánchez de Lozada.

Segundo Álvaro García Linera (2008) as estruturas organizativas em momentos de tensão social são geradoras de novos repertórios de mobilização. Exemplo disso são o *plan pulga* e os *cuarteles indígenas* resultados da radicalização dos bloqueios.

As mesas de **negociação** fazem parte dos meios de luta do movimento, distintas formas de pressão ao Estado são consideradas operações práticas disponíveis. Parte das reivindicações da CSUTCB gira em torno de documentos petítórios, demandas, exigências e elaboração de cartas oficiais dirigidas aos governos. As demandas são locais, comunais, outras vezes são demandas de tipo nacional, entregues diariamente às autoridades do governo. É um peregrinar às vezes estéril que faz parte da rotina organizativa das comunidades agrárias e representações sindicais. As reuniões do governo realizadas em algumas oportunidades para tratar do tema, legitimam a conduta e fortalecem a expectativa sobre o retorno positivo para as reivindicações e a possibilidade de um acordo.

Quando as deliberações e acordos entre o movimento campesino indígena e o governo são desrespeitadas, a mobilização chega a optar pela destruição de prédios estatais, onde os símbolos da pátria são substituídos por símbolos comunitários. Esse tipo de ação e pressão do autogoverno dos sindicatos e das comunidades indígenas confederadas já resultou na expulsão das autoridades governamentais. Em outubro de 2003, o governo perdeu o controle político e militar em várias comunidades do altiplano. No processo de expulsão da autoridade estatal se observa mais do que a mera expressão de fúria social. Há uma memória organizativa anticolonial que se atualiza na mobilização e no planejamento da tomada de poder e da instauração de um Estado dirigido por indígenas.

A radicalidade das ações encabeçadas pela CSUTCB a partir do ano 2000 teve uma conotação política inédita na história da organização indígena, pelo menos nos últimos 50 anos. A resistência às decisões estatais era combinada com rituais de substituição da autoridade do Estado através do uso de outros repertórios culturais nas escolas e atos cívicos.

Em algumas situações os atos visam à destruição de prédios estatais e de postos policiais em zonas rebeldes. Um episódio marcante foi em abril de 2000, quando em resposta à morte de vários comunários nos arredores de Achacachi, as comunidades vizinhas se uniram para destruir as oficinas da subprefeitura e o posto policial do *pueblo*.

Em 1984 o governo descumpriu repetidas vezes seus próprios decretos, resoluções e convênios com o setor campesino. Apesar das conquistas de direitos, o setor campesino continuou sofrendo as terríveis conseqüências da crise econômica nacional, tais como o aumento da migração rural, os prejuízos da seca e uma contínua subvenção rural para centros urbanos (Lista de Documentos, CSUTCB, 1984).

A unidade em torno da CSUTCB imprime uma necessária força para os campesinos efetivarem um bloqueio. Isso significa que nos períodos em que estão divididos e debilitados dificilmente conseguem usar esse instrumento como medida contundente de pressão (Quispe, 2003).

Vejam algumas das **táticas** usadas pelos campesinos na Bolívia. As lógicas aymara e quéchua, com suas estruturas organizativas características, se mesclam com o sindicato. A inspiração da mobilização é buscada na lógica da tradição incaica e também na observação da lógica de funcionamento da natureza.

O uso da lógica aymara e quéchua para fazer uma mobilização baseada no estilo incaico, que se fundamenta sobre tudo no revezamento de trabalho por turnos, ou a *mita*, como é chamada.

A *mita* é a rotatividade que responsabiliza, por turnos, a cada um na comunidade e esta tática é usada também para a realização de bloqueios e greve de fome. Ela permite que as mobilizações durem por muito mais tempo sem que a gente se canse. A carga de esforço dispensada é equitativamente distribuída pela comunidade. A *mita* é uma instituição comunal muito ampla que se aplica, muito antes das ações políticas, no cotidiano das comunidades. Baseada nos direitos e obrigações derivadas da propriedade da terra, cada família deve respeitar a *mita* para o uso da água, a eleição de autoridades, o cumprimento de tarefas civis nas estradas, nas escolas e, certamente, na realização de bloqueios. Um processo de autorregulação e autocontrole que articula várias instâncias da organização e centenas de comunidades nos bloqueios, fortalecendo os povos a ponto de superar a força governamental. Depois de realizada sua *mita*, o comunário pode voltar ao trabalho, aos fazeres do campo, até que chegue novamente sua vez de cumprir com as responsabilidades.

Os bloqueios foram os exemplos citados por Felipe Quispe, em entrevista, do uso da mobilização em turnos. Um bloqueio pode durar muitas semanas, mas não envolve todas as comunidades simultaneamente. Em um determinado dia ou noite, três comunidades sacrificam um dia de trabalho e com seus sindicatos agrários ficam responsáveis por cuidar do caminho carreteiro. Elas levam sua comida, sua cama, suas armas e tudo o que tiverem. Com má sorte, diz, as comunidades chegam ao enfrentamento com o exército, mas tendo boa sorte não haverá choques. E no dia seguinte todos se retiram, voltam ao seu trabalho, não lhes afeta em nada, e chegam outras comunidades para cuidar das estradas no novo turno (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Cuando muchas comunidades sincronizan en una misma carretera, el bloqueo está resguardado por comunarios y comunarias que se ubican en toda la carretera como largas barreras humanas en medio de las piedras y barricadas (García, 2008, p.156).

As táticas também são inspiradas na natureza. Os planos - *plan pulga* y *plan sikititi* – levam esse nome em homenagem a pequenos insetos do altiplano. O ‘plano pulga’ consiste em atacar rapidamente, incomodando o opositor, e retirar-se sem ser visto, repetindo o ataque em outro lugar. Inspirado na ação das pulgas, que picam pela noite e desaparecem durante o dia, deixando sua marca. Este plano contribuiu para a formação de brigadas comunais que bloquearam diferentes pontos das estradas, e sem fixar-se migravam rapidamente a outro ponto.

Habían tres planes básicamente no, el plan pulga, después el plan de las hormigas coloradas, y el plan tarajchi. Pero hemos llegado al plan pulga con mucho éxito y ha dado fruto por que la pulga ha sido el mas sabio también, pero era para inicio. Picar, saltar, picar, saltar, o sea que hostigar al enemigo, hostigar al ejercito. O sea es este era el plan inicial después la gente sale de las comunidades y en diferentes provincias se hacen en colmena, como las hormigas, se hace cerco a las ciudades. Pero el tarajchi era tomar el poder político, asaltar las ciudades, las zonas, al palacio a los cuarteles tomar las armas a eso no hemos llegado, nos faltó yo creo que algún día vamos a llegar. Pero eso elaboramos de forma estratégica, ni el propio gobierno sabia que tipo de planes teníamos y nosotros tampoco sabíamos que el Palacio de Gobierno estaba vacío, que el Ejercito había abandonado ya, esperábamos, pero como no estábamos informados bueno pues nos arruinamos jejeje nos quedamos ahí (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Los buenos resultados de ese tipo de bloqueos dan a conocer que ese tipo de estrategias no estaban previstas en ningún orden policial ni militar. O sea la gente habla de pronto del plan mita, el plan tarajchi, el plan hormiga, el plan pulga, el plan sikititi, que son animales que de pronto tienen una forma de vivir, una forma de sobrevivir, con características muy particulares. Entonces lo cual el tipo muy inteligentemente estudia no, como el trabaja, como construye algo y crea ese tipo de movimientos militares y los plasma con la gente. O sea el plan mita era el bloqueo por turnos, ir al bloqueo por turnos, o sea, no necesariamente tenían que ir las 50 o mas de 50 comunidades todos los días a los bloqueos. No, solo tenían que ir 3 o 4 comunidades que eran su gente en mente para bloquear el espacio digamos con calma y después cada comunidad le tocaba al final como una vez por semana, nada más, y así no le perjudicaba en el diario vivir. Y así hay distintos planes: el plan pulga es interesante, porque los militares están todos los días haciendo guardia en los caminos, y en las noches los militares se van. Entonces se decía el plan pulga, por que trabajan a la noche las pulgas, trabajan mucho, entonces los indígenas, los campesinos iban a las noches, y amanecían empedrados los caminos, y así hay planes no (...) a los diferentes modos de experiencia que cada un animal tiene en el campo. Nosotros tenemos distintas representaciones de la naturaleza que viven con

nosotros que tienen cosas interesantes en sus modos de vivir y los cuales nosotros tomamos esas experiencias. Por ejemplo, las hormigas coloradas el trabajo del chiquititi, el tarajchi, la pulga, o sea, tantas veces que vemos su modo de vida y copiamos y así. Y eso se emplea en los bloqueos de camino. Es también la parte psicológica de la gente del campo que es interesante. (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Os líderes concentram um poder pessoal muito forte, com capacidade de estabelecer distintos métodos e estratégias de mobilização, marchas, bloqueios e cercos, coordenar as ações e serem respondidos com disciplina e admiração pelas bases.

Felipe Quispe que es una estrategia político y además militar y el crea distintas estrategias de bloqueo que son típicas y características del mundo indígena y cosas de resultado y los buenos resultados de ese tipo de bloqueos dan a conocer que ese tipo de estrategias no estaban previstas en ninguna ningún orden policial ni militar (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Sem compreender como os comunários podiam estar o tempo todo, em diferentes lugares ao mesmo tempo, os militares reclamavam: *no bien acaban de limpiar los caminos en 4 ó 5 hora, en no menos de media hora este estaba novamiente sembrado de piedras, a pesar de que no había gente en las carreteras* (García, 2008, p.157).

Após o plano pulga foi a vez do plano *sikititi*, nome dado às formigas coloradas. Essa tática copia o comportamento das formigas que andam em linhas. A fila de comunários vai passando de casa em casa, avisando à gente que já é possível marchar das comunidades e dos *pueblos*. Estas estratégias remetem à memória dos exércitos comunais comandados por Tupac Katari, Bartolina Sisa e Zárate Willca. Quando se repete, no ano de 2003, a imprensa nacional e internacional começou a falar da chegada de colunas indígenas armadas a La Paz. Segundo García (2008), a lógica desta estratégia de avanço, defesa e ataque é o próprio *ayllu militarizado*, ou seja, estruturas comunais que começam a preparar-se para o enfrentamento. O episódio no ano de 2003 teve fim com a renúncia do presidente Sanchez de Lozada.

Os levantes são momentos importantes para marcar os conflitos sociais, enunciar os distintos aspectos ligados à luta pela terra e reivindicar com radicalidade cada demanda.

Aspectos econômicos da luta pela terra na CSUTCB

A especificidade de luta pela terra é *“buscar que la clase indígena no esté más en surcofundios mientras que los grandes terratenientes están ocupando más de 500.000*

hectáreas” (Entrevista com Hover Cabrera, Representante da Juventude e do setor de Terra e Território da CSUTCB, gestão 2008-2010).

O problema da terra apresenta diferentes características entre as regiões. A concentração de terras nas mãos de *terratenientes* e estrangeiros é mais forte na região de *Media Luna*, que abrange Santa Cruz, Beni e Pando. Sobre isso, ainda há a advertência de que latifúndio da oligarquia conservadora de Santa Cruz, e muitas das formas de expropriação em benefício aos ‘brancos ocidentais capitalistas’, quase sempre tiveram uma origem ilegal (Almaraz, 2008).

A brutal desigualdade do desenvolvimento produtivo no campo acompanha a divisão entre grandes proprietários, *terratenientes* e estrangeiros, concentrados principalmente nas terras baixas da Bolívia, e a massa da população campesina e indígena que vive em minifúndios e surcofúndios, nas terras médias e principalmente no altiplano. Ou seja, pequenos pedaços de terra são divididos entre os filhos da família campesina e a extensão dos terrenos vai sendo reduzida rapidamente a cada nova geração.

Nas terras altas é maior a falta de infra-estrutura e a ausência de investimento com maquinarias e tecnologias no setor produtivo campesino.

En el norte de La Paz no tenemos vinculación caminera. Nuestros caminos parecen caminos de ratones. Nuestros hermanos sufren mucho porque en tiempo de lluvias nosotros no entramos a la distancia que tenemos en la frontera con Perú. (...) Falta energía eléctrica para que nuestros compañeros puedan vivir mejor, vivir bien en Bolivia (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Terra y Território da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Nosotros buscamos beneficios, mejorar el sistema de vida, salud, educación, producción, economía, crédito, maquinaria que nunca lo hemos tenido (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Historicamente, o apoio econômico governamental é inexistente em algumas regiões, onde as comunidades sobrevivem praticamente do autoconsumo, quase sem produtos para vender.

No hay ayuda del gobierno y tampoco las organizaciones se recuerdan de nosotros. Los indios campesinos somos como los animales del cerro, no estamos contados, no hay seguro social, no hay buenos caminos carreteros en algunos lugares. Y esto que están construyendo en este lugar es tantas luchas tanta sangre que hemos derramado recién se va cumplir quizás ni eso pero hay que pelear actualmente los dirigentes ya son castrados, son una especie de eunucos que cuida al gobierno nomás que no reclama nada (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Uma das conseqüências da falta de terras é a migração de camponeses para as cidades e outros países. Em busca de dinheiro e de melhores condições de vida, a população na Bolívia vai para Brasil, Argentina, Espanha, etc. Outra conseqüência é o fortalecimento da demanda por coletivização da posse das terras entre o movimento camponês indígena.

Apesar das dificuldades impostas pela pobreza econômica, a análise produtiva das nações indígenas e das comunidades camponesas na Bolívia inspira a reflexão sobre a propriedade comunal e a propriedade privada, bem como sobre a produção de valores de uso e valores de troca na sociedade latinoamericana.

Há problemas na titulação de terras dos comunários, falta de infra-estrutura, estradas e energia, a tecnologia e a mecanização não chegam às comunidades, embora cheguem as mercadorias. A capacidade produtiva dos camponeses para vender, gerenciar e administrar a economia agrícola é frágil para ingressar no sistema de competitividade e concorrência capitalista. Progressivamente, a mercantilização substitui o *trueque* e fragiliza a produção para o autoconsumo. Ainda assim, o consumo interno da Bolívia é basicamente abastecido pelas produções de pequenos agricultores e camponeses comunitários.

Las organizaciones sociales están viviendo un proceso de empoderamiento político, el segundo paso es el empoderamiento económico. (...) Ya estamos trabajando en propuestas para buscar un buen desarrollo económico productivo (...) Y creemos que va a durar mucho este proceso porque ha sido construido desde las bases. (Entrevista com Luis Nieto Gutiérrez, Apoio Técnico do Comitê Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

***Ayllus*: uma tradição de propriedade comunal de terras**

O debate sobre a questão da terra na Bolívia passa impreterivelmente pelo confronto de distintas cosmovisões. Uma possibilidade é contrapor a cosmovisão andina e a da sociedade moderna ocidental. Um dos elementos que emerge é reflexão sobre as propriedades privadas e as propriedades comunais, porque entre os *comunarios* está muito viva a organização coletiva das culturas aymara e quéchua.

O tema já foi apresentado no capítulo primeiro da tese. Os *Ayllus* são comunidades tradicionais indígenas organizadas em torno da família ampliada, com formas de produção herdadas das milenares tradições comunais incaicas (Mariátegui, 2005 [1928]). A defesa de estruturas de organização social do passado incaico representa atualmente a base de muitos movimentos sociais de valorização da identidade étnica.

Nosotros reivindicamos que nuestro pasado histórico que habíamos tenido, el sistema del ayllu, la comunidad donde existe el ayni, el minka, el camaña, son los pilares fundamentales que han utilizado nuestros antepasados, donde en ese sistema comunitarista no había pobres ni ricos vivían en iguales condiciones de vida. Entonces, nosotros estamos reivindicando el mismo sistema del ayllu, pero ya no como en aquellos tiempos no vamos a leer por quipus, por quellcas sino que estamos rodeados con la tecnología, (...) no podemos rechazar entonces a la vez el sistema también hay que cambiar, con eso (...) hay que manejar de acuerdo a las realidades nuestras (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

As terras comunais são reivindicadas. Em primeiro lugar, há uma crítica contundente ao processo de individualização das terras do sistema moderno capitalista. A reforma agrária de 52 é apontada como momento desencadeador deste processo.

En el 52 que ha habido reforma agraria y otras revoluciones, nosotros fuimos engañados, indicando que nos iban a devolver las propiedades a nosotros los pueblos campesinos, a los indígenas. (...) Si, han revertido, pero nos han loteado, nos han entregado individualmente terrenos pequeños para que nos conformemos, (...) Ahora esa dotación de tierra que nuestros padres o abuelos tenían, una propiedad pequeña, ha sido heredada por generaciones, por eso se ha transformado en surcofundio (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Si uno tiene mas hijos entonces se va disminuyendo dos, tres surcos, ya no hay tierra (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Em segundo lugar, há a enunciação da necessidade e do desejo de fortalecer as terras comunitárias e a organização comunaria. Esta reivindicação enucniada por lideranças do sindicato agrário em várias instâncias ligadas à CSUTCB encontra ressonância na base do movimento indígena e campesino, porque as nações originárias mantiveram suas tradições vivas.

Nosotros queremos que se distribuya la tierra en forma equitativa y comunitaria, no asi como nos han distribuido antes. Por eso es que peleamos en el norte de La Paz, en el oriente boliviano, para que nos den tierra pero no individualizando sino en forma conjunta que nosotros podamos trabajar comunitariamente, eso es lo que nosotros estamos peleando (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Há muito poucas cooperativas trabalhando nas terras e levantando demandas agrícolas e sindicais. O plano de implantar cooperativas comunitárias e comunais não surtiu efeito ou não foi executado.

O problema da titulação de terras dos *comunarios* é cheio de conflitos. Com todas as dificuldades dadas pela falta de investimento na região andina e a busca de modernização do campo, a meta de valorizar as formas de organização e de produção não capitalistas que sobrevivem no altiplano Boliviano conforme costumes dos povos originários é importante para a CSUTCB.

Hay más que todo en las provincias del altiplano, hay trueque todavía. (...) queremos que eso se conserve en nuestra cultura (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Entretanto, este tipo de relação *comunária*, como a referida troca de produtos sem o uso do equivalente em dinheiro, ainda que seja defendida é cada vez mais rara. A manutenção da forma de vida *comunária* e a mentalidade de autoabastecimento é progressivamente substituída pela mercantilização da vida nos diversos setores da sociedade capitalista.

Ya se ha roto lo que era el intercambio de productos. ¿Que significa eso? Yo podía ir con los amigos vecinos de los valles e intercambiar mi producto, yo les llevaba mi papa, mi oca, lo que me sobraba y ellos también me daban su fruta. Y de alguna manera había un equilibrio, en el autoabastecimiento de la comida. Pero ahora, ese tipo de economía se esta rompiendo, se rompe entonces hay una necesidad de tener dinero (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

A cosmovisão andina permanece organizando parte da vida dos povos, o que se percebe na dimensão econômica, cultural e política nas comunidades e nos sindicatos rurais. É difícil encontrar experiências comunais alheias ao mercado capitalista, mas a referência da produção para o auto-sustento é uma realidade entre famílias camponesas. Ainda que a importação de alimentos estrangeiros seja necessária para o abastecimento nacional, a comercialização da produção camponesa abastece parte importante do mercado consumidor interno, de forma que é possível perceber a relação entre produção e circulação de mercadorias no interior da nação.

Aspectos culturais da luta social: autonomia dos povos originários

A autonomia comunitária é exigida, a autonomia dos povos indígenas, a valorização das nações originárias e seu direito de permanecer sobre as terras onde viveram seus ancestrais, de manter vivos os saberes tradicionais, a língua os usos e costumes estão incorporados na luta dos camponeses.

A autonomia comunal reivindicada pelos *pueblos* é exercida na base da CSUTCB como forma legítima de organização política dos sindicatos agrários. Ainda que a tradição ocidental dos sindicatos operários seja determinante na organização das Federações e da Confederação, as estruturas organizativas explícitas no Estatuto Orgânico da CSUTCB e as implícitas, também legítimas e reforçadas na luta social favorecem a reprodução dos laços comunitários e o exercício da autonomia.

El sindicato campesino es en primer lugar nuestro propio gobierno comunal (e inter - comunal). En el sindicato nos organizamos nuestra vida productiva y social, manejamos las cosas de la comunidad, regulamos las relaciones internas, resolvemos asuntos de tierras, y nos relacionamos con las autoridades regionales. En ello llegamos incluso a administrar justicia según los códigos no escritos de la tradición andina. En ese sentido, no existe un conflicto de fondo entre el sindicato campesino y la organización tradicional del ayllu. En el sindicato, las autoridades comunitarias se turnan a partir de la elección dentro de una asamblea de los afiliados al sindicato. En los lugares donde subsisten nuestras autoridades tradicionales, el turno es más "obligatorio" y sigue el ciclo agrícola (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

A identidade indígena na Bolívia, influenciada pelos contornos geográficos da região, configura para o movimento social rural a defesa dos *ayllus*, ou o modo de organização comunal indígena. Assim realizam o *ayni*, que é a troca de força de trabalho por força de trabalho realizada em mesma quantidade, que se efetiva entre as pessoas da comunidade, ou entre as unidades domésticas. Assim como a ajuda recebida por uma mulher deve ser retribuída por outra, o trabalho doado por um adulto deve ser pago por outro. O trabalho cooperativo inclui atividades de construção e limpeza de caminhos, processos de organização para implantar e manter a existência da comunidade, ações para solucionar problemas de educação, saúde, esporte, etc. (Sousa, 2006). Essa vivência comunitária de troca de força de trabalho, realizada em mesma quantidade, rompe com as relações de mercado fundadas na exploração e no lucro, ou seja, contraria um valor central na sociedade capitalista.

A folha de coca é um dos símbolos mais marcantes da região andina. O uso milenar da folha tem efeitos de redução dos sintomas causados pela grande altitude. Nos Andes, a coca é um fator de coesão social. Os trabalhadores se reúnem várias vezes ao dia para *pichar*, ou seja, mascar folhas de coca. Esse costume em algumas situações vem acompanhado com o álcool. O *picheo* ajuda a agüentar as duras condições de trabalho e contribui para amenizar os sintomas da altitude. Entre os mineiros a coca serve como oferenda ao *Tio*, deidade da mina (Michard, 2008).

Estre outras propriedades a coca tem alto valor nutritivo e é usada em chás, farinhas e alimentos. Mas a coca é também é matéria-prima de produtos como a coca-cola e quando refinada é a base da cocaína. Neste sentido, a folha de coca simboliza o uso de matéria prima andina em produtos imperialistas.

Além do valor simbólico marcante da folha de coca para a tradição e para dominação, o cultivo de coca traz implicações sociais, econômicas e políticas para a região. Uma delas é a criminalização da plantação de coca como uma das ações aliadas à política norte-americana de “Guerra contra as drogas”.

Hemos luchado contra la ley 1008 porque esa ley es una imposición de los gringos de Norte América, porque inclusive nos ha prohibido pichar coca, (...) o sea ellos, quienes son los culpables, la coca lo ha desnaturalizado ellos, ellos lo han prostituido no nosotros. Nosotros siempre hemos tenido ese respeto a la coca, la coca entra en todo aquí en nuestra cultura aymara (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

O racismo e suas profundas conseqüências sociais é uma das realidades mais difíceis de ser enfrentada. Preconceito, discriminação, inferiorização, exclusão, ameaças, humilhações, violência física e até assassinatos. O racismo justifica a exploração irracional da mão-de-obra do trabalhador camponês indígena e da trabalhadora camponesa indígena.

Aquí en este país los indios son los que trabajan en trabajos más difíciles, trabajos más forzados (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

O racismo de uma sociedade com população majoritariamente indígena está presente na reprodução das relações de inferioridade das nações aymaras e quéchuas, caracterizando um aspecto de subalternidade de classe-etnia que pode estar revestida de uma violência irracional no cotidiano.

A través del tiempo se dio eso, han pasado muchos partidos políticos donde nosotros no sabíamos la ley, nos sometían hasta a castigo, a veces. Había una persecución de los partidos hacia nosotros, por lo que muchos teníamos que dormir en el bosque (Entrevista com Basílio Chambi, Secretario Geral da Comunidade Santana, em Coroico, Fiscalizador da Cáritas Coroico, Dirigente em Sindicato Agrário).

A compreensão do racismo, da discriminação, do preconceito e das diversas formas de humilhação a que os índios camponeses são submetidos, fortalece a compreensão da estrutura sócio-política da sociedade. São vivências fortes que mantêm a memória da luta anticolonial.

Em seu discurso, os líderes indígenas aymaras retomam a cosmovisão andina e a República de Qullasuyo. A luta dos povos indígenas conta com respaldo internacional, no artigo 169 da OIT e na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, onde é reconhecida a autoridade indígena sobre as terras onde vivem. A Declaração é usada como uma ferramenta política pelos povos que reivindicam seus direitos a partir das leis internacionais, fazendo desta passagem elemento que garante diálogo com a comunidade nacional e internacional.

El convenio 169 de la OIT nos reconoce que somos pueblos indígenas y también naciones unidas, reconoce que tenemos que ser consultados para cualquier concesión minera, para cualquier concesión de recursos naturales que hay en alguna comunidad, para ver si aceptamos o no eso. En esa dirección nosotros vamos a trabajar (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Terra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Grande parte do campesinato organizado na Bolívia, principalmente aymara e quéchua, encontra-se agrupado na CSUTCB. A forte influência do movimento Katarista contribui para a conformação de uma perspectiva determinada de compreensão da sociedade boliviana⁹⁷. Há uma forte mística que gira em torno disso e o sentimento de tristeza é demonstrado pelo fato de que toda a riqueza cultural e natural da região está sendo mercantilizada

Mira la cultura aymara aun guarda el secreto que tenemos en un rincón de nuestro corazón, está guardado, muchas cosas nos resistimos todavía. ¿Por qué eso?, porque nuestro conocimiento suele ser mercantilizado, nuestra sabiduría y han mercantilizado en nuestros países el modelo económico aymara (...). Entonces todavía están intactas nuestras costumbres (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Terra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Aspectos ecológicos na luta pela terra: Respeito à *Pachamama*

A perspectiva explicitada pela CSUTCB em materiais políticos de apresentação da organização é alcançar para os povos indígenas originários da Bolívia, um desenvolvimento econômico sustentável equitativo e justo, mantendo a identidade originária, mediante a gestão sustentável dos recursos naturais com participação indígena e campesina, cuidando o meio ambiente, garantindo acesso à terra e ao território (Lista de Documentos, CSUTCB, 2008).

⁹⁷ Existem, é claro, além desta, outras organizações da parte não andina do país nas quais participam outros povos, tais como a Asamblea del Pueblo Guarani (APG) del Chaco e Confederación Indígena del Oriente Boliviano (CIDOB) na amazônia boliviana (Rojas-Ortuste, 1992). Mas para compreender os princípios políticos da CSUTCB é preciso recorrer ao pensamento político aymara e ao movimento Katarista.

Para nosotros, tierra y territorio es donde estamos pisando es nuestro y donde estamos el subsuelo queremos que sea nuestro, el espacio donde estamos queremos que sea nuestro el territorio que tenemos queremos ser dueños de esa tierra, por eso hablamos de tierra y territorio (...). Nosotros queremos y tenemos un territorio una comunidad indígena, una comunidad campesina, nosotros queremos decidir de nuestros recursos que hemos vivido. Yo creo que hasta el momento no se ha dado esa concepción entre nosotros, estamos queriendo que haya representación mayoría de nosotros vamos a proponer y exponer nuestra propuesta al respecto (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Terra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

A concepção ecológica, e os conceitos de alimento, terra e água, divergem imensamente quando comparamos a cultura ocidental e a cosmovisão andina. A primeira e mais marcante diferença é que na cosmovisão andina é inaceitável que a água tenha valor mercadológico.

El agua que es vital. En la cosmovisión andina, el agua es nuestra, no la puedes pagar, no es privada el agua, entonces, es algo muy fuerte, no supera simplemente, hablando de la parte mercantilista, si no hablando aparte de una concepción de vida, de convivir con la naturaleza... privarte de agua y pagar... (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

O uso mercadológico dos recursos naturais leva a população à insurreições. No início do século XXI a população se levantou, pois era inaceitável que a água que está aí acessível a todos comece a ser cobrada. Os levantes camponeses indígenas que ocorreram entre 2000 e 2005 marcaram a história da Bolívia e transmitiram uma mensagem à América Latina e ao mundo, contrapondo a defesa da natureza ao sistema neoliberal. Isto porque o drama da expropriação da riqueza da população por empresas privadas foi sentido com sofrimento juntamente com o drama da destruição da natureza.

Estamos a faldas de la cordillera real del Illampu, Illimani, Condoriri, tantas cumbres que tenemos allí y vivimos allí. ¿Cómo es posible además vivimos a orillas del lago y como es posible que te puedan cobrar algo de que es parte, que vives, que es tuyo, que por años siempre ha estado a disposición nuestra? Entonces eso es algo que de pronto molesta mucho a la población indígena del campo (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

A cosmovisão aymara, quechua e de outras nações originárias, reverencia o conteúdo sagrado da Mãe Terra⁹⁸, *Pachamama*, na água, nos vales, nos rios, nas plantas e animais, e

⁹⁸ Sobre o Dia Mundial da Terra 22 de abril de 2009, Evo Morales defendeu na ONU que seja reconhecido como o Dia Mundial da Mãe Terra. A proposta foi aceita por unanimidade. Evento simbólico, que em períodos de crise econômica,

nos alimentos que produz.

En ese aspecto creo que nuestra cultura ha sido la reserva moral que tenemos nosotros. Respetamos a nuestros animales, ríos, lagunas, etc. En el mundo no ha pasado eso, por eso hay calentamiento global, porque los capitalistas ya han terminado con sus recursos naturales, ríos, bosques, etc., ellos han ido a ganar plata y no velan por lo que puede pasar de aquí a un tiempo, el único moral que tenemos como pueblos indígenas, no solamente en Bolivia, en otros países también debe ser igual, el pueblo indígena tiene esa reserva moral de que nosotros podemos salvar este planeta, pero mientras tanto todavía hay riqueza en agua, bosques que todavía están intactos, es bueno seguir manteniendo. El mundo nos debiera agradecer porque hay una deuda pendiente con los países desarrollados porque ellos gracias a los países de latinoamerica aun hay bosques la oxigenación que mantenemos al mundo, creo que eso debe ser tomado en cuenta en algunos eventos. Lo estamos plateando en algunos eventos internacionales preparando con ayudas del gobierno central de algunos ministerios, el tema es que haya referencia a ese daño que han hecho los países desarrollados. En ese tema estamos tratando (Entrevista com Dionisio Cabrera, Secretário Terra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

A CSUTCB retoma a discussão da soberania nacional defendendo a nacionalização do gás, da água, da terra e outros recursos naturais. A radicalização da defesa da Mãe Terra nos primeiros anos do século XXI esteve vinculada à recusa do projeto político neoliberal de privatização dos recursos neoliberais e mobilizou amplas parcelas da população, polarizando o debate político na Bolívia em distintos projetos de sociedade.

Enquanto a região da Meia Lua economicamente mais desenvolvida e rica, representa politicamente a defesa do projeto separatista articulado com o 'receituário neoliberal' a partir da perspectiva de uma 'oligarquia branca', as terras altas e médias da Bolívia articulam o discurso indianista de autonomia comunitária e convivência harmônica com a natureza com a proposta de derrubar o projeto neoliberal para o país. No século XXI, os aspectos ecológicos aparecem explicitamente articulados ao debate político e econômico na Bolívia.

A luta das mulheres

As mulheres optaram por se organizar em uma agrupação própria, ainda que vinculada à CSUTCB. Elena Crespo é a liderança que retoma a história da formação desta organização de mulheres, desde o início nomeada como Bartolina Sisa.

ambiental e política leva para a esfera simbólico-política mundial o amor, o respeito à *Pachamama*, valores dos povos originários.

Por el 1980 las mujeres que eran del campo, campesinas, indígenas originarias, principalmente del lado del Altiplano empiezan a decir bueno siempre a habido Julián Apaza, entonces debe haber también Bartolina Sisa. Entonces la compañera Lucila Morales, junto con otras compañeras como Lidia Anti y otras de las cuales no me acuerdo bien, se han puesto de acuerdo para organizar Bartolina Sisa. Y se ha fundado en la localidad de Batallas de la provincia los Andes. Ahí se ha fundado la Bartolina Sisa a nivel nacional. Y eso ha sido reconocido inmediatamente por el compañero Genaro Flores y han convocado ya sus primeros congresos de las Bartolinas Sisas. La idea era de que como mujeres, igual que Bartolina Sisa, trabajen al lado de los hombres. Pero lastimosamente lo más chistoso que pasaba era que la CSUTCB pensaba que las mujeres Bartolinas tenían que estar sujetas a ellos nomás en todo. No tenían las Bartolinas una decisión propia, una autonomía propia. Yo me acuerdo que en los congresos de las CSUTCB quienes cocinaban eran las Bartolinas (...). Pero bueno finalmente hemos dicho: ¿y aquí que ha pasado? nosotras no somos cocineras ni nada y tenemos nuestros propios planteamientos. Y las Bartolinas hemos empezado a crecer y han salido de La Paz, de Oruro, de Potosí, de varias regiones. Y la idea siempre a sido armar su propia federación a nivel nacional con más fuerza. A partir de ese instante poco a poco, ganan más autonomía las Bartolinas Sisas. Siguen siendo aliadas, siguen trabajando conjuntamente con la Confederación Sindical pero tienen mayor autonomía (Entrevista em grupo com mulheres, fala de Elena Crespo, Primeira Assessora do Comitê Executivo das Bartolina Sisa Nacional, entre 1980 e 1984).

O papel da mulher na luta social ainda é um tema omitido nos debates correntes. Quando tratada com seriedade a questão de gênero no movimento, as análises mostram que o machismo e o colonialismo presentes nas estruturas políticas do Estado se repetem nos postos de direção sindical e em movimentos populares e indígenas. De tal sorte que não estão isentos a CSUTCB, tampouco novas organizações como o CONAMAQ ou o CONSAQ, que reproduzem, em muitas conjunturas, especialmente na década de 1990, em ayllus masculinizados, pactos políticos feitos às costas das comunidades, onde as mulheres são usadas como adorno em um modelo urbano e discursivo do indígena (Rivera, 2003).

Segundo Elena Crespo, sobre a mulher e sua luta, no processo de consolidação de autonomia existe forte dependência com os dirigentes masculinos e, ainda, algumas dirigentes femininas têm temor no sentido de que tratam de fazer denúncias com muito cuidado a respeito do manejo das relações de poder que existem entre homens e mulheres. Porque se é feita uma forte denúncia frente a esse manejo assimétrico de relações de poder pode existir inclusive a censura por parte dos dirigentes masculinos então por esses temores, precisamente porque ainda continuam dependentes, muitas vezes as mulheres não são tão agressivas nem tentam conseguir ou consolidar o que estão conseguindo até este momento. A Constituição Política do Estado Plurinacional foi um marco também na luta das mulheres indígenas.

Las constituciones políticas del Estado nunca habían sido elaboradas con participación de indígenas originarios, y menos por mujeres. Ni mujeres tampoco de la clase de los criollos ni de los mestizos han participado, menos las mujeres indígenas. Las mujeres indígenas no hemos participado en la constitución política del Estado. Después ya han entrado los gobiernos de turno, totalmente representantes de la derecha. Por lo tanto había la discriminación, la marginación de la clase campesina, de la clase indígena originaria (Entrevista com Elena Crespo, Primeira Assessora do Comitê Executivo das Bartolina Sisa Nacional, entre 1980 e 1984).

Um dos princípios comunitários importantes na Bolívia é o *chacha warmi*, que significa em aymara a complementaridade entre homem e mulher. Segundo Elena Crespo, antes da colônia, na cultura incaica, havia princípios de valorização da diferença e do respeito e total veneração ao feminino, às mulheres, por sua capacidade reprodutora, sua relação com a terra, etc. Atualmente estes princípios e valores têm-se desestruturado totalmente e nesse sentido as relações entre homem e mulher, que caracterizam o *chacha warmi*, não são horizontais, nem equitativas, nem igualitárias em direito, em oportunidades, etc., tendem ao contrário, à uma profunda assimetria de opressão, exploração e desvalorização das mulheres. Nesse sentido deve-se trabalhar muito ainda e as mulheres, talvez por estratégia, tentam não enfrentar os companheiros, elas tentam utilizar uma estratégia de mais passividade, embora elas em alguns momentos apresentem suas queixas.

Segundo Elena Crespo, enquanto avança a luta das mulheres os homens estão se sentindo atacados com a posição de gênero e encontram no *chacha warmi* toda uma bateria de aspectos que lhes permite fazer o discurso sobre o tema e ocultar o que esta acontecendo realmente. Ou seja, desde as comunidades há o escudo de que nas culturas aymaras ou quéchuas está o *chacha warmi*, que há complementaridade, que as mulheres sempre têm opinião nas casas e logo o marido opina, de que a decisão é conjunta. Mas na realidade as mulheres têm sido subjugadas na relação familiar, profissional e política.

As mulheres participam dos bloqueios e das vigílias, entrando na partilha de turnos de trabalho. Foram elas que, de acordo com García Linera (2008), resistiram com pedras à primeira incursão do exército estatal, conseguindo fazer com que ele retrocedesse, em setembro de 2003. As mulheres também representam uma participação fundamental no sucesso da duração das mobilizações por todo o trabalho que realizam ao serem encarregadas do abastecimento de alimentos. Mas, sem dúvidas, ainda que elas tenham importante participação nos enfrentamentos próprios da mobilização, na garantia da alimentação, etc., os momentos decisórios são prioritariamente masculinos.

Portanto, a luta das mulheres é contraditória, porque tem expressão na vida pública e privada. A estrutura patriarcal que tem amplos desafios na sociedade recai sobre a própria organização popular.

Convergências e articulação de forças políticas

Os Ampliados Nacionais são os principais espaços de deliberação dos representantes e os principais cenários de comunicação, transmissão de decisões, de apresentação de propostas que partem com legitimidade e legalidade das comunidades. Em momentos de decisões práticas é comum que representantes de outros setores sociais participem dos Ampliados Nacionais para que se façam conhecer os diferentes pontos de vista e sua incursão prática nas mobilizações. As deliberações aí tomadas são levadas dos representantes para suas comunidades a fim de serem cumpridas.

En ese sentido, la fuerza discursiva del ampliado, cristalizado en un comunicado, convocatoria o resolución, tiene el poder simbólico de materializarse en hecho práctico. Los ampliados funcionan entonces como espacios de autoconocimiento práctico del movimiento indígena, son el mejor lugar de construcción de un sentido colectivo como plataforma de acción, y dentro de la estructura sindical tiene la doble carga de legalidad y legitimidad que los convierten en los espacios privilegiados de conectividad de los sujetos afiliados de la CSUTCB (García, 2008, p. 145).

A estrutura sindical da CSUTCB foi e tem sido muito discutida nos Ampliados Nacionais. Entre outros motivos estava a necessidade de modificar sua estrutura orgânica, de forma a melhor agrupar outras organizações como CONAMAQ e CIDOB, que tinham estruturas distintas da sindical, embora representem o mesmo setor.

O vínculo com a COB é orgânico. A COB é a entidade matriz de todos os sindicatos de trabalhadores e a CSUTCB está filiada à Central Obrera desde sua fundação. No dia primeiro de maio, dia internacional do trabalhador, grandes marchas articulam as distintas organizações.

Os partidos políticos são vistos como uma possibilidade de instrumento político para os movimentos camponeses indígenas. Da mesma forma como a CSUTCB tem um braço econômico, um braço jurídico, os líderes buscam a construção de seus instrumentos políticos para disputa eleitoral, no executivo ou parlamentar. Não faz parte da estrutura orgânica, mas resulta em importantes convergências. Os partidos MITKA, MIP, MAS-IPSP foram usados

como instrumentos políticos para lideranças que protagonizaram na CSUTCB com o objetivo de disputar a via eleitoral e conquistar poder através do Estado.

Em seu programa, a organização trabalha com a missão de propor políticas, programas, leis, etc. a favor dos povos indígenas originários e camponeses da Bolívia, a fim de ampliar a articulação com as políticas públicas de governo buscando consolidar as demandas do povo indígena camponês.

Entonces es muy importante ese ascenso que se va dando ya discursivamente en los años 70, pero con bastante fuerza a partir del 1992, y en 1997, 1999, 2000, ya esa es una presencia, no discursiva, sino material, concreta, efectiva. Bloqueo, movilización, paralización del país, del centro de La Paz, que es la sede del gobierno, y por tanto, de exigencias de demandas presión y pugnas. Y la creación de un partido, un instrumento político, la obtención de algunos diputados un senador (Inca Choqueuanca, Germán Choqueuanca, el llamado inca), por lo que se ve que no es una presencia solamente ideológica, sino política y económica (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

A CSUTCB não é a única organização camponesa na Bolívia, mas é a mais altiplânica ocidental (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz). As outras organizações, ainda que sejam organicamente diferentes, mantêm uma importante articulação entre si e recentemente consolidaram sua aliança no Pacto de Unidade.

Há divergências e restrições dos camponeses com as ONGs e Fundações.

Las ONGs e fundaciones obedecen los patrones, los padrones de inversión de las transnacionales. No obedecen pues la necesidad de la comunidad. Y cuando van a la comunidad con el municipio, con la prefectura, la subprefectura, miran primero donde hay recursos naturales. Donde hay oro, estaño, plata, cobre o minerales para concesionar y explotar. Y si hay madera, madera tienten que explotar, y si hay piedras preciosas, a eso se explota, así es con el agua dulce inclusive, con represas la están exportando a Acapulco. Entonces las comunidades estamos postergadas en este tema, por eso hay una desconcentración, un intencionado momento de olvido a la economía de la familia camponesa, más que todo en la clase aymara. Entonces eso sufrimos desde la colonización y hasta este momento. Son más de 500 años (Entrevista com Maxmiliano Flores, Secretário Executivo da Federación Única de Trabajadores Camponeses Tupac Katari de La Paz, entre abril de 2006 e outubro de 2008).

Numa perspectiva diferente também são ditos os limites de aliança à luta sindical operária. Ao escrever sua história, a CSUTCB conta as alianças e rupturas com a esquerda operária e argumenta que a luta sindical tradicional nega aos índios a compreensão de si próprios. A incorporação da luta de classes não se dá sem que sejam pontuados os limites da luta sindical para as necessidades camponês-indígenas.

La lucha sindical nos niega lo propio. En la Confederación y las federaciones, la lucha sindical sólo nos ha servido para convivir en el sistema republicano. No lo hemos asumido como un fin en sí, sino como una forma de lucha para mientras. En este sentido, la lucha sindical nos está adormeciendo, y nos quiere "civilizar" para que seamos igual que los q'aras. Al servicio de los partidos políticos de derecha e izquierda, de "nacionalistas, revolucionarias y reaccionarias", la lucha sindical nos niega lo propio. La lucha sindical nos hace dependientes del gobierno, oficialistas; nos hace dependientes de los partidos políticos, que nos rebajan a pongos políticos y limita nuestra autonomía: nos hace apolíticos y amarillos, y sólo servimos a nuestros enemigos; nos hace que sólo busquemos regalos y dádivas de los poderosos, lo que fomenta la división y el clientilismo. Por ello, no debemos contentarnos con pedir al gobierno, sino luchar por tierra y territorio, por hacer vigentes nuestros derechos ancestrales y nuestras autoridades originarias. Esto no sólo para cambiar de nombre o indumentaria, como otros pretenden entender y practicar. Tampoco para reformar el sindicato y la comunidad como plantean los partidos políticos. Sino para recuperar nuestras propias formas de vivir y de pensar en el Ayllu-Marka, en la Tenta-Tekoa, como eran nuestras formas de organizarnos de los Andes, los Llanos Orientales y el Chaco (Lista de Documentos, CSUTCB, 2009).

A crítica dirigida ao marxismo é uma reação contra a violência irracional da cultura branca, moderna, ocidental que não respeita, nem aceita lógicas diversas de relações sociais. Os textos de Fausto Reinaga são contundentes, a exemplo de uma passagem, entre tantas, publicada em *Tesis India*.

Cuando el indio deja su tierra (...) desata su alma, corazón y conciencia, el choque trágico de dos mundos; el Tawantisuyu y Europa se trenzan en una lucha a muerte (Reinaga, 2006, p.92).

Por fortalecer a luta necessária pela dignidade dos povos, o indianismo assume muita força na região.

O desafio político exige, entre outras coisas, a formação política. O projeto da *Universidad Indígena Tupac Katari* com o objetivo da defesa do Modelo Ayllu, foi um projeto político-pedagógico da CSUTCB fundado na autonomia dos povos originários. Atualmente, o projeto pedagógico voltou-se para apoio à UNIBOL, com a meta de criação de novas universidades e escolas indígenas organizadas pelo governo de Evo Morales. Diferentemente da proposta inicial comunitária, as propostas político-pedagógicas deste amplo projeto de expansão do ensino para as comunidades indígenas na Bolívia⁹⁹ visa formar instituições de ensino superior de “nível internacional”.

⁹⁹ Com pequenas adaptações, os planos governamentais parecem estar se subordinando ao padronizado modelo de ensino ocidental, que pouco muda de um país para outro, e cedendo rapidamente às exigências da 'globalização da indústria do

Sobre a formação política, esta aparece na fala dos dirigentes como uma das prioridades estratégicas para dar continuidade ao processo de lutas, ao acesso indígena no parlamento e nos cargos executivos, etc. Contudo, a agenda política atual está fortemente voltada para o processo eleitoral e os esforços da CSUTCB estão sendo concentrados neste aspecto e se enfraquecem para o processo pedagógico e para a formação técnica, tecnológica e política.

Tenemos líderes muy carismáticos, líderes con mucha fluencia, pero van a terminar su vida política (...) Pueden suceder de que estos ya no estén digamos. ¿Y quienes van a seguir ese cambio? (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

Frente ao desafio de dar continuidade ao projeto político na Bolívia e a necessidade de aprofundar o desenvolvimento produtivo desejado nas comunidades, a tarefa mais urgente dos sindicatos, ainda que não esteja recebendo a devida atenção, parece ser a formação de novos quadros.

Consciência social e princípios políticos

A CSUTCB é portadora de um discurso de reivindicação nacional-indígena propositiva na construção de uma sociedade distinta, que reproduza um conjunto de relações sociais, de formas de trabalho não capitalistas e de modos de organização¹⁰⁰, significação, representação e autoridades políticas tradicionais diferentes da sociedade dominante (García, 2008).

O katarismo se apresenta como corrente ideológica, reivindicada pelos indígenas, detentora de grande poder de mobilização. A memória de Tupac Katari¹⁰¹, na Bolívia, é símbolo da luta de libertação colonial, contra todos os valores que o processo de colonização espanhola impôs violentamente para as nações indígenas, através de suas instituições. O foco na identidade índia supera a posição do estigma, para afirmar um sujeito histórico e político

ensino', conforme definiu Satish Deshpande, da Universidade de Deli, no Seminário Internacional "As ciências sociais no mundo contemporâneo" organizado pelo Instituto de Ciências Sociais – UnB, entre 22 e 25 de setembro de 2009.

¹⁰⁰ A defesa das nações originárias muitas vezes foi um divisor de águas e continua sendo. As formas mais igualitárias da posse comunal da terra também revelam uma dispersa exploração agrícola. A autonomia regional não resolve o problema do *caudillismo*, do autoritarismo e do machismo patriarcal que se abate sobre as mulheres e as comunidades. Ainda assim é essa a reivindicação que unifica os povos andinos.

¹⁰¹ Tupac Katari – Em 1881, portanto, antes da Revolução Francesa (1889), Tupac Katari, que não era um homem legalista ou eleitoreiro, questionava o colonialismo espanhol. Em sua luta, quis separar-se do sistema, proibir índios de falar o castelhano, como era o plano do espanhol, e orientava para falarem aymara. Não comer o pão dos espanhóis, não tomar água

com um projeto de emancipação.

Se trata de un auténtico renacimiento discursivo del indio mediante la reivindicación y reinención de su historia, de su pasado, de sus prácticas culturales, de sus penurias, de sus virtudes, que ha de tener un efecto práctico en la formación de autoidentificaciones y formas organizativas (García, 2007).

O katarismo influencia o pensamento anticolonial no programa político da CSUTCB e a defesa cultural como princípio político¹⁰². Neste sentido, contribui para um processo de etnificação da condição classista, através de um processo caracterizado por Álvaro García Linera (2008) como culturalização da identidade econômica, ao referir-se simultaneamente à condição econômica dos seus afiliados e ao conteúdo histórico e cultural das comunidades agrárias.

O século XXI demonstrou o acúmulo de luta katarista indianista. Os anos 2000 ficaram marcados pelas mobilizações cocaleras e pela Guerra da Água. O ano 2003 ficou marcado pela chamada guerra do gás e pela luta contra o governo ditatorial de Sánchez de Lozada. O protagonismo da CSUTCB no início do século XXI foi fundamental para eleger o líder campesino-indígena Evo Morales Ayma como Presidente da República.

A partir daí a organização estabelece uma forte aliança com o processo de mudanças promovido pelo ‘governo popular’, que incluíram a Assembléia Constituinte e a consolidação da Nova Constituição do Estado Plurinacional. O pluralismo ideológico se reflete nas diferentes gestões. Atualmente o princípio político é referido como o *proceso de cambio* (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010). A principal característica das ações da CSUTCB está no amplo apoio ao governo, priorizando uma relação baseada na boa coordenação entre as partes, para realizar o processo de mudança nacional.

O desenvolvimento do setor produtivo e a formação de novos quadros são os principais desafios citados. O certo é que o direito à terra, território, água e alimentação, o

da pia e não vestir-se como o espanhol. Assim reivindicava a sociedade comunitarista, voltar ao ayllu, voltar ao incário, onde não houvesse diferença entre pobres e ricos e fosse possível viver em iguais condições de vida (Entrevista a Felipe Quispe).

¹⁰² *El discurso katarista indianista, a finales de los años 70, se va a dividir en grandes vertientes. La primera, la sindical, que va a dar lugar a la formación de la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), hecho que sella simbólicamente la ruptura del movimiento de los sindicatos campesinos con el Estado nacionalista en general y, en particular, con el pacto militar campesino que había inaugurado una tutela militar sobre la organización campesina. La otra vertiente es la política partidaria, no solamente con la formación del Partido Indio, a finales de los años 60, sino del Movimiento Indio Túpak Katari (Mitka) y el Movimiento Revolucionario Túpak Katari (MRTK), que van a incorporarse, de manera frustrada, en varias competencias electorales hasta finales de los años 80. La tercera vertiente, al lado de la política y la sindical, va a ser la corriente académica, historiográfica y de investigación sociológica que se dedica*

direito à autonomia de território indígena, são conquistas que dependem de uma ampla transformação, que inclui o que Dussel (2007b) chamaria de um giro descolonizador.

A política da libertação vai ressaltar a força crítica do sujeito que enuncia, atua e se organiza a partir de fora do sistema político hegemônico. Um sistema que se afirma sobre a pretensão de totalidade, mas que é excludente, contraditório, opressor e faz suas vítimas. A análise dos repertórios de ação e das estruturas organizativas que permitem aos movimentos estudados darem continuidade histórica aos seus processos de luta pela terra mostra como estas dimensões estão alicerçadas em princípios políticos críticos.

3.4 QUADRO COMPARATIVO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST E DA CSUTCB

A pretensão de totalidade da “ordem política vigente” é elemento ideológico que permite a sua reprodução. Ela se fundamenta em teses filosóficas, econômicas, políticas, e concretamente se operacionaliza em instituições. Muitas vezes trata a própria política como privilégio de governantes, legisladores, profissionais, burocratas e administradores. Questionando esta perspectiva, a *A arquitetura da política* apresentada por Dussel (2007b, 2009) não apenas reconhece o poder político das organizações sociais populares como identifica no protagonismo de setores oprimidos a possibilidade de desenvolvimento de uma política da libertação.

A tabela que segue foi desenvolvida para esta tese no ano de 2009. É uma tentativa de apresentar sinteticamente, a partir dos dados coletados sobre o MST e a CSUTCB, elementos das três dimensões na teoria política de Dussel, que são as ações políticas estratégicas, as mediações políticas e os princípios políticos críticos.

QUADRO 1. Quadro com dimensões e categorias analíticas para a comparação da organização política do MST e da CSUTCB

Análise dos movimentos rurais:	MST – 26 anos de luta pela terra	CSUTCB – 30 anos de luta pela terra
--------------------------------	----------------------------------	-------------------------------------

a llevar adelante, de manera rigurosa, este revisionismo histórico mediante el estudio de casos de levantamientos, de caudillos, de reivindicaciones indígenas desde la Colonia hasta nuestros días (García, 2007).

Conflitos sociais e aspectos econômicos, culturais e ecológicos da luta pela terra	Desigualdade social Massa de camponeses sem terra (fome, doenças, analfabetismo, desemprego): luta pela reforma agrária ampla, com acesso à terra e Assentamentos sem investimento Latifúndios improdutivos, grilagem Investimento no agronegócio beneficia empresas transnacionais, modelo de desenvolvimento que destrói a agricultura familiar, esgota a natureza e não respeita direitos de trabalhadores Destruição da natureza: agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, pastagens e monocultura.	Desigualdade social, dominação da oligarquia branca, racismo Nações indígenas sem reconhecimento social e político; cultura dos <i>ayllus</i> destruída; famílias vivendo em surcofúndios Latifúndios, Mercantilização de recursos naturais, destruição da natureza, catástrofes naturais Defesa dos direitos humanos e dos direitos indígenas originários Levantes dos povos indígenas
Ações políticas	Marchas Ocupação de terras Acampamentos: organização de moradia, medicina popular, educação, produção Assentamentos: luta por crédito, infra-estrutura, produção cooperativada, agroindústria, agrovilas, comunas da terra, agroecologia, produtos orgânicos Formação política e educação popular: alfabetização e formação até o ensino superior para o campones, calendário escolar respeitando a colheita, educação popular para a autonomia e a conscientização, formação política integrada à escolarização. Negociação com governos Comunicação: jornal e revista dos sem terra, rádios comunitárias, publicação de cadernos temáticos	Bloqueios de vias e estradas Cérco a cidades Greve de fome, greve de trabalhadores Marchas Negociação com governos Valorização de símbolos indígenas e substituição de símbolos oficiais. Depredação de prédios públicos quando os compromissos assumidos não são cumpridos Apoio ao "processo de cambio" com participação na Assembleia Constituinte dos Povos, na refundação do Estado Plurinacional de Bolívia, na luta pela Soberania dos Povos
Mediações e Estruturas organizativas	Instâncias representativas Congresso Nacional (a cada 5 anos) Encontro Nacional Direção Nacional Coordenação Nacional Coordenações Regionais Encontro Estadual Direções Estaduais Coordenações Estaduais Setores de Formação, de Produção, de Juventude, de Gênero, etc. Coletivos e Frentes de Massa Núcleos de Base: Acampamentos e Assentamentos Documentos Normas Gerais Compromissos dos Congressos Nacionais	Instâncias Representativas <i>Confederação</i> <i>Federaciones Departamentales</i> <i>Provinciales</i> <i>Cantoniales</i> <i>Subcentrales</i> <i>Sindicatos Agrários</i> Documentos Estatuto Orgânico Regulamento Personalidade Jurídica
Princípios políticos críticos	Cooperação Solidariedade Direção coletiva Paridade Vinculação permanente com as massas Agroecologia Aliança classista Organização Popular Soberania Alimentar	Visão comunitária Reciprocidade Equilíbrio Social Equidade Complementariedade Conservação dos Recursos Naturais Respeito à Vida

A partir do quadro é possível visualizar rapidamente que as ações, as mediações e os princípios políticos da CSUTCB e do MST respondem a conflitos sociais, em que as principais motivações são a precaridade de condições materiais e a ameaça à reprodução de vida nas comunidades. Trata-se do conteúdo material da política que, conforme Dussel (2007a), está relacionado às esferas ecológicas, culturais e econômicas. A lógica apresentada na primeira parte do capítulo 3, no esquema proposto por Dussel (Esquema 1), que é precisamente a lógica de co-determinação de distintas dimensões, níveis e esferas do Político, está presente na organização política da CSUTCB e do MST.

Outra relação importante que aparece muito viva nos processos de luta pela terra e nas

organizações políticas do MST e da CSUTCB remete aos dois momentos da política: *potentia* e *potestas*, conforme apresentado no capítulo 1. A dialética entre o poder político da comunidade e o poder da instituição, neste caso, encontrou elementos empíricos para a análise de três pontos: 1. a força política que existe potencialmente na comunidade; 2. a necessidade de institucionalização e criação de mediações que permitam a permanência da organização política dos movimentos sociais e a crítica ao sistema hegemônico na ‘ordem política vigente’; e o reconhecimento dos limites da instituição na sua forma dominante instituída na razão moderna, na formalidade do Estado liberal, na economia sob domínio do capital.

Para chegar à crítica da totalidade do sistema, a arquitetônica desenvolvida na filosofia política de Dussel (2007a) atribui aos grupos oprimidos o local da crítica ao sistema de dominação e identifica a potencialidade da realização da política como atividade positiva transformadora, a exemplo do lugar político crítico atribuído aos proletários na economia política de Marx.

A “transformação crítica do político” parte do nível menos teórico e mais concreto, conflitivo e crítico, da política como atividade transformadora (Dussel, 2007a, 2009). O esforço de descrever a política como totalidade é também a escolha de um caminho longo, por compreender que o político não é exclusivamente nenhum de seus componentes, mas todos os componentes em conjunto.

O estudo do MST e da CSUTCB mostra esta potencialidade política, do exercício de poder e da organização social, que pode ser atualizada e realizada a partir de sujeitos camponeses, ainda que estes sejam sistematicamente excluídos, para usar as palavras de Fanon, “os condenados da terra”.

Este potencial crítico e transformador da ordem política vigente opera em distintas dimensões. A ação política como ação estratégica, que se realiza mediante planejamento coordenado de ações. A instituição política como a forma mediada de realização do poder delegado [já que todo o poder pertence à comunidade, é esta quem pode exercê-lo diretamente ou delegar a representantes]. Os princípios políticos, implícitos ou explícitos, como a base de toda a política [são os princípios que permitem discernir entre as possibilidades de solução de conflitos e servem de importantes guias para enfrentar momentos que fogem à norma e se ampliam em complexidade].

‘A política é a arte do possível’ e se constrói socialmente com as tecnologias disponíveis num determinado momento histórico. Os recursos e instrumentos disponíveis, as

forças armadas e o preparo subjetivo para enfrentar conflitos devem ser equacionados nesta esfera fundamental da factibilidade política.

CAPÍTULO 4 – POR UMA POLÍTICA DA LIBERTAÇÃO: MST E CSUTCB EM PERSPECTIVA COMPARADA

A análise do camponês como sujeito político, a partir da pesquisa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) possibilitou identificar diferentes formas de organização na luta pela terra e também a mescla de distintas lógicas e ideologias. O exercício do poder popular, que se realiza nas lutas camponesas, está permeado por tensões entre a busca de soluções pela via institucional, a defesa da identidade cultural, a consciência de classe e o enfrentamento ao grande capital. A discussão do capítulo 4 será retomada dos capítulos anteriores e apresentada a seguir com um foco na comparação, pontuando uma heterodoxia presente no pensamento social, identificando elementos possíveis para um novo projeto de sociedade e levantando algumas provocações sugeridas da análise da luta pela terra no Brasil e na Bolívia.

4.1 A LUTA PELA TERRA E A IDENTIDADE CULTURAL

O debate de identidade cultural tem diferentes abordagens, que podem estar mais ou menos identificadas com a lógica do sistema capitalista. Inicialmente serão pontuadas perspectivas críticas à culturalização dos movimentos sociais.

A primeira crítica é que a perspectiva que valoriza o processo identitário, quando nega que as contradições do capital continuam sendo a base da maioria dos processos de exploração, tem a consequência de fortalecer a aceitação do sistema econômico e político e a submissão ao crescente processo de concentração. Terry Eagleton (2005, 2005a) desenvolve esta reflexão, mostrando que a idéia de cultura foi reapropriada pela esquerda política como

resposta a uma nova espécie de capitalismo pós-guerra, onde a mídia e o consumismo desempenham papel central, e também como forma de distanciar-se de experiências totalitaristas e autoritárias, tal qual foi o stalinismo. Como conseqüência, as relações produtivas saíram da centralidade do debate da sociedade capitalista, fazendo com que esta tendência seja criticada por neutralizar a realidade da exploração de classe entre teóricos marxistas.

De fato, há conseqüências políticas vinculadas à tendência de culturalização dos movimentos sociais. Zigmund Bauman (1999) analisa que a afirmação da diferença e o processo de auto-reflexão política, fundamentais nos movimentos identitários, tende a levar a conseqüências políticas de isolamento político, enfraquecimento e fragmentação de movimentos sociais.

As quase soberanias, as divisões territoriais e a segregação de identidades promovidas e transformadas num *must* pela globalização de mercados e da informação não refletem uma diversidade de parceiros iguais. O que é opção livre para alguns abate-se sobre outros como destino cruel (Bauman, 1999, p. 78).

Segundo o autor, esta realidade é favorecida pelo contexto de globalização e pelas políticas de ajustes estruturais neoliberais e, portanto, “a fragmentação política e a globalização econômica são aliados íntimos e conspiradores afinados” (Bauman, 1999, p. 77).

Exemplos não faltam, entre teorias como multiculturalismo, as teorias da identidade e da diferença, que acabam por negar toda e qualquer validade de macro teorias e dos problemas estruturais do capitalismo. São teorias que, ao privilegiar a diversidade, o pluralismo, a auto-reflexividade e o reconhecimento da identidade cultural, fortalecendo a idéia de que os movimentos sociais são “fundamentalmente” distintos, rompem radicalmente com a abordagem estruturalista, argumentando pelo fim do conflito de classes e das contradições do capitalismo (Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000).

É pertinente a pergunta de Moraes (2004): o que significa afirmar que o capitalismo pode resolver o problema de reconhecimento das identidades culturais, mas não pode resolver o problema de classes quando a esmagadora maioria da população sofre ambas as opressões?

Este estudo constatou que não há homogeneidade entre os camponeses e a cultura é assinalada como ponto de diferenciação com impacto na política de distintos movimentos de luta pela terra na América Latina. Mas seria correto dizer que o foco na identidade e na cultura significa uma progressiva submissão ao amplo sistema de opressão e exploração

social? É possível dizer que nos movimentos sociais estudados a luta relacionada à cultura ganha maior proeminência do que a luta contra as contradições do capital? Como o MST e a CSUTCB incorporam as demandas de reconhecimento de identidade cultural?

As distintas culturas configuram uma riqueza de modos de ser, de se organizar e de viver e este foco diferencia muito a realidade brasileira e boliviana. A questão indígena preponderante na população boliviana é reconhecida como o elemento de divergência na luta pela terra do Brasil e da Bolívia. Este elemento será destacado a seguir.

A luta pela terra e a soberania dos povos

Na Bolívia, a colonização introduziu violentos modos de destruição de culturas de civilizações milenares e imposição de costumes, relações sociais e instituições ocidentais, num processo que passa pela república e que continua nos dias de hoje. Pierre Clastres (2004 [1974]) discute as formas de genocídio e desenvolve o conceito de etnocídio sofrido por povos não ocidentais. Entretanto, o horizonte histórico se manteve na memória dos povos andinos e é reivindicado atualmente em movimentos identitários. A perspectiva de uma cultura reivindicada pelos povos no debate da descolonização remete à crítica de uma ampla lógica ocidental, propondo um giro epistemológico ou giro des-colonial, conforme Walsh e Mignolo (2006) que consiste em mudar o lugar de enunciação epistêmica, política e ética. A perspectiva desta abordagem é mudar a geopolítica do conhecimento a partir da formulação de questões provocadoras: Quem enuncia? De onde enuncia? E o que enuncia? A resposta, numa alusão a relações entre geo-história e epistemologia, aponta à capacidade dos movimentos subalternizados de teorizar sobre uma experiência “outra”. É uma lógica e não um discurso. Mas é uma lógica que conhece a hegemônica e constrói outra em oposição.

A questão da emancipação dos povos que depende de um processo descolonizador, busca sua base na valorização dos saberes ancestrais, nas identidades tradicionais, nas comunidades “originárias”. A luta pela descolonização que se fortalece em vários países da América Latina, com referência em horizontes históricos de culturas pré-capitalistas e não ocidentais, tem o viés antioligárquico e em defesa da autonomia.

No discurso de dirigentes atuais e antigos da CSUTCB e outros informantes, praticamente todas as dimensões da vida estão atravessadas pela lógica colonial. Na divisão entre trabalho manual e intelectual, por exemplo, a mão de obra pesada ficou a cargo dos índios.

Aquí en este país los indios son los que trabajan en trabajos más difíciles, trabajos más forzados (...) el blanco no hace nada el blanco esta echado pero sin embargo vive mejor (...) en sus buenas casas, son dueños de las empresas, las minas, de las fabricas, de los bancos, son jefes políticos, jefes militares. Nosotros nada, solamente trabajadores. Si estamos en el campo tenemos que labrar la tierra, cuidar los productos o sea los sembradíos como la niña de sus ojos, si estamos en las minas también sacamos minerales de ahí adentro como hormiga. (...) El patrón es gringo y el trabajador es el indio, no es gringo (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Na língua, muita gente deixou de falar aymara porque houve discriminação e humilhação nas escolas e universidades: *“hasta hacían cambios en nuestros apellidos”* (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010). Na religião, *“ellos nos han inculcado que tenemos que ser católicos, cristianos. En la verdad en nuestros pueblos originarios campesinos indígenas aún conservamos nuestra religión”* (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010). Na tradição organizativa nas bases, assembleista, com referência no modelo comunal do *ayllu*, a rotatividade de autoridades na comunidade é uma das formas peculiares de organização que não encontra referências na organização vertical da política dos brancos.

A opressão do racismo se revela em práticas sociais que geram sofrimento, medo e humilhação. As relações sociais sustentadas nesta base justificam violências irracionais, expropriação, exploração extrema.

Seguir impulsando el racismo (...) es una forma de defender los privilegios de las fuerzas retrogradadas, pues no los quieren perder sus privilegios (Entrevista com Luis Nieto Gutiérrez, Apoio Técnico do Comitê Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Lutar contra as variadas formas da inferiorização da raça passa por um processo de auto-reflexão e de afirmação identitária necessárias para a libertação de preconceitos muito fortes e compartilhados em uma sociedade de mentalidade colonizada, como se nota no trecho a seguir.

Tomar esa conciencia de ideología, conciencia de ser aymara, conciencia de ser quechua, conciencia de ser guaraní (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

A influência da cosmovisão aymara e quéchua é fundamental na política da CSUTCB, para a constituição de uma identidade simbólica agregadora, para definição das demandas, para a construção tática e estratégica da luta e para a organização de bases e sindicatos

agrários. A CSUTCB em sua defesa cultural, atualmente assumindo a cooperação da secretaria executiva nacional com o governo do MAS – IPSP (Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos), busca construir e fortalecer o Estado Plurinacional e a autonomia jurídica, produtiva e lingüística das comunidades. Para isso luta contra o racismo, a inferiorização e a violência sobre as nações originárias.

Al indígena le puedes explotar, le puedes discriminar, tantas cosas que le puedes hacer al indígena, pero cuando te metes con su medio de vida ... (...) En la cosmovisión andina, el agua es nuestra, no la puedes pagar, no es privada el agua, entonces, es algo que es muy fuerte, no es mercantilista, sino una concepción de vida, una concepción de convivir con la naturaleza (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Las organizaciones también deberían manejar recursos para buscar un desarrollo propio, con nuestras propias visiones, con nuestra propia cosmovisión (Entrevista com Luis Nieto Gutiérrez, Apoio Técnico do Comitê Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

O desenvolvimento do discurso indianista tem antecedentes históricos: se ilustra com o Manifiesto de Tiwanaku (1973), com Manifiesto del Movimiento Indio Tupac Katari (MITKA) de 1978, com as Teses dos Congressos da CSUTCB (1983), com o discurso de posse do Presidente Evo Morales (2006). A identidade cultural ganha progressivamente o reconhecimento nas ruas e assume dimensões políticas.

Esa identidad se fortalece en el año 2000 y el 2001 y el 2002 en el cual la autoestima del indígena sube hacia arriba a través del discurso de Felipe Quispe no. El le da autoestima al indígena entonces quizás un indígena pueda ser orgulloso de ser indígena (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

O conhecimento e os saberes da comunidade estão vinculados a uma moral ancestral valorizada pelo movimento campesino indígena e dificilmente reconhecida pelo Estado.

No sabe como sembramos, no sabe como producimos, como hablamos con la naturaleza, como entendemos a la naturaleza, no sabe porque bailamos, oramos, o damos gracias a la naturaleza. No sabe cómo hemos hecho la familia y como la respetamos (Entrevista com Maxmiliano Flores, Secretário Executivo da Federación Única de Trabajadores Campesinos Tupac Katari de La Paz, entre abril de 2006 e outubro de 2008).

En 1992 se da la marcha de los indígenas de oriente. Una marcha que se hace en contra de la famosa conquista de América, digamos, esta presencia que los pueblos de oriente van asentando su presencia en el imaginario colectivo de las personas en todo el país. (...) Esto ya no es solamente un posicionamiento de identidad, ya es un posicionamiento político, porque

paralizan el país, bloquean carreteras, presionan y exigen al gobierno conquistan y logran, obtienen. Así reafirman el carácter de clase del indígena campesino, pero ya con el componente fuertemente cultural, no como campesino solamente, sino también como indígena (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

Na Bolívia, a identidade étnica, carregada de milenares tradições comunais e influenciada pelos contornos geográficos da região, tem uma ligação espiritual com a terra e uma memória muito forte da formação de *ayllus*. A força ideológica do indianismo está presente na luta pela terra.

Indianismo e Marxismo

A concepção indigenista, entretanto, além de ter muitos matizes, também se afirma na negação de concepções ocidentais. Alguns dirigentes da CSUTCB contrapõem a cosmovisão andina com o marxismo e se posicionam pela primeira abordagem, algumas vezes negando incisivamente em seu discurso a validade da obra de Marx para tratar de sua realidade. Entretanto, a corrente katarista vincula o indianismo com demandas políticas e econômicas reivindicando a superação do sistema capitalista e da segregação imposta pela sociedade moderna.

A luta pela terra na Bolívia é inspirada no pensamento de dois autores andinos, intelectuais da revolução índia, frequentemente citados quando o tema é a ideologia do movimento campesino indígena: Fausto Reinaga e José Carlos Mariátegui. Isso fica evidente na produção literária da Bolívia, em documentos, nas entrevistas e em atos políticos. Portanto, cabe uma rápida comparação. Reinaga, que analisou o processo de Reforma Agrária da Bolívia em 1952, sustentava que a revolução índia só seria possível com a ‘degola’ de Marx e Cristo. Sua perspectiva radical reflete a idéia bastante aceita na Bolívia de que a lógica ocidental, mesmo em sua concepção mais libertadora, reproduz critérios racistas contra indígenas e que a esquerda mais revolucionária também reproduz os valores colonialistas das direitas políticas.

Por sua vez, Mariátegui, que analisou a economia peruana e estabeleceu um diagnóstico nacional, simbolizando um corte radical com as visões oligárquicas e colonialistas em 1928, pensou para esta realidade social, um socialismo indoamericano. O autor acreditava, entretanto, que “*no hay salvación para Indo-América sin la ciencia y el pensamiento europeos u occidentales*” (Mariátegui, p.13, 2005) e, assim, propôs uma ‘peruanização do marxismo’, buscando nos valores do modo de vida indígena incaico elementos que

sobrevivem na sociedade latino-americana e que são explicativos desta (Amoretti, 2009). Mariátegui ficou conhecido como o primeiro autor a analisar a realidade latinoamericana sob o método marxista e propor o socialismo indoamericano.

É preciso salientar que a formação marxista foi a base política de ambos os autores, ainda que se posicionem diferentemente sobre o tema. Uma dinâmica semelhante acompanha as influências ideológicas nas diferentes gestões da CSUTCB. A autenticidade da cultura não ocidental é valorizada em propostas revolucionárias, mais ou menos alinhadas com o marxismo, frequentemente fazendo referência a ele, seja para afirmá-lo ou negá-lo. Mas a história da organização da CSUTCB, ainda que mantenha por força das bases a influência da cosmovisão andina e da lógica dos *Ayllus*, está fortemente marcada pela aliança com os trabalhadores mineiros da Bolívia e sua ideologia, bem como pela estrutura sindical, que é uma herança política do movimento operário europeu.

De qualquer forma, a idéia ou o discurso que verdadeiramente dialoga com a população andina é a afirmativa do direito dos povos indígenas como direito da humanidade, é a valorização das raízes e dos saberes ancestrais, é o comportamento da comunidade orientado pelo respeito e pela vida em harmonia com a natureza. Mariátegui reivindica o socialismo para a realização de uma revolução índia. Reinaga, intelectual aymara com forte formação teórica e política marxista, enuncia o rompimento com esta herança teórica sob o argumento que a luta socialista nega a realidade índia.

Analisando o Indianismo e o Marxismo, Álvaro García Linera (2005) vai escrever sobre o desencontro de duas razões revolucionárias na Bolívia na seguinte perspectiva,

En Bolivia, el antiguo marxismo no es significativo ni política ni intelectualmente, y el marxismo crítico, proveniente de una nueva generación intelectual, tiene una influencia reducida y círculos de producción aún limitados. Por el contrario, el indianismo, poco a poco, se ha ido constituyendo en una narrativa de resistencia que en estos últimos tiempos se propuso como una auténtica opción de poder (García, 2005).

O aspecto de valorização da cosmovisão indígena nos princípios político-ideológicos dos movimentos populares diferencia a comparação entre Bolívia e Brasil e marca talvez a maior variância entre as concepções da CSUTCB e do MST.

Não se pode subestimar a propensão do capitalismo a recriar fenômenos em longo prazo. A acumulação desordenada do capital e a semiproletarização, que inclui questões de hierarquia social, gênero, etnia e raça, fornecem a base econômico-estrutural para a reprodução do fenômeno e recriação do capitalismo (Moyo e Yeros, 2006). As hierarquias

sociais estão subordinadas ao mercado. Havendo uma ausência de relações objetivas entre remuneração do trabalho e desenvolvimento das forças produtivas, os trabalhadores assalariados são subordinados a relações de dependência pessoal, mediadas por hierarquias sociais tais como a raça, que se fundem com a classe ou que a atravessam, no caso do gênero. Tais relações aparentemente não capitalistas estão completamente subordinadas ao funcionamento do mercado.

A luta do MST por uma Revolução Cultural

A organização de massas do MST não prioriza o enfrentamento do debate cultural ou étnico-racial. Ainda que o tema seja incluído nos compromissos dos Congressos Nacionais, é identificado, por exemplo, a ausência de um setor racial na estrutura organizativa. A relação do MST com os povos quilombolas ou indígenas se fortalece em algumas regiões, em alianças locais, entretanto a frágil organicidade com que o tema aparece na política não encontra equivalentes com o processo da CSUTCB.

A abordagem é distinta. Segue uma análise da perspectiva sobre a cultura e identidade cultural no Brasil. O MST reconhece que a cultura popular e os valores das famílias camponesas são destruídos pelo latifúndio, pelo modelo do desenvolvimento, pelo agronegócio.

Os valores do povo do interior, seus hábitos alimentares, sua cultura musical é toda uma riqueza que vai se perder pela monopolização (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

Uma revolução cultural é identificada por João Pedro Stédile como necessidade para a transformação social. O tema é delicado já que vivemos em sociedades com valores hegemônicos do imperialismo norte-americano, cujo projeto é mercantilista e se distancia das necessidades materiais do povo, sejam elas culturais, econômicas ou ecológicas.

O que o MST chama de “Revolução Cultural” faz parte de uma estratégia para se conseguir essa sociedade diferente, começando pelos seus próprios militantes. O caráter interno desse projeto faz com que o MST, em seus acampamentos e assentamentos, diferencie-se dos padrões globalizados de cultura, onde o individualismo é reinante, identidades são desconstruídas e as produções culturais são tratadas como mercadorias (Lima, 2006, p.9).

Algumas passagens de entrevistas apontam para as mudanças culturais desejadas pelo MST.

Não tem como fazer mudança estrutural numa sociedade com uma grande parte das pessoas analfabeta e semi-analfabeta. Sem acesso a um teatro, a música, a arte, ao conhecimento (...).

É fundamental o desenvolvimento das próprias experiências, a Agroecologia é a ciência que pode salvar a humanidade da catástrofe ecológica. Então, isso é aquilo que nós acreditamos que deve ser o futuro da humanidade, a produção sem agrotóxicos, sem agredir, preservar a água, preservar a própria casa (...).

Mesmo em experiências de transformação da sociedade para uma experiência socialista, a gente vê muito limite, por exemplo “enquanto não tiver o comunismo não vai ter total libertação das mulheres” (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST-SP).

O MST ressalta valores e práticas cotidianas importantes para a emancipação, que podem ser exercitados no dia-a-dia, sem muita formalidade, mas integrados ao processo de luta. As experiências citadas como exemplos culturalmente importantes de serem desenvolvidos são a participação política na base, a participação da mulher, a deliberação coletiva nos Congressos, o exercício da autonomia dos trabalhadores e das trabalhadoras, a cooperação, o trabalho coletivo e a formação de agrovilas na superação do individualismo que prevalece no trabalho isolado de cada assentado no seu próprio lote, o desenvolvimento da agroecologia.

Essa é a idéia de não esperar acontecer uma outra sociedade pra mudar nossa postura (...). Esse exercício de ir rompendo os valores dessa sociedade (...) é uma tarefa importante para superar a lógica da sociedade dos indivíduos, da competição entre um e o outro, ou então não se constrói algo de novo (...) e se reproduz o velho. (...) Nós achamos que é possível exercitar lá no acampamento, lá no assentamento, lá na cooperativa essa questão da elevação cultural e disputar o conhecimento como base fundamental pra libertação dos trabalhadores. (...) Então essa ação prática, mais do que uma elaboração, um estatuto ou um manifesto, envolve nossas conversas, o que traçamos com nossos compromissos. (...) É esse exercício de pensar quais são os valores. Então quais são os valores de uma outra sociedade? Bom não é o individualismo. Bom não é o machismo. Bom não é ir implementando essa matriz que destrói, que produz, que envenena, etc. Então acho que a gente está construindo... Talvez nós tenhamos mais noção daquilo que nós não queremos, e já com condições de ir consolidando aquilo que nós defendemos (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

O pensamento marxista é incorporado à luta do MST.

Os professores que vêm pra cá não têm uma linha única. A gente preserva a idéia da pluralidade do conhecimento. Achamos que não é uma única forma que forma. Então o MST acaba captando todas essas correntes do pensamento. Muitas vezes marxista... E são muitos marxismos. A partir

desse conhecimento do todo, dos vários debates que existem, nós fazemos a nossa análise. Então não ficamos presos a uma ou outra corrente que é principal, que é mais importante... Fazemos o esforço de aglutinar esse conhecimento político, ideológico, revolucionário, que a humanidade trouxe até hoje. Isso é ideologia, isso é formação de quadro. As pessoas são capazes de, a partir de uma vivência prática na sua militância, dentro de uma escola dessas, se apropriar do conteúdo. Com certeza a interpretação de mundo lá na base fica favorecida. Lá nos assentamentos, nas regiões, se consegue fazer uma leitura muito mais próxima da realidade, do mundo real, vamos dizer assim, do mundo concreto. E, conhecer melhor quem são os inimigos da classe trabalhadora. Isso tudo está vinculado com essa linha de atuação e de análise (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST).

A população brasileira e boliviana tem características culturais distintas que repercutem nas formas de luta. Na Bolívia, a influência das nações indígenas e da cosmovisão andina marca a luta anticolonial e antiocidental como fundamento político da CSUTCB. No Brasil, a miscigenação, a afrodescendência e a colonização européia definem as características nos costumes da população e elementos desta matriz cultural se manifestam distintamente na luta, sendo que o MST tende a identificar de maneira mais objetiva e despregada da identidade cultural, o problema da sociedade de classes. Entretanto, ambos os movimentos lutam contra a lógica imperialista e o poder do grande capital.

A luta se manifesta diferente, mas é parecida. (...) Temos outros costumes (...), mas dentro do próprio movimento, essa luta é antiimperialista, tem uma mesma característica, o mesmo inimigo. Mudam os nomes, mas se trata das mesmas coisas: soberania alimentar, o direito de produzir o alimento, de consumir os alimentos locais, o comércio local, biodiversidade (Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

O debate cultural ao afirmar diferenças regionais, promove a ampliação e diversificação dos focos de luta política e a experiência de novas formas de lutar. Há neste processo aspectos negativos pela tendência de fragmentação e isolamento político, mas os aspectos positivos também se revelam na criatividade na luta aproximando as demandas políticas das necessidades da base social. O foco na identidade, portanto, como mostra a literatura sobre o tema, pode significar uma progressiva submissão a um amplo sistema de opressão e exploração social, mas não necessariamente. E este não é o caso dos movimentos estudados.

A CSUTCB busca articular a cosmovisão aymara e quéchua em sua luta, assim como fizeram autores latinoamericanos ao articular marxismo e cultura (Mariátegui, Dussel,

Quijano, Mignolo). A análise de que a política econômica é definida globalmente e que é necessário superar a sociedade de classes, não prejudica a defesa de valores da cosmovisão andina, e a manutenção do pensamento anticolonial no programa político. O MST analisa a cultura ligada aos valores e às práticas cotidianas para trabalhar pelo melhoramento da vida e da organização social, conforme o texto de Ademar Bogo.

Sofremos uma dominação cultural muito grande há séculos em nosso país, precisamos nos libertar dela se queremos ser livres. Para isto precisamos produzir nossas próprias idéias, nossa própria literatura, dar conteúdo próprio aos valores e ver o futuro com nossos próprios olhos (Bogo, 2000, p. 92).

O individualismo opera na sociedade atual justificando as opressões, a exclusão social e a exploração econômica como parte do cotidiano cultural da nossa sociedade. São bases culturais necessárias para a manutenção da estrutura do sistema capitalista e da lógica de produção de mercadoria e de consumo. Neste sentido, o MST ao fazer a luta pela terra, organiza-se para refletir sobre companheirismo, solidariedade, respeito, vida, coletividade, dentre outros valores (Lima, 2006).

Estes elementos sugerem a importância do debate da organização política da sociedade, da organização para o trabalho e da relação com a natureza, como parte da cultura. Ainda que as instituições sociais e os padrões de comportamento sejam pré-existentes à nossa própria vida e pareçam naturais, eles são construídos socialmente e, portanto, passíveis de mudanças (Guareschi, 2004, Berger e Luckmann, 1995, Freire, 1978).

Assim também é possível pensar a instituição da propriedade privada como uma construção social e cultural. A sociedade moderna naturaliza a propriedade privada como direito absoluto e o sistema capitalista prioriza a propriedade privada em detrimento dos direitos humanos fundamentais ou dos 'direitos da natureza'. Esta lógica de relação social em que a exploração da força de trabalho humana e da própria natureza está subjugada pela propriedade privada dos meios de produção faz parte da cultura da sociedade capitalista, ocidental, moderna. E é interessante que o questionamento estrutural da propriedade privada e a defesa da propriedade coletiva da terra e dos meios de produção participem com muita força do processo de luta por identidade cultural.

Propriedade privada e propriedade coletiva

A propriedade privada é uma forma de produção social. Entretanto, através da

ideologia capitalista, a propriedade privada dos meios de produção é naturalizada e tratada como a única forma possível de produção social. Hinkelammert (2007) explica como esta idéia é falaciosa e impede a reflexão mais ampla e estrutural sobre a sociedade. O atual debate sobre a questão agrária raramente problematiza se a riqueza poderia se desenvolver melhor sobre uma ou outra forma de propriedade.

O sistema de propriedade determina as relações sociais para além dos problemas econômicos, influenciando a subjetividade em todas as esferas da vida. Afinal, cada modo de produção cria suas próprias relações de justiça, formas de governo, educação, distribuição de riquezas, etc. e, no atual momento histórico, a hegemonia capitalista se faz dominante no mercado e na mentalidade das pessoas.

Sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes (Marx, 1974 [1852]).

Na Crítica à Economia Política, Marx (1974 [1858]) vai dizer que toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de uma determinada sociedade. Nesse sentido seria uma tautologia dizer que a propriedade ou a apropriação é uma condição da produção. Mas, o equívoco, a falácia e a redução chegam ao extremo na idéia de que uma forma determinada de propriedade (que é especificamente a propriedade privada dos meios de produção) seja a condição única da produção. A história mostra o contrário: a propriedade comum, como “forma primitiva”, nas palavras de Marx, desempenhou durante muito tempo importante papel sob a figura de propriedade comunal¹⁰³.

No início da Revolução Industrial, a propriedade comunal e as relações campesinas foram identificadas como características pré-capitalistas, ou seja, relações sociais que tendem a desaparecer no capitalismo¹⁰⁴. O modelo de desenvolvimento das forças produtivas sob a propriedade privada dos meios de produção e na forma industrial acompanhou as promessas de vida plena e possibilidade de abastecimento de mercadorias em escala mundial.

Segundo Darcy Ribeiro (2007), no livro *As Américas e a Civilização*, o processo de

¹⁰³ Relações comunais de produção existiram entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas, por exemplo. Também entre os incas e maias, guaranis e outros povos originários do nosso continente.

¹⁰⁴ Marx aponta para a possibilidade de progressivo avanço tecnológico em toda a sociedade, seja na indústria, seja na agricultura, através do desenvolvimento das forças produtivas na expansão da lógica capitalista. Essa consideração, que

desenvolvimento do capitalismo no sentido da ‘atualização histórica’ e domínio colonial marcou o desenvolvimento sobre outras bases culturais. Nossas sociedades eram mais atrasadas e pobres do que as sociedades que as parasitavam e também mais atrasadas e pobres do que são hoje. A entrada de novas instituições políticas, produtivas e tecnológicas alterou a realidade dos povos. Entre outras coisas pode-se dizer que a propriedade privada da terra e dos meios de produção foi instituindo-se como hegemônica no modo de vida das sociedades. Entretanto, ainda no século XXI, a memória da propriedade coletiva é um elemento presente nas sociedades do continente, especialmente entre trabalhadores e trabalhadoras do campo.

O exemplo da Bolívia é apresentado nos depoimentos de militantes e dirigentes da CSUTCB que reconhecem e lamentam a destruição ampla do modelo comunal, mas ao mesmo tempo assinalam a permanência do ideal comunário como postulado de sua luta política.

Los ayllus son las comunidades en el campo. Lo mas puro de la organización politica indigena son las comunidades. Si te vas a un pueblo un pueblo todavía mantiene un orden urbano, ya de ese pueblo te vas a las comunidades, que puedes encontrar quizás ayllu. Lo poco que existe de un ayllu, teniendo autoridades originarias con representación por turnos, de pronto hay trabajo comunal también, de pronto se presenta la justicia comunitaria ahí. Pero ya en los pueblos, las provincias, las capitales ya no mantiene. Ahí todos son ya vecinos, urbanos. Los Ayllus están más en las tierras altas (...) Pero no es más como el ayllu de la anterioridad, prehispánico, es muy diferente (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Bueno son 500 años no los 500 años que nos han impuesto a propiedad privada la iniciativa privada. Yo no puedo hablar de aurita que hay comunidades que trabajan en forma comunitaria, pues casi ya no hay. Casi todos trabajamos así individualmente, estamos metidos en eso porque el modelo es como una medida que nos han dado y estamos cumpliendo en eso. Pero todavía pervive ese cambio de productos, ese trueque (...). Yo se que con el tiempo se puede reactivar todo eso, pero actualmente muchos lugares tenemos una parcela de tierra de tres hectáreas en el altiplano (...) estamos viviendo quizás en la peor miseria en las comunidades pero nos tenemos que acostumbrar, no podemos ir a otra parte sino quedarnos en nuestros ayllus y comunidades (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executiva da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Dirigentes da atual gestão da CSUTCB vêem no atual *proceso de cambio* promovido pelo governo com apoio de movimentos sociais, uma possibilidade de avançar nas relações comunitárias.

Nosotros queremos que se distribuya la tierra en forma equitativa y comunitaria, no así como nos han distribuido antes por eso es que peleamos en el norte de La Paz, en el oriente boliviano para que nos den tierra pero no individualizando sino en forma conjunta que nosotros podamos trabajar comunitariamente, eso es lo que nosotros estamos peleando (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Nos planteamos una política del sistema comunitario, para profundizar la economía comunitaria frente a la explotación y el saqueo irracional de los recursos naturales hecho por los capitalistas, por el sistema capitalista, imperialista. Estamos entrando a un nuevo sistema económico comunitario. De hecho todavía hay que avanzar hacia al socialismo (Entrevista com Irineu Zuna Ramirez, Secretario Agropecuario CSUTCB, gestão 2008-2010).

A defesa é para que a comunidade tenha garantida a possibilidade de reprodução dos seus costumes, incluindo o direito de propriedade coletiva. Muitos países não têm sua legislação adequada para reconhecer comunidades que vivem sob propriedade comunal. Em termos normativos, os povos da Bolívia se apropriaram das deliberações da Corte Interamericana que usa a convenção dos povos indígenas, a saber, o artigo 169 da OIT.

No Brasil, a partir de outra realidade cultural, a concepção de propriedade também é questionada no processo de luta pela terra. Para o MST, os acampamentos talvez sejam os momentos organizativos mais interessantes para se pensar o uso coletivo da terra, onde mais intensamente se desenvolvem as relações coletivas. Quando os sem terra decidem lutar pela terra, constroem coletivamente projetos e sonhos de uma vida melhor, sob suas lonas pretas, ainda que aí estejam vivendo em condições precárias, de fome e frio.

O processo de assentamento das famílias sem terra é alicerçado nas bases. Quando os sem terra são assentados, eles recebem titulação individual das terras, assim determinada por lei, o que dificulta a continuidade do uso comum do espaço. Contudo, há um imenso esforço pela manutenção da prática do mutirão, do trabalho cooperado, das experiências das agrovilas, das comunas da terra e das comunas urbanas. Este é um dos elementos determinantes da continuidade da luta dos sem terras, para além do assentamento.

No momento em que o INCRA diz “Só vai ser lote individual”, ele estimula o individualismo em vez de estimular o avanço. Então essa é a briga que nós temos agora (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

Com todas as dificuldades de desenvolver uma sociabilidade coletivista depois dos

etapas, valeu críticas a Marx, feitas por muitos de seus seguidores, como Trotski, Mariátegui, Mandel, e outros.

assentamentos, com a titulação de lotes individualizados, os assentados do MST seguem trabalhando em seus princípios.

Nós sempre trabalhamos a cooperação como uma forma fundamental pro desenvolvimento dos assentamentos. A cooperação é um objetivo, uma meta importante, como a agroecologia (Entrevista com Jaime Amorim, integrante da Direção Nacional do MST / MST-PE).

O debate sobre a propriedade privada e a propriedade comunal enfim se apresenta no mundo rural com mais familiaridade do que no mundo urbano, já que há o reconhecimento de que as relações comunitárias estão muito ligadas à vida das famílias camponesas e à própria terra.

O reducionismo que aponta a produção como privilégio exclusivo do sistema de propriedade privada impede o questionamento sobre o monopólio dos meios de produção, a exploração do trabalho alheio, o latifúndio e a expropriação da terra. A concepção de propriedade é o conteúdo político central no debate da questão agrária, dos modelos de desenvolvimento e da organização social em geral.

Os movimentos identitários podem estar mais ou menos integrados ao sistema capitalista. Os movimentos de luta pela terra na América Latina, que tantas vezes se destacam pela defesa da identidade cultural, são predominantemente anticapitalistas.

Percebemos que na Bolívia, o apelo indianista é muito forte e está vinculado a uma memória social que remete a tradições de civilizações milenares. Neste sentido, a luta pela soberania dos povos se coloca à frente de um projeto de sociedade, a partir do qual é desencadeada uma série de questionamentos estruturais ao atual modelo de sociedade. Existe um espaço propício para refletir as formas de exploração de uma classe-etnia subalterna, como propõe Rivera (2003).

No Brasil, o apelo das identidades culturais, aliado com o debate étnico-racial não é central na luta do MST. Mais forte é o apelo às famílias camponesas pobres e sem terra, desprovidas do direito de realizar-se culturalmente e reproduzir os valores comunitários importantes para o cultivo da terra. O debate da cultura no MST está mais amarrado com a vivência do trabalho, do coletivismo, da solidariedade, da agroecologia e da história da classe trabalhadora. Isso perpassa a organização dos acampamentos, o projeto pedagógico das escolas, as experiências de produção, a formação política e a luta pela terra num sentido mais amplo.

4.2 A LUTA PELA TERRA E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Brasil e Bolívia compartilham a história comum da dependência num sistema capitalista com desenvolvimento desigual, que divide o mundo entre centro e periferia. Dentro de cada país também há uma história comum de desenvolvimento restrito, com alta tecnologia e circulação de mercadorias de luxo, combinado com taxas de pobreza, miséria e segregação da maioria da população, excluída dos benefícios do sistema. Esta reflexão está feita principalmente no capítulo 2.

A perspectiva macrosociológica como explicação do subdesenvolvimento, conforme propõe Florestan Fernandes (2008 [1968]), permite identificar no marco estrutural a função do Brasil e da Bolívia para a reprodução global do capital. Segundo a macroteoria econômica e política, a lógica do sistema depende da concentração progressiva de riquezas nas mãos de capitalistas e, ao contrário do que propagandeia, se fortalece com as desigualdades entre classes sociais.

O tema da consciência da classe trabalhadora é tratado por Mauro Iasi.

Em que lugar podemos encontrar a consciência? Nos indivíduos e na sua forma particular de pensar, ou na sociedade que os conforma? Porque nossa consciência como indivíduo e como classe sofre tantas metamorfoses, de maneira que ora se apresenta como simples amoldamento a uma determinada sociedade, ora como consciência rebelde que quer mudar o mundo? (Iasi, 2006, p. 23).

Como já foi apresentado, o trabalhador e o camponês não são sujeitos de consciência imediata. O processo de formação de uma consciência de classe, que é ao mesmo tempo individual e coletivo, envolve uma série de questões. O primeiro ponto assinalado é a dificuldade tratar sobre classes sociais no cenário de um mundo capitalista ‘globalizado e neoliberal’, quando muitos pensadores decretaram extintas as categorias como a burguesia e o proletariado para a análise da sociedade. Mauro Iasi (2006) apresenta e analisa um conjunto de teorias que culminam na constatação de que a forma atual do capitalismo alterou radicalmente a composição e o perfil de classes da sociedade contemporânea a ponto de inviabilizar a alternativa revolucionária dos trabalhadores como classe na perspectiva de uma ordem social para além do capital.

Questionar esta constatação é o passo inicial para tratar sobre as metamorfoses da consciência de classe. De acordo com o autor, a consciência de classe dos trabalhadores não tem uma essência, se move na práxis coletiva e na dinâmica histórica. Está na singularidade do indivíduo militante, assim como está na classe, num ponto de vista genérico, como momentos distintos de uma totalização, e não como pólos estanques. “Aquilo que os indivíduos ou suas mediações coletivas representam, não é a expressão de nenhuma essência, é sempre a expressão da práxis humana” (Iasi, 2006, p. 76).

Comumente é usado o argumento de que não há exatidão no conceito de classe social. Segundo Theotônio dos Santos (1982), as críticas à dificuldade de definição exata para o conceito de classes sociais, inclusive na obra de Marx, descaracterizam a força da dialética materialista, cerne do pensamento analítico e do método marxista.

Considerando que não há uma realidade estática, mais importante do que a definição exata é perceber que há relações sociais que historicamente fundamentam uma determinada estrutura social. Marx vai dizer, por exemplo, que na dialética relação entre capital e trabalho, “o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador” (Marx, 2005, Livro 1, XXIV, p. 829). Neste sentido, não só a sujeição do trabalhador é um elemento motor do sistema, como a classe social adquire uma missão histórica, de dominação para a classe dominante e de luta pela libertação – ou de consentimento – para a classe trabalhadora. E este não é um fenômeno particular. Ele se reproduz amplamente e de diversas formas na sociedade capitalista.

Mas como a luta pela terra pode se identificar com a luta de classes? O que faz com que camponeses que lutam pela terra desenvolvam uma consciência de classe? Como se passa da consciência camponesa para a consciência de classe?

Vejam no capital, no latifúndio e no modelo de desenvolvimento agrário as amarras que levam à sujeição da exploração para as famílias camponesas. Não é de hoje a análise de que o capital e o latifúndio são os dois grandes interesses da burguesia, já que “a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna” (Marx, 1974 [1852], p.355). Pois bem, a lógica do capital é a mesma no campo e na cidade. O objetivo final de lucro e ganância não se importa com as necessidades humanas ou com as da natureza.

Para garantir o movimento mundial de superprodução e superconsumo de mercadorias, como uma tendência do capitalismo, a agricultura transforma-se

progressivamente em simples ramo da indústria e é controlada completamente pelo capital. Para Marx (1974 [1852]), nas sociedades em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. A satisfação das necessidades humanas e a harmonia da relação do trabalho rural com a natureza não são preponderantes. A terra, a água e todos os recursos naturais tornam-se mercadorias.

Também podemos retomar ao ponto já apresentado no primeiro capítulo da tese. Neste sistema produtivo, as sociedades tendem ao aprofundamento do cenário de urbanização, industrialização, proletarização e êxodo rural. O movimento populacional do campo para a cidade, e a tendência de mudança das relações camponesas para relações agroindustriais fortalecem as teses sobre o fim do camponês como sujeito social e como modo de vida. Entretanto, parte importante da população mundial vive no meio rural e busca no campo formas complementares de garantir a sobrevivência. O capitalismo não respondeu ao desafio do progressivo deslocamento rural e urbano. A tendência da crescente proletarização no capitalismo configurou para o campo uma realidade do campesinato semiproletarizado, do proletariado sem terra e dos desempregados urbanos (Moyo e Yeros, 2008).

Esta realidade se estende pelo território latinoamericano e é identificada na base social do MST e da CSUTCB. Considerando esta análise, como se forma a consciência de classe dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo? O processo de conscientização e formação política do MST e da CSUTCB passa pelo reconhecimento das contradições do sistema e do papel fundamental que tem a exploração da família camponesa e a destruição da natureza para a reprodução do capitalismo.

O desafio da formação da consciência de classe entre os sem terra

O depoimento de Gilmar Mauro, dirigente do MST, explica que a ocupação de terras, embora possa parecer uma luta para resolver o problema econômico imediato de famílias sem terra, se faz mediante um amplo questionamento à propriedade, ao grilo, às terras improdutivas, à lógica do grande capital e da monocultura (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Percebe-se no MST o peso que a compreensão da lógica da divisão das classes sociais tem sobre a consciência de suas lideranças, como sujeitos políticos.

Embora essa nossa luta seja de uma categoria, bem específica, essa é uma visão universal da classe trabalhadora (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

Os processos de conscientização são estratégicos na luta pela terra do MST, pensados em termos pedagógicos de formação da consciência da classe trabalhadora e em termos de avanços com resultados práticos na luta e na organização política, mas sempre com base na análise da realidade social.

A consciência não é algo cumulativo e ascendente. Consciência evolui e retrocede, é um processo, é uma disputa (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

A organização de base (...) é fundamental e isso sempre é colocado, mais do que o ensino teórico. (...) Então a estrutura organizativa dos acampamentos e dos assentamentos já é uma forma fundamental do processo de elevação consciência. (...) A escola é a forma, que educa, que constrói. (...) por isso que também nós temos como meta que todo sem terra, independente de idade, de sexo, todo mundo tem que estar estudando. E terceiro são os cursos de formação. Nós temos a Escola Nacional, nos estados nós temos o Centro de Formação, (...) temos um curso específico que é o Pé no Chão, que já tá na 19ª turma. Estas questões são fundamentais: a organização, a estrutura orgânica; a escola ou a escolarização, e a formação política (Entrevista com Jaime Amorim, integrante da Direção Nacional do MST / MST-PE).

A importância da formação política e da educação no processo de conscientização é ressaltada pelos dirigentes.

A formação acaba sendo fundamental, porque um enfrentamento de classe nesse momento político em que nós estamos vivendo com o agronegócio não dá pra pensar em fazê-lo apenas como uma reunião pra tomada de decisão é preciso uma elevação do grau de consciência, é preciso que esses elementos cheguem até as famílias, até as mulheres. Então o processo de formação é necessário para que a luta tenha força (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

A formação política é estratégica pra organização. (...) O MST acaba captando todas essas correntes [marxistas] do pensamento. Isso é ideologia, isso é formação de quadro. As pessoas são capazes de, a partir de uma vivência prática na sua militância, dentro de uma escola, se apropriar do conteúdo. (...) Se consegue fazer uma leitura muito mais próxima da realidade. E, conhecer melhor quem são os inimigos da classe trabalhadora. Isso tudo está vinculado com essa linha de atuação, de análise (Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST).

Mas há uma distância entre o projeto socialista e a transformação social, que depende de condições objetivas e subjetivas para se realizar. A organização social é fundamental para o processo de conscientização e ela está no trabalho realizado, na prática coletiva e solidária diária e nos processos coletivos de confronto político.

As duas formas clássicas da população no meio rural, ou qualquer população, mudar e elevar o seu nível de consciência é pelo trabalho (...) e pelo envolvimento em atividades sociais políticas. (...) No seu cotidiano,

introduzir métodos de trabalho que exijam a divisão de trabalho, (...) é importante a cooperativa, a agroindústria, sobretudo pros jovens. E na divisão do trabalho, onde se envolvem mulheres, jovens, você vai despertando a consciência, a consciência de classe trabalhadora. (...) E outro fator determinante da consciência é o envolvimento dele em atividades sociais políticas. Então quanto mais o cara participar de marchas, passeatas, protestos, assembléia do seu assentamento, assembléia do sindicato, assembléia da igreja, quanto mais vida social ele tiver, mais informação ele vai ter e mais percepção da luta pelo poder nas várias esferas, e com isso ele vai desenvolver também uma consciência social e política (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

As mulheres estão extremamente vinculadas com a base e num ativismo muito grande. Talvez ainda não esteja maduro entre nós escrevermos, mas nós temos tentado recuperar a literatura das mulheres da classe trabalhadora, do mundo, do Brasil (Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST).

No esforço para a definição das estratégias da luta de classes, os/as dirigentes entrevistados/as valorizaram a permanente avaliação da luta política, a importância da articulação com outras forças populares e a união do campo e da cidade. Este é o meio de repensar e fazer avançar as formas organizativas de classe, as lutas, as centralidades, as estratégias. “A estratégia que nós ajudamos a construir nos últimos trinta anos deu no que deu, é preciso fazer um balaço” (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

A gente tem envolvimento com outros setores nessa articulação da organização da classe (...) não só na luta pela terra, mas também na formação política e ideológica conjunta. (...) A gente sabe da importância que é de fazer trabalho de base na periferia (Entrevista com Ednalva Moreira, integrante da Direção Nacional do MST / MST-ES).

Não há muita diferença entre o rural e o urbano no mundo capitalista. A lógica é a mesma: geração do lucro e produção de mercadorias no campo e na cidade. Portanto, é fundamental essa junção da luta campo/cidade (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

O reconhecimento de que os sem terra não são uma força política isolada reforça a consciência de classe trabalhadora no Movimento. As estruturas organizativas já apresentadas mostram a diversidade de espaços estrategicamente construídos para a análise dos diferentes campos de articulação política na esquerda brasileira. O esforço para ampliar as alianças e a articulação de forças políticas no campo e na cidade é compartilhado com outras organizações. Fred é um entrevistado que acompanha o processo de luta do MST, por fazer trabalho de base nas pastorais sociais e por militar organicamente em outras organizações. Ele

descreve alguns elementos da análise conjuntural deste campo político em que se articula o MST.

É o campo que entende que a correlação de forças está extremamente desfavorável pra classe trabalhadora e que a burguesia está completamente hegemônica. Há uma grande dificuldade de se realizar mobilizações de massa, de se realizar lutas. Há uma apatia por parte da sociedade, descenso do movimento de massas. A principal tarefa que está colocada então pra classe trabalhadora, para os movimentos sociais é alterar essa correlação de forças. Apontar o real inimigo que é o capital, que são as grandes transnacionais que nesse momento estão dominando a economia e ditando o capital financeiro inclusive. Neste campo, realizar o trabalho de base, elevar o nível de consciência da população e alterar essa correlação de forças é a principal tarefa colocada. E atacar o governo Lula naquilo que tiver de implementação de neoliberalismo, apoiando naquilo que ele tiver conseguido avançar diante da agressão da burguesia. Nesse campo está quem? A Via Campesina, o MST, as pastorais sociais, a CNBB, a Assembléia Popular, a Consulta Popular... (...) E esse campo (...) ainda entende que a principal tarefa nesse momento pra conseguir alterar essa correlação de forças é conseguir gerar unidade entre a esquerda (Entrevista com Frederico Santana Rick, integrante das Pastorais Sociais de Belo Horizonte).

A análise do MST sobre forças sociais e forças políticas prioriza o foco produtivo e econômico, visando alterar a estrutura das relações sociais, da propriedade da terra e dos meios de produção da agricultura brasileira.

As pessoas lutam pela sobrevivência, então a luta do campo sempre foi uma luta radical, porque enfrenta forte o latifúndio e o capital. Mas, eu acho que hoje, com a globalização, com a entrada do capital por toda parte, é muito mais fácil de a camponesada perceber os seus inimigos principais, que são o capital, as grandes multinacionais, a OMC. Então tem uma rápida percepção de consciência da classe (Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

Neste sentido, o dirigente do MST identifica que o modelo de desenvolvimento capitalista prejudica os pobres do campo e que seu protagonismo como uma força política no cenário da luta de classes não pode ser um processo particular, mas faz parte de um processo muito mais amplo, que depende de uma articulação internacional e deve levar à ruptura com o sistema e à construção de uma sociedade socialista.

As políticas liberais, especialmente essas políticas de exportação e importação de alimentos, afetam o campesinato. Mas a resposta nós [os camponeses] estamos dando em termos de luta contra a OMC, contra as políticas neoliberais (...) uma força organizada em todo planeta. Então, por enquanto, não está colocado o fim do campesinato, mas está colocado como o campesinato tem uma responsabilidade, que é a vanguarda hoje, na luta pelo socialismo (Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

Este depoimento indica a perversidade do modelo de desenvolvimento e do sistema capitalista, que se baseiam em indicadores de crescimento econômico sem relevar as necessidades dos trabalhadores e da natureza. Mas também aponta para a responsabilidade dos camponeses de, ao sofrer no próprio corpo os malefícios do sistema, conscientizar-se dos aspectos estruturais e lutar pela transformação.

Tensões entre a identidade cultural e a consciência de classe na CSUTCB

Na Bolívia, a CSUTCB, nas suas atribuições sindicais, sendo instrumento de luta dos trabalhadores, reflete todas as tendências ideológicas e políticas que estão no seio da classe. Entretanto, um limite para a identificação da população indígena camponesa com a classe trabalhadora é que o discurso do movimento operário e a teoria marxista clássica encontram pouca ressonância entre as populações originárias. Felipe Quispe, que foi dirigente máximo da CSUTCB, explica esta tensão.

Mira yo soy marxista yo he nacido en las organizaciones revolucionarias. Yo soy de esa escuela, yo organizaba en Guatemala, en El salvador, el 82-83, me cree marxista, entonces comencé a organizar y hablar de Marx, de Lênin, de Mao, de León Trosky cualquiera de ellos que son ideólogos europeos. Nadie te escucha, nadie, los indios son mis hermanos, no conocen, ni te preguntan, pero cuando ya comienzas a hablar de Tupak Katari hablas de los incas del sistema el ayllu a recién hacen parar sus orejas como las llamas y se ponen bien rectos, hacen parar sus orejas y escuchan. Entonces, si es que hubiéramos estado hablando del marxismo, no hubiéramos llegado a las movilizaciones, ni el Evo hubiera estado en el palacio (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Esta fala de Felipe Quispe mostra que o apelo indianista é muito forte entre a população.

A busca de autodeterminação dos povos é mais valorizada que a consciência de classe na luta pela terra da Bolívia. A população majoritariamente indígena e suas tradições milenares remetem a civilizações pré-hispânicas. Aymaras, quéchuas, e outras dezenas de povos, querem ser aceitos como nações, querem ter reconhecida a sua autonomia comunitária, sua língua, seus usos e costumes, querem a devolução de seu território e querem respeito à mãe terra e todos os elementos sagrados da natureza. Para a CSUTCB, a problemática indígena está diretamente relacionada à luta pela terra.

A reivindicação da soberania dos povos na Bolívia é parte de uma luta pela descolonização que inclui um amplo questionamento da forma de vida e de poder da civilização branca ocidental.

O exemplo da Bolívia sugere a constituição de uma classe-etnia subalterna (Rivera, 2003). A persistência de relações de trabalho de servidão na Bolívia é compatível com as necessidades de acumulação de capital. A sinergia entre etnia e classe é realidade na Bolívia e nos locais onde tanto a dominação histórica quanto o processo de resistência fusionaram as linguagens. As realidades históricas de raça persistem caracterizadas pelo dualismo funcional dentro de um marco de supremacia branca (Moyo e Yeros, 2006). Tanto a dominação histórica quanto o processo de resistência fusionaram as linguagens de classe e raça.

As tensões entre a defesa de identidades culturais e a luta de classes demarcam limites e potencialidades da luta social. Por um lado é feita a avaliação de que o grande capital se aproveita de movimentos auto-afirmativos na luta contra o machismo, a homofobia ou a inferiorização do negro e do índio, fazendo uso dos individualismos e de fragmentações para melhor dominar, oprimir e excluir. Tal processo aprofunda as cisões em uma enfraquecida base social, que é em sua grande maioria explorada economicamente para viabilizar a reprodução do projeto capitalista, prejudicando a organização da classe trabalhadora. O capitalismo desconhece as necessidades humanas ou ambientais no seu objetivo de responder à lógica do lucro e da ganância. As empresas hoje tomaram conta do poder político, mas o mercado não pode salvar o planeta, nem responder ao problema dos povos. Sob esta perspectiva, argumenta-se que as lutas particulares por afirmação identitária não resolvem o problema estrutural.

Por outro lado, a solução econômica e produtiva para a classe trabalhadora não necessariamente resolve as necessidades do modo de vida campesino e as opressões vividas pela mulher, pelos índios, pelos negros, pelas crianças, etc. Raramente a problemática indígena é tratada nos projetos socialistas. Na própria história da revolução boliviana de 52, os indígenas foram negados enquanto sujeitos sociais e políticos. Neste sentido, uma auto-reflexão nos movimentos contestatórios e a busca da emancipação nas distintas dimensões da vida é uma caminhada importante para construção de uma sociedade fundada em novos valores. Mais do que isso, a luta pela soberania dos povos significa a possibilidade de reprodução da vida cultural e econômica das comunidades, bem como de preservação da natureza.

Tensão entre a luta pela terra e o projeto socialista

No marxismo *standard* é corrente a visão de que camponeses não podem controlar um processo revolucionário, porque são ou almejam ser pequenos proprietários e, finalmente, terão a ambição burguesa de ampliar sua propriedade e defender seus privilégios, a exemplo do que acontece com a classe média. Entretanto, no projeto socialista, o processo de revolução no campo tem que ser o fim do controle privado dos meios de produção, o fim dos latifúndios e o fim da pequena propriedade. Nesta perspectiva é o proletariado, que não possui nada além de sua força de trabalho, que é explorada pelo capitalista, só essa classe é capaz de se organizar e fazer a revolução para superar o capitalismo. O fato de que a pequena propriedade tende a fazer do camponês um sujeito politicamente conservador e defensor dos valores burgueses é uma preocupação histórica do movimento operário socialista frente à luta camponesa pela titulação de terras.

O movimento de camponeses sem terra, identificado ideologicamente com o projeto socialista, carrega uma contradição importante, pois a afirmativa de sua luta, no que tange a realização de uma pauta de posse da terra, tende a esgotar elementos da luta de classe e da construção do socialismo, já que a propriedade privada é o cerne da sociedade capitalista. Geralmente parte do movimento operário este debate da tensão entre a luta pela terra e o projeto socialista.

Os mecanismos institucionais do Estado brasileiro para assentamentos de famílias sem terra estabelecem, por exemplo, critérios de assentamento com base prioritária na titulação individual, sob os princípios de um Estado provedor e tutelar. A ilusão de que a grande conquista da família sem terra é o recebimento de uma pequena propriedade rural, se desprende desta lógica de assentamento Estatal, mas encontra ressonância até mesmo entre as famílias assentadas do MST, conforme a fala da dirigente.

Infelizmente essa questão da propriedade privada é muito forte nas famílias. As famílias fazem a luta pela terra, mas ao se propor que a terra fosse toda coletiva, isso ainda é um desafio pro MST. Então em muitos assentamentos que são lotes individuais, que cada um tem seu lote, mesmo assim tem experiências coletivas. Por exemplo, a gente tem assentamentos que tem experiência com cacau, então cada um tem seu lote, mas tem áreas que são coletivas e que eles decidem como é que vai ser o trabalho, quem é que vai, quais são os dias, quais são os horários que vão, como é que vão fazer pra comercialização da produção do cacau (...). A questão da propriedade privada é um dos desafios, né. Talvez um dia, quem sabe, a gente consiga de fato realizar o socialismo e ver acabar a propriedade privada (Entrevista com Ednalva Moreira, integrante da Direção Nacional do MST / MST-ES).

A lógica individualista do modelo apresenta falsas soluções dos problemas sociais. A titulação de terras pode ser usada como exemplo de política que gera ilusões para populações mais vulneráveis, esperançosas de ver satisfeitas as suas necessidades. No movimento, as famílias encontram estruturas e força para analisar criticamente as soluções que lhes são apresentadas, perceber o papel relegado à classe trabalhadora dentro deste modelo de sociedade e construir coletivamente formas alternativas de produção e organização que permitam sobreviver às dificuldades e lutar por uma vida mais digna. Neste sentido, o enfrentamento aos valores individualistas e à organização privada da produção faz parte da luta pela terra do MST. O trabalho para viabilizar experiências de produção coletiva, por exemplo, promove o fortalecimento da consciência de classe e das influências ideológicas do socialismo na organização política do campo. Por isso, a tensão existente entre o projeto socialista e a luta pela terra do MST, é justamente que a reforma agrária e a democratização de terras, por mais que não encontrem suas vias de realização nesta sociedade, tampouco rompem com a propriedade privada dos meios de produção, ou questionam essencialmente o sistema capitalista.

Entretanto, o projeto socialista aparece em muitas falas como horizonte do processo de luta social.

O que se observa é que nas últimas décadas os protagonistas e a vanguarda da luta socialista e da luta em defesa do próprio alimento é o campesinato e os indígenas. Porque as contradições que o capital trouxe pro campo permitiu que o movimento camponês fosse uma força viva e com consciência da sua responsabilidade histórica (Entrevista com Egidio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST / MST-MS).

A contradição não impede que MST trabalhe na consciência da classe trabalhadora e que tenha uma concepção da missão histórica da classe na construção do socialismo.

Na Bolívia, o processo é distinto. A organização da CSUTCB é sindical e historicamente o sindicato é instrumento de luta dos trabalhadores, utilizado pelo movimento operário como acúmulo de forças dos trabalhadores para a luta de classes.

Na Bolívia houve um encontro ideológico entre o marxismo e a o pensamento anticolonial, gerando sínteses interessantes entre os campesinos. Um fato histórico que favoreceu este processo foi a migração decorrente do fechamento das minas estatais, em 1985, quando muitos dos mineiros que perderam o emprego tentaram nova vida como agricultores, entrando em contato com os camponeses indígenas da região do Chapare e do Altiplano. O

resultado foi o encontro de duas tradições de luta: o movimento classista operário que influenciava os sindicatos mineiros e o movimento comunitarista e anticolonial que pautava as demandas dos índios pela autonomia dos povos e pelo acesso aos recursos naturais, em especial terra e água.

Quando terminou a mineração de estanho e as minas estatais foram fechadas, muitos mineradores, incluindo alguns de seus mais respeitáveis líderes, decidiram trabalhar junto com os plantadores de coca em Chapare. Além disso, ajudaram esses plantadores a se organizar de acordo com a experiência sindical mineira (Quijano, 2006, p.528).

O fortalecimento sindical no meio agrário foi uma repercussão deste encontro¹⁰⁵. A cultura sindical se organiza mesclando-se à cultura política e social das comunidades originárias.

Genaro Flores crea la CSUTCB el 79 según desde entonces todas las comunidades, cantones, provincias y departamentos se organizan a través de sindicatos ya no como antes entre comunidades, markas, jachamarcas casi que antes había autoridades originarias jilacatas, jullcas, jachas, etc hay distintas autoridades en el campo que con el sindicato se elimina todo esto. Después del sindicato las comunidades pueden hablar de secretario general, de secretario de conflictos, secretario de prensa y propaganda, pero como cualquier sindicato en cualquier organización que este afiliada en estos cimientos sindicales (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

A CSUTCB é filiada à *Central Obrera Boliviana* e tem estruturas organizativas que favorecem o processo de consciência de classes, mas aí se identificam claramente as tensões entre a identidade cultural e a consciência de classes. Esta tensão é explicada por Álvaro García Linera (2007). A referência socialista na Bolívia se consolida na luta do proletariado fabril e mineiro em determinadas condições sociais e de reorganização do trabalho, com a entrada de grandes empresas no cenário nacional.

Se trata, por tanto, de un proletariado que interioriza la racionalidad técnica de la modernización capitalista de gran empresa, y que está subjetivamente dispuesto a una razón del mundo guiada por la fe en la técnica como principal fuerza productiva, en la homogeneización laboral y la modernización industrial del país. Se trata ciertamente del surgimiento de un tipo de proletariado que se halla en proceso de interiorización de la subsunción real del trabajo al capital como un prejuicio de masa y será

¹⁰⁵ Si bien se puede hablar de una presencia de pensamiento marxista desde los años 20, a través de la actividad de intelectuales aislados como Tristan Marof, el marxismo, como cultura política en disputa por la hegemonía ideológica cobrará fuerza en los años 40, por medio de la actividad partidaria del Partido de Izquierda Revolucionaria (PIR), el Partido Obrero Revolucionario (POR) y la producción intelectual de sus dirigentes (Guillermo Lora, José Aguirre Gainsborg, José Antonio Arce, Arturo Urquidi, etc.) (...) [actuales en] los núcleos económicamente más importantes del proletariado minero y fabril boliviano (García, 2007).

sobre esta nueva subjetividad proletaria que ocupará el centro de las actividades económicas fundamentales del país, que el marxismo, con un discurso de racionalización modernizante de la sociedad, logrará enraizarse durante décadas (García, 2007).

Ideologicamente se constitui uma primazia da identidade operária acima da identidade de outros processos, de acordo com García (2007) tendo as seguintes características: a convicção do papel progressista da tecnologia industrial na estruturação da economia, do papel central do Estado na propriedade e na distribuição de riquezas, na nacionalização da sociedade sob este modelo cultural, e na “inferioridade” histórica e classista das sociedades camponesas, que compunham maioria no país. No projeto socialista que se consolidou a partir deste marxismo na Bolívia, não havia o índio, nem a comunidade.

Esta narrativa modernista (...) creará un bloqueo cognitivo y una imposibilidad epistemológica sobre dos realidades que serán el punto de partida de otro proyecto de emancipación que con el tiempo se sobrepondrá a la propia ideología marxista: la temática campesina y étnica del país (García, 2007).

A leitura classista da realidade agrária feita nesta perspectiva não considera a subsunção formal e real, que permitiriam desvelar as condições de exploração deste setor produtivo. Ao invés disso, conforme García (2007), os camponeses trabalhadores diretos em propriedades privadas são acusados de ‘pequenos burgueses’ de duvidosa fidelidade revolucionária, por seu apego à propriedade. Segundo o autor, uma nova leitura de marxismo crítico que incorpora a temática comunitária, aparece na Bolívia em fins do século XX e início do século XXI, sustentada na obra de René Zavaleta (1974, 2008 [1986], 1988), reconciliando o indianismo e o marxismo.

Portanto, há tensões e contradições entre o projeto socialista, a consciência de classe, a identidade cultural e os movimentos de luta pela terra, que não são superadas nem no Brasil e nem na Bolívia, e por isso participam dos desafios de avanço da luta do MST e da CSUTCB.

4.3 A LUTA PELA TERRA E OS LIMITES DA VIA INSTITUCIONAL

Parte importante da luta do MST e da CSUTCB é avançar em negociações com o Estado e reivindicar a garantia de seus direitos. Ao buscar na ordem vigente a solução para seus problemas imediatos, os movimentos têm conquistas, mas também percebem os limites da via institucional¹⁰⁶.

Sabe-se que a esfera formal da política, bem como as normas e as regras socialmente definidas, tem fórum privilegiado entre teóricos políticos. O institucionalismo se apresenta como corrente de pensamento muito forte nas ciências sociais atuais e frequentemente reduz a política aos processos formais e normativos. O foco nas leis, nos processos políticos administrativos, nas eleições tem sido a teoria política dominante. Nesta esfera está incluído todo o debate atual da democracia, da legalidade e da legitimidade. Trata-se de uma política auto-referente, desconectada do seu conteúdo material e da esfera da factibilidade, que é o debate de como fazer.

Dussel explica a pretensão de totalidade da ordem política vigente e a tendência das instituições a descolar-se de seus objetivos primordiais. Nos primeiros momentos de sua criação, as instituições respondem efetivamente e positivamente a reivindicações populares, de forma criativa e criadora, representando um espaço disciplinar que favorece a realização dos desejos e necessidades da comunidade. Num segundo momento, a instituição simplesmente cumpre com as exigências necessárias a reprodução da vida. Entretanto, com seu desgaste, a instituição faz-se corrompida, burocrática e auto-referente. “Quando isso acontece, a mediação inventada para a vida e para a democracia, e seu aumento, começa a ser um caminho para a morte, a repressão, a dominação” (Dussel, 2007, p. 35). A instituição tende a viver seu ciclo, passando pelo momento criativo, pelo momento estático e, finalmente, por um momento de degradação.

Esta é a tendência que tem o poder que deveria ser exercido delegadamente, a *potestas*, de se absolutizar com pretensão de fundar-se em si mesmo, de forma auto-reflexiva ou auto-referencialmente. Consequentemente desconecta-se da *potentia*, que é o poder do próprio povo, orientada pelo critério de reprodução e aumento da vida. O poder exercido delegadamente, que deveria ser ‘obediencial’ e estar a serviço da comunidade, este se desgasta, se torna basicamente normativo e se descola de seus objetivos finais, o conteúdo material. Funciona como uma instância autônoma, extrínseca, dominadora e que paira acima

¹⁰⁶ A via institucional se refere neste tópico à política institucional hegemônica e auto-referente que conforma a ordem política vigente. Frequentemente esta se revela distante dos objetivos de garantir a reprodução da vida da comunidade, ou seja, do conteúdo material da política.

de seu poder originário, que vem da comunidade, gerando um poder fetichizado¹⁰⁷ onde as reivindicações populares nunca poderão ser cumpridas.

O momento de declínio e corrupção das instituições hegemônicas e o momento criativo de transformação das instituições podem ser percebidos através da ação dos sem terra e dos camponeses indígenas? Como a luta pela terra do MST e da CSUTCB recorre à via institucional e qual os limites deste caminho?

Alguns elementos serão assinalados para o debate. Por exemplo, de formas distintas, ambos os movimentos investiram na disputa eleitoral como um espaço para fortalecer e construir seu projeto para o campo e para a sociedade. O apoio político das massas organizadas no MST e dos camponeses indígenas vinculados à CSUTCB foi fundamental na formação das frentes amplas que elegeram duas vezes consecutivas o Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2002 e 2006) no Brasil e o Presidente Evo Morales Ayma na Bolívia (2005 e 2009). De formas diferentes os movimentos entram em contato com as possibilidades, com as contradições e com os limites da via institucional.

Refundação do Estado na Bolívia

A estratégia política de luta pela via eleitoral foi assimilada pelos movimentos sociais. Atualmente, o apoio da CSUTCB ao governo de Evo Morales é o elemento central que dirige as ações políticas da organização. *“En este momento estamos manejando lo político, lo orgánico”* (Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

El gobierno está luchando para poder tener el control de los tres poderes del estado. Tenemos el poder del presidente (el ejecutivo), pero no el del legislativo, en cámara de diputados tenemos mayoría, pero en cámara senadores no, la elección de los diputados de los senadores en los últimos tres periodos ha sido para la derecha entonces nos obstaculizan. Leyes que queremos y que son aprobadas en la cámara de diputados, en la cámara de senadores son bloqueadas, entonces hay esa dificultad que dificulta avanzar en algunas reformas y procesos. El poder judicial tampoco está a nuestro control, aunque ya renunció la máxima autoridad de la corte del poder judicial. Entonces lo que el gobierno esta apostando es a ganar las elecciones con amplia votación, ganar la presidencia, y obtener mayoría parlamentaria, en la cámara de diputados y de senadores. Eso le permitiría tener el poder para implementar transformaciones de más largo alcance, más radicales, más estructurales (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

¹⁰⁷ Sobre a fetichização do poder, ler a Tese 5 do livro *20 teses de política*, de Enrique Dussel (2007).

A construção de um Estado Plurinacional vai aparecer como elemento reivindicado na organização da CSUTCB, com efeitos sobre a luta pela terra. No marco da construção de um novo Estado Plurinacional, por exemplo, a construção da pluralidade jurídica implica o diálogo intercultural e o respeito à diferença. Sobre a defesa das identidades, mesmo neste caso, dada à situação de marginalização histórica dos povos e comunidades indígenas, devem ser ampliados os esforços para promover sua participação.

Segundo Fajardo (2000) é possível pensar este processo a partir de uma visão liberal e progressista da sociedade avançando na interlocução entre os direitos culturais e econômico-sociais e deve estar em igualdade de condições com o restante dos cidadãos, a fim de que a diferença cultural não se identifique com desigualdade social.

A tensão existente entre o amplo reconhecimento de direitos culturais e a redução de direitos econômico-sociais não pode ser ignorada sob o risco de que os direitos culturais permaneçam sem sustentação ou base material. Para a autora, são estes os grandes desafios político-econômicos de democracias que buscam, por exemplo, construir modelos pluriculturais em contextos de inserção capitalista neoliberal.

Há profundas contradições existentes nesse processo. A radicalização do debate de autonomia na Bolívia se polariza entre a perspectiva de nações originárias e a perspectiva da oligarquia branca ocidental. E houve uma opção dos povos de fazer este enfrentamento via eleitoral, conforme explicita o informante entrevistado.

La correlación de fuerzas tiene que ver con que la derecha todavía tiene un poder que es importante, su poder no es poco. Entonces ahora los movimientos sociales han decidido pelear por la vía electoral, dejando pendiente la movilización masiva y de enfrentamiento con la oligarquía. Por eso, esperamos ganar las elecciones para tener legalmente, constitucionalmente, el poder legislativo y el poder ejecutivo. También para transformar las estructuras del judicial. Y en alianza con los movimientos sociales transformar las estructuras del país (Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz).

Este polêmico confronto político está vinculado ao que Quijano (2006) analisa como o desafio da redefinição da questão nacional e da democracia, assinalando o conflito entre Estado-Nação e Estado Plurinacional, que resgata a legitimidade da nação indígena e está sendo construído como política na região.

A Nova Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia reconhece a preexistência da cultura indígena originário campesina; os direitos culturais, como o

reconhecimento de identidades; a autonomia e o direito da própria comunidade, como justiça comunitária, autoridades próprias e jurisdição indígena campesina originária; e o direito ao território, ou seja, as comunidades podem praticar seus usos e costumes, se encarregar do aproveitamento dos recursos naturais em seu território.

Segundo Pablo Mamani, há uma luta pela descolonização na Bolívia que está conseguindo operar através de uma mescla do horizonte liberal com o horizonte comunitário.

Y efectivamente ese proceso que se llama la descolonización del Estado. Así como van las cosas yo creo que son momentos fundamentales. Pese a que este proceso y esta constitución en mi concepto tiene una base liberal sobre la indígena comunitaria. Formalmente es una constitución intermedia entre lo liberal republicano y la que pudiera haber sido la indígena popular. No es ninguno de los dos, sino que es como especie de mezcla de los dos extremos. Sin duda es una constitución plural también en la posibilidad de articular distintos horizontes históricos dentro de una nueva constitución (Entrevista com Pablo Mamani, Prof. na Carreira de Sociologia, Universidade Pública de El Alto - UPEA).

Trata-se de um avanço na soberania dos povos, pois promove mudanças políticas que reduzem a condição de tutela da população e fortalecem sua caminhada para a condição de sujeitos políticos. O projeto de refundação do Estado na Bolívia está alinhado com a proposta bolivariana de Socialismo do Século XXI. Seria preciso aprofundar mais elementos de análise para dizer em que medida o atual processo político se distancia e se aproxima do socialismo.

Referendo para Definição do Limite para a Extensão de Terras na Bolívia

Os projetos de privatização da água e do gás na Bolívia, sob coordenação de empresas transnacionais, foram motivadores de insurreições populares, clamando pelo fim do modelo neoliberal, pela saída do presidente Goni e pela convocação de uma Assembléia Constituinte com composição indígena para projetar os marcos do novo modelo de Estado Plurinacional. Entre os problemas debatidos estava a discrepância entre a extensão da propriedade de terras da ‘oligarquia branca’ e da população indígena. De um lado empresários, *terratenientes*, uma elite branca composta por muitos estrangeiros, detendo grandes latifúndios. De outro, as comunidades indígenas com difícil acesso a terra e território, e famílias camponesas proprietárias de surcofundios impróprios até mesmo para a plantação e produção de subsistência.

Ahora esa dotación de tierra que nuestros padres o abuelos tenían, una propiedad pequeña, ha sido heredada por generaciones, a los hijos, por eso se ha transformado en surcofundio (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

Ya no hay un trabajo comunal, porque antes toda la comunidad trabajaba entera unas cinco hectáreas de papa, cinco hectáreas de avena, todos trabajaban. Pero, ahora no, cada uno tiene su chacrita, (...) o sea ya la propiedad es individual ya todos tienen dueño, de pequeño espacio, de una hectárea. (...) Y que hereda sus hijos? En la primera generación va ha heredar 1000 metros cuadrados cada uno, y el otro va ha heredar 100 metros cuadrados. Así ya la tierra se ha empequeñecido tanto en el campo que podemos hablar al extremo a llegar que la gente vive en un surcofundio. Surco-fundios, la gente solamente ni siquiera tiene un fundo, sino tiene solamente dos surcos en ese fundo, hasta ese extremo la gente puede llegar en el campo (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

A Assembléia Constituinte, no ano de 2007, composta pelos setores populares, discutiu o tema da expropriação de terras e da pauperização das comunidades originárias, indígenas e camponesas. A Assembléia Constituinte debateu o texto da nova Carta Magna e chamou uma consulta nacional para decidir se o limite máximo de extensão de terras na Bolívia deveria ser 5 mil hectares ou 10 mil hectares. A população escolheu o limite de 5 mil hectares e esta definição integrou, então, o artigo 369 da Nova Constituição do Estado Plurinacional de Bolívia.

A definição deste limite de extensão de terras não altera a realidade da extensão de terras das comunidades indígenas, que é bem inferior. O limite apenas restringe a exploração capitalista e *terratiente*, que aparece no texto constitucional condicionada à garantia da função social. A lei não garante a propriedade comunal, não acaba com as grandes propriedades privadas e longe ainda está do sonho da devolução das terras à sua população originária.

Buscar que la clase indígena no esté mas en surcofundios mientras que los grandes terratenientes están ocupando mas de 500.000 hectáreas, ellos tienen grandes extensiones de tierra, pero esos territorios no cumplen con la función social. Ahora una nueva en la constitución fue tomado que se garantiza la propiedad privada, pero algunos de esos terratenientes no tienen título de la tierra, y como no lo tienen, esos terrenos van para el estado y de esta manera para las familias que no tienen grandes extensiones, el presidente deberá hacer un saneamiento de estos terrenos. (...) La ley busca la tenencia de las tierras de forma legal, es decir la titularidad de las tierras.(...) Como ellos ya tienen grandes extensiones, en la Nueva Constitución solo deben garantizar la función social de la tierra. (...) Ellos deben hacerla cumplir (Entrevista com Hover Cabrera, Representante da Juventude e do setor de Terra e Território da CSUTCB, gestão 2008-2010).

A estratégia de usar o poder do Estado para avançar na luta dos trabalhadores e dos povos foi definida por ambos os movimentos.

A frustrada aposta na via institucional pelo movimento popular no Brasil

Em defesa da democracia, as bases do MST buscam seus direitos de cidadania e acesso à terra. Exigem inclusão no sistema público de saúde e educação, precisam de crédito, de estradas, de energia, de segurança e querem fazer valer os direitos trabalhistas para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A avaliação conjuntural inicial do MST de que o governo de Lula representaria uma mudança na correlação de força e se consolidaria como um aliado da luta histórica pela reforma agrária, de fato não se concretizou, como relata o dirigente.

Nós passamos um bom tempo durante o período de Lula, aguardando efetivamente que o governo tomasse uma postura, e pelo menos cumprisse parte das metas que ele mesmo se propôs. É claro que aos poucos nós vamos percebendo que o modelo adotado pelo governo não tem espaço para a reforma agrária, não cabe a reforma agrária. Mas ainda havia uma determinada ou há ainda, uma determinada ansiedade da base do movimento em fazer valer o que nós aprendemos com a nossa história: de que é o povo na rua que faz a coisa avançar (Entrevista com Jaime Amorim, integrante da Direção Nacional do MST / MST-PE).

No Brasil, o MST discute há anos o limite da propriedade de terras. O governo atual que tem nas classes populares uma das principais bases de apoio não assumiu este debate. Para o ano de 2010 está sendo projetado um Plebiscito Popular extraoficial consultando amplamente a população sobre este tema do limite de extensão da propriedade de terras no Brasil.

Sob a hegemonia do capitalismo, os limites da via institucional são muito claros. Na história contemporânea, os poderes do Estado moderno têm sido usados para realizar o projeto de reprodução do capital, coordenado por grandes empresas, recentemente por empresas transnacionais, sob influências fortes de diretrizes de corporações internacionais, como Banco Mundial, FMI, OMC, etc. O Brasil se alinha progressivamente ao projeto de crescimento e opta pela expansão política e econômica destacando-se como referência na América Latina e no mundo.

Nestas bases o modelo do desenvolvimento econômico mundial é imposto com poucas margens de mudanças. O acúmulo e a concentração de capital, a produção de mercadorias em escala industrial, a mercantilização radical de todos os âmbitos da vida, incluindo os recursos naturais são as bases para a reprodução do sistema. O isolamento jurídico do indivíduo nas

relações de trabalho, na participação política e na organização da vida social, inevitavelmente aprofunda a pobreza da maioria da população.

Apenas a análise da co-determinação entre as diferentes esferas da política¹⁰⁸ permite vincular o modelo de desenvolvimento econômico, a cultura e seus valores e as necessidades da natureza como o fundamento essencial da política, o objeto primordial de debate e disputa, o seu conteúdo material.

O MST avalia que a política institucional formal e normativa é importante embora não seja suficiente para realizar as necessárias transformações políticas. Há uma esfera fundamental que confere o fim último à política, que atravessa os níveis de mediação e de princípios políticos e é tantas vezes esquecida: trata-se do sistema das necessidades humanas, os aspectos econômicos, a esfera material, aquilo que garante a própria reprodução da vida. Este é um elemento chave que aparece reiteradamente no conflito entre o poder da instituição na perspectiva da 'ordem política vigente' e o poder político da comunidade.

4.4 A LUTA PELA TERRA E A DEFESA DA MÃE TERRA

Como já foi apresentado no decorrer do trabalho, o conteúdo de toda a política, de seus atos ou instituições, é, em última instância, o conteúdo material, a vida concreta e a sua reprodução. A política, portanto, tem que lidar com o resultado das relações humanas com a natureza, especialmente com os conflitos sociais gerados pela extinção ecológica (Dussel, 2007a).

A sociedade moderna capitalista é marcada por uma forte crença na racionalidade e na ciência como instrumento de controle do homem sobre a natureza. Para realizar permanentemente o modelo de crescimento econômico, controle, desenvolvimento e progresso, a sociedade abandona o interesse na compreensão da natureza incluindo a

¹⁰⁸ Conforme Dussel (2007), as esferas material, formal e de factibilidade são co-determinantes na política, atravessando seus diferentes níveis e dimensões.

preservação ecológica e sustenta-se no mito de que a própria ciência conseguirá refazer todos os desastres decorrentes da destruição que cometeu.

Para tratar da relação entre a natureza e a política, parece importante retomar o debate da ‘naturalização’ da cultura como estratégia de dominação.

A estratégia de “naturalização” é, no fundo, uma das principais armas na manutenção de situações de dominação e de acobertamento da realidade. As pessoas não se dão conta da diferença que existe entre “determinação” e “possibilidade”. A natureza é determinada, não há como mudá-la; já a cultura é fruto da vontade e interesses das pessoas. No momento, então, em que eu “naturalizo”, isto é, considero como determinado, algo que é fruto da ação humana, torno-me escravo no que há de mais profundo em mim, que é minha consciência. (...) A estratégia de “naturalização” é também chamada de “reificação”, que é uma palavra que significa “coisificação”, pois em latim *res* é “coisa”. (...) Uma das coisas mais tristes é verificar que até mesmo as pessoas se “reificam”, isto é, acabam aceitando “o que fizeram delas”, passando a acreditar que não há mais alternativa, que não é possível nenhuma mudança: é a reificação da consciência, o estágio derradeiro da escravidão de uma pessoa. (...) As estratégias ideológicas são uma poderosa arma na escravização de nossa consciência (Guareschi, 2004, p. 79-81).

O debate sobre natureza e cultura é tratado neste tópico, a fim de identificar o problema da falta de consciência sobre a natureza na atual sociedade, como parte de um debate mais amplo de ideologia. Uma ideologia dominante e operante na ‘ordem política vigente’ tem interesse em fazer parecer naturais determinadas formas de exploração do homem e da natureza.

Na sociedade industrial - baseada na crença do poder emancipador da ciência - a exploração da natureza é por cálculos da economia que visam a produção e a lucratividade. Além disso, o desejo de controle humano sobre a natureza favorece a experimentação das possibilidades da tecnologia, até os seus limites.

Apesar de promover efeitos de esgotamento da natureza, o sistema capitalista se reproduz, como se não houvesse alternativas possíveis (e por isso não se fala na possibilidade de alternativas melhores). Há um implícito e amplo consentimento da sociedade para seguir explorando a natureza irracionalmente. A repercussão desta lógica para a população rural é imediata e esta preocupação aparece nas ações políticas do MST e da CSUTCB.

A CSUTCB denuncia principalmente o degelo das nevascas nos Andes, que proporcionam água às comunidades, garantindo segurança alimentar a milhões de pessoas. Também discute as ameaças das mudanças climáticas que são sentidas em períodos de secas,

chuvas, tormentos, inundações, ciclones, furacões, nevadas, desflorestamento, aumento do nível do mar e aumento do deserto.

O momento histórico da Bolívia está favorecendo a internacionalização do debate sobre a proteção do planeta junto a diferentes governos¹⁰⁹. Um exemplo é a proposta de uma nova perspectiva para o tema e sua inserção na agenda mundial, a saber, os direitos da Mãe Terra e as ações necessárias para evitar mais danos e sofrimentos à humanidade e estabelecer harmonia com a natureza e com a mãe terra.

O tema acompanha o debate da harmonia e do equilíbrio, no sentido de proteger a biodiversidade para que nenhum ecossistema, nenhuma espécie animal ou vegetal, nenhuma nevada, rio ou lago seja eliminado ou exterminado por uma atitude irresponsável dos seres humanos.

Sobre a necessidade de preservação ecológica, a CSUTCB denuncia e enfrenta as práticas da cultura ocidental que levam ao rompimento da harmonia no convívio da humanidade com a natureza. Na perspectiva do MST, as causas da destruição da natureza são principalmente analisadas como aspectos estruturais do modelo de produção capitalista.

Entre as famílias camponesas, entre os indígenas, no geral toda a população que vive da terra é detentora de um saber profundo sobre a natureza. Os ensinamentos sobre a terra, o sol e a lua, os mares e os rios, as montanhas, as árvores, os pássaros e o contato com a lógica de vida, reprodução e morte da natureza, presente entre camponeses, reafirma a diferença entre natureza e a cultura.

A partir destes ensinamentos, os sujeitos políticos têm uma referência muito forte nas necessidades da natureza para fazer o debate sobre e a construção social da realidade. E através desta referência conseguem pontuar mais precisamente a diferença de projetos de sociedade, como, por exemplo, as formas de vida da sociedade e dos indivíduos para destruir a natureza, o que é inevitável na realização de projetos de desenvolvimento do capitalismo, que se baseia na superprodução e no superconsumo, sem se importar realmente com as necessidades humanas e ambientais; ou a necessidade vital de respeitar a natureza, como uma lei (uma lei cósmica, segundo os povos andinos) à qual a humanidade está submetida. Neste

¹⁰⁹ A atual gestão da CSUTCB está fazendo um trabalho coordenado com o governo do Presidente Evo Morales, assumindo co-responsabilidade no *proceso de câmbio* do MAS – IPSP. Para garantir plenamente o cumprimento dos direitos humanos no século XXI, o governo assegura ser necessário reconhecer e respeitar os direitos da Mãe Terra. Em 2009 o governo boliviano faz ser reconhecido junto à ONU o dia 22 de abril como o Dia Internacional da Mãe Terra ou Pachamama. Em 2010, realizou a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas.

sentido, o processo depende não de mudanças nas atitudes individuais, mas fundamentalmente da construção coletiva e ampla de um novo projeto de sociedade com ruptura de alguns pilares do sistema produtivo, ‘irracionalmente’ racionalizado e destrutivo que nós vivemos atualmente.

Tensões entre mito do desenvolvimento econômico e a natureza

Ideologicamente, a idéia de desenvolvimento econômico tomou conta do mundo globalizado, difundindo fórmulas e receitas de “boas” instituições, “boa” governança, “bons” modos de produção na cidade e no campo. Muitas promessas acompanham a idéia de progresso e de desenvolvimento, como se seus benefícios fossem universais. O mito do desenvolvimento construído na sociedade moderna capitalista é tema apresentado em destacados trabalhos de Enrique Dussel (1994), Celso Furtado (1974), Ha-Joon Chang (2004) e Franz Hinkelammert (2007), entre outros. Mas estes mesmos autores também mostram que os logros são acessíveis geralmente para uma reduzida elite, salvo em curtos períodos de tempo histórico e em situações específicas de vitórias e avanço dos movimentos sociais. Os benefícios do desenvolvimento econômico não podem ser universalizados neste sistema. Entre as conseqüências acarretadas para a região, podemos contabilizar os drásticos efeitos da concentração de riqueza, da ampliação da miséria e da destruição da natureza.

O ‘mito do desenvolvimento’ econômico define, por exemplo, o caráter de produção no campo baseada no latifúndio e no agronegócio, sustentada pela exportação de matérias primas, pela exploração dos recursos naturais e da força de trabalho latinoamericano. A mercantilização da vida e dos recursos naturais como a água, o gás e a terra são fenômenos da sociedade capitalista, que encontra na natureza a base de sua exploração. Os conceitos de modernização, produtividade, inovação tecnológica, etc. apresentam fórmulas de aumento da lucratividade, enquanto escondem o trágico cenário da desigualdade no meio urbano e no campo. O modelo industrial não faz concessões, nem para a preservação da natureza, nem para a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, nem para a soberania dos povos. A injustiça social aparece nas cidades é ainda mais forte no meio rural.

Mas há também uma história que pode ser contada a partir da luta popular e da resistência. Os movimentos estudados denunciam as ‘falsas soluções’ apresentadas para os problemas da sociedade e apresentam uma perspectiva contra-hegemônica. Abaixo serão enunciadas algumas falas do MST neste sentido:

Essa lógica da monocultura e a utilização intensiva de agro-químicos é uma

lógica de produção mercantil que vem contaminando o solo, a água, e os próprios alimentos, os recursos naturais. É preciso discutir isso, repensar a utilização do solo, da água, dos recursos naturais, tipo, paradigma de produção são os desafios da atualidade da reforma agrária e extrapolam os limites do próprio movimento Sem-Terra (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

O mundo do capital passa por um processo de ampliação da produção de mercadorias e dos tipos de mercadorias permanentemente e vai transformando o mundo numa grande mercadoria a ser comercializada. É da sua natureza, da sua lógica. Não existe desenvolvimento sustentável sobre a lógica do capital, porque ele precisa produzir mercadorias a qualquer custo para obtenção do lucro. O campo é mais um espaço de valorização do capital e como sendo um espaço de valorização do capital os grandes grupos econômicos, principalmente o capital financeiro, passam a investir de uma forma muito mais intensa na agricultura como espaço de valorização. E com isso, há um processo de mudanças do que nós tínhamos no latifúndio propriamente, a terra como reserva de valores etc., passa a ser explorada pelos grandes conglomerados transnacionais (Entrevista # com Gilmar Mauro).

A nossa forma de produção, preocupada em dar respostas e prestar contas pra sociedade, produzindo alimentos, preservando a água e o meio ambiente (...). Pra garantir soberania alimentar, a preservação ambiental etc. Além de distribuir a terra, nós vamos ter que pensar um outro modelo pro campo brasileiro, articulado com um projeto maior (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

Na CSUTCB igualmente há um questionamento da mercantilização dos recursos naturais e uma valorização muito forte da cosmovisão indígena relacionada com o conhecimento da natureza e de sua preservação. Nesta perspectiva é salientada a relação sagrada que os povos da Bolívia mantêm com a natureza.

Simplemente es entender la naturaleza, preservarla. Nosotros sin estudiar somos grandes ecologistas, sin estudiar siquiera a la ciencia (Entrevista com Maximiliano Flores, Secretário Executivo da Federación Única de Trabajadores Campesinos Tupac Katari de La Paz, entre abril de 2006 e outubro de 2008).

El indígena siempre vive convive con la naturaleza. El indígena es parte de la naturaleza el indígena siempre ha sido producto de la Pachamama y nosotros siempre le rendimos homenaje, le rendimos perdón (Entrevista com Zenón Quispe (El Poncho Rojo Productivo), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003).

Aparece una categoría conceptual en Bolivia, que es la categoría de la defensa de los recursos naturales. Porque los recursos naturales están en la tierra, y al estar los recursos en la tierra ellos consideran que la tierra es la madre, la Pachamama, o sea, nada acá en Bolivia se hace sin relación con la tierra (Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa,

membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales).

A nivel internacional hay dos propuestas económicas, la vía capitalista y la vía socialista. Nosotros tenemos otra forma de ver, es la cosmovisión andina, y nuestra principal riqueza es el respeto a la naturaleza, es el respeto a la Pachamama, nosotros vemos que no tienen que romperse equilibrios, siempre trabajamos el tema equilibrio (Entrevista com Luis Nieto Gutiérrez, Apoio Técnico do Comitê Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010).

En el subsuelo hay riquezas naturales que la Pachamama nos ha dado o sea que la madre naturaleza nos ha dotado ahí está el oro, la plata, estaño, montón de minerales preciosos, semipreciosos, hay gas, hay petróleo, agua mineral, hay agua medicinales, podemos hablar de muchas cosas de eso no somos dueños. El Estado supuestamente sería dueño pero sin embargo los dueños son las transnacionales y multinacionales (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

Agua es nuestra, agua es vida, es la leche de la Pachamama, de la madre, porque sale de los cerros. Es como la teta de la madre, de ahí sale. Usted va ver, entonces desde los tiempos inmemoriales nunca hemos pagado el agua, nunca jamás. Inclusive nuestro propio medio, nuestra propia cultura aymara, el agua no se vende se regala, se toma gratis, antes en los tambos en los lugares había agua que estaba puesta ahí dejada ahí, gratis, pero la cultura occidental no; ya cobra del agua entonces en la época del General Bánzer tenía un proyecto de cobrar del agua, o sea que el lago Titicaca tenían que meter una malla olímpica y nadie hubiéramos y no hubiéramos tenido acceso al agua y de las cuencas y sub cuencas, igual teníamos que pagar, entonces yo iba a explicar a todas las comunidades sobre el agua, agarraba el agua y con eso hablaba, esto es agua, hay agua medicinal, hay agua natural, entonces sabemos comparar no, la persona puede tomar, dos o tres, hasta cinco vasos nomás cuando esta bien cansada pero un animal no toma igual que nosotros una vaca toma cinco, seis baldes de agua, un chanco igual, las ovejas igual toman arto, son artos. Entonces si el agua que tenemos va tener medidor yo el dueño quién va ser, un transnacional seguramente (Entrevista com Felipe Quispe (El Mallku), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003).

A defesa da natureza a partir de um questionamento de modelo de desenvolvimento também aparece no discurso de posse do Presidente da Bolívia Evo Morales Ayma: “*La humanidad es capaz de salvar al planeta si recupera los principios de la solidaridad, la complementariedad y la armonía con la naturaleza, en contraposición al imperio de la competencia, la ganancia y el consumismo de los recursos naturales*” (ADITAL, 2008).

A relação orgânica com a natureza, o respeito à vida, a lógica de organização e produção comunitária no seu limite estão em posições antagônicas com a lógica da produtividade, do lucro, da mercadoria como centro da vida. A própria concepção da terra sagrada questiona a atribuição de valores demasiadamente utilitários à natureza e rejeita as

relações sociais que tratam a terra e os recursos naturais como mercadoria.

Segundo Dussel, o campo político é sempre atravessado pelo campo ecológico e seus sistemas. Até muito recentemente a política não tinha descoberto a sua responsabilidade ecológica. Na verdade, a preservação da natureza é função essencial da política desde sua origem. O critério de sobrevivência deve se impor como critério essencial de todo o resto, porque uma humanidade extinta obviamente aniquilaria o campo político. A reprodução ecológica é condição absoluta do resto e, entretanto, não se tem consciência normativa de sua gravidade.

O sistema vigente tem vítimas, as quais *não-podem-viver* plenamente. Sua vontade-de-viver foi negada pela vontade-de-poder dos capitalistas. O povo, antes de sua luta, é ignorado, não existe, é uma *coisa* à disposição. Quando os oprimidos e excluídos tomam consciência de sua situação, tornam-se dissidentes. A defesa das condições materiais de reprodução da vida é finalmente o conteúdo libertário da política e da luta social¹¹⁰.

4.5 PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA E PROJETOS DE SOCIEDADE

A reforma agrária clássica foi fundamental para fortalecer a lógica do capitalismo na Europa do século XIX, quando sua realização se apresentou como pauta econômica e política do mundo capitalista, na superação do feudalismo. A liberdade representada na possibilidade de uma família trabalhar para si própria em um pedaço de terra é um sonho frente à opressão de trabalhadores assalariados, ou que vivem em regime servil e de escravidão. O processo de distribuição de terra para pequenos proprietários camponeses tende a representar o fim do latifúndio, medida equivalente ao aumento de trabalhadores livres para vender sua força de trabalho, a garantia de distribuição de renda suficiente para manter a circulação de

¹¹⁰ A materialidade da vida é intrínseca à política. São as condições materiais da vida que determinam a consciência e há uma relação dialética determinante entre as necessidades materiais e as idéias dos homens (Marx, 2002 [1846]). Explorando este conceito da economia política, Dussel (2006) explica que em alemão, a palavra *Material* (com a) significa 'material' como 'conteúdo' (*Inhalt*), num sentido oposto a 'formal'. Por sua vez, a palavra *materiell* (com e) significa 'material' de matéria física, oposto a 'mental' ou a 'espiritual'. O materialismo de Marx, obviamente, diz o autor, é *Material* (com a), referente a uma ética de conteúdo.

mercadorias e o mercado consumidor.

Mesmo sendo alternativa econômica positiva para o desenvolvimento do capitalismo, na prática, a reforma agrária acaba com privilégios e por isso é uma luta social que só se realiza pela organização dos trabalhadores do campo. O embate se repete em diferentes países, contextos e períodos da história do capitalismo: “toda a reivindicação, ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um *atentado à sociedade* e estigmatizada como *socialismo*” (Marx, 1974 [1852], p. 342).

A liberação de trabalhadores e trabalhadoras do campo de uma exploração de mão de obra intensiva que faz com que sejam subjugados ao patrão e muitas vezes não lhes dá direito sequer aos meios de subsistência, está entre os principais avanços na distribuição de terras. Entretanto, existem diversos modelos de reforma agrária. A demanda de divisão de terras pode ser projetada como forma de realizar distintos projetos de sociedade.

Bolívia e a Reforma Agrária de 1952

Na Bolívia, em 1953, com amplo apoio popular, Victor Paz Estenssoro assume a presidência do país e a reforma agrária integra seu programa de governo. Ainda assim, após a posse, a reforma agrária na Bolívia apenas se realizou pela pressão radicalizada dos movimentos populares, tendo como vanguarda o setor operário mineiro, com insurreições e levantes que exigiam do presidente o cumprimento dos compromissos. A reforma agrária da Bolívia promoveu mudanças importantes nos índices de concentração da propriedade de terras, com substancial transferência de terras dos grandes *terratenientes* a famílias de camponeses. Entretanto, o que esse processo ignorou - e que nos dias de hoje é debatido na CSUTCB e entre os movimentos sociais - é que a estrutura do campo na Bolívia é extremamente articulada com as tradições índias, principalmente aymaras e quéchua (Neto, 2005, Andrade, 2007).

Sem dúvida, a Reforma Agrária de 52 representou positivamente a devolução de terras usurpadas às comunidades indígenas e aos camponeses, mas, no seu conjunto, o processo não descartou a agricultura empresarial e, a médio e longo prazo, a titulação individual das terras teve impacto negativo em muitas comunidades no sentido de desestruturar a organização comunal da posse da terra e da produção. Isso faz com que muitas análises sobre a questão da

terra na Bolívia identifiquem no processo da reforma agrária uma das origens dos surcofundios.

Mientras estaba gobernando en Bolivia el pongueaje, había patrones que tenían tierra, desde ese la revolución que ha hecho Bolivia, (...) nos han revertido la tierra pero también han devuelto a los que eran patrones, los que eran propietarios, o sea, no hemos quitado lo que nosotros debíamos quitar. En ese sentido, nos han engañado con la ley. Por eso hay minifundios, surcofundios, principalmente en el altiplano boliviano hay esa situación. Porque nos han loteado, individualizado la tierra, entonces por eso ya no ha habido más dotación de tierra que no ha sido para nosotros sino para nuestros abuelos, para nuestros padres que estaban en el 52 (Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Tierra y Territorio da CSUTCB, gestão 2008-2010).

A Lei da Reforma Agrária de 02 de agosto de 1953 é vista pela CSUTCB (2009) como uma imposição aos povos, assim como a imposição da organização sindical no campo, para terminar com os *ayllus* e com a forma de viver tradicional. Os aspectos positivos são valorizados: o processo liquida com a servidão gratuita e com o *pongueaje* nas *haciendas*. Contraditoriamente, a Reforma Agrária teve um lado destrutivo para as nações originárias. A lei distribuiu as terras comunitárias, que mantinham sistemas comunais de produção, em forma em propriedade individual. Além de enfraquecer os laços coletivos, na divisão, as melhores terras ficaram com os patrões e seus familiares. Hoje os camponeses são parcelários minifundistas e surcofundistas, e brigam entre si pela terra. Esta manipulação (1952-1964) foi considerada mais um engano de um governo para controlar os originários.

Para o MST, distribuir terra não é fazer Reforma Agrária

O tema da Reforma Agrária no Brasil é bem distinto. O Brasil figura entre os países com maior concentração de terras no mundo no século XXI, com superficiais programas agrários e nenhuma experiência efetiva de reforma agrária.

Para resolver o problema dos sem terra no Brasil e garantir a terra para quem nela trabalha, o MST considera estratégica a conquista de latifúndios em todos os estados. A distribuição de terras não é suficiente para melhorar as condições de vida da população no campo. A reforma agrária é entendida como “mudanças estruturais na forma de organizar a propriedade da terra e dos meios de produção na agricultura brasileira” (Lista de Documentos, MST, 1993, p. 37). O Movimento precisa desenvolver a organização e a produção nas áreas de assentamento, conforme afirma o dirigente nacional.

Distribuir terra não é reforma agrária, é só uma política de assentamento de camponeses. Nessas áreas conquistadas de assentamentos, a duras penas, nós aí exercitamos as nossas experiências concretas, embora de forma lenta, porque sem o apoio do Estado é difícil de fazer essa mudança (Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST).

A distribuição de terras, quando se apresenta, longe de uma política de reforma agrária é só uma política de assentamento de camponeses. Na década de 90, o latifúndio se aliou com o capital internacional, refletindo mudanças na análise conjuntural, mas o acúmulo histórico mostrou a necessidade de fortalecer a pauta da reforma agrária.

Frente ao modelo do agronegócio, a indústria no campo, as multinacionais no campo, a apropriação da semente, da terra, da água, o capital financeiro diretamente, tudo isso transformou a luta... O problema não é mais o latifúndio, agora é o capital financeiro no campo, é a indústria no campo (Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST / MST- SP).

Segundo o Dirigente Nacional do MST Gilmar Mauro, “Lutar pela reforma agrária hoje é enfrentar o grande capital”. As táticas de lutas devem suprir as necessidades imediatas das famílias, como lona pra cobrir o barraco, comida para as famílias, e a posse da terra imediatamente. Esta luta, entretanto, precisa necessariamente estar conjugada com um amplo processo de reflexão, segundo ele:

A terra e as reformas não vão sair tão fácil. O grande capital e o Estado brasileiro está investindo grandes recursos do outro lado e não têm vontade de investir aqui. Essa luta agora, imediata, pela terra deve ser casada com uma luta em mudança de toda agricultura e da lógica de produção em geral na sociedade. (...) Tentamos colocar no debate político esse outro paradigma do que seria o desenvolvimento da agricultura (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

A reforma agrária não é apenas uma alternativa para o desenvolvimento econômico. A reforma agrária é sobre tudo uma luta política, pelo fim ao monopólio da terra, pela distribuição de renda, pela autonomia do trabalhador, orientada para a organização social na perspectiva da transformação. A seguir, falas de dirigentes do MST sobre o tema:

Com isso, então a reforma agrária é re-significada, se num primeiro momento embora não tínhamos ilusões de que o Estado burguês iria fazê-la, que o próprio desenvolvimento do capitalismo apontava para a modernização - e modernização vista com elementos de atraso nas relações sociais, não uma coisa automática -, embora não víamos uma perspectiva de o Estado burguês fazer isso, nunca tivemos a ilusão, muito mais agora. Quer dizer, a reforma agrária deixa de ser pauta, fica fora de qualquer perspectiva, por que o grande capital cresce pesadamente na agricultura ocupando inclusive os espaços do dito latifúndio atrasado, das áreas reservadas para

reservas de valores etc., que não estavam produzindo (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST).

Reforma Agrária, é uma luta que tem que estar vinculada com outros processos de luta, porque ela está vinculada à mudança do modelo econômico, ou seja, em poucas palavras, a luta pela Reforma Agrária hoje ela tem que estar vinculada com um projeto popular. Por isso nós já falamos em Reforma Agrária Popular, que ela transcende essa luta que nós fazemos agora, então ela não depende só dos camponeses, sem terra, ela depende dos camponeses, mas depende também dos trabalhadores que estão nas cidades, dos empregados, dos desempregados, porque ela vai ser parte de um processo mais amplo que também não se esgota no projeto popular. Porque esse projeto popular, na nossa compreensão, é uma fase, é um momento, é parte de um processo que aponte para uma transformação radical da sociedade. Então você pode dizer assim “Então é uma Reforma Agrária Socialista?”. O horizonte, a Reforma Agrária no Brasil ela só vai acontecer no Socialismo, no Capitalismo ela não vai acontecer. Então se nós quisermos lutar pela Reforma Agrária, nós também temos que lutar pela transformação social, que no fundo é o Socialismo. (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes)

Uma ideologia que busca se contrapor à ideologia dominante, à ideologia que predomina na sociedade, e que busca fortalecer os processos de libertação, de emancipação humana (Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes).

“A reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária” (Fernandes, 2008, p.74). Seu impacto imediato volta-se para os problemas da pobreza crescente, do acesso à terra e da incapacidade de abastecimento alimentar para a população, mas de forma alguma é questionada a concepção de terra como mercadoria e a estrutura da propriedade privada dos meios de produção.

Além disso, a reforma agrária distributiva não garante a solução das injustiças sociais no campo¹¹¹. A pequena propriedade pode ser um problema dependendo de como são regulamentadas as condições sob as quais o proprietário camponês livre pode dedicar-se à exploração do solo. A distribuição de terras sem condições de trabalho e produção muitas vezes resulta no arruinamento progressivo da agricultura e no endividamento progressivo do pequeno agricultor. A expropriação foi tanta, que o direito a terra, sem infra-estrutura, meios de produção, nem um mínimo de capital inicial para o desenvolvimento da agricultura

¹¹¹ Frente aos questionamentos sobre os processos de reforma agrária na América Latina, Moyo e Yeros (2008) se posicionam: “*la reforma agraria es una condición necesaria, pero no suficiente, para un patrón alternativo de acumulación y desarrollo en la periferia, en virtud de su potencial para ampliar el mercado doméstico y quebrar el control del capital externo respecto de los intereses de la tierra*” (Moyo e Yeros, 2008, p. 13).

familiar, impossibilita a família de trabalhadores pobres sobreviver num pequeno lote de uma sociedade capitalista.

O fato é que a reforma, embora fundamental para garantir um mínimo de dignidade da população, mantém importantes contradições sociais, porque as desigualdades originárias do problema agrário sob a propriedade privada dos meios de produção não podem ser resolvidas pela revolução burguesa. Assim, o capitalismo permanece como sistema perverso de exploração daqueles que detém o capital sobre os que detêm apenas sua força de trabalho para contribuir para as relações sociais de produção.

O sistema se fortalece com as promessas de uma sociedade a serviço de todos, mas os limites da ‘ordem política vigente’ ficam evidentes a todo momento. É possível avançar na organização popular, pressionar o estado, desenvolver práticas cotidianas que estimulem a solidariedade, a autonomia, a proteção da natureza, o respeito às individualidades e ao coletivo, mas, finalmente, a vida digna que existe na sociedade idealizada pelo MST e pela CSUTCB parece não caber no capitalismo.

“Não dá pra separar a luta econômica da política!” (Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST). E o mesmo acontece com a luta de preservação ecológica e de defesa cultural. Estão todas conectadas com uma reflexão estrutural e as lutas de um novo modelo para o campo apontam frequentemente para a necessidade de ruptura com o atual sistema capitalista e construção de um novo projeto de sociedade.

A formação de grandes latifúndios a serviço de interesses estrangeiros alavancou grandes lutas pela reforma agrária e, ainda que esta se apresente como um movimento social e político, o problema muitas vezes tem sido tratado como sendo puramente de ordem econômica. Poucas são as medidas políticas que favorecem o engajamento do trabalhador rural no sistema nacional de poder sem que esteja no papel de subalterno, administrado, regulado, vigiado. Como tudo se subordina às exigências do mercado, aos mecanismos de produção, de produtividade e lucro, não se fortalecem as conquistas políticas democráticas, mas é estimulada a ampliação da cidadania tutelada, por meio do sindicalismo governamental, da assistência técnica, do crédito manipulado por agências do poder público, etc. (Ianni, 1988).

O estudo da luta pela terra do MST e da CSUTCB se mostrou frutífero para debater:

1 – questões institucionais, identificando os limites da lógica Estatal, jurídica, legislativa nas sociedades, que se revela nos momentos de interlocução dos movimentos sociais com o Estado exigindo a garantia de direitos mínimos para produção, organização e bem viver. Sobre isso, ressalta-se a persistente e insuficiente luta do MST pela cidadania, direitos e condições de vida das famílias camponesas e de assalariados rurais, incluindo escola, moradia, saúde, crédito, infra-estrutura, segurança e alimentação. Na CSUTCB, é marcante a participação neste último ciclo constitucional que assimilou a interculturalidade nas Carta Magna da Bolívia.

2 – questões culturais, questionando a segregação e a tutela dos povos, encoberta pela anunciada “pretensão de totalidade” do sistema vigente, mas cuja exclusão e opressão é denunciada na luta das mulheres, das etnias, raças e nações que buscam a revolução cultural e a soberania dos povos; O MST propõe uma revolução cultural, pratica no cotidiano presente os valores ecológicos e coletivistas desta mudança necessária e demarca para o horizonte futuro uma saída revolucionária. A CSTUCB se propõe a recuperar/reafirmar os valores de sua cultura tradicional milenar, investindo em um forte apelo ao retorno revolucionário. Os avanços nacionais em termos de Reconhecimento da autonomia comunitária e a refundação de um Estado Plurinacional se aliam com o debate do socialismo do século XXI.

3 – questões ecológicas na defesa do planeta Terra, questionando o padrão de superprodução e superconsumo e destruição do planeta, num momento em que América Latina bebe da percepção dos povos indígenas, da visão sagrada da Mãe Terra e a necessidade de valorizar a harmonia da humanidade com a natureza. A CSUTCB valoriza a defesa da Pachamama, lutando para que a natureza sagrada, que é um bem comum, não seja mercantilizada a serviço de transnacionais, estrangeiros e grandes empresários. No MST, a defesa dos recursos naturais, da preservação de sementes e da soberania alimentar aparece articulada com os aspectos estruturais.

4- questões estruturais, questionando a estrutura do latifúndio, do agronegócio e as contradições do capital, apontando para a impossibilidade de resolver os problemas ambientais, culturais e econômicos no modelo destrutivo e desigual de superprodução e superconsumo da sociedade capitalista. O MST questiona a lógica do grande capital, que investe na expansão do agronegócio e na produção de empresas transnacionais, impossibilitando uma efetiva e ampla reforma agrária. A luta pela autonomia comunitária e

contra o racismo volta no debate das questões estruturais da Bolívia, que percebe a inviabilidade do sistema em resolver estes problemas.

Este capítulo mostrou que na luta pela terra convergem distintas ideologias. Há uma característica de heterogeneidade e heterodoxia nos movimentos estudados, que mesclam lógicas na realização de sua luta. A luta pela autonomia regional e comunitária da Bolívia, que prepondera na CSUTCB, e a luta pela reforma agrária ampla no Brasil, preponderante no MST, ambas assumem o desafio de lutar por um modelo de sociedade que se afirme em defesa da vida e contra o domínio do capital. O estudo da organização popular reafirma as condições materiais como conteúdo da luta social e permite aprofundar o debate de sociedade, política e ideologia na América Latina. Além disso, a dimensão filosófica da questão da terra sugere a necessidade de redimensionar os paradigmas que tratam a terra como mercadoria, quando define que a ‘terra é a própria natureza’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação de processos de luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Brasil, e da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* – CSUTCB, avança no estudo da dialética entre o potencial poder da comunidade e o poder institucional, ao mostrar importantes estruturas organizativas que orientam ações estratégicas de sem terras no Brasil e de camponeses indígenas na Bolívia, com metas que vão para além de demandas particulares e imediatas, e fazem um questionamento mais amplo à ordem política vigente. Este questionamento ocorre de formas variadas e encontra diferenças no Brasil e na Bolívia, principalmente pela preponderância que a defesa da identidade cultural adquire entre os povos andinos.

O trabalho de pesquisa permitiu identificar a potencialidade do poder político da comunidade no enfrentamento à ordem política vigente, nos distintos repertórios de ação, nas estruturas organizativas e nos princípios políticos do MST e da CSUTCB.

O MST apresenta uma imponente organização de massa que se expande pelo território nacional. A realização de ocupações a latifúndios improdutivos continua sendo a principal ação política e força de pressão para assentar famílias sem terra no Brasil. O questionamento à lógica das grandes empresas transnacionais simboliza um amplo enfrentamento ao modelo de desenvolvimento predatório da agroindústria, da monocultura e da exportação, que age em âmbito mundial, destrói o meio ambiente, impede a soberania alimentar e condena as alternativas de realização da reforma agrária.

A concentração cada vez maior das terras no Brasil, os privilégios crescentes do agronegócio, a orientação política do país de avançar na monocultura exportadora revela permanentemente o seu lado destruidor se abatendo sobre os camponeses sem terra e justifica os conflitos no campo, a violência contra as famílias pobres e a criminalização dos movimentos sociais. O Brasil apresenta para o mundo boas taxas de crescimento econômico,

mas segue sendo um país de latifúndios, incompetente para realizar a reforma agrária, assim como para acabar com o analfabetismo e com a fome.

Os problemas jurídicos são permanentes, porque a defesa da propriedade privada capitalista é mais importante do que a garantia dos direitos fundamentais e a defesa da vida. Neste sentido, as próprias leis muitas vezes favorecem a criminalização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. As populações rurais continuam sendo expropriadas, expulsas e criminalizadas.

No Brasil, elas ainda são subjugadas por uma cultura de tutela em relação aos camponeses. A sociedade recebe falsas soluções de um Estado pretensamente provedor, mas que mantém a realização do projeto de sociedade dos grandes capitalistas do mundo. Para o MST, a distribuição de terras feita pelo Estado, com entrega de títulos individuais sem infraestrutura, crédito e meios de produção, não é Reforma Agrária. É apenas a efetivação de assentamentos. Os pequenos avanços, como a chegada de “luz para todos” e outras conquistas econômicas pontuais e mais imediatas são sempre comemorados, embora logo mostrem os seus limites em promover dignidade para a vida da população. Pois ganha-se de um lado e perde-se de outro, a subsistência das famílias não está garantida e a violência é permanente, assim como a repressão à luta pela reforma agrária.

Os efeitos do agronegócio são tão ameaçadores e danosos para as comunidades e para a sociedade em geral que resultam na necessária organização das bases para lutar pelo que até parece tautológico: uma agricultura que seja feita por agricultores. Neste sentido, com todas as dificuldades enfrentadas, a organização produtiva do MST avança em experiências de agroindústrias cooperativadas, de comunas da terra, produção agroecológica, preservação de sementes e na organização coletiva de agrovilas.

As estruturas organizativas do movimento, no geral, se efetivam desde a base, através de núcleos, setores, espaços de formação política e instâncias representativas. De forma que nos encontros regionais, nos congressos nacionais, ou nas grandes mobilizações, o MST se apresenta como a grande organização de massas que é: reunidos em delegações por estados, com formação político-ideológica, disciplina militante para dividir e assumir as responsabilidades, disposição para o debate e firmeza para executar as deliberações, os sem terra, marcham, cantam, entoam palavras de ordem e balançam suas bandeiras. A organização se fortalece ainda mais com as alianças construídas pelos sem terra ao longo de sua história, com outros movimentos sociais, rurais, sindicais, religiosos, partidos e pessoas, artistas,

intelectuais ou profissionais liberais, que compartilham sobre a necessidade de realizar uma verdadeira Reforma Agrária no país e o desejo de um mundo melhor. Também se fortalece com a solidariedade internacional entre os povos espoliados. O MST se afirma na necessidade de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade para o enfrentamento à lógica do grande capital, em reivindicações políticas que ultrapassam as demandas particulares.

Para além dos enfrentamentos pela posse da terra e pela Reforma Agrária, a mobilização desse importante movimento social, produz outros efeitos e resultados nos planos de consciência política, visão ecológica, organização pedagógica, formação educacional, busca de dignidade humana, organização das crianças, da juventude e das mulheres. Nas entrevistas houve uma referência especial para a luta das mulheres, que se mostra valorosa na defesa das sementes, da alimentação saudável, das hortas diversificadas e da coletividade. A violência doméstica, a dupla jornada feminina, a falta de reconhecimento do trabalho da mulher na produção, na casa e na política ainda são temas difíceis de tratar internamente. A força da sociedade machista e patriarcal, que se impõe por todas as partes, é também um desafio a ser enfrentado pelos militantes. Aos poucos o movimento identifica os resultados da luta das mulheres, como a conquista da paridade de gênero nas instâncias de representação política e as experiências vitoriosas de produção de alimentos sem veneno, da produção em hortas diversificadas e da necessidade da soberania alimentar, garantidas principalmente devido à convicção feminina e ao trabalho da mulher pelo bem viver das famílias e das comunidades. Um tema importante para avançar em novas pesquisas.

Como bem foi possível identificar, há diferentes significados atribuídos à luta pela terra. Para a CSUTCB, aparece outro lado desta luta, a saber, a defesa da soberania dos povos, a autonomia indígena, a defesa sagrada da Mãe Terra, a Pachamama.

Na Bolívia, o movimento campesino indígena se esforça por reescrever uma história contada pelos colonizadores. Eles sabem que o Novo Mundo foi novo apenas para os europeus, que a segregação e o racismo reforçam o poder dos ocidentais, que nos dias de hoje chamam ao roubo e ao despojo de exportação e que a face mais dura do capitalismo é a colonização.

Através da antropologia, estudamos os conceitos de genocídio e etnocídio em relação aos povos autóctones e às culturas originárias deste território. O grande líder Genaro Flores,

fundador da CSUTCB, vai dizer que a política de extermínio fracassou e que o povo saqueado, agredido e ameaçado, contra-ataca. Gritam eles: *¡Qué nos devuelvan las tierras!* Mas não aceitam a lógica desta sociedade branca ocidental. E terminam os seus discursos repetindo em multidão: *¡Jallalla Tawantinsuyo! ¡Jallalla Abya Yala!*¹¹²

Conforme mostrou o estudo da CSUTCB, o processo de defesa da Mãe Terra vem associado à cosmovisão andina. Esta vertente religiosa em referência a todos os recursos naturais tem também seu caráter de certa forma subversivo à ordem política hegemônica. Porque os povos não aceitam simplesmente que o sagrado da natureza seja vendido como mercadoria. Na Bolívia, o enfrentamento entre o sagrado e o mercado pode acabar em gigantescas insurreições populares, onde a água, o gás e a terra são defendidos pela população, com a própria vida¹¹³. Daí ressalta-se a importância de aprender com a sabedoria dos povos que vivem em harmonia com a Mãe Terra. Os modos de viver e relacionar-se respeitando a natureza são abandonados na sociedade ocidental capitalista, onde o ‘sagrado direito à propriedade’ trata a terra e todos os recursos naturais como mercadoria.

A concepção da terra como elemento sagrado e religioso é criticada por defensores do ‘livre mercado’ que apresentam a privatização de recursos naturais como solução para o problema de desenvolvimento econômico dos países. Os dirigentes contam como a reverência à Pachamama é hostilizada pela oligarquia branca e pela elite de Santa Cruz. Mas esta concepção é também criticada duramente por muitas correntes marxistas, que buscam a transformação estrutural e a revolução socialista. Este seria outro viés importante para estudos, pois, sem assumir posições precipitadas, é possível intuir que, ligada à concepção sagrada da mãe terra, se estabelece uma forte conexão entre a agricultura e terra comunal.

Especialmente por estarem relacionadas com o contexto industrial e questionando seus princípios, as instituições comunitárias camponesas podem ser pensadas como eixo de passagem de sociedades não capitalistas a socialistas. Neste sentido, a defesa da cultura dos povos caminha na direção de ruptura ao modelo vigente.

Observou-se que, ao contrário do que é apresentado por grande parte da literatura acadêmica sobre movimentos identitários, a valorização da cultura não significa necessariamente a submissão a um amplo processo de exploração econômica e social, nem

¹¹² *Jallalla* é um grito aymara de saudação e agradecimento. *Tawantinsuyo* é a designação para Império Inca. *Abya Yala* é como os povos originários chamam o continente americano.

¹¹³ Vide os levantes comandados por Felipe Quispe contra a privatização e em defesa da água em La Paz e o movimento dos *cocaleros* contra a intervenção armada norte-americana para garantir a destruição das plantações de coca em Cochabamba.

representa a concordância com o modo de produção e organização do sistema capitalista. Ao contrário, a defesa da identidade cultural, quando aliada à busca de soberania dos povos, pode favorecer avanços na grande e difícil luta antissistêmica e anticapitalista.

Refundada no Estado Plurinacional, tendo o governo de Evo Morales aceitação praticamente incondicional da atual gestão da CSUTCB, a Bolívia tem dado exemplos de promoção de encontros entre os povos latinoamericanos e se atreve, por exemplo, em tentativas de submeter aos países dos cinco continentes do mundo, princípios sobre os Direitos da Mãe Terra. A construção do Estado Plurinacional não significa o mero reconhecimento dos povos ou a inclusão em um Estado que reproduz a ideologia neoliberal e o colonialismo interno. Ao contrário, sob o princípio da interculturalidade, determina a participação dos indígenas no Estado e a autonomia comunitária. Há elementos políticos na soberania dos povos extremamente vinculados a sua cultura que, distantes de reproduzir a lógica capitalista propõe formas distintas de saber, de poder e de viver. A luta pela terra na história da CSUTCB está articulada com a busca da autonomia comunitária, do pluralismo jurídico, da interculturalidade, do retorno ao *Qullasuyo*¹¹⁴.

Walsh e Mignolo (2006) definem que um processo de transição do Estado capitalista burguês e excludente para um Estado Plurinacional inclusivo, que integra todos os aspectos, sociais, econômicos, políticos, jurídicos e culturais, é também a passagem do Estado classista e elitista do poder dominante para o Estado Plurinacional constituído por todos os setores. Neste sentido, quando os ‘povos originários’ enunciam que não são classistas, uma justificativa é porque não aceitam a sociedade de classes. Colocam o racismo e o classismo no mesmo patamar de preconceito, segregação e destruição de sua cultura milenar.

A soberania de povos indígenas na América Latina, enquanto projeto libertador, não pode realizar-se na repetição de modelos de revolução dos operários europeus. O avanço na luta das bases sociais pode permitir que os “condenados da terra”, para usar o termo de Fannon, saiam de uma condição de tutela e opressão consentida e afirmem-se como sujeitos políticos, capazes de planejar ações estratégicas, estruturas organizativas e princípios políticos críticos, influenciando no debate sobre os projetos de sociedade que vivemos.

Por outro lado, isoladamente, nenhum movimento social conseguirá avançar na desejada transformação. O desafio colocado para os povos espoliados, as culturas destruídas, as famílias camponesas sem terra, os trabalhadores e as trabalhadoras do mundo é o de

¹¹⁴ *Qullasuyo* é o nome usado pelos povos originários para se referir à Bolívia.

avançar na organização política e encontrar a unidade suficientemente forte para projetar uma nova sociedade.

O debate do processo de conscientização social, de organização e de ação política de sujeitos sociais que estão geralmente fora das instituições políticas tradicionais se dá nesse espaço entre a *potentia*, ou o poder político da comunidade, e a *potestas*, ou o poder institucional. Os movimentos de luta pela terra mostram possibilidades de enfrentar, de forma organizada, conflitos sociais em diferentes aspectos. O trabalho se propôs a pensar algumas questões que afirmam a possibilidade do fortalecimento de sujeitos políticos de fora da 'ordem política vigente'. Mesmo tendo caminhado alguns passos nessa direção, ainda é possível perguntar: como os camponeses, teoricamente considerados como categoria sociológica, se tornam sujeitos políticos? Como a classe social dos trabalhadores e trabalhadoras que é uma categoria econômica, se torna sujeito político? Como etnias, povos indígenas e nações originárias, que são categorias culturais e antropológicas, se transformam em sujeitos políticos críticos e agentes de transformação?

A classe trabalhadora suportou o peso da reestruturação neoliberal, no campo e na cidade, tanto no centro como na periferia. As matrizes étnicas e culturais resistiram e resistem às violências irracionais do processo de colonização. Os pobres do campo, os sem terra, as nações originárias, os negros, os índios e as mulheres camponesas, que não compartilham dos benefícios do sistema, querem ter suas necessidades supridas e a possibilidade de uma vida digna. Buscam solução política para o enfrentamento de conflitos econômicos, culturais e ecológicos frente à ameaça da própria vida. E a necessidade de reprodução da vida é o conteúdo material e o conteúdo político por excelência. A história passada permite indicar algumas advertências e o contexto geral atual permite imaginar novos horizontes históricos.

A luta pela terra não pode ser analisada isoladamente, já que acompanha um cenário amplo de conjunturas nacionais e mundial. O movimento camponês vive a dinâmica de avanços e retrocessos. A luta pela terra não se explica nem se fecha em si mesma, ao contrário, ela é o resultado de um processo com antecedentes históricos, que encontra referências no passado recente e no tempo longo, até onde pode remeter a memória dos povos.

Sobre o tema da reforma agrária, a análise mostrou que nem o MST, nem a CSUTCB reivindicam o desenvolvimentismo que propõe a reforma agrária distributivista como perspectiva modernizadora para solução dos problemas da nossa sociedade, promovendo a

transição do tradicional ao moderno. Uma idéia generalizada de que a reforma agrária resolve o problema de exploração do camponês transformando-o num proprietário capitalista agrário mostra-se falsa. De formas diferentes os movimentos reconhecem que a reforma agrária e a modernização do campo, podem se apresentar como idéias mitificadas.

Na Bolívia, os desdobramentos da reforma agrária já têm mais de meio século, o processo diminuiu a exploração do trabalhador camponês, submetido a *pongueaje* e a *mita*, entretanto não respeitou as comunidades na sua cultura indígena e de organização comunal. O terreno individual recebido pelos camponeses em 1953, hoje, passadas algumas gerações, foi várias vezes fracionado entre filhos e netos, foi vendido ou repassado e as famílias camponesas vivem amontoadas em pedaços de terras chamadas *surcofúndios*, insuficientes para garantir a subsistência e a reprodução da família. No Brasil, a reforma agrária ainda está por se consolidar. A distribuição de terras representa apenas uma parte do problema. Isso tem reflexos na proposta de educação, nas formas de lidar com conflitos e nos programas políticos do movimento social. Por isso o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento econômico aparece, ainda que com diferenças, nos princípios dos movimentos sociais ligados a terra, seja no Brasil ou na Bolívia.

Há disputas internas tanto na CSUTCB como no MST, e defesa de diferentes linhas políticas. Os Encontros Estaduais, as Conferências Nacionais e os Ampliados Nacionais são espaços onde aparecem as disputas internas. A diferença é que a organização sindical predominante na CSUTCB possibilita que a cada gestão de três anos seja substituída a Secretaria Executiva da Confederação e, portanto, no exercício do poder delegado, a nova gestão pode afirmar com um pouco mais de verticalidade a sua ideologia política na coordenação do processo de luta. No MST, a dinâmica de representação colegiada e horizontal faz com que as divergências internas estejam em diálogo permanente, com a necessidade de convivência das diferentes linhas políticas na organização e de estabelecimento de consensos nas deliberações do movimento.

No contexto histórico podemos identificar mudanças acerca do papel da América Latina, do Brasil e da Bolívia, neste projeto de desenvolvimento global do capitalismo. De qualquer forma, permanecem efetivas a política e a economia voltadas para expropriar e oprimir as famílias camponesas em ambos os países. A comparação do MST com a CSUTCB mostrou tensões políticas da luta pela terra, entre a via institucional, a identidade cultural, a defesa da natureza e a consciência de classe. O resultado da análise dos conflitos sociais

vivenciados por estes movimentos rurais revela que a política hegemônica, aliada ao capital e ao mercado, apresenta um modelo de crescimento econômico que tende ao esgotamento da natureza e ao aprofundamento da pobreza, enquanto nega a questão agrária, os problemas dos sem terra e dos camponeses indígenas. A lógica da legalidade e o sistema jurídico da ordem política vigente na América Latina são incapazes de resolver a exclusão e a criminalização dos pobres, dos povos e das famílias trabalhadoras. O estudo mostrou a necessidade enunciada pelos movimentos sociais de superação das contradições estruturais da sociedade e de avanço na soberania dos povos.

A organização popular segue, com seus avanços e retrocessos, enquanto novos projetos de sociedade estão sendo construídos. Há uma diversidade de lutas camponesas populares na região. O MST e a CSUTCB, aqui analisados, são duas entre tantas organizações na América Latina e no mundo que, movidas pela necessidade e sob muita dificuldade, participam de alguma forma desta missão histórica de superação das contradições de uma sociedade extremamente desigual. O estudo corroborou com a idéia de José Martí (2002), de que América Latina é forte para lançar novos manifestos.

Na atualidade, quando as relações sociais da produção capitalista parecem dominar praticamente todas as esferas e espaços da vida no cenário global, a análise da subordinação do trabalho ao capital e da propriedade privada dos meios de produção são centrais para abordar os temas da organização produtiva no campo, do desenvolvimento rural, da luta camponesa e da necessidade de democratização e distribuição de terras. Da mesma forma é fundamental o estudo da colonização, da tutela do Estado e da busca de soberania dos povos.

A luta pela terra revela diferentes significados. A partir da concepção de mundo capitalista hegemônica, pode ser apenas a reivindicação de uma mercadoria. Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, desigual e combinado, o quadro que se desenha para o setor camponês no Brasil e na Bolívia é de expropriação de terras, aumento do latifúndio, industrialização do campo, entradas de empresas transnacionais, superexploração do trabalho, racismo e escravidão. A aquisição da titulação de um terreno permitiria, por exemplo, a uma família sem terra virar uma família com uma pequena propriedade de terra. Entretanto, sem as condições de infra-estrutura, instrumentos de trabalho, aperfeiçoamento técnico, sementes, segurança, moradia, educação, a terra não garante autonomia, nem sustentabilidade da família camponesa. Nestas precárias condições, grande parte dos

assentados, quando não vende as terras, volta a procurar trabalho assalariado, ou seja, a aquisição do terreno sequer liberta os trabalhadores da exploração do patrão.

Na teoria marxista, a luta política e a disputa pela terra não são outra coisa que uma expressão da luta de classes. As relações sociais da produção capitalista, dominantes na cidade e na indústria, dominam também no campo; por isso não foram abandonadas as lutas contra a lógica capitalista no meio urbano e no meio rural.

Brasil e Bolívia têm uma história comum de dependência e desenvolvimento desigual que faz com que vivam ciclos históricos semelhantes. Uma relação dialética se estabelece entre o sistema capitalista central e a periferia, estando envolvidos os países da América Latina, daí a politização das lutas particulares que promovem questionamentos ao amplo sistema capitalista.

O conteúdo da política apresentado pelos movimentos camponeses organizados denuncia a fragilidade e as falsas soluções apresentadas em nome da ‘pretensão de totalidade política’. Os princípios políticos libertadores são princípios materiais em dimensões ecológicas, econômicas e culturais, forjados de fora da ordem política vigente. Não podem ser compreendidos isoladamente, pois são co-determinantes e deles dependem a afirmação e o aumento da vida comunitária. A práxis da libertação, conforme Dussel (2007a) é sempre um ato intersubjetivo, um ato coletivo e de consenso recíproco. Sem organização, o poder do povo é pura potência, possibilidade, inexistência objetiva, voluntarismo ideal. E a transformação da sociedade é tão mais radical quanto mais for sentida como necessidade pela massa, pela base, por camponeses e camponesas.

Hoje, o capitalismo se mantém vigente, ou seja, ‘seguimos colonizados’. A organização popular apresenta diferentes caminhos que levam em direção a uma ‘política da libertação’. O estudo destas trajetórias permite voltar ao passado, entrar em contato com os processos históricos da luta pela terra, e alçar vôos para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Paula Lúcia. NAFTA – Tratado de Livre-Comércio da América do Norte. SADER, Emir, JINKINGS, Ivana (coords.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006, p. 843-844.

ALBÓ, Xavier, BARNADAS, Josep. *La cara campesina de nuestra historia*. La Paz: UNITAS, 1985.

ALCA. *ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA*. Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/index.php>. Acessado em: janeiro de 2010.

ALMARAZ, Alejandro. A história cultural é a base da reforma agrária da Bolívia. CARUSO, Mariléa, CARUSO, Raimundo. *Bolívia: jakskiwa*. Florianópolis: Inti Editorial, 2008.

ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AMORETTI, Juliana. O Marxismo latino-americano de Mariátegui. OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa. Ano VII, N°9. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2008, p.35-48.

ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". SADER, Emir, GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente. CRÍTICA MARXISTA. Campinas: Cemarx / Unicamp, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal do Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Autores Associados, 2004.

ARICÓ, José. *Marx e América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARRIENTOS, Bernardo Corro. As razões do separatismo das elites atrasadas de Santa Cruz. CARUSO, Mariléa, CARUSO, Raimundo. *Bolívia: jakskiwa*. Florianópolis: Inti Editorial, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BERGER, Peter T., LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOGO, Ademar. *O MST e a cultura*. Caderno de Formação N°34. Veranópolis: ITERRA, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BUENO, Fábio Marvulle Bueno, SEABRA, Raphael Lana. *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea*. ANAIS DO 33º Encontro Anual da Anpocs (GT 24: Marxismo e Ciências Sociais) Disponível em: <http://sec.adevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC0686-1.pdf>. Acesso em: 03 de dezembro, 2009.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMINI, Isabela. *Escola Itinerante dos Acampamentos do MST – um contraponto à escola capitalista?*. Tese de Doutorado em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. *Florestan e o MST: sobre a criação da Universidade do MST e o nome a ela concedido*. Disponível em <http://resistir.info> . Acessado em 26 de novembro de 2007.

CARUSO, Mariléa, CARUSO, Raimundo. *Bolívia: jakskiwa*. Florianópolis: Inti Editorial, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASTRO, Fidel. *La Revolución Cubana, 1953-62*. México: ERA, 1976.

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *As Desigualdades na Escolarização no Brasil (2004 – 2008) Observatório da Equidade*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/observatoriодаequidade/relatorio2.htm>. Acessado em: 18 de fevereiro de 2010.

CEPR - CENTER FOR ECONOMIC AND POLICY RESEARCH. Record Growth Aided by Sizeable Fiscal Stimulus. *New Report Looks at Bolivia's Economic Performance Over Last Four Years*. In: <http://www.cepr.net/index.php/press-releases/press-releases/bolivias-economic-performance-over-last-four-years/>. Accessed: December 3, 2009.

CHANG, Há-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. *The theory of peasant economy*. USA: American Economic Association, 1966 [1923].

CHIHUAILAF, Arauco. Los indígenas en el escenario político-social boliviano del siglo XX. *Sociedad y Discurso* N. 14. Disponível em:

http://www.discurso.aau.dk/SociedadYDiscurso_14/Chihuailaf_SyD14.pdf. Acessado em: outubro de 2009.

CLASTRES, Pierre. “Do etnocídio”. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2004 [1974].

COHEN, Jean L., ARATO Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST* [Dissertação de Mestrado USP, 2000]. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONCHEIRO Bórquez, Luciano; GRAJALES Ventura, Sergio. Movimientos campesinos e indígenas en México: la lucha por la tierra. *En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. 2005. [Citado: 26/11/2009]. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16CBorquezGVentura.pdf> ISSN: 1515-3282

CONDARCO, Ramiro. *Zárate, el “Temible” Willka*. Bolivia: Renovación, 1983.

COSTA NETO, Canrobert. *Políticas Agrárias na Bolívia (1952 – 1979) reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CPT – Comissão da Pastoral da Terra. Conflitos no Campo. Sintonia entre capital e Estado mantém a violência no campo (23/11/2009). Disponível em <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=3497&eid=6>. Acessado em dezembro de 2009.

CRABTREE, John. Desempeno econômico, desigualdad y legitimidad política: Bolivia 1985-2003. DOMINGO, Pilar (ed.). *Bolívia: fin de un ciclo y nuevas perspectivas políticas (1993-2003)*. Barcelona: Edicions Ballaterra, 2006.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Martin Claret, 2002 [1902].

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida. A pedagogia marxista e a pedagogia do MST. CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE BRASIL. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/01/407445.shtml>. Acessado em março de 2010.

DEERE, Carmem Diana, LÉON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 100-153.

DOMITILA. “Testimonio”. VIEZZER, Moema. *Si me permiten hablar... Testimonio de Domitila: una mujer de las minas de Bolívia*. México: Siglo XXI, 1977.

DUCHROW, Ulrich, HINKELAMMERT, Franz. *La vida o el capital*. Alternativas a la dictadura global de la propiedad. México: Editorial Driada, 2004.

DUSSEL, Enrique. *20 Teses de Política*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

DUSSEL, Enrique. *El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. Quito: Abya-Yala, 1994.

DUSSEL, Enrique. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los manuscritos del 61-63. México: Siglo XXI y Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa, 2008.

DUSSEL, Enrique. *Política de la liberación II: Arquitectónica*. Madrid: Trotta, 2009.

DUSSEL, Enrique. *Política de la Liberación: historia mundial y crítica*. Madrid: Editorial Trotta, 2007b.

DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação e marxismo (1990). LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005a.

EAGLETON, Terry. *Depois da Teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Volume 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d [1894].

ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição inglesa. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. O processo de produção do capital. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1886].

FAJARDO, Raquel Z. Irigoyen. Reconocimiento constitucional del derecho indígena y la jurisdicción especial en los países andinos (Colombia, Perú, Bolivia, Ecuador). REVISTA PENA Y ESTADO # 4. Buenos Aires: INECIP y Editorial el Puerto, 2000.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005 [1961].

FERNANDES, Bernardo Mançano (editado por). Estudos, depoimentos & referências MST. *Vozes Sem Terra: As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)*. Disponível na internet em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=BIBLIOGR935&ng=p&sc=3&th=45&sc=0> . Acessado em 25 de janeiro de 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Agrária, Questão”, “Agrária, Reforma”, “Agronegócio”, “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Brasil”. SADER, Emir, JINKINGS, Ivana (coords.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *O MST e as Reformas Agrárias do Brasil*. OSAL. Año IX, N.24, octubre de 2008. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2010.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora, 2008 [1968].

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *Transformación del marxismo*. Historia del marxismo en América Latina. México, Plaza y Valdes, 2001.

FOX, Jonathan. A política e as novas formas de organização camponesa na América Latina. NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 1996.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1999

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Uruguay: Siglo XXI, 1971.

GANDARILLA SALGADO, José. *América Latina en la conformación de la economía-mundo capitalista*. México: CLACSO, 2006.

GARCÍA Linera, Álvaro. *El desencuentro de dos razones revolucionarias. Indianismo y Marxismo*. Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano no. 3. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

GARCÍA Linera, Álvaro (coord.), CHÁVEZ León, Marxa, COSTAS Monje, Patricia. *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia*. Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. Bolivia: Plural Editores, 2008.

GARCÍA Linera, Álvaro. "Movimento ao Socialismo – MAS". SADER, Emir, JINKINGS, Ivana (coords.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

GIARRACCA, Norma, LEVY, Bettina (compiladoras). *Ruralidades latinoamericanas: identidades y luchas sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

GIUMBELLI, Emerson. Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: abril de 2010.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUTIÉRREZ, Raquel Aguilar. *Los ritmos del Pachakuti: movilización y levantamiento indígena-popular en Bolivia (2000-2005)*. La Paz: Textos Rebeldes, 2008.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. O campesinato e a *plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. NEVES, Delma Pessanha, SILVA, Maria Aparecida M. (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, v. 16, n. 46, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300007&lng=en&nrm=iso. Acessado em: fevereiro de 2010.

HINKELAMMERT, Franz. *Hacia una crítica de la razón mítica. Laberinto de la modernidad*. San José: **Editorial** Arlequín, 2007.

HURTADO, Jorge. Cocaína, Coca Cola e a inofensiva folha de coca. CARUSO, Mariléa, CARUSO, Raimundo. *Bolívia: jakskiwa*. Florianópolis: Inti Editorial, 2008.

IANNI, Octavio. *A questão nacional na América Latina*. Estudos Avançados. V.2, n.1. São Paulo: Base Cielo, jan/mar, 1988.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe*. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LASERNA, Roberto. *Productores de democracia. Actores sociales y procesos políticos en Bolivia 1971 – 1991*. Cochabamba, CERES / FACES, 1992.

LAZARTE, Jorge. *Movimiento obrero y procesos políticos en Bolivia: historia de la C.O.B. 1952-1987*. La Paz: Editorial Offset Boliviana, 1989.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Do livro Quem são os amigos do povo e como lutam contra os social-democratas? [1894]. In: LENIN, V. I. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo*. Moscou: Progreso, 1979 [1913].

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acessado em: setembro de 2009 [1916].

LIMA, Mayrá Silva. *Da resistência à libertação: comunicação e cultura no MST*. Monografia, Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

LIRIO, Sergio. Evo e as duas Bolívias: entre cambas e collas. CARTA CAPITAL. ANO XIV, Nº 490, 9 de abril de 2008.

LORA, Guillermo. *Historia del movimiento obrero boliviano 1933 - 1952*. La Paz: Editorial “Los Amigos del Libro”, 1980.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST. CRÍTICA MARXISTA. N. 26. Campinas: Revan, 2008.

LÖWY, Michael. A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto. ALTERMUNDO, abaixo e à esquerda está o *corazón*. Disponível em: <http://www.altermundo.org/content/view/full/1888/1/>. Acessado em: abril de 2010.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. CRÍTICA MARXISTA. Nº 28. São Paulo, UNESP, 2009.

LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MALVEZZI, Roberto (Gogó). O incômodo Censo Agropecuário. MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nodc/8405>. Acessado em: outubro de 2009.

MALVEZZI, Roberto (Gogó). O MST e a história. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/01/20/o-mst-e-a-historia-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/>. Acessado em: março de 2010.

MAMANI Ramírez, Pablo. *Geopolíticas Indígenas*. El Alto, Bolivia: CADES, 2005.

MAMANI Ramírez, Pablo. *Multitudes*. El Alto, Qullasuyu: Ediciones Yachaywasi, 2004.

MANDEL, Ernest. *Teoria Marxista do Estado*. São Paulo: Ed. Mandel, 2008.

MARIÁTEGUI, José C. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2005 [1928].

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005 [1928].

MARIGUELA, Carlos, et. all. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1978 [1969].

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. México: ERA, 1977.

MAROF, Tristán. 2ª Conferência: Comunismo Incaico [1932]. PÁRRAGA AZURDUY, Guido. *Perlas de Tristán Marof: el viejo puño de la antorcha encendida*. La Paz: Print Impresiones, 2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 74, Mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007&lng=en&nrm=iso. Acessado em: abril de 2010.

MARTÍ, José. *150 Aniversario: selección de textos*. Brasília: Casa Editora de la Embajada de la República de Cuba em Brasil, 2002.

MARTÍ, José. *Educação em nossa América*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007 [1875–1895].

MARTINS, José de Sousa. *O poder do atraso: ensaios da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Carlos, ENGELS, Frederico. *Obras fundamentales*. v. 11. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MARX, Karl, ENGELS, Frederich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1981 [1848].

MARX, Karl. A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento. FORACCHI, Marialice M, MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade – leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

MARX, Karl. *As crises cíclicas do capitalismo*. São Paulo: Ched Editorial, 1982.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, vol. XXXV. 1974 [1852].

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. O processo de produção do capital. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1867].

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. O processo de produção do capital. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1867].

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3. O processo global de produção capitalista. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1867].

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, vol. XXXV. pp. 122-129, 1974 [1849].

MENDONÇA, Sônia Regina de; STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária: natureza e comportamento: 1964 - 1990*. Vol.5. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÉSZÁROS, Istvan. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

MICHARD, Jocelyn. Cooperativas Mineras en Bolivia: formas de organización, producción y comercialización. Cochabamba: Centro de Documentación y Información Bolivia – CEDIB, 2008.

MIGNOLO, Walter. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. WALSH, Catherine, LINERA, Álvaro García, MIGNOLO, Walter. *Interculturalidad, descolonización el estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006, p. 9-20.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. MARGEM ESQUERDA. Ensaio marxistas 2. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 95-111.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Capitalismo e classes sociais no campo (1995). LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MOYO, Sam, YEROS, Paris (coords.). *Recuperando la tierra*. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Ásia y América Latina – 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2008.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. NAVARRO, Zander (org.) *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Agropecuária; Características sócio-econômicas gerais. NERA. UNESP. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_d.htm#abordagens_rural_urbano. Acessado em: março de 2010.

NETO, João Paulo. O déficit da esquerda é organizacional. Disponível em: http://www.socialismo.org.br/portall/images/stories/documentos/o_deficit_organizacional.pdf. Acessado em: março de 2010.

NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exprotadora. NEVES, Delma Pessanha, SILVA, Maria Aparecida M. (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. “Brasil”. SADER, Emir, JINKINGS, Ivana (coords.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

PASSOS, Nadjla. *A revista Veja e a invenção de um movimento terrorista*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Linguagem. Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. *En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: 2005. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16PortoG.pdf>. Fecha: 29/1/2010.

PRADO Jr., Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 [1942].

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977 [1966].

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1933].

QUIJANO, Aníbal. “Diversidade Étnica” SADER, Emir, JINKINGS, Ivana (coords.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*. Ano 17, nº37,

2002.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 Dez 2007.

QUIROGA SANTA CRUZ, Marcelo. *El saqueo de Bolívia*. La Paz: Puerta Del Sol, 1979 [1973].

QUISPE, Ayar Quispe. *Indios contra indios*. Bolívia: Nuevo Siglo, 2003.

QUISPE, Felipe. *Mi captura*. Bolívia: Ediciones Pachakuti, 2007.

QUISPE, Felipe. *Tupak Katari vive y vuelve... Carajo*. Bolívia: Ediciones Pachakuti, 2007 [1988].

REINAGA, Fausto. *La revolución Amáutica*. La Paz: Wa-Gui, 2007 [1981].

REINAGA, Fausto. *Las tesis índias* La Paz: Wa-Gui, 2006 [1971].

REINAGA, Fausto. *Tierra y Libertad*. [1953] Disponível em: <http://www.faustoreinaga.org/home/?cat=34>. Acessado em: abril de 2009.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIVERA Cusicanqui, Silvia, y Equipo THOA. *Ayllus y proyectos de desarrollo en el norte de Potosí*. La Paz: Aruwiyiri, 1992.

RIVERA Cusicanqui, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y quechwa 1900 - 1980*. Editorial del THOA, 2003.

ROJAS SORIANO, Raúl. *Investigación social: teoría y praxis*. México: P&V, 2001.

ROJAS-ORTUSTE, J. Gonzalo. El movimiento étnico-campesino en Bolivia: retos y posibilidades en la democracia en 1992. Delivered at the XVII LASA Conference and presented in the Panel "Aiming Toward the Quincentenary: recent non-violent indigenous revolt in Ecuador and Bolivia". Los Angeles, sept. 1992.

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 3, 2004.

SADER, Emir, JINKINGS, Ivana (coords.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

SADER, Emir. *Reflexões sobre a luta antineoliberal* (outubro, 2005). OSAL – Observatório Social de América Latina. Disponível em: http://osal.clacso.org/dev/article.php?id_article=91. Acessado em: 20 de setembro de 2007.

SAMPAIO, Plínio Arruda. La Reforma Agraria en América Latina: una revolución frustrada. *En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16*. CLACSO, Consejo

Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16Sampaio.pdf> Acessado em novembro de 2009.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64. STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. Vol.4. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. Palestra proferida no Seminário Internacional Pós-neoliberalismo, movimentos sociais e desenvolvimento. Rio de Janeiro / UERJ: CLACSO / LPP, 2008.

SANTOS, Theotônio dos. *Conceito de classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHMIDT, Benicio, MARINHO, Danilo N., ROSA, Sueli Couto (organizadores). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. *Os Cocalers do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Departamento de Antropologia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis, Vozes, 1985.

STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 - 1960*. Vol.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960 -1980*. Vol.2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma Agrária: 1946 - 2003*. Vol.3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. Vol. 4. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes: 1997.

STÉDILE, João Pedro, GUIMARÃES, Juarez. Sair da crise com a energia do povo. CHAUI, Marilena, [et. al]. *Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

STÉDILE, João Pedro, SÉRGIO, Frei. A luta pela terra no Brasil (1993). LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. Traduzido por Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2000. p. 241-274.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de*

comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. SOCIEDADE E ESTADO. *Dossiê dos Movimentos Sociais*. Brasília: Depto. de Sociologia, v.1, n.1, 2005.

VEIGA, José Eli da. *O que é reforma agrária?* Brasília: Brasiliense, 2000.

WALSH, Catherine, GARCÍA Linera, Álvaro García, MIGNOLO, Walter. *Interculturalidad, descolonización el estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. WALSH, Catherine, LINERA, Álvaro García, MIGNOLO, Walter. *Interculturalidad, descolonización el estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006, p. 21-70.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.

ZAPATA, Francisco. *Atacama: desierto de la discordia*. México: El Colegio del México, 1992.

ZAPATA, Francisco. *Ideología y política en América Latina*. México: El Colegio de México, 2001.

ZAVALETA Mercado, René. *Lo nacional-popular em Bolívia*. La Paz: Plural Editores, 2008 [1986].

ZAVALETA, René. *Clases sociales y conocimiento*. La Paz: Editorial “Los Amigos del Libro”, 1988.

ZAVALETA, René. *El poder dual*. México: Siglo XXI, 1974.

ZIBECHI, Raúl. *Territorios en resistencia*. Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2008.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones*. América Latina en movimiento. México: Bajo Tierra, 2008.

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos Brasil / MST

Paulo Sérgio Pinheiro. “El Dourado dos Carajás: impunidade a vista”. *Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA*. n 158. Maio de 1996.

“Corumbiara: o massacre dos inocentes”. *Revista SEM TERRA*, n.2, out. nov. dez. de 1997.

“Ação de Pistoleiros mata 5 sem terra em Minas Gerais”. *Jornal SEM TERRA*, n. 246, novembro de 2004.

Manifesto do MST ao povo brasileiro do 4º Congresso Nacional do MST. Brasília: 11 de agosto de 2000.

MST. *Textos para estudo e debate do 5º Congresso Nacional do MST*. Reforma agrária: por justiça social e soberania popular. Brasília: SEMA, junho de 2007.

Carta do 5º Congresso Nacional do MST realizado em Brasília, em 15 de junho de 2007.

Carta dos Sem Terrinha. Do Acampamento Nacional pela Reforma Agrária. Brasília, agosto de 2009.

Ata do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul de 10/12/2007.

Cadernos Vermelhos:

- Sandinistas. *Sobre o método revolucionário de direção*. Matagalpa, 1987.
- MST. *Normas Gerais do MST*. São Paulo, 1989.
- MST. *Como organizar a massa*. Cadernos Vermelhos. São Paulo, 1991.
- MST. *Disciplina*. São Paulo, 1992.
- MST. *Manual de Organização dos núcleos*. São Paulo, 1992.
- MST. *Alianças*. São Paulo, 1993.
- MAB. *Che e os quadros de direção*. São Paulo, 2007.

Documentos Bolívia / CSUTCB:

CSUTCB y FMNCOIB “BS”. *Consideraciones y resoluciones del Comité Ejecutivo Nacional de la CSUTCB y FMNCOIB “BS”*. Sucre, 03 de junio de 2008. Disponible en: www.csutcb.org.bo . Fecha: septiembre de 2008.

CSUTCB. Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia. *Bloqueo de caminos*. La Paz: CSUTCB, 1983.

CSUTCB. Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia. *Después de cuatro siglos de opresión: las conquistas económicas de las mayorías nacionales logradas con la luchas de los explotados del campo*. La Paz: CSUTCB, 1984.

CSUTCB – Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia. *Historia de los Movimientos Indígenas en Bolivia*. Disponible en: <http://www.puebloindio.org/CSUTCB3.html>. Fecha: 16 de enero de 2009.

FSTMB. Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia. *Teses de Pulacayo* (1949). Disponible en: <http://www.pt.org.uy/textos/temas/pulacayo.htm>. Fecha: marzo de 2009.

Nueva Constitución Política del Estado Plurinacional – República de Bolivia. Aprobada el 25 de enero de 2009. Promulgada y publicada el 7 de febrero de 2009.

Ley del Regime Electoral Transitorio. Aprobada por Honorable Cámara de Diputados, 14 de abril de 2009.

Asamblea Nacional de Organizaciones Indígenas, Originarias, Campesinas y de Colonizadores de Bolivia. *Propuesta para la Nueva Constitución Política del Estado: por un Estado Plurinacional y la autodeterminación de los pueblos y naciones indígenas, originarias y campesinas*. Sucre, 5 de agosto de 2006. Disponible en: <http://www.constituyentesoberana.org/3/propuestas/osio/pactodeunidad.pdf> . Fecha: noviembre de 2009.

LISTA DE ENTREVISTAS

ENTREVISTAS SOBRE MST, BRASIL

Dirigentes Nacionais MST

Entrevista com Ednalva Moreira, integrante da Direção Nacional do MST (MST-ES)

Local da Entrevista: Acampamento Nacional pela Reforma Agrária, Brasília

Data: 18/08/2009

Entrevista com Egídio Brunetto, integrante da Direção Nacional do MST (MST-MS), Coordenação Pedagógica

Local da Entrevista: Acampamento Nacional pela Reforma Agrária, Brasília

Data: 18/08/2009

Entrevista com Adelar João Pizzeta, integrante da Direção Nacional do MST, Coordenação Pedagógica Escola Nacional Florestan Fernandes

Local da Entrevista: Acampamento Nacional pela Reforma Agrária

Data: 18/08/2009

Entrevista com Maria Isabel Green, integrante da Direção Nacional do MST (MST- PR)

Local da Entrevista: Acampamento Nacional pela Reforma Agrária

Data: 18/08/2009

Entrevista com Jaime Amorim, integrante da Direção Nacional do MST (MST-PE)

Local da Entrevista: Acampamento Nacional pela Reforma Agrária

Data: 20/08/2009

Entrevista com João Pedro Stédile, integrante da Direção Nacional do MST.

Local da Entrevista: Plenária da Assembléia Popular Nacional, DF

Data: 25/10/2009.

Entrevista com José Batista de Oliveira, integrante da Direção Nacional do MST (MST- SP).

Local da Entrevista: CEPATEC - SP

Data: 07/11/2009

Entrevista com Gilmar Mauro, integrante da Direção Nacional do MST.

Local da Entrevista: CEPATEC - SP

Data: 08/11/2009

Entrevista com Nina Tonin, integrante da Direção Nacional do MST.
Local da Entrevista: CEPATEC
Data: 08/11/2009

Entrevista com Nei Strozake, integrante da Direção Nacional do MST.
Local da Entrevista: Escola Nacional Florestan Fernandes
Data: 11/11/2009

Lideranças do MST e outros/as informantes

Entrevista com Arodo Oliveira Filho, integrante da Coordenação Estadual do MST - SE.
Local da Entrevista: Acampamento Nacional pela Reforma Agrária
Data: 20/08/2009

Entrevista com Jacques Alfonsín, Advogado Popular, RS
Local da Entrevista: Escritório de Advocacia Porto Alegre
Data: 08/10/2009

Entrevista com Nita Freire, Pedagoga e Educadora Popular
Local da Entrevista: Assembléia Legislativa RS
Data: 13/10/2009

Entrevista com Frederico Santana Rick, integrante das Pastorais Sociais de Belo Horizonte
Local da Entrevista: CEPATEC, SP
Data: 08/11/2009

Entrevista com Pedro Sales de Melo, integrante da Coordenação Regional do MST SP
Local da Entrevista: Comuna Urbana – Jandira – SP
Data: 08/11/2009

ENTREVISTAS SOBRE CSUTCB, NA BOLÍVIA

Dirigentes do Comitê Executivo Nacional da CSUTCB (em diferentes gestões)

Entrevista com Isaac Ávalos, Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010.
Local da entrevista: Sede da CSUTCB em La Paz
Data: 22/04/2009.

Entrevista com Felipe Quispe (*El Mallku*), Secretário Executivo da CSUTCB, gestão 1998 – 2003
Local da Entrevista: Casa de Mujeres Creando
Data: 07/05/09
Local da 2ª Entrevista: Achacachi
Data: 29/05/09

Entrevista com Eustáquio Sullca, Secretário da Comissão de Terra e Território da CSUTCB, gestão 2008-2010.
Local da Entrevista: Sede da CSUTCB em La Paz
Data: 22/04/2009.

Entrevista com Dionísio Cabrera, Secretário Terra y Território da CSUTCB, gestão 2008-2010.

Local da Entrevista: Sede da CSUTCB em La Paz

Data: 11/05/09

Data da 2ª Entrevista: 14/05/09

Entrevista com Irineu Zuna Ramirez, Secretario Agropecuário CSUTCB, gestão 2008-2010.

Local da Entrevista: Sede da CSUTCB em La Paz

Data: 11/05/09

Entrevista com Félix Ticona Quispe, Secretário de Capacitação Sídica e Coord. Política da CSUTCB, gestão 2008-2010.

Local da Entrevista: Sede da CSUTCB em La Paz

Data: 12/05/09

Lideranças vinculadas à CSUTCB e outros/as informantes

Entrevista com Ramiro Llanos, Assessor das Bartolina Sisa, membro do MAS, integrante do governo de Evo Morales.

Local da Entrevista: Café Ciudad

Data: 02/05/2009.

Entrevista com Zenón Quispe (*El Poncho Rojo Productivo*), Assessor da Secretaria Executiva da CSUTCB, Gestão 1998 - 2003

Local da Entrevista: La Paz (praça)

Data: 04/05/09

Local da 2ª Entrevista: Archivo de La Paz (UMSA)

Data: 05/05/09

Local da 3ª Entrevista: Residência em La Paz

Data: 27/05/09

Entrevista com Saturnino Rojas, Dirigente de base e Apoio ao Comitê Executivo CSUTCB em 2000 e 2001

Local da Entrevista: Casa de Mujeres Creando

Data: 13/05/09

Entrevista com Luis Nieto Gutiérrez, Apoio Técnico do Comitê Executivo da CSUTCB, gestão 2008-2010.

Local da Entrevista: Sede da CSUTCB em La Paz

Data: 14/05/09

Entrevista com Pablo Mamani, Aymara, Prof. na Carreira de Sociologia, Universidade Pública de El Alto (UPEA)

Local da Entrevista: UPEA

Data: 15/05/09

Entrevista com Boris Chamani, Ativista do Comitê Cívico Popular – La Paz

Local da Entrevista: Cochabamba (Curso de Formação de Formadores Políticos - ENFF)

Data: 25/05/09

Entrevista com Hover Cabrera, Representante da Juventude e do setor de Terra e Território da CSUTCB, gestão 2008-2010.

Local da Entrevista: Cochabamba (Curso de Formação de Formadores Políticos - ENFF)

Data: 25/05/09

Entrevista com Elena Crespo, Primeira Assessora do Comitê Executivo das Bartolina Sisa Nacional, entre 1980 e 1984.

Local da Entrevista: Escritório em La Paz

Data: 02/06/09

Entrevista com Maxmiliano Flores, Secretário Executivo da Federación Única de Trabajadores Campesinos Tupac Katari de La Paz, entre abril de 2006 e outubro de 2008.

Local da Entrevista: Café Club, La Paz

Data: 03/06/09

Entrevista com Basílio Chambi, Secretario Geral da Comunidade Santana (Coroico), Fiscalizador da Cáritas Coroico. Dirigente em sindicato agrário desde 14 anos

Local da Entrevista: Praça de Coroico, Província Woro Yungas

Data: 15/06/2009

Entrevista em Grupo com Executivas da *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originárias de Bolívia "Bartolina Sisa"* – CNMCIQB "BS"

Participantes: Simona Quispe Apoza (Comitê Executivo da Federação Departamental de Mulheres Indígenas Campesinas de La Paz; Secretária de Educação, Cultura e Esporte de 2008 a 2010); Elena Crespo (Assessora do Comitê Executivo Nacional das Bartolinas Sisa de 1980 a 1984); Joana Callisaya (Secretária Geral da Federação Departamental de La Paz de 2008 a 2010); Emiliana Illaya de Tancara (BS, Secretária de Medicina Tradicional, de 2008 a 2010); Felipa Churqui Chura (BS, Secretária de Relaciones de 2008 a 2010); Filomena Apaza Lopez (Secretária Geral da Comunidade de Tuní, Murillo); Maxmiliano Flores (Secretário Executivo Departamental de La Paz).

Local da Entrevista: Escritório em La Paz

Data: 01/06/09

LISTA DE MAPAS, QUADROS E ESQUEMAS

MAPA 1. Geografia das Ocupações de Terras no Brasil entre 1988-2008.

ESQUEMA 1. Sistematização de Enrique Dussel sobre a co-determinação de distintos níveis e esferas da política.

QUADRO 1. Quadro com dimensões e categorias analíticas para a comparação da organização política do MST e da CSUTCB.

ANEXOS

Anexo 1

Roteiro de entrevista semi-estruturada:

Rapport: Sou aluna do curso de doutorado no Centro de Pesquisas Comparadas sobre as Américas, na Universidade de Brasília. Estou fazendo uma tese sobre a luta pela terra na América Latina, através de um estudo comparativo entre Brasil e Bolívia. O plano de investigação inclui entrevistas semi-estruturadas com dirigentes e militantes da CSUTCB e do MST, que podem ser feitas em etapas. As entrevistas serão gravadas para que sejam usadas com fidedignidade e haverá sigilo sobre o nome dos informantes. A sua contribuição será muito importante e desde já agradeço.

1. Entrevistas sobre a CSUTCB - Bolívia

Data / Local / Nome do informante / Função

Contexto e Organização

1. O papel da CSUTCB para a sociedade foi mudando de acordo com os diferentes contextos histórico, que estou chamando de: ditadura, abertura política, período democrático e governo popular. Quais as principais características na ação da CSUTCB de cada contexto?
2. Como se organiza o movimento?
 - a. Internamente: Quais os princípios políticos? Como é a composição? Como é a organização política? Como se dá a relação entre a base e as lideranças? Qual o significado da bandeira e símbolos? Quais os principais meios de luta?
 - b. Articulação com outros setores: Como a CSUTCB se articula/ou com governo? Que relação tem com a igreja? Que relação tem com outros movimentos sociais?

Conflitos sociais

3. Venho de uma realidade muito diferente em termos geográficos, culturais, econômicos. Qual é o significado da luta pela terra na Bolívia? Como se caracterizam os conflitos em relação a terra e território?

Cenário Econômico / Produtivo

4. Qual a capacidade produtiva dos camponeses para vender, gestionar e administrar a economia agrícola? Há auto-suficiência? Dependência?
5. Como a CSUTCB lida com propriedade privada e comunal, em referência à cultura aymará e quéchua?
6. Quais as formas de organização e de produção não capitalista?
7. Há cooperativas com demandas e problemas sindicais?
8. Como a CSUTCB incorpora as demandas de classe?
9. Como a CSUTCB traduz politicamente sua concepção ecológica? Por exemplo, os conceitos sobre a alimentação, a água, a monocultura, o desmatamento, as sementes, etc.

Cenário Cultural

10. Qual a influência aymará e quéchua na política da CSUTCB? Como joga com a mestiçagem?
11. Como congrega o ideal katarista com o sindicalismo?
12. Como a CSUTCB incorpora a defesa cultural?
13. Qual o papel da Universidad Indígena Tupac Katari?
14. Há formação política para os membros da CSUTCB?
15. Como os campesinos passam a sujeitos políticos?
16. Como se passa da consciência de classe para a consciência étnica?
17. Como se passa da consciência campesina para a consciência de classe?

Relatos de Experiência

18. Eu gostaria que me contasse, lembrando a sua história pessoal, o seu processo de participação e lutas políticas, experiências marcantes de enfrentamento de conflitos sociais onde a CSUTCB teve ações estratégicas bem sucedidas.
 - a. Você poderia relatar algum episódio da atuação da CSUTCB lidando com conflitos sociais na esfera do Econômico
 - b. Você poderia relatar algum episódio da atuação da CSUTCB lidando com conflitos sociais na esfera do Cultural
 - c. Você poderia relatar algum episódio da atuação da CSUTCB lidando com conflitos sociais na esfera do Ecológico (22 de abril como dia mundial da mãe terra)

Influências ideológicas na organização e ação

19. Qual a influência da ideologia marxista?
 - a. Me explique, por favor, a influência marxista na CSUTCB, seus pontos positivos e negativos. (Para Felipe Quispe: porque foi importante queimar as Teses de Pulacayo no ano de 2000? É positiva a filiação obrigatória das comunidades à CSUTCB?)
 - b. Porque a categoria de classe é usada como instrumental de análise da realidade por movimentos campesinos e como influencia os programas políticos?
20. Qual a influência do pensamento culturalista e pós-colonial no programa político?
 - a. Como a defesa cultural integra os princípios políticos de movimentos de luta pela terra e em que medida o foco na identidade pode significar uma progressiva submissão a um amplo sistema de opressão e exploração social?

Reforma Agrária

21. Qual o significado da Reforma Agrária para a CSUTCB?
22. Quais são as diferenças regionais ou culturais mais marcantes em relação à questão da terra na Bolívia?
23. A Reforma Agrária de 1952, que contou com a fundamental pressão de movimentos sociais é seguramente um marco na história da Bolívia e da América Latina, mas ainda que a conquista tenha sido importante também teve problemas especialmente por não contemplar devidamente as populações originárias. Quais foram as conseqüências sociais do processo de 1952?
24. A restrição de 5 mil hectares para a extensão da terra prevista na nova Constituição de 2009 foi um avanço. Quais serão as conseqüências sociais da nova lei?

Perspectivas de transformações

25. Que transformações sociais e projetos de desenvolvimentos estão no horizonte de luta dos movimentos sociais?
26. Você gostaria de acrescentar alguma coisa à entrevista ou fazer comentários?

2. Entrevistas sobre o MST – BRASIL.

Data / Local / Nome do informante / Função

Contexto e Organização

27. O papel do MST para a sociedade foi mudando de acordo com os diferentes contextos históricos, por exemplo, ditadura, abertura política, período democrático, influência de políticas neoliberais e governo popular. Quais as principais características na ação do MST de cada contexto?
28. Como se organiza o movimento?
 - a. Internamente: Quais os princípios políticos? Como é a composição? Como é a filiação? A organização política, Congressos, Acampamentos? Como se dá a relação entre a base e as lideranças? Qual o significado da bandeira e símbolos? Quais os principais meios de luta? (ocupações, marchas, campanhas)
 - b. Articulação com outros setores: Como o MST se articula com o governo? Que relação tem com a igreja? Que relação tem com outros movimentos sociais? Atualmente, como se relaciona com o PT?

Conflitos sociais

29. O estudo da luta pela terra na Bolívia mostrou a perspectiva de uma realidade muito diferente em termos geográficos, culturais, econômicos. Qual é o significado da luta pela terra no Brasil? Como se caracterizam os conflitos em relação a terra e território?

Cenário Econômico / Produtivo

30. Qual a capacidade produtiva dos camponeses para vender, gerenciar e administrar a economia agrícola? Há auto-suficiência? Dependência?
31. Como são as experiências do MST de produção individual e coletiva?
32. Quais as formas de organização e de produção não capitalista?
33. Há cooperativas com demandas e problemas sindicais?
34. Como o MST incorpora as demandas de classe? Quais as alianças com a esquerda?
35. Como o MST traduz politicamente sua concepção ecológica? Por exemplo, os conceitos sobre a alimentação, a água, a monocultura, o desmatamento, as sementes, etc. O que pensam do desmatamento?

Cenário Cultural

36. Qual a influência étnica indígena e negra na política do MST? Há discussões sobre classe e raça?
37. É discutida a questão da étnica? De gênero?
38. Como é feita a interlocução das questões de culturas étnicas, com o sindicalismo?
39. Como o MST incorpora a defesa cultural?
40. Qual o papel da Escola Nacional Florestan Fernandes?
41. Há formação política para os membros do MST?
42. Como é debatido o papel das mulheres e a questão de gênero?
43. Como os camponeses passam a sujeitos políticos?
44. (Como se passa da consciência de classe para a consciência étnica?)
45. Como se passa da consciência camponesa para a consciência de classe?

Relatos de Experiência

46. Eu gostaria que me contasse, lembrando a sua história pessoal, sua vivência como liderança e o seu processo de participação em lutas políticas, experiências marcantes de enfrentamento de conflitos sociais onde o MST teve ações estratégicas bem sucedidas.
 - a. Você poderia relatar algum episódio da atuação do MST lidando com conflitos sociais econômicos
 - b. Você poderia relatar algum episódio da atuação do MST lidando com conflitos culturais

- c. Você poderia relatar algum episódio da atuação do MST lidando com conflitos ecológicos

Influências ideológicas na organização e ação

- 47. Qual a influência da ideologia marxista no MST?
 - a. De que forma a categoria de classe é usada como instrumental de análise da realidade por movimentos camponeses e como influencia os programas políticos? Pontos positivos e pontos negativos. Encontros e desencontros.
- 48. Há influência do pensamento culturalista e pós-colonial no programa político do MST?
 - a. Como a defesa cultural integra os princípios políticos de movimentos de luta pela terra e em que medida o foco na identidade pode significar uma progressiva submissão a um amplo sistema de opressão e exploração social?

Reforma Agrária

- 49. Qual o significado da Reforma Agrária para o MST?
- 50. Quais são as diferenças regionais ou culturais mais marcantes em relação à questão da terra no Brasil?
- 51. Os Planos de Reforma Agrária contaram com a pressão de movimentos sociais? Vocês têm uma avaliação de porque a Reforma Agrária não foi feita no Brasil no século XXI?
- 52. Como estão as leis brasileiras para o latifúndio e para a distribuição de terras?
- 53. A crise pode representar uma oportunidade para as transformações políticas e sociais no campo? Como avaliam a perspectiva da Reforma Agrária na crise?

Perspectivas de transformações

- 54. Que transformações sociais e projetos de desenvolvimentos estão no horizonte de luta dos movimentos sociais?
- 55. Você gostaria de acrescentar alguma coisa à entrevista ou fazer comentários?

Anexo 2

Mapa da Bolívia



Área: 1.098.581 Km²

Capitais: La Paz e Sucre

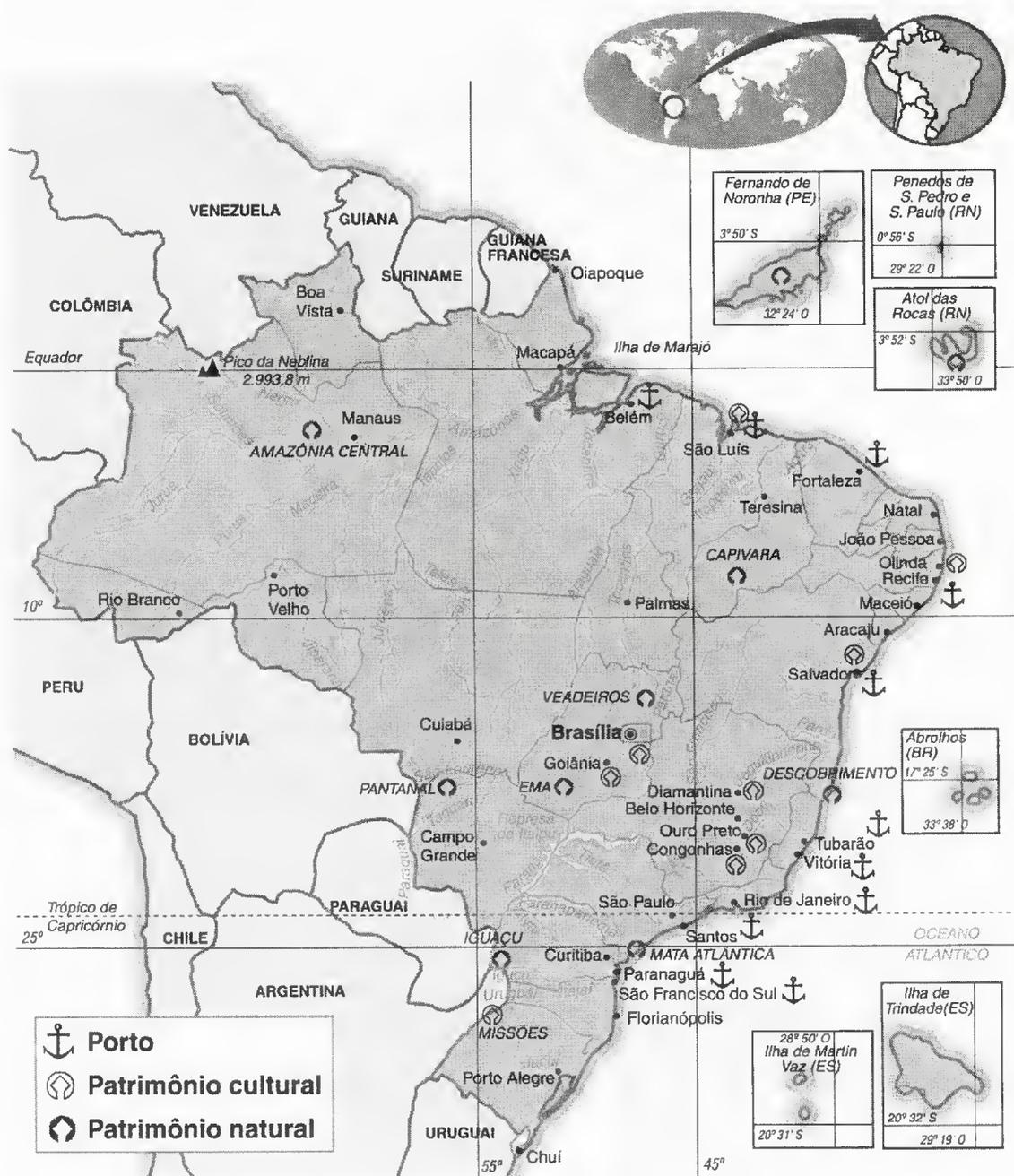
População do País: 9 milhões

Moeda: boliviano

Fonte: Almanaque Abril, CD-Rom, 2005.

Anexo 3

Mapa do Brasil



Área: 8.514.205 Km²

Capital: Brasília

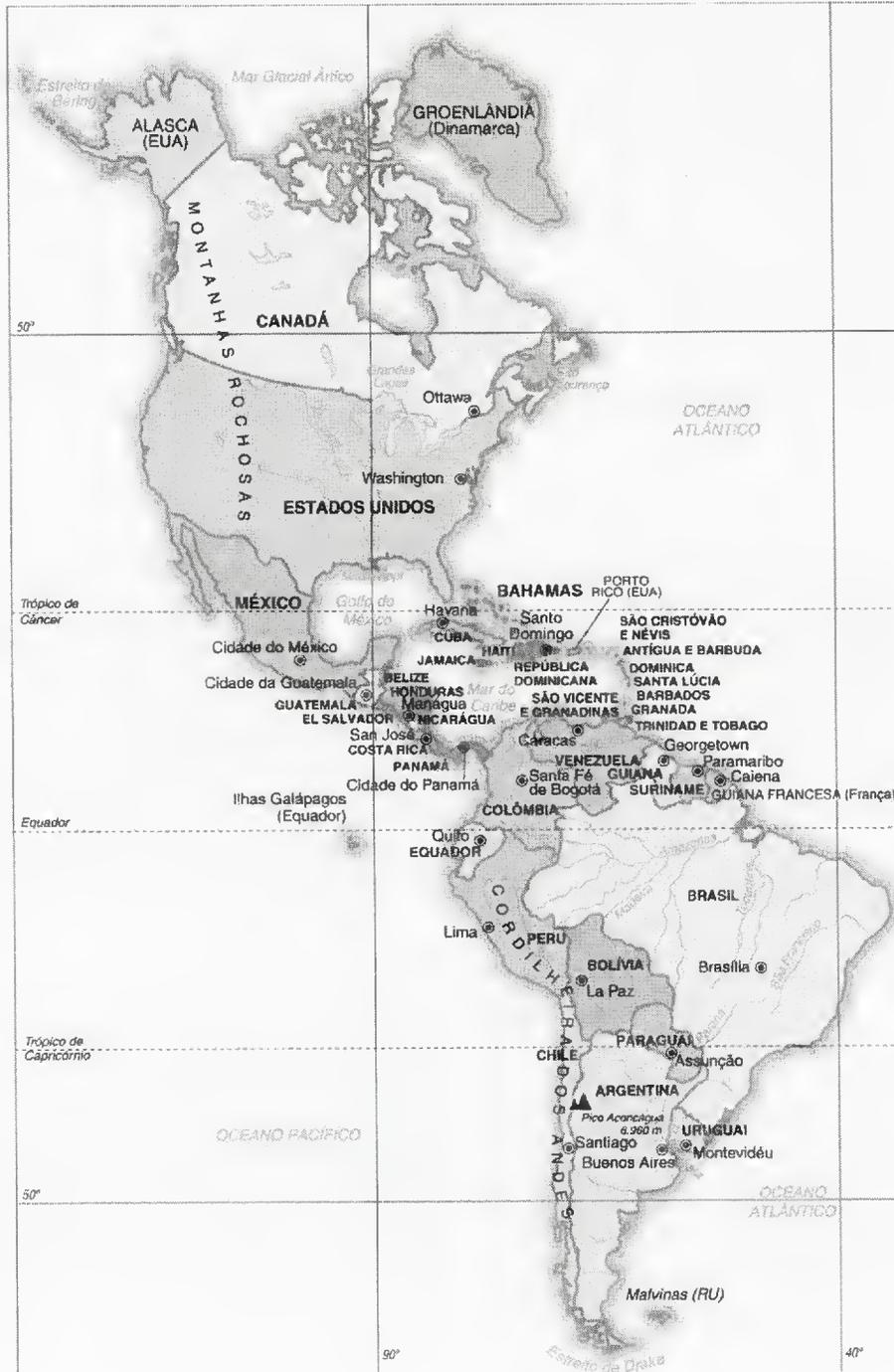
População do País: 180,7 milhões

Moeda: real

Fonte: Almanaque Abril, CD-Rom, 2005.

Anexo 4

Mapa das Américas



Área: 42.215.000 Km²
 População Total: 874,2 milhões
 Fonte: Almanaque Abril, CD-Rom, 2005.

Anexo 5

Dimensões e categorias analíticas para a comparação DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.

Análise dos movimentos rurais:	MST	CSUTCB
Contexto Histórico		
Regimes políticos, desenvolvimento x opressão cultural e econômica, lutas sociais.		
“Governo Popular”		
Ações Estratégicas		
Ações políticas		
Estruturas organizativas		
‘Formais’		
‘Informais’		
Organização política		
Relação política com o Estado, partidos, diferentes setores e outros movimentos.		
Revoltas e revoluções, Mártires, heróis, heroínas e símbolos		
Princípios políticos críticos desde a luta na esfera material (econômico, cultural e ecológico)		
Aspectos econômicos do conflito social		
Aspectos de luta social com incidência econômica		
Princípios políticos críticos		
Aspectos culturais do conflito social		
Aspectos de luta social com incidência cultural		
Princípios políticos críticos		
Aspectos ecológicos do conflito social		
Aspectos de luta social com incidência ecológica		
Princípios políticos críticos		
Consciência: como os grupos se constituem em sujeitos políticos		
Aspectos da consciência social		
Formação Política		
Mulheres		
Temas		
Luta pela Terra e Reforma Agrária		
Desenvolvimento		
Propriedade privada		
Propriedade comunal		
Ideologia		
Democracia		
Modelo de Estado		
Formação de quadros		
Integração Brasil Bolívia		
Criminalização dos movimentos		